

Diego Orgel Dal Bosco Almeida  
Maura Bombardelli  
Anderson Vargas Torres  
Organizadores

# trajetórias políticas

*no trabalhismo do Rio Grande do Sul  
(anos 1940-1960)*

# **trajetórias políticas**

*no trabalhismo do Rio Grande do Sul  
(anos 1940-1960)*

© Dos Autores, 2022

Os autores dos capítulos são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

### **Editoração**

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

### **Revisão**

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores.

### **Projeto gráfico**

Acervus Editora

### **Capa**

Alex Antônio Vanin

### **Imagem da Capa**

Rafael Trapp

### **ACERVUS EDITORA**

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo  
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil  
Tel.: (54) 99686-9020  
acervuseditora@gmail.com  
acervuseditora.com.br

### **Conselho Editorial da Acervus Editora**

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

T768 Trajetórias políticas no trabalhismo do Rio Grande do Sul  
[recurso eletrônico] / Diego Orgel Dal Bosco  
Almeida, Maura Bombardelli e Anderson Vargas  
Torres, organizadores. – Passo Fundo: Acervus, 2022.  
2 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-81266-35-6.

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Democratização.  
3. Atividades políticas - Rio Grande do Sul. 4. Partido  
Trabalhista Brasileiro. I. Almeida, Diego Orgel Dal  
Bosco, org. II. Bombardelli, Maura, org. III. Torres,  
Anderson Vargas, org.

CDU: 981.65

---

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569



Os capítulos desta coletânea tiveram origem em pesquisas desenvolvidas em cursos de mestrado e doutorado e só foram possíveis através de bolsas de pesquisa da Capes e do CNPq.

Diego Orgel Dal Bosco Almeida  
Maura Bombardelli  
Anderson Vargas Torres  
Organizadores

# trajetórias políticas

*no trabalhismo do Rio Grande do Sul  
(anos 1940-1960)*



Passo Fundo  
2022

*Ao “GTzinbo”, o Grupo de Estudos 1945-1964, que se formou dentro do GT História Política da ANPUH-RS. Em grupo, aprendemos que, ao pesquisar, coletividade, confiança e generosidade são coisas indissociáveis e, também, necessárias. Com estima pelas professoras Carla Brandalise e Marluza Marques Harres.*

*Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político,  
há também no político mais que o político. Em  
consequência, a história política não poderia se fechar  
sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação  
exclusiva de seu objeto próprio.*

**René Rémond**

## SUMÁRIO

O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS NO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB): um pequeno ensaio a propósito de uma introdução	11
<i>Diego Orgel Dal Bosco Almeida   Maura Bombardelli Anderson Vargas Torres   Douglas Souza Angeli</i>	
I. APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE GETÚLIO VARGAS ANTES DO TRABALHISMO	33
<i>Luiz Alberto Grijó</i>	
II. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI: repensando o “doutrinador” e “teórico” do trabalhismo – da entrada na política às aproximações com Getúlio Vargas	63
<i>Diego Orgel Dal Bosco Almeida   Douglas Souza Angeli</i>	
III. O “VELHO CHARRUA” E OS NOVOS TEMPOS: Loureiro da Silva, o trabalhismo e a República democrática (1945-1964)	105
<i>Anderson Vargas Torres</i>	
IV. “TU VAIS SER POLÍTICO JANGO?”: uma trajetória política de João Goulart (1945-1964)	133
<i>Anderson Vargas Torres   Charles Sidarta Machado Domingos</i>	

V. DA “ALA-MOÇA” DO PTB DO RIO GRANDE DO SUL À LIDERANÇA NACIONAL DAS ESQUERDAS: a trajetória política de Leonel de Moura Brizola durante a experiência democrática brasileira (1945-1964)	167
<i>Samuel da Silva Alves</i>	
VI. A MINHA PRESENÇA NESTA CASA: a trajetória política de Suely de Oliveira (1945-1964)	199
<i>Douglas Souza Angeli   Maura Bombardelli</i>	
VII. UM TRABALHISTA NA COLÔNIA: a atuação de Siegfried Heuser no PTB	221
<i>Gustavo Henrique Kunsler Guimarães</i>	
VIII. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOÃO CARUSO SCUDERI NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1945-1964)	245
<i>Ernesto Cassol   Marcos Jovino Asturian</i>	
IX. COM SERENIDADE: a trajetória do trabalhista Sereno Chaise	265
<i>Paulo Eduardo Fasolo Klein</i>	
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	287



O estudo de trajetórias políticas no  
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB):  
um pequeno ensaio a propósito  
de uma introdução

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

MAURA BOMBARDELLI

ANDERSON VARGAS TORRES

DOUGLAS SOUZA ANGELI

O que podem dizer estudos de trajetórias políticas no PTB em relação ao processo de democratização e seus desdobramentos de 1945 até 1964? Com essa questão, apresentamos, nas páginas seguintes desta coletânea de textos, um conjunto de trabalhos de pesquisa surgidos de percursos investigativos realizados no âmbito de mestrado e doutorado em Programas de Pós-graduação em História, especialmente no Rio Grande do Sul. Pesquisas que obtiveram financiamento, por meio de bolsas da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ou CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em um momento de expansão e valorização da educação superior em nível de pós-gra-

duação *Stricto Sensu* no país<sup>1</sup>. Em comum entre essas investigações, além da sua ligação ao domínio da História Política, o objetivo de dialogar com o conceito de *trajetória*, mobilizado em relação à atuação de personagens e protagonistas em seus respectivos contextos.

O período 1945-1964, principalmente a partir do processo de democratização que teve início em 1945 com o fim do regime do Estado Novo (1937-1945), abriu novas possibilidades de atuação política, permitindo tanto a inserção de novos personagens e protagonistas, quanto exigiu readaptações de políticos com atuação progressa. É a esse período que estabelecemos como enfoque da coletânea, lançando luz sobre integrantes do PTB, com ênfase no Rio Grande do Sul. Ao construirmos nossas reflexões, utilizamos o conceito de *trajetória* (BOURDIEU, 1996), observando, sobretudo, as estratégias de cada personagem para se inserir ou *sobreviver* no cenário da luta política que teve início com o desmantelamento do regime varguista, a partir de 1945. Com um *campo político* em formação - com novas configurações e oportunidades-, jovens e velhos políticos passaram a integrá-lo, utilizando-se de diferentes *capitais* para terem sucesso diante das oportunidades que esse rearranjo permitiu. Tomamos o contexto, marcado pela democratização e seus desdobramentos, portanto, como esse *campo político* em formação que se abria a partir do desmantelamento do Estado Novo.

A ideia de *campo político* se relaciona às condições sociais de seu funcionamento, lugar no qual existe “[...] um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior

<sup>1</sup> Exceto pelo primeiro capítulo de autoria do professor Luiz Alberto Grijó, pesquisador já com amplo reconhecimento no campo de produção historiográfica, especialmente em estudos vinculados à História Política, todos os demais capítulos são resultado de pesquisas desenvolvidas nas primeiras décadas do século 21, em nível de mestrado e doutorado, momento no qual houve ampla valorização da pesquisa científica no país, principalmente em termos de políticas públicas e financiamentos. A coletânea materializa, em boa parte, a divulgação desses percursos de pesquisa.

do grande mundo social”. No *campo político* se encontram “[...] grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular” (BOURDIEU, 2011, p. 194-197). Ou seja, o contexto que surgiu com a democratização de 1945 não pode ser visto como equivalente ao *campo político*, mas como uma nova configuração que passou, enfim, a organizar o jogo político, a luta política sob outras bases. Ao compreendermos tal dimensão do *campo político*, entendemos que certas ações daqueles que integram o campo não estão ligadas apenas àqueles que os elegeram, mas às lógicas provenientes do próprio campo, no caso, dessa nova configuração trazida pela democratização de 1945. Vale salientar que entendemos aqui o “novo” como uma mudança no conjunto das peças que organizavam a luta e o jogo político da época e não a ideia de um “novo” que substitui o “antigo”. Se por um lado ampliou-se o número de eleitores e também as candidaturas possíveis, bem como a própria construção da ideia de um “cidadão eleitor” (CANÊDO, 2010, p. 537), por outro prisma, a clivagem existente entre as forças políticas foi marcada pela figura simbólica (e política) de Getúlio Vargas, ícone do período anterior, do Estado Novo.

Foi no contexto pós-1945 que se ampliou não somente o conjunto de eleitores, mas também o espectro de candidaturas que se tornaram possíveis: sindicalistas, descendentes de imigrantes e professoras, por exemplo, integraram essa ampliação. Uma quantidade e variedade maior de indivíduos passou a ser considerada apta a exercer funções na política, tendo um novo contexto como cenário. Acreditamos, assim, que a política, como uma função, depende da elegibilidade, não em seu sentido jurídico apenas, mas na percepção, mais ou menos geral, de determinadas *qualidades e recursos sociais* que, a cada contexto, são considerados necessários para recrutar

quem terá, enfim, mais chances de sucesso no desempenho de atividades políticas (OFFERLÉ, 2011, p. 92).

O processo de abertura política do Estado Novo, entre fins de 1944 e a saída de Getúlio Vargas da presidência da República em outubro de 1945, delineou, em boa medida, o período que o sucedeu. Os partidos políticos que se formam tiveram como ponto principal de clivagem sua relação (oposição ou apoio) ao próprio regime que fundava. Vargas continuava sendo uma figura política central na conformação do processo da democratização. Junto com ele, velhos e conhecidos políticos continuaram desempenhando suas atividades. Não desapareceram, mas se adaptaram ao novo cenário. Ao mesmo tempo, novos nomes apareceram, integrando-se nesse novo contexto delineado a partir da democratização. O *campo político*, ainda que sob novas bases, ainda que deslocando peças no jogo e na luta política, não deixava de se constituir nessa remissão ao passado próximo, o período anterior, o Estado Novo e seus simbolismos, dentre eles a própria figura política de Getúlio Vargas. Boa parte do período 1945-1964 foi marcado por essa clivagem. Contrários ou adeptos de Vargas capitalizariam recursos políticos diversos nesse “novo” contexto.

As eleições de 2 de dezembro de 1945 e os pleitos estaduais e municipais que se seguem à promulgação da Constituição de 1946 se deram tendo como marco legal o Código Eleitoral decretado por Vargas em 1945 e conhecido como Lei Agamenon. Esse foi o momento inicial, do ponto de vista institucional, de um regime político que se estendeu até o golpe civil-militar de 1964. Esse período da história política brasileira tem sido estudado por diversos autores que apontam para os avanços e também para os limites dessa experiência política.

No que concerne ao perfil do eleitorado, ao menos duas observações merecem atenção ao se analisar a obra de Gláucio Ary Dillon Soares (1973): a) pela primeira vez “os setores médios e inferiores

das classes médias participaram em grande número do processo eleitoral” e b) “um contingente respeitável de membros das classes trabalhadoras – um milhão ou mais – participou do processo eleitoral” (SOARES, 1973, p. 59). Como consequência, esses setores passaram a ter “uma dose razoável de poder sobre os dirigentes políticos: ou seus interesses eram defendidos no nível das decisões políticas, ou seriam outros os candidatos que receberiam seus votos nas eleições subsequentes” (SOARES, 1973, p. 59-60).

Para Olavo Brasil de Lima Júnior (1983, p. 60), o sistema político desse período pode ser considerado ainda elitista e “representativo apenas de uma visão limitada e parcial da vida política, já que a legislação excluiu da participação eleitoral grandes segmentos sociais”. Ou seja, embora tenha ocorrido uma significativa ampliação do eleitorado, especialmente ao se considerar a pequena participação eleitoral ao longo das primeiras quatro décadas do período republicano, não se pode negligenciar que essa incorporação se deu através da utilização de mecanismos pelos quais se incluiu controladamente novas parcelas da população à cidadania eleitoral, mantendo-se a exclusão da maioria.

Antônio Lavareda (1991) apresentou uma visão renovada acerca do período: seria um sistema partidário-eleitoral que se consolidava e teria propiciado a implantação de clivagens políticas duradouras na sociedade brasileira. Suas características residiriam na ampliação da franquia eleitoral, nos partidos políticos nacionais que proporcionaram identificação no seio do eleitorado e, ainda, na criação das condições (impulsionadas pela urbanização) para a existência de um mercado político competitivo (LAVAREDA, 1991, p. 191).

No que se relaciona especificamente à história do voto, Letícia Bicalho Canêdo (2010) atribui a esse período uma série de transformações na relação entre candidatos e eleitores. Foi a unificação

administrativa, jurídica, política, educacional e cultural promovida pelos governos de Getúlio Vargas - anteriores a 1945, portanto - que teria propiciado, já no período posterior, 1945-1964, o surgimento e a caracterização do “cidadão-eleitor” no Brasil (CANÊDO, 2010, p. 537). Para Canêdo, as marcas principais dessa fase foram a transformação do sufrágio pela obrigatoriedade do voto para os alfabetizados e a implantação dos partidos políticos nacionais de massa (CANÊDO, 2010, p. 537-538).

Jorge Ferreira (2012, p. 318) chama o período 1945-1964 de “República Democrática”. Este período teria sido importante para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira: “Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2012, p. 320). Conforme Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018), essa fase da história política republicana trouxe incerteza ao processo político-eleitoral, pois as eleições se tornaram realmente competitivas, reduzindo-se gradativamente o controle do governo sobre o processo eleitoral, aspecto considerado fundamental, que ressaltaria a identificação do 1945-1964 como uma experiência de democracia representativa em vias de consolidação.

É um aspecto importante do *campo político*, devido ao princípio da representatividade, a sua necessidade de legitimação diante dos agentes externos ao campo. As ideias políticas só adquirem relevância se forem reconhecidas e aprovadas no exterior do círculo dos profissionais da política (BOURDIEU, 2010, p. 183). As eleições periódicas podem ser vistas, então, como um momento privilegiado para observar esse processo, não só dos políticos, mas também dos seus partidos.

Embora com perspectivas diversas, esses estudos concordam

que o novo momento que se abria com a democratização deslocou as peças do cenário, admitindo novos arranjos e outras possibilidades de adaptação ou inserção. Especialmente no trabalho de Letícia Bicalho Canêdo (2010) encontramos a relação da história do voto com a história da cidadania e, portanto, com o período progressivo, no qual teriam sido fundamentadas as bases para se compreender quem era, afinal, o “cidadão-eleitor” daquele contexto.

Compreendemos que, ao tentar elucidar aspectos do *campo político* pós-1945 lidamos com alguns desafios que dizem respeito ao próprio conceito, mas que, para nós, serviram como meio de se buscar entender não a relação dos eleitos com seus eleitores ou, pelo menos, não necessariamente apenas isso, mas, sobretudo, “[...] construir de maneira rigorosa essa realidade que é política ou o jogo político” (BOURDIEU, 2011, p. 194). Ao olharmos para o contexto, o fizemos relacionando-o, especialmente, com a história da formação do PTB e os modos pelos quais se deu o funcionamento do partido no que diz respeito às formas de relacionamento entre seus membros, sejam eles lideranças, protagonistas ou atores menos conhecidos.

O *campo político* pode ser visto como um espaço de múltiplas dimensões, no qual os seus agentes se posicionam a partir do capital que possuem, capital que não necessariamente foi obtido no campo político, mas na relação que os agentes estabelecem com outros campos da vida social. Os capitais são recursos que podem ser obtidos no campo político, mas que, em geral, podem ser vistos também como reconversões de capitais acumulados em outras esferas, tais como o capital econômico, social, cultural, de notoriedade, entre outros. Utilizando essa relação entre o *campo político*, as ações dos *agentes* e a ideia de *capital simbólico*, foi possível lançar um olhar para a história do PTB sob uma perspectiva que parece não ter sido de maneira suficiente trabalhada, principalmente pe-

los “estudos clássicos” (ALMEIDA, 2020) acerca da formação do partido.

As primeiras interpretações conceituais sobre o PTB nasceram ao longo dos anos 1980 e vieram da Ciência Política. Enfrentando o desafio do ineditismo e buscando se desvencilhar das armadilhas da memória política, produções acadêmicas, frutos de dissertação de mestrado, tais como os trabalhos de Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989)<sup>2</sup> ainda influenciam novas propostas de pesquisa sobre o PTB e o contexto 1945-1964, sendo recorrentemente citadas. No entanto, não deixou também de ser recorrente, de modo explícito ou implícito, o reconhecimento dos limites desses estudos frente à amplitude de temáticas que vieram à tona nos últimos anos acerca do PTB.

Anteriormente como um tema primordial dos estudos da Ciência Política, as pesquisas sobre o surgimento e desenvolvimento do PTB de 1945 a 1964 ganharam, mais recentemente, atenção de investigações da área de História. Por meio de um rápido levantamento no *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* é possível constatar que, ao longo das últimas duas décadas, ou seja, partir dos anos 2000, houve um aumento de pesquisas vinculadas à área de História que se dedicaram ao estudo do PTB. As perspectivas de abordagem destes trabalhos podem ser sintetizadas em duas linhas principais: a) o interesse pelas características da formação e atuação do PTB em perspectivas regionais e/ou locais, tendo em vista investigações realizadas acerca das suas seções estaduais e/ou municipais; b) a atenção para as formas de atuação das suas lideranças que, não dispensando a referência às especificidades da formação partidária em cada região,

<sup>2</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.



buscou analisar as dinâmicas de relacionamento entre os membros do partido a partir do ponto de vista interno.

Análises da formação e história do PTB em sua dimensão regional, ou seja, por meio da documentação referente à atuação das seções estaduais do partido, recusam a prevalência monolítica de um olhar apenas nacional sem considerar as diferentes realidades estaduais. Ao mesmo tempo, as análises da dinâmica interna de relacionamento entre membros do partido, no que diz respeito a alianças e disputas, têm ultrapassado uma concepção restrita apenas aos grandes ícones. Atores políticos pouco ou menos “conhecidos”, mas que foram lideranças do PTB em diferentes escalas, surgem como protagonistas de episódios estaduais/regionais. Além disso, as análises da atuação das lideranças menos conhecidas e as relações que estabeleceram com os grandes ícones do partido acabam por auxiliar na ampliação da visão sobre os grandes ícones, deslocando algumas concepções até então cristalizadas.

Ao optarmos por *trajetórias* políticas fomos enfrentando, durante o percurso de nossas investigações, alguns desafios. Um deles foi sintetizado na dificuldade de se trabalhar com o conceito de *trajetória* e, ao mesmo tempo, inserir esses personagens estudados nos “métodos de classificação” (BOMBARDELLI, 2016) propostos pelas produções da Ciência Política dos anos 1980, especialmente nas proposições de Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989). Seriam os personagens por nós estudados integrantes da “ala pragmática” ou da “corrente doutrinária”? Sendo de uma ou de outra, seriam esses personagens que estudamos autênticos “trabalhistas” ou apenas “getulistas”? Seria, afinal, possível classificá-los ou evitar essas classificações?

Quando trabalhamos com o conceito de *trajetória*, aos enfrentarmos esses desafios, no fim das contas, buscamos escapar das “ar-

madilhas” das classificações e, devido a uma ação metodológica, em nossas produções, as colocamos em suspenso. Com o conceito de *trajetória* (BOURDIEU, 1996), foi possível observar as estratégias de cada personagem para se inserir ou *sobreviver* no cenário da luta política que teve início com o desmantelamento do regime varguista, na democratização de 1945. Políticos considerados como mais experientes e outros como “aspirantes a uma carreira política” (MARENCO, 2013, p. 37) buscaram integrar-se ao “novo” cenário utilizando-se de diferentes *capitais* como recursos para obterem sucesso a partir das oportunidades que a redistribuição de peças no jogo e na luta política permitia naquele momento.

Ao optarmos pelo trabalho com trajetórias, não podemos deixar de dizer que estamos nos situando em um domínio que é o da História Política, mas também em um subcampo que é o do desenvolvimento de pesquisas, de caráter histórico-históriográfico, sobre o PTB de 1945 a 1964. Com isso, queremos dizer que a opção por trabalhar com trajetórias guarda relação com um outro conceito que consideramos importante: o *habitus*. Bourdieu (2000, p. 163) afirma que ao *habitus* está associado a “[...] uma maneira de ser, um estado habitual e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão, uma inclinação”. Ao *habitus* estão também ligados os princípios geradores de práticas distintas e distintivas (BOURDIEU, 1996, p. 22). O *habitus* exerce importante influência na visão de mundo dos indivíduos, por se tratar do “[...] efeito das relações sociais passadas sobre a capacidade de ação realizada pelos indivíduos, no tempo presente e, como se imagina, no futuro” (MARINHO, 2007, p. 29). Sinteticamente, se pode afirmar: o *habitus* apresenta-se como uma espécie de mediador na relação entre indivíduo e sociedade. Isso significa considerar que os percursos de vida são sociais, são marcados pela vida social e pelos círculos sociais nos quais os indivíduos gradualmente se inserem ao longo de seus percursos de vida.

Trabalhar com o *habitus* e com trajetórias significa considerar, em primeiro lugar, que o compromisso com a pesquisa histórica guarda diferenças em relação aos relatos de memória, ou ao teor de obras memorialísticas, produtos bastante frequentes em se tratando dos percursos de vida de políticos, a exemplo dos nomes mais “conhecidos” e que, justamente por isso, são colocados, não raras vezes, em um terreno de disputas de memórias no presente. É reconhecer que, via de regra, aquele que escreve a “biografia” busca se inserir no percurso narrado. Isso é emblemático nos casos de Getúlio Vargas, Leonel Brizola, João Goulart ou mesmo Alberto Pasqualini, para citar apenas alguns dos percursos trabalhados nesta coletânea. Em segundo lugar, considerar o trabalho com trajetória e *habitus* significa compreender que o meio social constitui as ações desses indivíduos no campo político. E que esse processo não se dá apenas no campo político, mas em outros círculos da vida social, a partir de um conjunto de relações concretas e simbólicas que os indivíduos estabelecem ao longo da vida.

Pensando na associação do campo político com o meio social, especificamente, vale lembrar das proposições de Frederic Sawicki (2013, p. 17) sobre as análises sociológicas dos partidos políticos. Ao defender a importância de analisar o partido em relação ao meio social no qual se insere, Sawicki critica as abordagens denominadas de “organizacionais” que apenas analisam os partidos fechados em si mesmos. Aponta que durante muito tempo a análise social esteve ligada à tradição marxista, embora acredite ser reducionista o entendimento de que os partidos políticos só poderiam ser compreendidos a partir das classes sociais que por ele são representadas. Trabalhos mais recentes, segundo Sawicki, tentaram superar a oposição entre a análise social e organizacional, construindo uma “problemática em termos de construção social das organizações

partidárias”<sup>3</sup>. O interesse das pesquisas mais recentes, sobretudo na França, em relação ao trabalho prático e simbólico efetuado no interior dos partidos informa, para Savicki (2013, p. 20), além do rompimento com o determinismo, que “[...] as fronteiras entre os partidos e seu entorno social são porosas [...] o partido se apoia em redes [...] interpessoais [que são] fundadas na partilha de valores ou interesses”. Em suma, o que está sendo levado em consideração é o entendimento de que um partido político é uma realidade social complexa e caleidoscópica na qual é possível, a quem se interessar pesquisar, identificar como, afinal, as mudanças no meio social acabam por intervir nas organizações partidárias.

Podemos voltar à pergunta inicial que conduziu este pequeno ensaio até aqui: afinal, o que podem dizer estudos de trajetórias políticas no PTB no processo de democratização e seus desdobramentos de 1945 até 1964? Do ponto de vista teórico-metodológico, nos aproximamos de abordagens já conhecidas sobre a história do PTB, como a de Maria Celina D’Araújo (1996) que parte do estudo das dinâmicas internas do partido, a partir de referências fundamentais, a exemplo de teorias como as de Weber, Michels, Ostrogorski e Duverger, na compreensão de seu processo de formação. Para D’Araújo (1996, p. 61) “[...] a centralidade das chefias” fez com que o PTB, em seu “processo de estruturação” não tivesse institucionalizado “mecanismos internos que permitissem a participação de correntes oposicionistas”, dinâmica que “resultou no incentivo a uma tendência centralizadora e autoritária”, característica em um “partido de origem

<sup>3</sup> Sawicki (2013) aponta a teoria de Michel Offerlé a partir dos conceitos de “empresa” ou de “empreendedores políticos” e de “mercado”, a partir das teorias de Weber e Schumpeter e os de “campo” e de “disposições sociais” de Bourdieu. Faz referência, ainda, as reflexões de Bernard Pudal acerca da institucionalização do PCF (Partido Comunista Francês). Pudal, na perspectiva de Sawicki, teria desconstruído o “ator coletivo” com o objetivo de reconstituir os processos históricos e sociais pelos quais “os atores individuais, em sua diversidade, agregam-se, excluem-se ou institucionalizam-se” (p. 17).

carismática e personalista”. Avançando nesses pontos salientados por D’Araújo (1996), podemos dizer que o diálogo com o conceito de *trajetória* significou perseguir e acompanhar o desenrolar dos percursos políticos de agentes, em especial de suas entradas (continuidades, se considerarmos os políticos já inseridos no período anterior) no jogo político-partidário pós-1945, a partir da sua relação com o espaço social (círculos sociais) e com os demais grupos dos quais fizeram parte, seja concomitante ou de maneira progressiva, e em como, afinal, diferentes padrões de capital operaram como forma de reconhecimento desses indivíduos como agentes no *campo político* ligado à formação do PTB e ao processo de democratização iniciado em 1945. Ao optarmos por *trajetórias* políticas, não o fazemos pela crença ingênua no indivíduo separado do social, como já nos alertaram as diferentes abordagens anteriormente citadas, mas por uma perspectiva que reconhece que as dinâmicas internas do partido, a relação estabelecida entre seus membros e lideranças manteve relação com o entorno social, ou seja, que o partido, entendido metodologicamente como campo político, espaço de luta e jogo político, foi também palco da reconversão de capitais diversos, obtidos pelos agentes em outros círculos sociais ou no próprio partido.

Cabe, neste momento, fazer uma apresentação dos capítulos que compõem nosso livro explicando, em primeiro lugar, a ordem que propomos para a leitura. Consideramos inegável a centralidade do papel político de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini para o trabalhismo sul-rio-grandense. Diferentemente dos estudos “clássicos” (ALMEIDA, 2020) que exploraram a ideia de um sendo contraponto do outro (o “doutrinador” contrário ou diferente do “político pragmático”) consideramos que ambos, Vargas e Pasqualini foram atores políticos cuja atuação se tornou decisiva para a formação e os desdobramentos das ações do PTB no plano regional e, posterior-

mente, no plano nacional. Ambas as lideranças permeiam direta e/ou indiretamente as trajetórias trabalhistas de todos os outros personagens do livro, por isso, os escolhemos para dar início aos capítulos.

Getúlio Vargas tem sua trajetória analisada por Luiz Alberto Grijó. A partir de estudos sobre atores políticos da Primeira República (GRIJÓ, 2017a; 2017b; 2021), Grijó busca rejeitar o olhar essencialista dirigido à figura de Getúlio Vargas, procurando percebê-lo a partir de um jogo de mediações. Vargas soube aproveitar as relações que firmou ao longo de sua trajetória. Assim que as oportunidades surgiam e que os contextos permitiam, foi tomando novas posições e construindo sua ascensão a cargos públicos no plano regional e nacional. O trabalhismo, nos diz Grijó, fora muito mais uma consequência desses jogos de mediação do que precisamente uma ação voluntária de Getúlio Vargas. Seu percurso político esteve alicerçado, inicialmente, ao jogo político estadual de fins dos anos 1920, ascendendo no plano nacional nas décadas seguintes.

Outro personagem decisivo no trabalhismo, Alberto Pasqualini, é estudado a partir de produções acadêmicas recentes (ALMEIDA, 2015; 2019, ANGELI, 2020a; 2020b). Trabalhos de pesquisa que procuraram demonstrar como a trajetória de Pasqualini, quando analisada mais de perto, revela um personagem atuante no jogo político antes e depois do seu ingresso no PTB. O foco é a relevância da ação política de Pasqualini, especialmente durante o período anterior ao Estado Novo, momento em que ele soube reconverter capitais advindos de sua posição como acadêmico de Direito laureado e como professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, recursos utilizados no jogo político de fins dos anos 1920, meados dos 1930 e também no Estado Novo, quando ocupou cargos de prestígio na administração estadual no Rio Grande do Sul. No contexto da democratização de 1945, Pasqualini soube manejar os

capitais acumulados como recurso para a competição política, apresentando-se no PTB como “doutrinador”, capital acumulado nas décadas anteriores, embora também participasse ativamente da cena política desde as décadas de 1920 e 1930, mostrando-se tão estrategista quanto o próprio Vargas e em momentos decisivos, como no contexto imediatamente anterior ao golpe de 1937.

Outro ator significativo aqui apresentado também entrou no jogo político bem antes de 1945, embora sem o mesmo sucesso de outras lideranças, pelo menos não no trabalhismo. Trata-se de José Loureiro da Silva. O foco, nessa trajetória, são as relações estabelecidas por Loureiro entre 1920 e 1940, momento em que alcançou cargos como o de deputado estadual constituinte e prefeito de Porto Alegre. Uma rede de vínculos na qual a figura política central foi Getúlio Vargas. Em 1945, manteve-se ao lado do “chefe”, mesmo quando foi preterido para ser o candidato trabalhista ao governo estadual. Com a morte de Vargas, em 1954, Loureiro perderia espaço para os considerados “herdeiros” de Getúlio Vargas, nomes como os de João Goulart e Leonel Brizola. Loureiro se aproximaria, então, de outra jovem liderança, Fernando Ferrari. Posteriormente, protagonizando conflitos internos no partido, rompeu com o PTB e elegeu-se prefeito de Porto Alegre pela legenda do Partido Democrático Cristão (PDC) com o apoio do Partido Libertador (PL), um tradicional opositor de Vargas e do PTB, marcando seu distanciamento definitivo da antiga legenda. Sua trajetória encerrou-se com seu falecimento em 1964, quando defendia e buscava representar o trabalhismo “autêntico”, embora, na prática, estivesse mais próximo de antigos rivais petebistas, que ocupavam o poder estadual desde antes do golpe civil-militar daquele mesmo ano.

Uma vez apresentadas as trajetórias de Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Loureiro da Silva, as trajetórias de João Goulart e Leo-

nel Brizola são analisadas mais detidamente nos capítulos seguintes. João Goulart, detentor de recursos econômicos herdados e acumulados, uma vez que era oriundo de uma família estancieira, com relação de amizade e de negócios com a família Vargas em São Borja/RS detinha um diploma universitário de Direito. Goulart – ou Jango, como era conhecido popularmente – só adentrou, de fato, na vida política ao aproximar-se de Vargas em 1945. “Ungido”, mas também pela sua capacidade de construir relações e saber utilizá-las em favor do seu mestre e de seu partido, elegeu-se deputado estadual, deputado federal e alcançou o cargo máximo partidário tanto regional quanto nacionalmente. Sua passagem pelo Ministério do Trabalho também foi muito bem aproveitada para construir a imagem de herdeiro de Vargas e de político conciliador, o que se refletiu na sua passagem pela vice-presidência da República, entre 1955 e 1961, pelo seu papel diante da crise da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961 e sua consequente posse como presidente, além de suas tentativas de introduzir políticas mais progressistas. Todavia, sua “morte em vida”, com o golpe sofrido pelos militares em 1964, mostrou que, para determinados setores da sociedade, tudo que o que havia representado não era desejável.

Já Leonel Brizola teve sua trajetória estudada por Samuel da Silva Alves que expõe como se deu a sua inserção no jogo político e os recursos por ele utilizado para conquistar o seu espaço tanto dentro do PTB quanto na cena política estadual e nacional. Para tal, Brizola, que entrou no partido através da ala estudantil petebista, ainda no ano de 1945, soube usar os capitais culturais e sociais que adquiriu – formação acadêmica na área de Engenharia e a sua aproximação, já como membro partidário, junto às lideranças de Vargas e Goulart – e os converteu em capital político. Tornou-se um dos expoentes do trabalhismo do Rio Grande do Sul, sabendo utilizar



tais recursos e capitais tanto nas disputas políticas internas quanto na competição eleitoral. A capacidade de Brizola como mobilizador também foi problematizada. Certo domínio da linguagem e códigos do jogo político daquele período foram importantes na construção de sua popularidade no campo eleitoral. Samuel da Silva Alves, assim como Luiz Alberto Grijó, evita concepções essencialistas acerca desses personagens.

A opção de trabalharmos com trajetórias também evidenciou a necessidade de não se restringir aos percursos mais “conhecidos”. Levamos em consideração personagens que, se não tinham o mesmo peso político e partidário que outros, tiveram atuações significativas que auxiliam na compreensão da inserção do PTB no eleitorado proveniente de grupos sociais aos quais trabalhos de pesquisa anteriores não costumam vinculá-lo. Nesse sentido, o capítulo sobre Suely de Oliveira, é bastante relevante, pois se propõe a analisar a presença feminina no PTB. Presença essa que era incomum no jogo político da época, construído historicamente em torno do domínio masculino.

A inserção política de Suely de Oliveira, esteve relacionada a sua atuação profissional no Magistério. Suely buscou utilizar seus capitais ligando-se a figura de Vargas e ao seu vínculo com o serviço público e o magistério, colocando-se como alguém que detinha as competências necessárias para o exercício parlamentar em torno dos interesses desses grupos. Eleita deputada estadual em 1950 e reeleita sucessivamente até 1970 (até 1962 pelo PTB e em 1966 e 1970 pelo MDB), foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira parlamentar.

O ingresso de políticos petebistas, advindos da chamada “zona colonial”, habitadas por maciça população descendente dos imigrantes alemães e italianos, foi considerada nesta nossa coletânea. Em relação a isso, especificamente, o historiador René Gertz, em um texto recente, alertou para a existência de uma visão quase dogmática na

historiografia clássica sobre o período 1945-1964 no Rio Grande do Sul, de que haveria uma incompatibilidade do PTB com a região colonial (GERTZ, 2020, p.454-457). O PTB tinha em suas fileiras vários políticos eleitos com votações expressivas nas regiões de colonização, especialmente alemã, foco de sua análise. Dentre os nomes citados por Gertz (2020) estava o de Siegfried Heuser, cuja trajetória, nesta coletânea, é analisada por Gustavo Henrique Kunsler Guimarães. No seu texto, um dos resultados de sua dissertação de mestrado em História (GUIMARÃES, 2020), o pesquisador demonstra que o ingresso e a ascensão de Heuser configurou-se como um modo de o PTB se inserir no município de Santa Cruz do Sul/RS, aproveitando-se dos capitais acumulados por Heuser, como seu título acadêmico de economista, sua atuação em uma empresa local e sua descendência germânica. A estratégia se mostrou acertada: Heuser elegeu-se sucessivamente deputado estadual e com votações consistentes no município e região, furando o predomínio do PSD (Partido Social Democrático) santa-cruzense. O capítulo ainda analisa as relações de Heuser dentro do PTB, percebendo a complexidade das relações internas partidárias a partir da sua circulação entre as lideranças, ora se aproximando, ora se afastando de determinados grupos internos devido às diferentes conjunturas, o que demonstra a maleabilidade das alas no jogo partidário e político.

Outro exemplo da heterogeneidade da relação entre o trabalho e a comunidade de imigrantes/descendentes ítalo-germânicos aparece no caso de João Caruso Scuderi, analisado por Ernesto Cassol e Marcos Jovino Asturian. Os pesquisadores mostram que Scuderi – italiano de nascimento e que se estabeleceu profissionalmente no município de Erechim/RS – formou-se em Direito e iniciou sua trajetória como advogado trabalhista. Começou a adquirir capitais de notoriedade e popularidade naquela localidade. Somou-

-se, ainda em 1945, ao movimento da União Social Brasileira (USB), capitaneado por Alberto Pasqualini. A entrada no jogo político foi possível com uso desses capitais e recursos, alcançando vitórias eleitorais e aproximando-se de lideranças então em ascensão no PTB, como Leonel Brizola. Isso lhe permitiu também ascender no interior da estrutura partidária, alcançando, ainda naquele contexto, o cargo de presidente regional do PTB.

Para encerrarmos, apresentamos o capítulo escrito por Paulo Eduardo Fasolo Klein, sobre a trajetória de Sereno Chaise. Esse fechamento não é em vão: Chaise é o mais jovem dos trabalhistas analisados nesta nossa coletânea. O político aderiu ao PTB em 1946, quando ingressou na ala estudantil petebista e tornou-se próximo de Leonel Brizola. A partir desse vínculo que Chaise ascendeu no PTB, conquistou indicações para candidaturas e alcançou uma cadeira de vereador em Porto Alegre em 1951. Depois, elegeu-se deputado estadual na assembleia sul-rio-grandense em 1958 e em 1962. No seu auge político, venceu as eleições para prefeitura de Porto Alegre em 1963, o que indicava um caminho ascendente partidário e político, interrompido com o golpe civil-militar de 1964.

Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e José Loureiro da Silva possuíam uma trajetória progressa na política. Já as entradas dos jovens João Goulart, Leonel Brizola e Suely de Oliveira na arena política são concomitantes à democratização e vão adquirindo relevância no decorrer do período. Siegfried Heuser, Sereno Chaise e João Caruso Scuderi, com recursos e capitais distintos, passaram a ocupar cargos eletivos no decorrer do período democrático. O contexto, como o(a) leitor(a) poderá verificar, permitiu a continuidade do percurso de “velhos” políticos, concomitante com a entrada de novos.

Apresentamos, aos leitores e às leitoras, um conjunto de trabalhos de pesquisa que tiveram o objetivo comum de dialogar com o

conceito de *trajetória*, mobilizado em relação à atuação de personagens e protagonistas, lideranças trabalhistas menos ou mais conhecidas em seus respectivos contextos. Olhando para esse conjunto, retomamos aquilo que René Rémond (2003, p. 36) situou como sendo uma das características da História Política: “Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também o político mais que político”.

Aos(às) pesquisadores(as) com interesse nas temáticas em torno da história do PTB e da democratização de 1945, esperamos que possam encontrar nesta coletânea interlocuções proveitosas e diálogos que sirvam de maneira direta ou indireta ao estabelecimento de novos percursos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, Dez., 2019.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Para ler dois estudos “clássicos” sobre o PTB: a propósito de um exercício de reflexão. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza; GRIJÓ, Luiz Alberto; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Vol. 2. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 201-228.

ALVES, Samuel da Silva. *“Ideias novas para problemas velhos”*: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC-RS, 2020.

ANGELI, Douglas Souza. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: revisitando interpretações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 71, p. 559-578, Set./dez. 2020a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/81410> Acesso em: 01 dez. 2021.

ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2020b.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, jan-jul, 2011, p. 193-21, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

GERTZ, René. Juscelino, Brizola, Paulo Couto – São Leopoldo, Porto Alegre, Rio de Janeiro terão alvo a ver entre si? In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza;

GRIJÓ, Luiz Alberto; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Vol. 2. Passo Fundo: Acervus, 2020, p.439-466.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Getúlio Vargas e a poluição biográfica. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *A era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2021. 2 v. (Série História; 88), p. 431-468.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República*. Porto Alegre, Homo Plasticus, 2017a.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2017b.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. *A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)*. Acervus. Passo Fundo. 2020. Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo: IUPERJ, 1991.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Partidos políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MARENCO, André. O que podemos explicar estudando carreiras políticas? In: MARENCO, André (Org). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 31-52.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. In: *Revista do Instituto de Ciências Humanas* – vol. 13, No 17, 2017.

OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. In: *PolHis*. Buenos Aires-ARG, n. 7, 2011.

RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SAWICKI, Frederic. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO, A., org. *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p.11-29.

SOARES, Glaucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil* (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

## Apontamentos sobre a trajetória de Getúlio Vargas antes do trabalhismo

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Quando os organizadores destas *trajetórias trabalhistas* me procuraram, pedindo para que eu produzisse algum material sobre a biografia de Getúlio Vargas, certamente a liderança mais importante e imprescindível na política brasileira do século passado a partir do final da década de 1920, relutei um pouco em aceitar. Pensava eu que, de minha parte, já tinha esgotado as possibilidades acadêmico-analíticas a respeito desse fundamental político brasileiro (GRIJÓ, 2004, 2017a, 2917b, 2021). No entanto, resolvi aceitar, e o motivo disso provavelmente tem a ver com a possibilidade de eventualmente encerrar uma trajetória de pesquisa que vem já desde a minha graduação, lá nos anos 1980, quando comecei a me interessar e pesquisar sobre a política partidária sul-rio-grandense no período da Primeira República, ambiente no qual se gestou a liderança de Vargas.

Desde alguns anos atrás tenho me dedicado mais a pesquisas sobre os meios de comunicação social e a política, enfocando mais de perto temáticas situadas naquilo que se convencionou chamar de história do tempo presente. Na década de 1990, porém, quando realizei meu mestrado, o foco central foi a análise da trajetória dos membros da chamada geração de 1907<sup>1</sup>, da qual Getúlio foi um expoente incontestável e uma de suas mais significativas lideranças (GRIJÓ, 2017a, texto original de 1998). Posteriormente, na minha pesquisa para o doutorado, novamente apareceu Getúlio Vargas, não como uma figura central de análise, mas na medida em que participou, ou melhor, fora aluno da Faculdade de Direito de Porto Alegre, meu tema naquela pesquisa (GRIJÓ, 2017b, texto original de 2005). Mais recentemente ainda, escrevi um artigo a respeito das representações sobre Getúlio Vargas, em especial as biográficas, que o têm como personagem central, e forjei o conceito de poluição biográfica, que tão bem se aplica ao seu caso. Esse diz respeito ao caso das narrativas sobre alguém que se multiplicam de tal forma que, ao invés de efetivamente contribuírem para a produção de conhecimento sobre os objetos de estudo e/ou de discurso, apenas criam camadas e mais camadas de sedimentos que nos afastam de uma compreensão efetiva do lugar e das proporções histórico-sociais de uma vida tida como “exemplar”, digna ou possível de se transformar em objeto de estudo e trabalho acadêmico, como evidentemente é o caso de Getúlio Vargas (GRIJÓ, 2021).

Meu interesse por ele, no entanto, é muito anterior à minha trajetória universitária. Nasci em 1965, aproximadamente um ano depois do golpe de março de 1964 que instalou no Brasil terrível,

<sup>1</sup> Considerados membros dessa geração: Getúlio Dornelles Vargas, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, José Antônio Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso.



abjeta e nefasta ditadura. Como é bem sabido, os militares e civis responsáveis pelo regime ditatorial o erigiram em grande medida contra as forças e movimentos político-partidários que, de um modo ou de outro, reivindicavam-se herdeiros de Getúlio Vargas. Foi assim que o discurso oficial do regime procurou menosprezar, obliterar ou menoscar, tanto quanto possível, as realizações e a própria posição que aquela importantíssima liderança lograra alcançar. Embora a ditadura desde o início se baseasse em um discurso essencialmente anticomunista, com efeito, o alvo primordial não era aqueles que de fato militavam enquanto tais, a rigor insuficientemente articulados, organizados ou representativos no Brasil de então a ponto de constituírem uma força capaz de conquistar o poder do estado, mas sim o trabalhismo e o nacional-desenvolvimentismo, que tinham em Vargas a sua inspiração mais importante, mesmo entre as mais diversas querelas internas por seu “legado”.

Assim, minha vida escolar iniciou-se à sombra, ou sob os co- turnos, da ditadura, em 1971, quando ingressei no primeiro ano primário, e, no que diz respeito ao ensino básico, foi toda ela cumprida nessas condições. Devido a uma série de influências que não cabem aqui ser enumeradas, desde muito cedo comecei a gostar genericamente de história. História, geografia, cartografia, eram assuntos que me atraíram bastante. Claro, ainda criança, em grande medida era uma relação lúdica com tais “matérias”, porém o gosto em formação foi muito incentivado por meus familiares, que costumavam me presentear com livros ilustrados, coleções em fascículos, muito comuns à época, Atlas, artigos em revistas de divulgação que tratassem desses assuntos. E foi assim que entre as aventuras de Asterix e Obelix, filmes como Lawrence da Arábia ou Patton, a leitura de verbetes na enciclopédia Mirador, fui me interessando por história em geral, pela história do Brasil e, em especial, por aquele gaúcho que se transformara em uma grande e popular liderança nacional.

Nos últimos anos de escola e já na universidade, passamos a viver intensamente a chamada “abertura política”, a debacle daquela ditadura sanguinária e corrupta que se afundava em sua própria poça de imoralidade e violência, empurrada para o esgoto político por novas forças sociais, junto a antigas rearticuladas, que se propunham a dar um basta naquela situação. Com a Anistia e o fim do AI-5, retornaram ao país várias lideranças políticas exiladas e aquela que mais me chamou a atenção foi a de Leonel Brizola. Suas imagens do retorno do exílio ainda tenho muito presentes. O impacto que isso me causou acabou levando a que me interessasse mais ainda pela história do Brasil recente – à época bem mais recente do que é hoje –, com destaque para as lideranças trabalhistas desde Getúlio Vargas. E esse me impressionava especialmente, seja pelo fato de ter se suicidado “para o bem do Brasil”, como diziam ou ele próprio apreendeu em sua carta-testamento; seja por suas realizações em prol dos mais fracos socialmente, como as leis trabalhistas; ou mesmo pelas suas inúmeras contradições: um estancieiro rico que falava em nome do povo, o líder de uma “revolução” popular que se transformara em um ditador e que, nos anos 1980, era enaltecido por muitos daqueles que lutavam pelo fim de uma outra ditadura, ser acusado de “comunista” enquanto os professores de história o diziam um mero “populista” que governara para os ricos de acordo com o princípio de entregar os anéis às massas para não perder os dedos.

Enfim, eu não tinha como, agora, me recusar a novamente visitar Getúlio Vargas. Porém, optei por um formato um pouco não usual. Como já frisei, sobre ele muito já foi escrito, inclusive por mim, e, portanto, não pretendo fazê-lo de novo nos moldes já realizados. Por isso, optei por uma espécie de *recuerdos* de Getúlio, tentando explorar alguns aspectos de sua trajetória que eu já estudei em outros momentos e que, suponho, merecem ser enfocados como nodais para compreendermos como ele veio a ser quem se tornou.

Ao final do texto, nas seções “referências”, dividi o material em: “minhas contribuições sobre o tema”, na qual arrolo minha produção derivada de pesquisas anteriores que enfocaram a trajetória de Getúlio Vargas e estudos mais gerais sobre política na Primeira República. Na parte seguinte arrolo uma bibliografia básica composta por livros de memórias, biografias e diários que tem em Getúlio Vargas seu foco central. Nem de longe ela esgota tudo o que se escreveu sobre ele, mas é representativa dessa empresa. Não obstante, deixei propositalmente de fora toda a vastíssima produção acadêmica ou para-acadêmica que de um modo ou de outro passam por Vargas, como os estudos sobre o trabalhismo, a dita revolução de 30, aspectos dos governos Vargas e assim por diante. Esse material consta como bibliografia em meus trabalhos anteriores e lista-los aqui ocuparia muito espaço, pois é uma produção efetivamente muito extensa e significativa. Por fim, listo alguns títulos de caráter teórico-metodológico que usei em minhas pesquisas que evoluíram, entre outros sujeitos e objetos, Getúlio Dornelles Vargas.

\*\*\*

Desde já sublinho que recuso qualquer tipo de análise essencialista, seja psicologista, seja mesológica, seja estruturalista ou mesmo culturalista quando a qualquer agente histórico que se queira focar com fins heurísticos (GRIJÓ, 2008, 2017a, 2019, 2021). Há teses e “explicações” variadas que atribuem a Vargas essências que teriam a ver com sua personalidade, seu “ser”, sua natureza em si, em relação mais ou menos estreita com o meio que o teria “forjado”: a vida campeira, o clima e a geografia supostamente inóspitos da fronteira oeste meridional. Algumas teses chegam a buscar na infância de Getúlio os traços de uma “personalidade suicida” que o levaria ao fim que

teve (HENRIQUES, 1961). Tudo isso faz parte da mitografia que o envolveu ainda em vida e que se multiplicaria depois da sua morte, até porque, mesmo morto, continuou a ser uma referência vivíssima para efeitos do jogo político partidário brasileiro.

Assim, proponho como chave de entendimento da trajetória de Getúlio Vargas o conceito de mediação, sobre o qual me debrucei em minha dissertação ainda em meados da década de 1990 (GRIJÓ, 2017a). No caso de um sistema político marcado por relações pessoais, pelos grupos formados em torno de lideranças personalistas que constroem facções mais ou menos coesas e estruturadas fortemente em relações de reciprocidade horizontais (“amigos”, “correligionários”) e verticais (patronagem e clientela e outras formas de dependência interpessoais), o conceito de mediação se impõe como central para entender as possibilidades de atuação dos agentes políticos dentro das instituições e ao largo delas. Funções de mediação, que determinadas posições sociais ou políticas podem proporcionar, se tornam objeto de disputas acirradas e estabelecer como alguém pode vir a encontrar seus lugares no jogo mais amplo das mediações possíveis e realizáveis é fundamental para a compreensão da dinâmica política e mesmo da própria dinâmica social mais geral.

Note-se que o conceito de mediação difere do conceito de representação, por um lado, e de intermediário, por outro<sup>2</sup>. A mediação é exercida em caráter pessoal e só se dá caso a caso, caracterizando um agente que, a títulos diversos, inventa para si um lugar que conecta pessoas ou grupos que só podem se relacionar entre si por seu arbítrio. Ou seja, o mediador encarna uma posição que pode conectar pessoas ou grupos horizontalmente situados, no caso daqueles que possuem recursos e/ou posições semelhantes, ou verticalmente situados, no caso dos que possuem recursos e/ou posições diferentes.

<sup>2</sup> Nas referências ao final do texto inseri bibliografia teórica que sustenta as considerações seguintes.

O conceito de mediador está contido naquele de intermediário, que pode tanto ser um mediador como um comerciante ou um prestador de serviços. Já o conceito de representação é complexo, mas em geral se entende por representante em política aquele que é investido de uma posição institucionalizada pelos representados, a quem deve algum tipo de satisfação mais ou menos regulada por normas costumeiras ou legais. O “coronel” senhorial é um mediador, enquanto o deputado eleito é um representante. No caso do Brasil, porém, frequentemente, ou na maior parte dos casos, uma mesma pessoa pode ser tanto um representante como um mediador, agindo tendo em vista os limites e condicionantes de uma investidura formal e ao mesmo tempo buscando a satisfação dos interesses e anseios de seus companheiros de facção, aos quais deve sempre manter nutridos para continuar contanto com seu apoio.

No caso do Brasil, portanto, onde impera o caráter pouco objetivado e garantido pelo estado dos títulos e das posições, os agentes operam muito mais na acumulação do capital simbólico personificado, “como condição de garantia das demais formas de capital” (CORADINI, 1995, p. 4). O capital de relações sociais se torna fundamental para a conquista e a manutenção das posições, sendo uma das bases fundamentais que caracterizam as posições de mediação. Por outro lado, nem só de capital social se nutre o mediador, agrupando “amigos”, “correligionários”, “partidários” como uma teia que o tem ao centro. Sua posição pode também ser fruto inicial de alguma ação carismática ou contar com a legitimação carismática como um adendo. Um mediador que consegue acumular tanto capital social quanto carisma reforça sua posição e abre possibilidades mais amplas de atuação, como no caso já estudado de Tenório Cavalcanti (GRYNSZPAN, 1990).

Em condições como essas, nas quais a política é exercida em grande medida a partir de grupos não corporados, ou facções de

líderes-seguidores (LANDÉ, 1977b), os mediadores se tornam indispensáveis na constituição dos grupos políticos e no alcance de posições que permitam sobrepujar os adversários na disputa pelos recursos coletivos, inclusive e até principalmente aqueles oriundos de instâncias corporadas, como o estado. Trata-se de exercício do poder desde posições no estado que permitem ou advém das relações que o atravessam. Enfim, no jogo das mediações, que em grande parte se confunde com o próprio jogo político, se encontra a chave dos sucessos e insucessos relativos, ao lado das possibilidades carismáticas e da diversificação de recursos passíveis de serem convertidos em recursos políticos, como os títulos escolares, por exemplo.

\*\*\*

O caso de Getúlio Vargas é paradigmático. Filho de um enriquecido proprietário rural da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, seu pai, Manoel Vargas, construiu uma trajetória muito bem-sucedida economicamente, desde que tropeava gado, se aproveitava das oportunidades geradas pelas refregas militares que envolveram a província, e, depois, com um bom casamento e seu estabelecimento na cidade de São Borja, onde participou ativamente dos conflitos político-partidários locais e regionais. Ao longo do tempo, pois, Manoel Vargas se tornaria rico, influente social e politicamente, e estabeleceria relações de proximidade com algumas das lideranças do Partido Republicano (o Partido Republicano Rio-Grandense, mais conhecido pela sigla PRR) que se formava na província no início da década de 1880. Em especial se tornaria, segundo as fontes, “amigo” de José Gomes Pinheiro Machado, que depois se destacaria como uma liderança nacional central nos primeiros anos da República.

Getúlio Vargas, pois, nasce em um grupo familiar consolidado como centro de uma facção política municipal muito importante,

com ramificações regionais e até nacionais não menos significativas. Era o terceiro filho homem da descendência de Manoel Vargas e mais tarde acompanhou os irmãos mais velhos à Ouro Preto onde estudaram por um período.

Em Ouro Preto ocorreu um episódio que afetou a família Vargas muito diretamente. As fontes não são muito claras, mas ocorreu um desentendimento entre estudantes paulistas e um grupo de estudantes sul-rio-grandenses, dentre os quais estavam Viriato Vargas e Protásio Vargas os dois irmãos mais velhos de Getúlio que estudavam na Escola de Minas, enquanto Getúlio fazia seus estudos preparatórios. Era 1898. A desavença terminou com o assassinato do estudante paulista Carlos de Almeida Prado. Viriato e Protásio foram acusados de participar do que teria sido uma “emboscada covarde”, segundo alguns, ou uma “luta justa”, segundo outros. De qualquer modo, para evitar perseguições policial-judiciais, ambos se evadiram e retornaram ao Rio Grande do Sul, seguidos pelo irmão mais novo, Getúlio. Algumas fontes alegam ter ele também participado do crime, o que outra tantas negam. Seja como tenha sido, a presença da família em Ouro Preto se tornou insustentável e todos os irmãos voltaram para São Borja.

E aqui se abre um aspecto importante da trajetória de Getúlio. Para a entendermos esses momentos iniciais é importante atentarmos para o fato de que a sua condição de terceiro filho homem foi muito importante para que pudesse encontrar um espaço relativamente próprio de atuação.

No final do século XIX e início do XX o general Vargas, como ficou conhecido Manoel Vargas depois da sua atuação liderando tropas castilhistas na chamada Revolução Federalista e do título militar honorário que recebeu por sua participação no conflito, claramente estava, depois de consolidada a sua liderança política

na cidade de São Borja, compartilhando-a, em uma perspectiva de sucessão, com os seus filhos mais velhos, em especial com Viriato Vargas que, como primogênito, seria a quem caberia a incumbência de chefiar e zelar pelos interesses da família e do PRR na região, secundado por Protásio.

Nessas condições, de uma espécie de divisão do trabalho político entre os filhos varões do general Vargas, Getúlio não precisou se ocupar diretamente das questões paroquiais. Em 1899 alista-se no exército, em um batalhão de infantaria de São Borja, onde chega a segundo sargento. Aparentemente optava pela formação militar, pois em 1900 matricula-se na Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo. Até 1903, enquanto permaneceu ligado ao exército, participou de uma revolta de cadetes e de uma expedição ao Acre devido à iminência de um conflito com a Bolívia por aquele território. Não obstante, desliga-se das armas em 1903 e ingressa na recém fundada Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Lá se destaca como liderança estudantil, tendo sido orador dos alunos quando da visita ao Estado do presidente da República Afonso Pena. Mas seu papel mais importante se deu na campanha eleitoral de 1907. Junto com Firmino Paim Filho, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, fundou o Bloco Acadêmico Castilhistas e seu jornal, *O debate*.

Desde o início da República, passados os conflitos iniciais que incluíram uma guerra civil e outras tantas complicações que consolidaram o PRR no poder, bem como a liderança de Júlio Prates de Castilhos, em 1907, aproximadamente quatro anos depois da morte desse último, ocorreu mais um sério racha no partido governante. Borges de Medeiros era o presidente do Estado quando da morte de Castilhos e completava seu mandato, o segundo, em 1908. Em 1907 ocorreria o pleito eleitoral que escolheria seu sucessor. Internamente



ao PRR, sua liderança sobre o partido era contestada por antigos correligionários que pretendiam eles próprios assumir o controle. Borges, que poderia ter se candidatado, pois a Constituição estadual permitia a reeleição, no entanto, optou por indicar Carlos Barbosa, mantendo-se sob o controle do partido, embora esse estivesse agora dividido. Fernando Abbott, rico estancieiro da região central do Estado e antiga liderança política e militar do partido, pretendeu disputar o espaço com Borges e lançou-se candidato ao governo à revelia do PRR. O que estava em jogo naquele momento era a sucessão política de Júlio de Castilhos:

Uma vez morto Júlio de Castilhos, mesmo tendo preparado um possível sucessor, Borges de Medeiros, era para este último virtualmente impossível herdar a totalidade do “espólio” do antecessor, pois, era ele um dos componentes do primeiro degrau da pirâmide (de cima para baixo) ao lado de vários outros. Estes eram os que poderiam ser chamados de “velha guarda” do PRR, os que restaram ligados a Júlio de Castilhos até a sua morte dentre os “republicanos” do chamado período da “propaganda” e que tiveram papel importante principalmente na Revolução Federalista. Não por acaso Abbott e Pinheiro compartilhavam com Borges tal posição, todos eles “republicanos históricos”, segundo as palavras da época, mas, mais do que isto, estrelas de primeira grandeza. Ao romper com Borges de Medeiros, pois, Abbott levou consigo seus próprios seguidores e outros descontentes com a afirmação do novo proponente a líder no poder, mas também velhos “dissidentes”, como Assis Brasil, ou velhos opositores, como alguns chefes federalistas (GRIJÓ, 2017a, p. 83).

A organização piramidal do partido se refere à relação dos seus principais líderes com o líder central, Júlio de Castilhos, que

se tornara o seu centro incontestado depois dos conflitos internos dos primeiros anos da República. Castilhos preparara Medeiros para assumir seu posto, mas outras lideranças contestaram a escolha, em especial depois da sua morte. Borges se aproximou de Pinheiro Machado a fim de garantir para si o máximo de apoio possível entre os próprios membros do PRR. Indicando Carlos Barbosa, procurou apaziguar eventuais descontentes e a acusação de tentar se eternizar no comando à revelia dos demais partidários, ao mesmo tempo em que se manteve à frente do partido em si. Isso não impediu que alguns se rebelassem, sendo a candidatura Fernando Abbott a demonstração clara da cisão.

Pela primeira vez no novo regime o Estado vivia uma disputa eleitoral de fato, com mais de um candidato viável ao cargo de presidente. Na oportunidade, os corpos discente e docente da Faculdade de Direito se dividiram, inclusive com um de seus professores, Arthur Pinto da Rocha, abertamente fazendo campanha por Abbott. O Bloco Castilhistas formado pelos estudantes em princípio visava influenciar o corpo discente da Faculdade, mas logo extrapolou os muros da academia para as ruas. Os estudantes participavam de comícios, organizavam caravanas ao interior, escreviam violentos ataques aos adversários nas páginas de seu jornal *O Debate*, financiado por um dos líderes do PRR borgista. Recepcionaram Pinheiro Machado em uma de suas visitas ao Estado e chegaram a interromper um comício dos adversários na Praça da Matriz com um tiro de revólver disparado ao alto no meio da assistência.

A oportunidade foi uma iniciação político-partidária para os estudantes e no caso de Getúlio rendeu bons frutos. Diplomou-se em 1907 e no ano seguinte Borges o indicou para uma promotoria pública em Porto Alegre. Não obstante, retorna à São Borja, onde abre um rentável escritório de advocacia, mas não sem antes receber

outro “mimo” do chefe do PRR, agora, além de partido político de seu pai, seu partido também: foi indicado para a Assembleia dos Representantes, o parlamento estadual em 1909. Indicação feita, eleição garantida. Em 1913 é reeleito, mas acaba renunciando.

Até este ponto da sua trajetória as coisas corriam mais ou menos como esperado, e este me parece um aspecto importante. O engajamento político não é exatamente uma escolha, mas uma herança. Para os filhos das elites locais vinculados à propriedade rural, que chamei de mundo da estância, cujas famílias há muito se engajavam nos mais diferentes tipos de “lutas”, seja as das facções políticas ou guerras civis, seja as guerras de fronteira, participar e liderar em refregas dos mais diferentes tipos era algo esperado e disputado. Com os espaços cada vez mais pacificados, a política se tornava também mais eufemizada, pelo que, cada vez mais, eram os recursos simbólicos que se sobressaíam. No século XIX a disposição militar, para a violência física, contava sobremodo e um diploma escolar, mesmo que tivesse importância, era um elemento a mais. Na virada do século, depois da guerra civil de 1893-1895, passavam os diplomas escolares a ser valorizados como avalistas de habilidades presumidas relacionadas à mobilização e ao enfrentamento. O chefe de guerra passa a sofrer a concorrência do orador e polemista mais ou menos ilustrado.

Getúlio é parte dessa transformação e vinha acumulando os recursos necessários para se credenciar. Como herança de seu grupo familiar, podia contar com vasta rede de relações sociais estabelecida, recursos econômicos e um sobrenome reconhecida e historicamente vinculado às lutas político-partidárias do século XIX junto ao PRR. Como recursos adquiridos, teve vinculação com o exército, algo ainda muito valorizado na região, se tornara um “doutor”, um bacharel em Ciências Jurídicas, e em sua vivência escolar ampliara

sua rede de relações, se vinculando a uma disputa eleitoral ao lado do governo do Estado e passando a capitalizar um reconhecimento pessoal entre colegas e a população em geral em sua atuação como redator de jornal e orador público. Getúlio não precisava se ocupar em demasia da política local em São Borja, embora também dela subsidiariamente participasse. Podia se dedicar com maior desenvoltura a outros âmbitos, se destacando no Estado e sendo reconhecido aos olhos de Borges de Medeiros e do velho conhecido de seu pai, o senador general José Gomes Pinheiro Machado.

A partir deste ponto, quero apenas ressaltar mais três momentos-chaves, ou pulos do gato, como chamo aqui para usar uma expressão popular, da trajetória de Getúlio que o credenciariam para as funções de mediação propriamente ditas que passaria a exercer até se tornar uma liderança nacional à frente da Aliança Liberal e depois da chamada revolução de 1930.

Em 1907, Borges de Medeiros estava sendo contestado por seus próprios partidários, mas a vitória de seu candidato e seu trabalho de articulação interna ao partido fortaleceram sua posição relativa. Nas eleições seguintes, Borges volta a se candidatar em um pleito sem concorrentes. Seu retorno à presidência do Estado foi então marcado pela consolidação de sua liderança no governo e no PRR. A rigor, Borges se propunha a afastar potenciais ameaças, em especial por parte de lideranças do interior que pudessem pôr em risco sua posição. Na fronteira oeste ele instrumentalizou o grupo familiar Flores da Cunha, em especial o coronel Chico Flores, para contrabalançar até desbancar do controle político-militar que exercia na região o coronel João Francisco Pereira de Souza e seus familiares. Borges também se atritou com o Isidoro Neves da Fontoura, pai do colega de Getúlio do Bloco Castilhistas João Neves da Fontoura, intendente de Cachoeira do Sul. E nessa onda, o próprio grupo familiar de Getúlio seria afetado.

Depois da chamada revolução federalista Manoel Vargas só fez estender e consolidar sua liderança em São Borja e arredores. Quando do retorno de Borges ao governo do Estado, estava claramente preparando seu filho mais velho, Viriato, para sucedê-lo no comando dos interesses do grupo, como já sublinhado acima. Viriato, no entanto, se envolveu em um caso de assassinato de um desafeto político e pessoal, tendo sido apontado como mandante do crime. Um caso eminentemente local mereceu a atenção de Borges, que acabou por enviar a São Borja contingentes da Brigada Militar, o que contrariava a autonomia local dos Vargas em resolver os problemas paroquiais de acordo com os seus interesses.

Nessa época, sincrônica aos conflitos em Cachoeira envolvendo os Neves da Fontoura, Getúlio renunciou ao seu mandato na Assembleia estadual, se afastando ele também de Borges de Medeiros. Evidentemente que aqui estou apresentando uma versão compacta daqueles eventos, mas vou correr os riscos. Resumidamente, a atuação de Getúlio foi muito importante naquela conjuntura, tanto para sua família, quanto para Borges e para si próprio. Enquanto Manoel Vargas, Viriato e Protásio tentavam salvaguardar os interesses paroquiais da família, Getúlio mantinha contato com Firmino Paim Filho, outro ex-colega do Bloco Acadêmico Castilhistas e seu “compadre” pessoal, então secretário geral da Secretaria do Interior e Exterior do Estado, ou seja, um cargo muito próximo do presidente Borges de Medeiros. Sem descuidar dos interesses da família, Getúlio foi costurando, por intermédio de Paim, um entendimento com Borges. O conflito durou de 1913 a 1916, quando a Getúlio é oferecida nova indicação para a Assembleia estadual e ele aceita. Essa foi a primeira grande e mais grave mediação que Getúlio exerceu, entre os interesses paroquiais do grupo familiar e o governo do Estado.

Voltando às graças de Borges, Getúlio permanecerá em São Borja acumulando recursos financeiros com a advocacia e participará das seguintes legislaturas na Assembleia dos Representantes. Na década de 1920 sua posição se fortalece ainda mais. Na campanha da Reação Republicana pela candidatura de Nilo Peçanha contra Artur Bernardes nas eleições de 1922, se abririam novas oportunidades para ele. Sempre ao lado de Borges de Medeiros, foi indicado por esse para assumir uma cadeira na Câmara Federal no Rio de Janeiro em substituição ao deputado falecido Rafael Cabeda, onde se torna um ativo parlamentar em prol dos interesses e posições do PRR. A década de 1920, que se abriu com essa disputa eleitoral que era na verdade o sintoma de uma crise muito maior, seria marcada por uma série de conflitos e movimentos de vários tipos e repercussões: modernismo, levantes tenentistas, coluna Prestes, esgotamento do modelo de interação, integração e negociação intra e inter-oligárquicos, agitações de trabalhadores, insatisfações de vários grupos populacionais, crise internacional de 1929, tudo isso concorrendo para a crise final e o esgotamento do regime vigente.

Nesta conjuntura, Getúlio Vargas teve importantes e ativas participações. Como o candidato da Reação Republicana apoiado pelo PRR perdeu as eleições, Borges se preparava para possíveis retaliações do novo governo presidido por Artur Bernardes. Com efeito, as oposições ao PRR no Estado viram nessa uma boa oportunidade de, se não desbancar, ao menos enfraquecer Borges de Medeiros e seu partido. Em 1923 seguiram-se eleições para o governo do Estado e Borges se candidatou novamente. As oposições se reuniram e formaram a Aliança Libertadora, lançando como candidato o ex-cunhado de Júlio de Castilhos e ex-membro fundador do PRR Joaquim Francisco de Assis Brasil. Ao final, Borges vence o pleito, mas as acusações de fraudes e violências se multiplicaram. Então, Getúlio

participou da comissão apuradora das eleições que dariam o novo mandato a Borges, comissão essa suspeita de ter manipulado os votos em favor desse último. Em função disso as oposições optam por um levante armado contra a situação estadual na chamada revolução libertadora ou revolução de 23. Getúlio chega a preparar um contingente de soldados em São Borja, mas não participa das batalhas uma vez que Borges insistiu que fosse ao Rio de Janeiro atuar como deputado na Câmara em seu favor. O objetivo maior dos revoltosos e o maior receio dos borgistas, ou chimangos, era a intervenção federal no Estado, o que significaria uma intervenção do exército que poderia levar à destituição de Borges.

Este foi outro momento chave na trajetória de Getúlio. Crises com certeza são imprevisíveis quando se está inserido nelas, mas não menos certamente são oportunidades tão excepcionais quanto elas mesmas. Nos anos de 1922 e 1923, Getúlio daria um segundo pulo do gato. Depois das mediações paróquia/família-governo/Borges, passando para o lado de Borges e se responsabilizando pela defesa dele e do PRR na Câmara Federal, decididamente deixa de ser um político paroquial com alguma expressão regional e passa a se destacar nacionalmente. Em 1924 assume a liderança da bancada do PRR e, em 1926, participa da comissão revisora da Constituição e passa a compor a Comissão de Finanças da Câmara. Em novembro é empossado no Ministério da Fazenda de Washington Luís por insistência de Borges de Medeiros. Em aproximadamente três anos deixa de ser um neófito na política nacional e se torna um ministro de estado. Eis aqui as mediações novamente em funcionamento. Sendo porta-voz dos interesses do PRR frente ao governo federal consegue atingir ascendência sobre seus colegas parlamentares do próprio partido. Ao ser indicado para o ministério, Borges ratifica e reconhece em Getúlio aquele capaz de se colocar como mediador

entre os interesses do Estado do Rio Grande do Sul e do governo central, função que parece ter realizado bem, pois em função disso seria indicado por Borges de Medeiros para formar com João Neves da Fontoura a chapa a presidente e vice, respectivamente, do Estado nas eleições de 1927. Em 1928, assume o cargo de presidente do Estado. Mostra certa independência de Borges indicando o secretariado. Criou o Banco do Rio Grande do Sul, tomou medidas de incentivo à pecuária e à agricultura, incentivou o associativismo. Politicamente atuou no sentido de uma aproximação com as oposições, incluindo na administração membros do Partido Libertador (PL), formado também em 1928 derivado da Aliança Libertadora.

Em 1929, com vários políticos sul-rio-grandenses discordando da indicação de Júlio Prestes para a sucessão presidencial, iniciam-se as articulações com políticos de Minas Gerais e do Partido Democrático paulista, uma dissidência do Partido Republicano local, para a formação da Aliança Liberal (AL). Getúlio finda por ser indicado candidato à presidência da República e recebe no Estado o apoio dos libertadores, articulando a união gaúcha que ficou conhecida como Frente Única (PL+PRR). Ao mesmo tempo, porém, articula, com o governo Washington Luís, um acordo para, em caso de sua derrota, evitar perseguições ao Rio Grande do Sul por parte do governo federal. Para isso designa Paim Filho. Por outro lado, deixa correr as articulações dos aliancistas mais radicais, como Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, que inclusive propunham uma revolta armada em caso de derrota.

Júlio Prestes vence as eleições e os “radicais” passam a uma oposição sistemática ao governo central: Neves da Fontoura na Câmara Federal e Oswaldo Aranha na articulação de um movimento armado junto aos “tenentes”. Paim, por seu turno, age no sentido de aproximações com o governo federal. Todos buscam em Borges a legítimi-



dade para seus pontos de vista. Getúlio administra essas ações sem tomar claramente uma posição, tendendo a apoiar a situação. O assassinato de João Pessoa deu ânimo aos conspiradores, e Vargas pen- de para o lado mais radical da mesma forma que Borges. Em 25 de setembro, Borges e Aranha decidem iniciar o movimento revoltoso no dia 3 de outubro. Desencadeado o movimento, Vargas se mante- ve em palácio. No dia 4 divulgou um manifesto conclamando os rio- -grandenses às armas. Em poucos dias 5000 voluntários se alistaram. Em 11 de outubro Getúlio passa o governo do Estado a Oswaldo Aranha e parte com o estado-maior revolucionário rumo ao centro do país. No dia 24 assume a junta militar que depõe Washington Luís e em 31 de outubro Vargas chega ao Rio de Janeiro. Assume o Governo Provisório em 3 de novembro.

Recapitulando, de mediador entre a paróquia e o governo do Estado, Getúlio se tornou mediador entre o governo do Estado e o governo federal, o que o credenciou a se tornar ele próprio o presi- dente do Estado, posição na qual se encontrava quando da crise final do regime de 1891. No governo conseguiu ampliar ou diversificar uma base de apoios que extrapolavam a sustentação que lhe dava o PRR. Esse último era controlado por Borges de Medeiros, de modo que Getúlio, nesse aspecto, dependia do velho líder. Porém, ao se aproximar dos libertadores e com sua política pró-associativismo, pode conseguir apoios em outros espaços e forças sociais as quais passavam ao largo do controle que Borges exercia sobre o PRR. Se colocando igualmente ao centro de um grupo de lideranças ascen- dentes do PRR, a chamada “geração de 1907”, seus membros traba- lhavam em torno de seus interesses específicos, claro, mas, ao mesmo tempo, cada vez mais gravitavam em torno da ascendência de Vargas sobre eles próprios. E isso fica ainda mais claro quando considera- mos que muitas das representações sobre o papel de Vargas naque-

la conjuntura passam pela visão de que estaria sempre “em cima do muro”. Pois é nisso justamente que residia o grande trunfo de Vargas e seu terceiro “pulo do gato” aqui considerado. Não é caso de se atribuir a ele nenhuma clarividência especial ou algo que o valha, mas apenas reconhecer que ao se colocar entre radicais e acomodadores, entre pusilânimes e tresloucados, entre militares em pé de guerra e civis conformados, entre inimigos políticos aparentemente irreconciliáveis, aparentando não querer se comprometer com uns ou outros cavou uma posição de mediação tão sólida que o credenciou a se tornar a única alternativa de liderança, em um primeiro momento eleitoral e num segundo de comando militar, para o que se tramava naquele momento.

Enfim, a chave para entendermos Getúlio Vargas não está em seu caráter ou em sua personalidade, mas no cruzamento ou relação entre recursos herdados e acumulados, conjunturas aparentemente atribuladas e o sucesso competitivo pela conquista das mediações. Note-se que estas não são necessariamente buscadas, mas produto de circunstâncias muitas vezes não desejadas ou programadas pelo mediador. Por exemplo, Getúlio não criou a disputa entre sua família e Borges e, da mesma forma, o enfrentamento com Washington Luís foi para ele pessoalmente penoso, uma vez que admirava o presidente deposto de quem fora ministro. Por outro lado, quando as oportunidades se apresentaram, Getúlio soube aproveitá-las, pois não se esquivou em agir de acordo com o que se esperava dele por parte daqueles que passava a liderar.

Depois que se tornou o ditador em 1930, novas conjunturas e condições se abriram e Getúlio vai angariar novos apoios e, ao mesmo tempo, se afastar de antigos apoiadores. Em especial a situação em relação aos seus conterrâneos seria muito delicada. Uma vez ao centro do país, passa a governar para o país. O Rio Grande do Sul

passa a ser apenas mais um dentre os demais Estados e logo as diferenças se acentuam bem como as defecções e rompimentos. Enfim, segue a busca pelas mediações, o que significa um trabalho constante de costuras e contabilidade de perdas e ganhos. E é certo que a sobrevivência de Getúlio a frente do governo federal se deveu a sua habilidade em conseguir se colocar como essencial, como o grande mediador por excelência. Quando as possibilidades nesse sentido se estreitaram insuportavelmente, um tiro no peito foi disparado.

\*\*\*

Para encerrar esses apontamentos sobre a trajetória de Getúlio Vargas, creio ser importante algumas linhas sobre ele e o trabalhismo, afinal é o tema deste volume. Costumo dizer que o trabalhismo é profundamente getulista, enquanto Getúlio, no máximo, seria um trabalhista relaxado ou bissexto. Para o trabalhismo, forjado desde os sindicatos criados ou incentivados, e em muito controlados, pelo governo no pós-30 e ainda mais atrelados a ele no Estado Novo, até se tornar um partido político em 1945, Vargas se tornou a figura central e agregadora. Não obstante, Vargas, mesmo se situando ao centro das articulações do trabalhismo, não era uma liderança gestada desde o trabalhismo. Como procurei demonstrar, sua ascendência é anterior e independente do trabalhismo que ele próprio ajudaria a gestar anos depois, ao mesmo tempo que também apoiava os políticos do Partido Social Democrático (PSD) oriundos da estrutura administrativa do Estado Novo.

O trabalhismo e o partido dele derivado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o qual figuras como Alberto Pasqualini seriam essenciais, foi mais uma articulação da qual Vargas se serviria como forma de diversificação de suas bases de apoio. Vargas era mui-

to mais do que o trabalhismo, não em um sentido valorativo, mas no sentido de que para ele o trabalhismo e depois o PTB eram recursos que contribuía para a diversificação das funções de mediação que exerceu ao longo de sua trajetória, contribuindo também para sua ereção carismática como um líder popular.

Getúlio iniciou sua atuação política e chegou ao governo federal como mais um oligarca dentre tantos outros. O viés trabalhista foi muito mais a consequência, por um lado, das políticas públicas que em parte aceitava e em parte incentivava de seus auxiliares diretos – em especial a criação do ministério do trabalho, do incremento das leis trabalhistas, culminando na promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 –, e, por outro lado, da estratégia da diversificação dos recursos politicamente manejáveis, em especial daqueles derivados das funções de mediação. Em outras palavras, não há em Getúlio Vargas nada que se assemelhe a uma “essência trabalhista”, mas sim um tanto de trabalhismo que o punha ao centro da mediação entre uma classe trabalhadora que ajudava a gestar e o mundo do capital e o mundo estado, o qual se propunha a amparar essa mesma classe contra supostos “excessos”.

De minha parte rejeito qualquer espécie de mística na qual se queira fazer envolver a figura de Getúlio Vargas, seja como um herói da classe trabalhadora e/ou um “pai dos pobres”, seja como um pulha oportunista mestre na dissimulação e no engodo. No trabalho de desencantamento do mundo que é o do historiador, emerge, contra as percepções pueris como as que eu próprio tinha lá na década de 1970, um outro Getúlio Vargas que não foi nada disso, foi apenas um político que soube se mover com eficácia em mundos tais quais se apresentavam a ele. Bem, “apenas” talvez seja pouco no caso dele, afinal, até hoje é uma referência, se não mais popular como outrora, intelectual e ideológica.

Para encerrar, quero fazer um canhestro paralelo, mas que me parece interessante. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, comemorando a autossuficiência em petróleo do Brasil, levantou as mãos manchadas de petróleo em 2006, repetindo o gesto de Getúlio de anos antes, 1953, quando da criação da Petrobras, a referência era direta. Mas, a despeito das questões que envolvem os contextos históricos distintos e o evidente caráter de propaganda do gesto, é possível atentarmos para um aspecto interessante das duas bem conhecidas imagens. Getúlio está de terno e gravata, circundado por outros homens não menos engravatados e com um militar ao fundo. Lula está vestido com um macacão de operário da Petrobras. Sim, muitos dos que o cercam nas fotos são políticos e apoiadores também de macacão, mas quero me concentrar em Lula, totalmente confortável na roupa a qual, embora dela afastado há anos, remete aos inícios de sua trajetória. No caso de Getúlio, a mesma referência pode ser feita, uma vez que o terno e a gravata remetem diretamente ao mundo do bacharelismo que igualmente invocam os inícios de sua trajetória. Getúlio Vargas ainda faz sentido?

## REFERÊNCIAS

### MINHAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O TEMA:

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Estância São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: FÉLIX, Loiva Otero; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo, UPF, 2002, pp. 139-59.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução”. *História Unisinos*, São Leopoldo, Unisinos, vol. 4, n. 2, p. 29-37, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A história ao pé da página: a biografia “Roberto Marinho”. In: SILVEIRA, Helder Gordim; ITURRALDE, Micaela (org.). *Imprensa, comunicação e ditaduras na Argentina e no Brasil*: narra-

tivas de um presente sombrio e lutas por memórias públicas. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2019, p. 231-263.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 83-99.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a revolução de 1930. Anos 90, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 25-35.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Assis Brasil contra Tristão Araripe: a “revolução rio-grandense” na escrita de história e na política do Brasil oitocentista. In: GOMES, Carla Renata A. de Souza; MARTINS, Jefferson Teles. *180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense - as ideias de república em debate*. Porto Alegre, IHGRGS, 2017, p. 79-100.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (org.). *O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 159-184.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre escombros: a guerra de 1893 no Rio Grande do Sul pela prosa ficcional de Alcides Maya. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. (org.). *Revolução Federalista: as múltiplas armas do conflito (1893-1895)*. Passo Fundo, Acervus Editora, 2020.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR um “partido político”? *Logos: revista de divulgação científica*. Canoas, ULBRA, ano 11, vol. 1, n. 1 (especial), maio de 1999, p. 65-68.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Getúlio Vargas e a poluição biográfica. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *A era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2021. 2 v. (Série História; 88), p. 431-468.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Nota sobre regionalismo: Rio Grande do Sul, o “Estado mais politizado do país”. In: NEUMANN, Eduardo; BRANDALISE, Carla (orgs.). *O Rio Grande do Sul revisitado: novos capítulos*. Porto Alegre, Martins livreiro, 2019, p. 295-319.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República*. Porto Alegre, Homo Plasticus, 2017a.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2017b.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Os soldados de Deus: religião e política na Faculdade de Direito de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, 2012, p. 279-298.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Um “conteúdo inferior”: a luta pela história regional do e no Rio Grande do Sul. In: NOVALES, Ana Frega et. al. (orgs.). *História, regiões e fronteira*. Santa Maria, FACOS/UFMSM, 2012, p. 61-73.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. In.: GRIJÓ, Luiz Alberto, KUHN, Fábio, GUAZZELLI, César A. Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 291-320.

#### SOBRE GETÚLIO VARGAS:

ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre, Globo, 1985.

ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre, Renascença, vol. 3, 1993.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

DORIA, Francisco Antônio. *No tempo de Vargas – memórias, reflexões e documentos*. Rio de Janeiro, Revan, 1994.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1993.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1944.

HARTMANN, Ivar. *Getúlio Vargas*. Porto Alegre, Tchê, 1984.

HENRIQUES, Affonso. *Vargas o maquiavélico*. São Paulo, Palácio do Livro, 1961.

- JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo – um retrato com luz e sombra*. São Paulo, Queiroz, vol. 1, 1987, vol. 2, 1994.
- LEVINE, Robert. *O regime de Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NETO, Lira. *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2014.
- NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2013.
- NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo, 1960.
- VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo/Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995, 2 vols.
- VARGAS, Manuel Sarmanho. *Depoimento televisivo a Flávio Alcaraz Gomes*. Porto Alegre, TV Guaíba, 1993.
- VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas*. Porto Alegre, Globo, 1960.

## REFERÊNCIAS TEÓRICAS

- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987. p. 195-223.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Patronage in Sicily. *Man*, n. 1(1), p. 18-33, mar., 1966.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre/São Paulo, Zouk/Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. In. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (62/63), juin, 1986.



BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 31, p. 2-3, jan., 1980a.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.

CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias” e elite “profissional” na medicina no Brasil. *Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica no Brasil e seu recrutamento: confronto com o caso francês. *Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 11, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960), *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144.

DAVIS, John. *Antropologia de las sociedades mediterráneas*. Barcelona, Anagrama, 1977.

GELLNER, Ernest. Patronos y clientes. In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 9-16.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

HALL, Anthony. Patron-client relations: concepts and terms. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 510-512.

LACROIX, Bernard. Ordre politique et ordre social; objectivisme, objectivations et analyse politique. In: BIRNBAUM, P., LECA, J. (orgs.). *Traité de Science Politique*. Paris, PUF, v. 1, 1985. p. 469-565.

LANDÉ, Carl H. Introduction: the diadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977a. p. xiii-xxxvii.

- LANDÉ, Carl H. Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977b. p. 506-510.
- MÉDARD, Jean-François. Le rapport de clientèle: du phénomène social à l'analyse politique. *Revue française de sciences politiques*, n. 26(1), p. 103-131, fev., 1976.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, tomo III, v. 3, 1981. p. 557-596.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- PASSERON, Jean-Claude. Biographie, flux, itinéraires, trajectoires. In: *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 1999.
- PENDARIES, Jean-René. Approche biographique et approche structurelle: quelques remarques sur le «retour du biographique» en sociologie. *L'homme et la société*, n. 102, 1991. *État et société civile*, p. 51-63. Disponível em [http://www.persee.fr/doc/homso\\_0018-4306\\_1991\\_num\\_102\\_4\\_2584](http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1991_num_102_4_2584), acesso em 06 de janeiro de 2021.
- PENEFF, J. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. In: *Politix*, 27, 1994.
- PUDAL, B. Du biographique entre "science" et "fiction" : Quelques remarques programmatiques. In: *Politix*, 27, 1994.
- SAINT MARTIN, Monique de. À propos d'une rencontre entre chercheurs: sciences sociales et politique au Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 71/72, março, 1988, p. 129-134.
- SAINT MARTIN, Monique de. Une grande famille. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 31, jan., 1980, p. 4-21.
- SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- SCOTT, James C. Patronazgo, o explotación? In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 35-61.
- SCOTT, James C. Political clientelism: a bibliographical essay. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 483-505.

SCOTT, James C. Corruption, machine politics, and political change. *The american political science review*, n. 63(4), dezembro, 1969, p. 1142-1158.

SILVERMAN, Sydel. El patronazgo como mito. In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. p. 17-33.

WEINGROD, Alex. Patronazgo y poder. In: GELLNER, Ernest et al. *Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas*. Madri, Jucar, 1986. pp. 63-77.

WOLF, Eric R. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Peasants and peasant societies*. Harmondsworth, Penguin Books, 1979. p. 50-68.

WOLF, Eric R. Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies. In: SCHMIDT, S. W. et al. (Org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977. p. 167-177.

# II

## A trajetória política de Alberto Pasqualini: repensando o “doutrinador” e “teórico” do trabalhismo – da entrada na política às aproximações com Getúlio Vargas

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA  
DOUGLAS SOUZA ANGELI

Figura política de importância na história do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Alberto Pasqualini ficou conhecido como o “doutrinador” e o “teórico” do trabalhismo. Esse reconhecimento deu-se ainda ao longo de sua vida pública e teve menos a ver com a ideia de uma “função” por ele ocupada no partido e mais com as formas pelas quais buscou se inserir nas disputas provenientes do jogo político partidário de sua época, além de aproveitar oportunidades de se tornar um protagonista na mediação social e política dos diversos contextos em que atuou. Por um caminho alternativo às pesquisas pioneiras sobre o PTB, produzidas principalmente durante os anos 1980, a versão monolítica sobre a atuação de Pasqualini enquanto “doutrinador” e “teórico do trabalhismo” (DELGADO, 1989; BODEA, 1992) é problematizada neste capítulo a partir da compreen-

são de sua trajetória, desde sua entrada na política até sua gradual ascensão aos espaços de poder e de liderança, período que se localiza entre o final dos anos 1920 e meados da década de 1950<sup>1</sup>.

Com a utilização do conceito teórico de “trajetória” busca-se entender a “série de posições sucessivamente ocupadas” por Pasqualini “[...] em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 2006, p. 183-191). Em outras palavras, a trajetória é compreendida como o conjunto dos itinerários percorridos por um agente (ou por agentes) conforme suas experiências de vida e “de acordo com sua origem social e determinada posição presente, antecedida por todas as outras posições sociais” (situações sociais, experiências). Considerando que os percursos de vida variam em função da estratificação social, é possível dizer que as “trajetórias” podem expressar, também, “pertencimento” a uma determinada classe ou grupo social (MARINHO, 2017, p. 27). O conceito de “trajetória” mostra-se interessante porque a partir dele foi possível mobilizar aspectos significativos da atuação de Pasqualini antes de seu ingresso no PTB e, assim, problematizar também sua atuação no trabalhismo. Ao considerar o conceito de “trajetória” aplicado à atuação de Pasqualini, busca-se compreender como, afinal, se deu sua entrada

<sup>1</sup> Este capítulo caracteriza-se como uma versão adaptada de produções já publicadas acerca dos resultados de duas investigações realizadas em nível de doutorado acadêmico em História dos dois autores, na PUC-RS e na UFRGS (ALMEIDA, 2015; ANGELI, 2020). Ambos os percursos tiveram como foco analítico a trajetória política de Alberto Pasqualini respectivamente em dois momentos: o primeiro, que se iniciou no final da década de 1920, com seu ingresso na política partidária e que segue até o Estado Novo (1937-1945) e o segundo, referente aos momentos em que Pasqualini foi candidato a governador do estado do Rio Grande do Sul, nos pleitos realizados nos anos de 1947 e 1954. Os produtos que resultaram dessas duas investigações foram publicados nos anos seguintes da conclusão do curso de doutorado e são devidamente citados ao longo do capítulo. Neste esforço de síntese, que subsidiou as reflexões presentes no texto que segue nas próximas páginas, a leitora e o leitor encontrarão algumas considerações muito próximas desses outros produtos publicados nos últimos cinco anos. Na primeira parte, especialmente, com Almeida (2017, 2018). Na segunda parte com Almeida (2019, 2020) e Angeli (2020).

na política partidária e também sua permanência durante mais de duas décadas marcadas por importantes transformações na vida política do país, que compreenderam desde os diversos realinhamentos das forças políticas até às mudanças no ordenamento institucional. Sua permanência nesses diferentes contextos, tão distintos entre si - fator que poderia ter chamado atenção dos trabalhos de pesquisa que se detiveram ao estudo de sua atuação, mesmo quando se incluem os mais recentes - não foi motivo de problematização.

Nascido em 1901 na localidade de Ivorá, no estado do Rio Grande do Sul, Alberto Pasqualini exerceu o mandato de vereador em Porto Alegre entre os anos de 1936 e 1937, foi membro do Departamento Administrativo do Estado entre 1939 e 1943, secretário do Interior e Justiça entre 1943 e 1944. Em 1946, ingressou no PTB, pelo qual foi candidato em dois pleitos ao governo estadual do Rio Grande do Sul, em 1947 e 1954. Em 1950 foi eleito senador, exercendo mandato entre 1951 e 1955, destacando-se como relator do projeto de lei que culminou na criação da Petrobrás. Só se afastou da vida pública devido ao agravamento de seu estado de saúde na metade dos anos 1950. Morreu em 3 de junho de 1960 na cidade do Rio de Janeiro.

Estudando os modos pelos quais indivíduos são “escolhidos”, “recrutados” ou se tornam, afinal, “aptos” à vida pública (em seu sentido mais estrito, às atividades políticas), Michel Offerlé (2011, p. 85) buscou, considerando a própria “imprecisão” da atividade – a política – entender quais foram, ao longo da história, os elementos que caracterizaram “modalidades diversas de constituição do pessoal especializado na gestão dos assuntos políticos”. Para Offerlé (2011), a noção de “background” torna-se uma referência central acerca da caracterização do conjunto de recursos que foram considerados “desejáveis”, principalmente ao longo dos séculos XIX e XX,

ao se assumir determinados lugares nos grupos políticos e nos diversos espaços de poder (OFFERLÉ, 2011, p. 95). Ao mesmo tempo, para o historiador francês, também o contexto é importante na caracterização dos usos possíveis de recursos ou do conjunto de recursos acumulados por um determinado agente. É necessário, então, também atentar em quais contextos ocorrem as entradas e as saídas desses agentes na política. No caso de Pasqualini, os recursos que sustentaram as identificações de “teórico” e de “doutrinador” guardam relação com o seu percurso como aluno (laureado por ocasião de sua formatura como bacharel em direito) e professor na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Pontos significativos de sua trajetória que lhe permitiram adquirir recursos políticos e o domínio de lógicas variadas gradualmente reconvertidas em capital político. Um “background”, portanto, que lhe permitiu formular propostas (posição) para sua atuação política (ação) nos diferentes momentos e cenários de (e nos quais se deu) sua trajetória.

Por outro lado, sua permanência na atividade política por tanto tempo e ao longo de períodos marcados por crises políticas e institucionais acompanhou o percurso de outro personagem importante da história política brasileira: Getúlio Vargas. As aproximações entre os dois se iniciam em fins dos anos 1930, passam pelo Estado Novo (1937-1945) e continuam na década de 1950.

No que toca as relações entre Pasqualini e Vargas no PTB, essa foi compreendida, de modo recorrente, a partir de uma visão dicotômica, na qual os papéis desempenhados por ambos estariam circunscritos apenas a partir de contrapontos associados às “funções” que teriam no partido. Alberto Pasqualini foi identificado como “doutrinador”, “teórico” e “ideólogo”, Getúlio Vargas foi compreendido como “estrategista” e “pragmático” (DELGADO, 1989; BODEA, 1992). Afastando-se dessa versão que foi apresentada por meio da

dicotomia é possível encontrar outras possibilidades de entendimento, como, por exemplo, a ideia de que ser considerado o portador da doutrina do trabalhismo serviu a Pasqualini mais como um meio de inserção no PTB e de disputa com Vargas do que necessariamente uma “função” que teria desempenhado no partido. Além disso, permite compreender como essa aproximação entre os dois não deixaria de ajudar Pasqualini a se manter no jogo político ao longo do período em que se deu sua atuação antes e depois de seu ingresso no PTB (ALMEIDA, 2020; ANGELI, 2020).

O objetivo geral do capítulo que segue é o de contribuir para os estudos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini, apresentando-a a partir de interlocuções com os referenciais “clássicos” sobre a história do PTB (DELGADO, 1989; BODEA, 1992) e considerando o papel que ele teria assumido nessas interpretações como “doutrinador” ou “teórico do trabalhismo”. Considerar a historicidade dessas denominações associadas a Pasqualini serve para compreender a gradual constituição de sua figura pública a partir dessas denominações e como, afinal, elas serviram para mobilizar tanto a entrada quanto a sua permanência em atividades políticas em um período marcado por contextos diversos e nos quais se desenharam múltiplas e diferentes possibilidades para reconversão desse reconhecimento.

Na primeira parte deste capítulo, busca-se compreender alguns aspectos relativos ao percurso acadêmico de Alberto Pasqualini realizado na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como aluno e depois como professor da instituição. Além do percurso acadêmico, considera-se o contexto de transformações na vida política no estado do Rio Grande do Sul ao longo da década de 1920, período que se mostrou propício para que Pasqualini pudesse reconverter recursos intelectuais, culturais e sociais obtidos ao longo do percurso acadêmico. A primeira parte do texto considera: o momento de conclusão de



seu curso de bacharel em direito em 1928, sua filiação ao PL (Partido Libertador) no mesmo ano, o lançamento de sua candidatura a deputado federal em 1934, seu ingresso como professor da faculdade em 1935 até sua eleição para vereador em Porto Alegre em fins de 1935.

Na segunda parte, explora-se os diferentes momentos em que Alberto Pasqualini buscou se aproximar de Getúlio Vargas. A primeira aproximação se deu entre os anos de 1936 e 1937, período marcado por grave crise política no estado do Rio Grande do Sul e no momento no qual Pasqualini se aliou a Vargas, junto a um grupo de dissidentes, para articular a derrubada do então governador Flores da Cunha, naquela altura seu adversário político. Durante a vigência do Estado Novo (1937-1945), Vargas indicou Pasqualini para ocupar cargos na administração estadual no Rio Grande do Sul: primeiro, em 1939, no Departamento Administrativo Estadual e, posteriormente, em 1944 na Secretaria do Interior e Justiça. Voltariam a se aproximar depois de 1946, momento em que Pasqualini ingressou no PTB. Embora recorrentemente visto como contraponto um do outro - Vargas “pragmático” e Pasqualini “doutrinário” - recorrendo a outras fontes, é possível perceber a relação entre as duas lideranças de forma mais aprofundada, como durante o cenário de definições para as eleições de 1950, momento no qual a “doutrina” do trabalhismo serviu como meio de inserção de Pasqualini no debate público acerca da participação do PTB no pleito presidencial e da definição de sua candidatura ao senado federal.

As análises empreendidas sobre a história do PTB a partir da clivagem entre os “doutrinários” e os “pragmáticos”, de diferentes modos absorvida nas pesquisas de Bodea (1992) e Delgado (1989), já foram problematizadas em outras investigações ainda durante a década de 1990. Maria Celina D’Araújo (1997, p. 170) afirmou que a luta interna que se travou no PTB acabou definindo, em gran-

de medida, sua ação política: “o nacionalismo no PTB não foi incompatível com o empreguismo, nem o reformismo foi antítese de clientelismo. Ao contrário, foi bem-sucedido no partido e nas urnas quem conseguiu unir essas estratégias”. Mais recentemente, as pesquisas sobre as trajetórias de líderes do PTB tiveram também que revisitar estudos “clássicos” de Bodea (1992) e Delgado (1989). Investigando sobre a trajetória de Fernando Ferrari, Maura Bombardelli (2016, p. 199) identificou que a dicotomia entre “programáticos” e “pragmáticos” integrou o discurso político após 1954, sendo utilizada enquanto recurso para, no caso de Ferrari, se legitimar no enfrentamento contra João Goulart na luta interna do PTB. Especificamente em relação à trajetória de Alberto Pasqualini, a concepção de sua atuação apenas como “doutrinador” foi tanto reforçada quanto, em alguns trabalhos, questionada. Para Roberto Bittencourt da Silva (2012, p. 54) Pasqualini teria ocupado papel de destaque como “doutrinador” e que sua atuação foi um dos motivos dos conflitos entre o pragmatismo getulista e o idealismo pasqualinista. Para Laura Vasconcellos (2009, p. 70) o “discurso” de Alberto Pasqualini como “homem puro e idealista” contrasta com sua “prática política” que “pouco destoava da maneira como Vargas concebia a política”.

O esforço de síntese contido neste capítulo procura enfrentar um desafio: o de se problematizar as interpretações pioneiras do PTB produzidas ao longo dos anos 1980 e nas quais a versão monolítica de Alberto Pasqualini como “doutrinador”, “teórico” ou “intelectual” do partido foi preponderante. Entende-se que esses rótulos não permitem a adequada compreensão da sua trajetória política nos diferentes contextos e cenários nos quais se deu sua atuação que não esteve a salvo das inúmeras contingências, dos objetivos circunstanciais no jogo político, da reconversão de recursos e capitais simbólicos e do complexo processo de aproximações e recuos em relação a Getúlio Vargas.

EM FINS DOS ANOS 1920, A ENTRADA NA POLÍTICA:  
DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO DE PORTO ALEGRE  
AO PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Senhores: Em todas as ciências e em todas as artes, disse Aristóteles, o objetivo formal é a consecução de um bem, e o maior de todos os bens encontra-se na ciência mais elevada. A ciência mais elevada, a ciência *scientiarum*, era, para o filósofo, a política, que hoje denominados sociologia ou ciência social, e acrescentava que o bem que se colima em política é a justiça e que a justiça é a unidade geral [...]. Vós podereis deslocar o eixo da sociedade. Tendes uma alavanca poderosa que é o pensamento, e um ponto seguro de apoio que é a ciência. E se assim fizerdes, e se assim fizermos, haveremos de exultar um dia, porque, senhores, a natureza nos fez de tal maneira que só nos poderemos sentir felizes quando tivermos cumprido o nosso dever<sup>2</sup>.

O discurso de Alberto Pasqualini como orador da turma de bacharéis em direito não parece destoar do que já se conhece sobre esse personagem e suas “credenciais” como “doutrinador” e “teórico” do PTB. Falou em “ciência” e disse que o “pensamento” seria uma “alavanca poderosa” para “deslocar o eixo da sociedade”. Porém, uma análise mais aprofundada do contexto do seu pronunciamento pode subsidiar outras possibilidades de interpretação. O reconhecimento de Pasqualini como portador da “teoria” ou “doutrina” do PTB se delineou ainda ao longo de sua vida pública e teve menos a ver com a ideia de uma “função” que teria sido por ele ocupada no partido e mais com as formas pelas quais buscou se inserir nas disputas prove-

<sup>2</sup> DISCURSO aos formandos da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 de abril de 1929.

nientes do jogo político partidário de sua época, além de aproveitar as possibilidades de se tornar um protagonista da mediação social e política do seu contexto. A identificação como “teórico” e “doutrinador” guarda relação com os recursos mobilizados em torno do seu percurso acadêmico na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como aluno laureado e professor.

Desde o século XIX, os cursos de direito, não apenas no Brasil como também em outros países, tiveram papel significativo no “fornecimento” de pessoal “especializado” para ocupar uma série de cargos públicos, incluindo posições de importância e destaque nos quadros dirigentes do Estado. Desde 1822, com a independência política de Portugal, egressos de cursos de direito tiveram papel-chave na estruturação “burocrática” do Estado brasileiro. Os bacharéis podem ser vistos como um grupo social cuja posição lhes permitia agir politicamente integrando os aparelhos burocráticos do Estado (VENÂNCIO FILHO, 1977, p. 40-45).

A destacada posição ocupada pelos egressos dos cursos de direito na composição burocrática do Estado poderia lhes garantir, de modo adicional, não somente um lugar no aparelho “técnico”, mas a possibilidade de ocupar lugares de destaque também do ponto de vista “político”. O lugar social que passaram pouco a pouco a ocupar, durante o século XIX e estendendo-se por parte do período republicano no século XX, marcou o que se poderia chamar de simbiose entre *posição* e *ação*, passando a garantir-lhes destaque entre os grupos dirigentes e também entre importantes lideranças políticas.

Sérgio Adorno (1988, p. 154-155), ao estudar a história da “Academia de Direito de São Paulo”, compreende que a atuação dos egressos dos cursos de direito imprimiu no Brasil um perfil específico à elite política. Além da sua presença nos quadros dirigentes, foi com os bacharéis em direito que se originou uma nova “postura” em

relação à atuação política. “Prudência” e “moderação”, por exemplo, passaram a ser qualidades desejáveis aos que se sentiam aptos ao ingresso na vida política. Dois qualitativos que funcionaram como espécie de credenciais entre os “vocacionados” para a mediação social e política e que foram determinantes na forma com a qual muitos dos egressos das “academias” se apresentariam para o/no exercício de suas atuações/atividades políticas.

Ao estudar a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e seu significativo papel na formação das elites que viriam a ocupar posições no jogo do poder político estadual e nacional nos anos seguintes de seus percursos acadêmicos, Luiz Alberto Grijó (1998, p. 78) afirmou que o diploma de bacharel em direito, ao lado de outros como os de medicina e engenharia, trazia, além do prestígio inerente em uma época em que o acesso à educação universitária era muito restrito, duas possibilidades: a de que o egresso pudesse ocupar cargos que pressupunham a formação jurídica; a de entrada, com mais chances de sucesso, desses egressos no jogo político partidário de disputa pelo poder. Pode-se dizer, assim, que a atuação política de Alberto Pasqualini fazia parte de uma tradição entre egressos de cursos de direito no país desde o século XIX, com a criação das primeiras “academias”. A formação jurídica e o engendramento de grupos políticos dirigentes marcou o período pós-independência e o início do período republicano. Para Grijó (1998), o ingresso nessas instituições e a obtenção de diplomas não podem ser explicados apenas em função dos conhecimentos teóricos/técnicos potencialmente adquiridos pelo estudante. O diploma de bacharel em direito era um “bem raro” (GRIJÓ, 1998, p. 78-79) porque através dele era possível, com mais chances de sucesso, acessar posições políticas nos quadros dirigentes do Estado, além de se inserir no jogo político partidário.

O discurso de formatura de Alberto Pasqualini, proferido na

cerimônia de colação de grau dos bacharéis no Salão Nobre da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre foi reproduzido, em sua integralidade, pelo jornal *Correio do Povo* no dia seguinte. Sendo o orador da turma, Pasqualini recebeu uma láurea acadêmica, um “prêmio de honra que era conferido ao formando que coroava seu percurso escolar com méritos”. A concessão da láurea acadêmica se configurou como uma “prática” desde o contexto de “instalação das primeiras faculdades de direito” (ALMEIDA, 2017, p. 150). Para se compreender a láurea como um recurso simbólico importante, é interessante notar o que narrou João Neves da Fontoura em suas memórias:

Maurício [referência a Maurício Cardoso] foi o primeiro dos “cães” que conquistou uma láurea. Pela lei não escrita da sociedade, tinha direito à comemoração pública, que lhe fizemos, com convidados especiais a um jantar de gala [...]. No dia seguinte, todos os jornais deram expressivo relevo à festa presidida pelo Desembargador André da Rocha, diretor da Faculdade de Direito. Maurício entrou, assim, nos embates da vida profissional e pública, por uma porta de ouro. Correspondeu ao que dele esperávamos. (FONTOURA, 1969, p. 111-112).

A concessão da láurea era uma distinção entre os distintos. Ao aluno laureado era dada a oportunidade de ser o orador da turma, de que seu discurso de formatura estivesse estampado nos jornais da cidade nos dias seguintes da cerimônia. Tratava-se de distinção importante já que possibilitava maiores chances de aparecer no debate público, obtendo mais uma possibilidade de reconhecimento social. Em duas décadas, todos os “distintos”, entre os anos de 1908 e 1937, exerceram funções no serviço público. A maior parte deles, um pouco mais da metade, exerceu cargos eletivos, desde deputado estadual e federal, senador, prefeito e vice-prefeito.

Além disso, mais da metade dos que foram laureados até o ano de 1937 exerceu atividades de docência na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Foi a láurea que, no caso desses alunos, representou a “justificativa” para o seu ingresso como professores na instituição. Em um contexto marcado por uma baixa profissionalização de atividades docentes na educação superior e limitado acesso às faculdades, havia um número grande de disciplinas e faltava docentes para lecioná-las. Os alunos que concluíam seu percurso acadêmico com distinção (os bacharéis laureados) se tornavam, dessa forma, potenciais contratados para o exercício de atividades docentes.

Foi com a saída de Armando Câmara, que pediu demissão em 1934, que Alberto Pasqualini foi contratado pela instituição, sem precisar realizar concurso. Desde 1933, os concursos para o provimento de cargos de docente foram substituídos, com base em um decreto de 1931, por votação de pelo menos “dois terços dos votos da Congregação” (RODRIGUES TILL, 2000, p. 280). Isso acontecia, como colocado anteriormente, pela baixa profissionalização da atividade docente no ensino superior. No mesmo documento, salientava-se que existiam “nesta cidade, bem conhecidos da Congregação, profissionais de reconhecida idoneidade moral” além de “comprovada capacidade intelectual para o desempenho das funções do magistério superior nesta Faculdade” (RODRIGUES TILL, 2000, p. 280). No parecer acerca do pedido de demissão de Câmara e da contratação de Alberto Pasqualini foi colocado:

[...] que se fez sentir ao mesmo, por intermédio do Dr. Eloy Rocha, portador do referido officio, que não procedia esse motivo, visto que toda a Congregação se manifestara a respeito de sua capacidade e mérito altamente elogioso, concitando-o, assim, a desistir de seu pedido de demissão. Entretanto, como per-

sistisse nesse propósito e dada a necessidade de ser preenchida a cadeira, convidara ao Dr. Alberto Pasqualini para assumir a sua regência, atendendo a que se trata de um aluno laureado de grande valor (RODRIGUES TILL, 2000, p. 285).

A obtenção do diploma de direito, além da possibilidade de profissionalização, representava potencialmente a aquisição de prestígio e notoriedade para atuar nas esferas de poder político-institucionais. Tendo obtido uma distinção entre os distintos, tendo em vista a concessão da láurea e sua atuação como docente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Pasqualini tornou-se detentor de recursos que puderam ser convertidos em capital político ao longo de sua trajetória.

Desde a sua fundação, a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre teve, em seu quadro docente, nomes que ocuparam cargos públicos e posições de liderança nos quadros político partidários. O corpo de “professores fundadores” (GRIJÓ, 1998, p. 85-86), por exemplo, foi formado por agentes que desempenharam diversas funções como o exercício da advocacia, desembargadores, cargos em promotorias e juizados, cargos em empresas públicas e privadas, cargos políticos eletivos e secretarias de Estado, além de atividades no jornalismo e até como produtores rurais. A atividade docente na Faculdade era, então, mais uma oportunidade de exercício de função com “prestígio social”, de obter mais um “título”, como o de professor “catedrático” por exemplo. A Faculdade se tornava mais um espaço de “consagração social” e de potencial aumento de capital de notoriedade que poderia ser reconvertido em capital político ou mesmo vir em seu reforço. Luiz Alberto Grijó (1998) salientou que a obtenção de prestígio e reconhecimento social e político, em alguns casos, chegou, até mesmo, a substituir, na prática, “a retribui-



ção pecuniária”. Além da baixa profissionalização, a possibilidade de obter recursos simbólicos que pudessem vir a ser reconvertidos em capital político foi, em alguns casos, mais importante que a retribuição financeira, a exemplo do início das obras no prédio-sede em 1908, quando os professores “lecionavam gratuitamente” (GRIJÓ, 1998, p. 89-90).

Pasqualini entrou para o quadro de professores da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em um cenário político caracterizado pela instabilidade no plano estadual e federativo. Seu percurso acadêmico se cruza com sua trajetória política. No ano em que concluiu o curso de bacharel em direito, em 1928, filiou-se ao PL. Em 1934 interessou-se pelo jogo político federativo e pelas intenções de seu partido em projetar-se ao plano político nacional, lançando-se candidato a deputado federal. Não tendo vencido o pleito e ficado apenas como 11º suplente só se afastaria de suas funções docentes na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1935, quando foi eleito para o cargo de vereador na capital.

Ao buscar explicar o sucesso das principais lideranças políticas de uma geração anterior a de Pasqualini – a denominada “geração de 1907” – Grijó (1998) destacou, além dos elementos que caracterizaram essas trajetórias, como o domínio de lógicas variadas (institucional, burocrática, jurídica, jornalística, dos combates militares) e a reconversão de recursos previamente detidos, a importância de situações bem aproveitadas por esses políticos no início de suas carreiras políticas: a campanha eleitoral de 1907, para os casos de João Neves, Getúlio Vargas e outros, a militância política nas escolas superiores, como no caso de Oswaldo Aranha, a atividade na imprensa, no caso de Lindolfo Collor, uma bem-sucedida banca de advocacia e docência do direito no ensino superior, como no caso de Maurício Cardoso, constituíram vias de acesso aos círculos parti-

dários e, para o caso do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) “a oportunidade de mostrarem-se capazes de arcar com o peso das tarefas ou empreendimentos valorados como adequados e mesmo necessários para integração e aceitação no número destes partidários com possibilidades de obter cargos ou posições de destaque” (GRIJÓ, 1998, p. 148).

Se Pasqualini, assim como outros de sua “geração” e de “gerações” anteriores, já detinha o “background” necessário para inserção no jogo político e para o exercício de atividades políticas, é necessário também entender como esse “background” foi manejado e como, afinal, um contexto de transformações no plano político estadual e federativo se tornou um cenário propício para o seu ingresso no exercício das atividades políticas e na luta pelo poder político.

No período em que se delineou o percurso acadêmico de Pasqualini na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, ocorreram transformações no plano político. Houve um realinhamento das forças que disputavam o poder no estado do Rio Grande do Sul a partir de meados dos anos 1920 que foi marcado por dois eventos-chave: a Guerra Civil de 1923 e a assinatura do Pacto de Pedras Altas no ano de 1924. Dois eventos que marcaram o gradual declínio de Borges de Medeiros na supremacia do poder estadual, redefinindo-se um cenário mais propenso ao surgimento e a ação de novas lideranças (ALMEIDA, 2019, p. 639-641). A efervescência política do contexto marcou o ingresso de Pasqualini na vida política, sua filiação partidária e os primeiros passos de sua trajetória política.

Até o fim dos anos 1920 e durante quase toda a Primeira República, a política no estado do Rio Grande do Sul foi substancialmente definida pela violência e pelo comando do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Os republicanos vinham consolidando sua influência desde o fim do período do Império. Conquistaram a su-

premacia no controle do poder estadual depois do fim da Guerra Civil de 1893. Salvo alguns intervalos, Borges governou o Rio Grande do Sul durante todo o período 1898-1927. Até meados dos anos 1920, essa situação pouco se alterou, tendo em vista o fato de que a Constituição de 1891 não limitava a reeleição do presidente do estado, o que garantiu a sua permanência do ponto de vista legal. A mudança no texto constitucional se deu somente depois da Guerra Civil de 1923. Com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, em 1924, fechou-se o acordo que impedia, enfim, a permanência de Borges de Medeiros no comando do Executivo estadual (BALBINOT, 2017).

Ainda assim, temendo que os republicanos aliados a Borges pudessem descumprir o acordo, em 15 de janeiro de 1924, passado apenas alguns dias da assinatura do Pacto de Pedras Altas, sob a liderança de Assis Brasil, foi realizada uma reunião entre federalistas e republicanos dissidentes em São Gabriel/RS que buscou formar um bloco de oposição que ganhou o nome de Aliança Libertadora. Foi uma coligação que desempenhou o papel de organizar um bloco efetivo de oposição ao PRR. Tinha o propósito central de combater a permanência de Borges de Medeiros no poder, o que incluía rechaçar qualquer tentativa do PRR de se perpetuar no governo do estado do Rio Grande do Sul.

Em 1927, tendo em vista a impossibilidade de que Borges viesse a concorrer ao cargo novamente, os republicanos indicaram o nome de Getúlio Vargas para disputar a presidência do estado tendo o nome de João Neves da Fontoura como vice-presidente. A Aliança Libertadora, ainda que tivesse o propósito de combater a hegemonia do PRR, aderiu à indicação de Getúlio Vargas. Na ocasião, a indicação foi compreendida pelos aliancistas como um nome que apontava para uma possibilidade de conciliação. O apoio a eleição de Getúlio Vargas ao Executivo estadual não deixaria de representar

também a possibilidade de aumento considerável no raio de influência dos aliancistas sobre o governo estadual.

Concretizada a eleição de Getúlio Vargas para a presidência do estado, em 1928, a Aliança Libertadora daria lugar a um partido. Os aliancistas fundavam, em 3 de março de 1928, em Bagé/RS, o Partido Libertador (PL). A fundação do partido pode ser vista como mais um passo no sentido de aumentar a influência da Aliança sobre o governo estadual. Na presidência do estado, Vargas não deixaria de atender às expectativas dos libertadores, intervindo pessoalmente contra focos de resistências locais para transferir cargos a membros do PL quando da realização das eleições municipais. Vargas garantiu aos libertadores, ainda, sete assentos na Assembleia dos Representantes, “quando, até então, possuíam direito a apenas seis assentos” (LAPUENTE, 2018, p. 48). Ainda que o PL não desse seu apoio irrestrito ao novo governo, houve um aumento de sua influência de atuação e, finalmente, a quebra de um vetor de continuidade representado pelos sucessivos governos de Borges de Medeiros.

Também em 1928 as forças políticas estaduais acertaram entendimentos para as eleições presidenciais, tendo como candidato Getúlio Vargas. PRR e PL aliaram-se nesse intento. A Frente Única representaria um momento de união, ainda que efêmera, das oposições históricas no estado do Rio Grande do Sul que, principalmente entre os libertadores, vislumbravam a possibilidade de aumentar seu raio de influência sobre o governo, estendendo-o para o plano federativo.

Uma consideração central para a compreensão da entrada de Alberto Pasqualini na política é entender que, ao final dos anos 1920, a situação das forças políticas no estado do Rio Grande do Sul estava bastante diferente de momentos anteriores. Cada vez mais o PL ganhava peso no quadro político partidário estadual. Era um partido que, embora não fosse dominante, tinha perspectivas de

crescimento em termos de poder e influência. O seu ingresso no PL guarda relação com esse contexto de reconfiguração significativa das forças políticas estaduais. Formava-se um cenário bastante propício para a ascensão de lideranças que até então não integravam o cenário histórico das lutas políticas em âmbito estadual.

O período em que Pasqualini foi aluno da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, durante a década de 1920, foi um momento de significativa efervescência política marcada pelo declínio da hegemonia borgista sobre o PRR e, em consequência, sobre o poder estadual. O jovem egresso, por certo, acompanhou esse processo a partir de uma instituição que, historicamente, cumpriu o papel de formar a elite política estadual. A formação em direito, assim como em outras instituições do país, não pressupunha apenas atividade profissional de advogado, magistrado, juiz ou somente atividades específicas na burocracia estatal. Os egressos das “academias”, entre os séculos XIX e XX, ocuparam um lugar (de reconhecimento) social em que a simbiose entre *posição* e *ação* garantia aos bacharéis uma posição de destaque entre os grupos dirigentes e também entre importantes lideranças políticas.

Como colocado anteriormente, o reconhecimento de Pasqualini como “teórico” e “doutrinador” se deu ainda ao longo de sua vida pública. Ele próprio utilizaria desse seu reconhecimento para se inserir no jogo político nos diferentes contextos e cenários nos quais atuou. Ainda assim, é possível dizer que a cristalização desses epítetos se dá logo após a sua morte, em junho de 1960, no cenário de definição das eleições presidenciais, pleito no qual concorria a vice-presidente pelo PTB João Goulart. Não foram poucos os periódicos que, ao noticiarem a morte de Alberto Pasqualini, estabeleceram comparações entre o “teórico do trabalhismo” e o então “discípulo” de Getúlio Vargas. No intuito de desmerecer Goulart, em grande

parte da imprensa marcadamente antigetulista, a imagem do portador da “doutrina” foi compreendida a partir da ideia de superioridade em relação ao “político” próximo de Vargas.

Décadas mais tarde, em um novo cenário de transformações institucionais, sociais e políticas no país, em fins dos anos 1970 e meados dos 1980, os rótulos de “doutrinador” e “teórico” ganharam novo reforço a partir de ressignificações de cunho memorialístico. O “espólio pasqualinista” associado à “tradição trabalhista” entrou novamente em disputa sendo (re)“interpretado”. Os seus “intérpretes” buscaram colocar-se na linha de sucessão dessa “tradição” disputando o que se poderia considerar como o espólio do “doutrinador” e “teórico” do trabalhismo. Nessa linha de interpretação, Pedro Simon, Tarso Genro e o próprio Miguel Bodea são vistos como pretendentes “herdeiros” de Pasqualini (GRILL, 2005). Nas obras/textos desses “autores” (os dois primeiros políticos e o último assessor de Leonel Brizola) que “interpretam” a “tradição trabalhista”, há poucas menções sobre a trajetória política inicial de Pasqualini. Por exemplo, na coletânea organizada por Pedro Simon (1994), o percurso inicial de Alberto Pasqualini antes de seu ingresso no PTB foi circunscrito a apenas um capítulo sob o título de “Bases do Trabalhismo” configurando uma visão retrospectiva vista como “espécie de preparação para seu posterior ingresso no PTB” (ALMEIDA, 2015, p. 24).

Ocorreram também reforços de ordem teórico-conceitual. Nas interpretações da ciência política produzida ao longo dos anos 1980, representadas nos trabalhos de Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) e Miguel Bodea (1992), o reforço se deu a partir dos usos do conceito de “intelectual” advindo da obra de Gramsci (1975, 1977) que chegava ao Brasil nos anos 1970. Essa associação da atuação de Pasqualini a de um “intelectual” também guarda relação com os mo-

dos pelos quais a ciência política produzida nos anos 1980 buscou enxergar o período 1945-1964 e, sobretudo, a atuação dos líderes políticos ligados ao PTB. Para esses trabalhos de pesquisa, estaria mais no “caráter doutrinário” ou nas “bandeiras reformistas” que teriam a marca da “doutrina”, a demonstração de que o PTB não seria tão somente expressão do “populismo” (WEFFORT, 1979; IANNI, 1968). Assim, trajetórias individuais de lideranças do partido, seus recursos sociais e políticos, bem como as lutas internas pelo poder no partido, além das disputas que se refletiam em diversos momentos decisivos, como nas eleições por exemplo, não foram tratadas por esses trabalhos<sup>3</sup>.

Cuidando para não incorrer na “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006) é possível dizer que o reconhecimento público (social e político) de Pasqualini, a partir da segunda metade da década de 1940 e ao longo dos anos 1950, como “doutrinador” e “teórico do trabalhismo” teve relação com os recursos simbólicos obtidos e conquistados durante seu percurso acadêmico como aluno laureado (por ocasião de sua cerimônia de formatura em 1929) e como professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1935. Percurso que pode ser compreendido como “determinante para o seu ingresso e para a construção de seu capital de notoriedade no jogo político partidário da época” (ALMEIDA, 2016, p. 148).

Compreende-se que também o contexto de realinhamentos das forças políticas estaduais em relação ao plano federativo foi preponderante, configurando-se em cenário propício para a reconversão dos recursos obtidos pelo “bacharel em direito” e professor na construção dos passos iniciais de sua trajetória política. Embora não

<sup>3</sup> No caso de Lucília de Almeida Neves Delgado, a pesquisadora reiterou as considerações presentes *PTB: do getulismo ao reformismo* (1989) no início dos anos 2000. Sobre sua compreensão do PTB como partido político consultar DELGADO (2001, p. 167-204).

se possa dizer que as principais lideranças do PL naquele momento – fins de 1920 e meados dos 1930 – eram radicalmente “novas”, o declínio do poder dos republicanos, após décadas de hegemonia desde 1889, não deixaria de marcar a entrada de Alberto Pasqualini no campo das disputas político partidárias.

#### APROXIMAÇÕES ENTRE VARGAS E PASQUALINI

A leitura de dois “clássicos” estudos sobre o PTB (DELGADO, 1989; BODEA, 1992) demonstra que a alusão ao “intelectual” do partido aparece, de maneira recorrente, como contraponto à atuação de outra figura política central no trabalhismo brasileiro: Getúlio Vargas. Nessas duas pesquisas, Pasqualini representaria a “corrente doutrinária”, enquanto Vargas seria o representante dos “pragmáticos”, outra das “alas” presentes na formação do PTB. Em ambos os trabalhos é possível constatar a ausência de maiores referências à trajetória política inicial de Pasqualini antes de seu ingresso no PTB. Embora o tema não tenha sido, de maneira específica, o seu percurso individual, Pasqualini é um personagem importante nessas pesquisas, funcionando como espécie de “marcador” das diferenças de formação do partido em âmbito regional e nacional, para o caso de Miguel Bodea; e de aspectos relacionados às fases pelas quais passou a história do PTB no caso da análise de Lucília de Almeida Neves Delgado (ALMEIDA, 2020, p. 214).

As relações entre Vargas e Alberto Pasqualini, ao contrário da versão monolítica do “teórico” e “doutrinador”, ou da visão na qual o primeiro desempenhou a “função” de estrategista “pragmático” e o segundo a de “ideólogo”, foram caracterizadas por recuos e aproximações que se ligam ao jogo político de cada contexto. A primeira aproximação, muito antes do surgimento do PTB, se deu ainda entre os



anos de 1936 e 1937 e esteve relacionada à crise política estadual que se delineou às vésperas da decretação do Estado Novo e na qual Pasqualini esteve diretamente envolvido. Posteriormente, no PTB, em vários momentos, incluindo em cenários decisivos, como nos imediatamente anteriores ao pleito de 1950, no qual Pasqualini se candidatou (e venceu) para senador e Vargas para a presidência da República. Entre um e outro contexto (1936-1937 e 1950) Pasqualini ocupou dois cargos, ambos indicados por Vargas, no âmbito da administração estadual no Rio Grande do Sul. Primeiramente no Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1939 e 1943. Depois, entre 1943 e 1944 como Secretário do Interior e Justiça.

Apesar de ter tomado parte na chamada Revolução de 1930, a relação direta com Getúlio Vargas teve início quando Pasqualini passou a exercer o mandato de vereador em Porto Alegre e a buscar espaços na direção do PL no plano de disputas em nível estadual. Isso ocorreu às vésperas da decretação do Estado Novo, entre 1936 e 1937, momento em que a situação política estadual e sua relação com o plano federativo já tinham passado por algumas transformações.

O período que se estende de 1930 a 1937 foi um contexto marcado por sucessivos realinhamentos das forças políticas no estado do Rio Grande do Sul e em relação ao jogo político federativo. A nomeação, por Vargas, do interventor Flores da Cunha para a chefia do poder executivo estadual em 1930 já não tinha sido consensual entre os membros da FUG. Essa frente política havia apoiado a ascensão de Vargas à presidência da República e esperava ter atendidas suas intenções de aumento de poder e raio de influência no plano estadual e federal. Em 1932, com a revolta paulista pela constitucionalização do país, a FUG rompeu definitivamente com o presidente. Flores da Cunha, ainda como interventor nomeado por Vargas, permaneceu como aliado do presidente no plano político estadual, criando uma

dissidência entre os republicanos. Assim surgia o Partido Republicano Liberal (PRL), partido que passou a servir enquanto sustentáculo para a manutenção do poder varguista em seu estado natal. Essa situação mudaria de novo com as eleições de 1933 e 1934, nas quais o PRL se fez majoritário e Flores da Cunha foi eleito governador do Rio Grande do Sul. O chefe do executivo estadual, naquele momento não mais nomeado, mas eleito, passou a buscar sua projeção nacional, ameaçando o poder de Vargas. Dissidentes da FUG, entre eles Alberto Pasqualini, voltariam a se unir com o presidente da República para derrotar Flores da Cunha entre os anos de 1936 e 1937.

Do ponto de vista institucional, também a constitucionalização do país em 1934 e do Rio Grande do Sul em 1935 fez com que o cenário se mostrasse bastante propício para o surgimento de novas possibilidades de atuação política. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) delineavam-se como os dois polos radicalizados do contexto que se abria devido à constitucionalização de 1934 (VIANNA, 2003). No plano estadual, no Rio Grande do Sul, uma das consequências do cenário de radicalização política foi a tentativa de aproximação entre governo e bloco opositor. A FUG, nesse contexto, buscou “estabelecer um diálogo” com o governador Flores da Cunha. Assim, a “pacificação do Rio Grande” (TRINDADE, 1980, p. 53), na visão da FUG, buscava se aproximar do governo no sentido de evitar as ameaças de fórmulas mais radicais de participação política, mas também objetivava uma atuação da oposição no governo. O acordo realizado entre as forças políticas estaduais ficou conhecido como “modus vivendi” (TRINDADE, 1980; LAPUENTE, 2017). De duração efêmera, já que havia dificuldades de acordos entre governo e oposição, o “modus vivendi” foi assinado em 17 de janeiro de 1936, depois de muitas idas e vindas e de várias divergências. Embora não tenha sido

um acordo político, mas um documento de ordem administrativa, o “modus vivendi” teve, ao menos, o papel de criar um ambiente relativo de apaziguamento entre as correntes partidárias, pelo menos do ponto de vista formal. O “modus vivendi” balizou a atuação de Alberto Pasqualini nesse período.

Do ponto de vista formal, os termos do acordo de pacificação, em vários pontos, excluíam o critério político partidário e a ingerência dos partidos nas instituições. Além disso, de um ponto de vista prático, devido à fragilidade do acordo, o presidente Getúlio Vargas precisou recompor suas bases de apoio político para enfrentar as investidas do governador Flores da Cunha. Eleito pelo PL em 1935 para o cargo de vereador em Porto Alegre, Pasqualini já passaria a ocupar um cargo de prestígio em seu partido já em meados de 1936. Na posição de secretário-geral, tornava-se próximo de figuras mais expressivas do PL, como Raul Pilla e Batista Luzardo (LAPUENTE, 2017; ALMEIDA, 2019; 2020). Os termos do acordo serviram para que Pasqualini pudesse converter o capital de bacharel em direito, utilizando-se da alusão a expedientes técnicos, regimentos internos e leis, para evitar manifestações de ordem político partidária de representantes do PRL no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre. Por outro lado, a fragilidade do acordo, em um momento no qual vinha tendo uma projeção interna em seu partido, permitiu que Alberto Pasqualini viesse a se tornar um interlocutor importante, uma espécie de “informante” de Vargas no sentido de derrotar as constantes investidas do governador Flores da Cunha no plano político federativo.

As manifestações de Pasqualini no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre detinham uma característica específica: o vereador do PL buscava chamar atenção para as “leis”, os “regimentos” e os “estatutos” quando, através de suas intervenções, se inseria nos

debates travados entre os vereadores durante as sessões plenárias. Essa linha de ação se caracterizava como um modo de inserção em plenário que “levava em conta e cumpria os termos do acordo de pacificação”, o “modus vivendi”, que excluía as manifestações de “cunho político partidário” (ALMEIDA, 2020, p. 220-221). O plenário tornava-se, dessa forma, um lugar institucional propício para utilizar os recursos adquiridos no seu percurso acadêmico de direito. Por exemplo, aqueles que se referem diretamente à prática oratória, um “trunfo fundamental que instrumentalizava os ganhos culturais e escolares” (GRIJÓ, 1998, p. 95). Pasqualini, em várias ocasiões, se opôs ao que denominou de manifestações de “natureza estritamente político partidária”<sup>4</sup> sobretudo em relação aos representantes do PRL que apoiavam o governador Flores da Cunha, ao mesmo tempo em que chamava atenção para as leis, regimentos, estatutos, etc. Os demais vereadores, mesmo adversários, lembraram, não poucas vezes, da ligação de Pasqualini com a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e do seu percurso como aluno e professor na instituição.

Cumprindo publicamente (visto que as falas dos vereadores eram registradas pela taquigrafia e depois transcritas para os anais) a parte do acordo de pacificação, sobretudo nos quesitos relacionados à exclusão das manifestações de cunho político partidário nas instituições públicas, Pasqualini buscou se inserir nos debates travados no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre, utilizando-se do “background” (OFFERLÉ, 2011) de bacharel em direito. O “modus vivendi” tornava propício, dessa forma, a reconversão de recursos obtidos em seu percurso acadêmico (cultural e intelectual principalmente) e do reconhecimento social do bacharel em direito.

<sup>4</sup> Os modos de inserção dos discursos e apartes de Pasqualini no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre são tratados com mais ênfase em produções anteriores. Sobre o tema consultar especificamente: ALMEIDA, 2018; ALMEIDA, 2019.

Ao mesmo tempo, durante todo o período de vigência do acordo de pacificação, Pasqualini, juntamente a Getúlio Vargas e outros membros da FUG, assumiu a posição de informante do presidente nos bastidores de uma articulação política que visou derrubar Flores da Cunha do poder executivo estadual. Mesmo que o acordo tenha se mantido do ponto de vista formal, na prática não conseguia modificar o clima de indefinição do jogo político estadual com “atitudes de ambos os lados” (TRINDADE, 1980, p. 255). Pouco tempo depois da assinatura do “modus vivendi”, Pasqualini começou a enviar mensagens a Vargas informando sobre a situação do plano político estadual e o posicionamento das lideranças da FUG em relação ao governador:

O dr. Maurício Cardoso tem ponto de vista idêntico ao meu e creio que ele descreveria tudo o que eu disse a V. Exa. e aprovaria de um modo geral o plano de ação esboçado no esquema que V. Exa. tem conhecimento, menos na parte referente ao trabalho de dissociação da F.U. por entender que, no momento oportuno, ela estará integralmente ao seu lado. As inclinações do dr. Maurício pelo governo federal são manifestas, as minhas seriam mais condicionadas se estivesse em seu lugar. Faço a comparação, não para colocar o meu pensamento no plano político do pensamento do dr. Maurício, mas tão somente para que V. Exa. [...] possa ter um ponto exato de referência. Excusado (sic) será dizer a V. Exa. que não me apresentei aos dois chefes frentistas como um agente do governo federal. Tal posição além de ingrata seria incompatível com meu temperamento. Limitei-me apenas a declarar-lhes que eu enviaria a V. Exa., como prometera, as minhas impressões<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> CPDOC-FGV. GV c 1936.03.12. Carta de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas transmitindo suas impressões sobre o pensamento político de Maurício Cardoso e Raul Pilla a

Um informante, um “agente do governo federal”. Nessa época, Alberto Pasqualini integrou junto ao grupo oposicionista da FUG e em articulação com o presidente Vargas, a criação de um plano para desestabilizar o governo de Flores da Cunha, acabando com o pacto de pacificação assinado pouquíssimo tempo antes. Outras cartas de Pasqualini foram enviadas ao presidente da República durante todo o ano de 1936. Nota-se que a carta que mencionou o ponto de vista de Maurício Cardoso, liderança do PRR, é de março de 1936, “apenas dois meses depois” da assinatura do “modus vivendi” (ALMEIDA, 2020, p. 222).

A partir dos estudos de Rafael Saraiva Lapuente (2017, p. 185-186, p. 245 e p. 285, respectivamente) pode-se dizer que as ações de Pasqualini se deram em, pelo menos, três momentos-chave do contexto 1936-1937: na sondagem dos descontentes com o pacto entre Flores da Cunha e a oposição, quando Alberto Pasqualini manteve contato com os dissidentes tanto da FUG quanto do PRL; na segunda metade de 1936, quando Pasqualini e Loureiro da Silva conversaram sobre a criação de um partido para congregar a dissidência liberal do PRL junto com a ala antiflorista da FUG “caso não conseguissem ser maioria dentro de suas agremiações”; com o retorno de Oswaldo Aranha ao Brasil e tinha como uma de suas prioridades atenuar a crise política em seu estado natal, buscando convencer os dissidentes liberais a estabelecerem uma trégua até abril de 1937. Ao mesmo tempo, Pasqualini iniciou uma série de entrevistas contra Flores da Cunha na imprensa do Rio de Janeiro, aumentando a crise política: “Não pode ser descartada a possibilidade de a atitude de Pasqualini ter sido calculada. Pois, caso ele tivesse feito as declarações na imprensa do Rio Grande

---

respeito da posição da Frente Única Gaúcha frente ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Porto Alegre (Vol. XXI/69). 12. Mar. 1936.

do Sul, seria o governo estadual que teria o poder de permitir ou vetar”.

Com o agravamento da situação, em 1937, a oposição, no âmbito estadual, já desacreditada de seu potencial a partir de um poder constitucionalmente instituído, passou a apelar para uma solução que, segundo eles, deveria vir do governo federal. Defendiam uma intervenção. A situação se agravava dia a dia. O cotidiano do legislativo estadual foi se tornando cada vez mais difícil. Deputados da FUG e dissidentes liberais sofriam muitas ameaças de policiais e de elementos subversivos que eram ligados ao grupo político do governador Flores da Cunha. Esses grupos chegaram a interromper “discursos e entrando armados na Assembleia” (TRINDADE, 1980, p. 259). Deputados não compareciam mais às sessões, por sentirem-se ameaçados. Perdia-se gradualmente o entendimento de que a via legislativa representaria uma arena de decisões. Pasqualini, junto ao grupo político contrário a Flores da Cunha e aliado de Vargas, entendia que havia três possíveis soluções para a crise: a parlamentar, a eleitoral e a heroica. Se o vereador do PL, e naquela altura já na direção do partido, deixou mais claras suas ressalvas em relação às duas primeiras soluções, asseverou que a última seria a mais viável:

[...] Solução parlamentar: [...] uma situação instável, de um fator que pode falhar. [...] solução eleitoral: [...] Flores terá o tempo suficiente para “estraçalhar” a dissidência, “limpar o Rio Grande dos getulistas”, investir energicamente contra a F.U. e, consolidando definitivamente o P.R.L., garantirá vitória nas competições eleitorais do Estado. [...] Solução heroica: à medida policial deveria seguir-se, imediatamente, as seguintes providências: a) passagem ao comandante da Região da execução do estado de guerra; b) convocação da Brigada de serviço do Exército; c)

divulgação imediata pela imprensa dos motivos que determinaram a medida; d) pronunciamento das correntes políticas do Estado apoiando a ação do governo federal [...] a surpresa e o pânico impediriam, por si, qualquer possibilidade de reação. Esta, aliás, estaria afastada pela interferência de outros fatores. Este plano, que exige o mínimo de cooperação política, assegura maior liberdade de movimentos ao governo federal.<sup>6</sup>

O contexto que se abriu a partir de 1936 e que foi balizado por realinhamentos das forças políticas no estado do Rio Grande do Sul em relação ao plano federativo foi um momento importante para Alberto Pasqualini. O “modus vivendi” e seus desdobramentos tiveram papel significativo em sua atuação. Se, por um lado, em suas manifestações no plenário da Câmara Municipal, Pasqualini respeitou o pacto de pacificação e aproveitou para converter seu capital de notoriedade de bacharel em direito ao tratar especificamente dos estatutos, regimentos e interpretações das leis, nos bastidores, ocupou uma posição de informante do presidente da República em um cenário de crise política.

As aproximações entre Pasqualini e Vargas, especificamente nesse episódio, entre 1936 e 1937 não aponta para a relação entre o “teórico” e o “pragmático”, mas entre dois estrategistas políticos cujos planos de ascensão e de consolidação de poder nas diferentes escalas encontravam-se alinhados, sobretudo quando suas atuações são consideradas no conjunto das circunstâncias do jogo político no plano estadual e federativo.

A saída de Flores da Cunha apontou, do ponto de vista do governo federal, para a remoção do último obstáculo para a afirmação

<sup>6</sup> CPDOC-FGV. GV c 1937.04-001. Esquema, de Alberto Pasqualini, da situação política do Rio Grande do Sul e as possíveis soluções para a crise (Vol. XXV/73).



do poder varguista em seu estado natal e, ao mesmo tempo, abriu caminho para a instauração do regime do Estado Novo no plano nacional. Os grupos que apoiaram Getúlio Vargas no plano das forças políticas estaduais contra Flores da Cunha foram “recompensados” com a ocupação de importantes funções e cargos ao longo do Estado Novo. Os dissidentes passaram, então, a constituir a “nova máquina política do governo” (LAPUENTE, 2017, p. 151-152; CORTÉS, 2007, p. 151-152). Alberto Pasqualini passou a integrar o Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul em 1939, permanecendo até 1943, quando passou a atuar à frente da Secretaria do Interior e Justiça, em 1944.

Nos dois importantes cargos ocupados na administração estadual no Rio Grande do Sul, foi possível a Pasqualini reconverter os recursos acumulados durante seu percurso acadêmico. O Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, assim como os outros instalados nos demais estados e do DASP central (Departamento Administrativo do Serviço Público) foi apresentado como um organismo “apolítico”, cujo caráter técnico objetivava o universalismo de procedimentos na administração pública, além de cumprir a função de fiscalização das ações dos interventores, atuando como corpo legislativo de cada estado, em substituição às Assembleias Legislativas. Supervisionavam as atividades dos prefeitos e do interventor, suas leis e decretos, além da elaboração do orçamento em cada estado (NUNES, 1997, p. 54). Foi um momento bastante propício para Pasqualini aumentar seu “reconhecimento público” em contraponto à “política” e como portador de conhecimentos “técnicos” (ALMEIDA, 2015, p. 89-90). Ou seja, se Alberto Pasqualini fora escolhido por que detinha conhecimento técnico específico, tendo em consideração que o Departamento Administrativo se configurava como corpo legislativo sem “partidos políticos”, a escolha de

seu nome também teve a ver com os episódios que marcaram a crise política estadual às vésperas da decretação do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Pasqualini fora também recompensado pelo seu empenho na articulação que derrubou o governador Flores da Cunha e abriu caminho para a remoção do último obstáculo a ser vencido por Vargas para a instalação do novo regime.

No PTB, Pasqualini não deixaria de se colocar como o portador da “doutrina” do trabalhismo. Uma leitura panorâmica de seus discursos, pronunciamentos e demais textos publicados no período 1946-1955 já constata isso. Mesmo nos discursos como senador (1951-1955), Pasqualini “lembraria” seus interlocutores do lugar que, embora não oficial, “ocuparia” em seu partido. Durante grande parte de sua trajetória no PTB esse modo de se inserir, de se apresentar, manteve-se. Essa identificação, como já colocado, tem relação com os recursos acumulados anteriormente a partir de seu percurso acadêmico e, depois, em outras posições por ele ocupadas, tanto como vereador do PL em Porto Alegre quanto como um dos membros do Departamento Administrativo Estadual e Secretário do Interior e Justiça no Rio Grande do Sul. Nominalmente ela só apareceria entre os anos de 1947 e 1949.

Depois da derrota no pleito estadual em 1947, no qual concorreu como candidato do PTB ao governo do Rio Grande do Sul (pleito que foi vencido por Walter Jobim do Partido Social Democrático) e após um “período intenso de pregação do trabalhismo por meio de artigos e entrevistas” a imprensa passou a traçar um “perfil” que já operava “com a categoria teórico do trabalhismo” (ANGELI, 2020, p. 572). Esse “perfil” foi reforçado, em 1948, com a publicação de *Bases e sugestões para uma política social*, que teve mais duas edições: em 1954, quando Pasqualini foi novamente derrotado nas eleições estaduais para governador do Rio Grande do Sul (saiu vitorioso

Ildo Meneghetti, também do PSD) e em 1994, concomitante com a publicação de *Alberto Pasqualini: obra social & política*, coletânea organizada pelo então senador Pedro Simon.

Em 29 de dezembro de 1949, o *Correio do Povo* reproduziu entrevista concedida por Alberto Pasqualini ao jornal *Folha Carioca*. Nela o comentarista político do periódico ressalta que Pasqualini liderava, no PTB, “a corrente ideológica que se bate pela formação de uma verdadeira consciência, de um programa, e não pela mística transitória de um chefe”. Na sequência nomearia o “chefe”: “Pasqualini não pertence ao número dos que veem no PTB apenas a sombra protetora, patriarcal e eleitoral de Vargas. [...] Pasqualini é o teórico-filósofo do trabalhismo brasileiro”. Conforme a matéria da *Folha Carioca*, Pasqualini defendia que, no caso do lançamento da candidatura de Getúlio Vargas para a presidência, seria necessário um pacto entre PTB e o Brigadeiro para garantir a realização das eleições. O redator concluiu: “Pasqualini não é dos que acham que não há mais clima para golpe no Brasil. Ele sabe que ele poderia ser criado. Daí a ideia no sentido de que dos entendimentos atuais resulte uma garantia da realização das eleições no dia fixado”<sup>7</sup>.

No mês seguinte, Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas que ingressou no PTB em 1945 e seria eleita deputada federal em 1950, enviou carta ao seu tio-avô Getúlio com um recado de Pasqualini: “Acha que o senhor deve se candidatar, mas deve correr o mínimo de risco [...] deve tratar da organização do partido, da propaganda doutrinária e deve se fazer uma campanha superior sem ataques pessoais e sem demagogia”<sup>8</sup>. No teor da carta, aparece

<sup>7</sup> O SR. ALBERTO Pasqualini e os problemas brasileiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 dez. 1949 p. 14.

<sup>8</sup> A carta consta no sistema de buscas do CPDOC como “sem assinatura”. Comparação com outras cartas permite identificar Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio, como remetente.

menção de uma conversa entre Pasqualini e o deputado Prado Kelly, da União Democrática Nacional (UDN): “Tem conversado muito com Prado Kelly e ambos convêm que não se deve fazer ataques ao que passou”. E concluiu o recado de Pasqualini, que achava imprescindível que Getúlio desse instruções nesse sentido aos companheiros, retomando os argumentos defendidos na entrevista veiculada na *Folha Carioca*: “Assim, agindo seremos duas forças paralelas defendendo a legalidade. Caso contrário, nos estraçalharemos criando ambiente para o golpe”<sup>9</sup>.

Alguns meses depois, em maio de 1950, anotações de Getúlio Vargas, destinadas ao presidente nacional do PTB, Salgado Filho, com recomendações para o entendimento com a UDN sobre como deveria ser, afinal, a campanha política a ser realizada por ambos os partidos. As anotações repetem exatamente as principais recomendações de Pasqualini presente em sua entrevista à *Folha Carioca* e na carta de Ivete Vargas: “Seremos duas forças paralelas agindo serenamente, no sentido de oposição ao candidato do Catete”<sup>10</sup>.

Consolidada a candidatura de Vargas à presidência da República, em carta enviada ao “prezado amigo” Getúlio, em 8 de julho de 1950, Pasqualini ressaltou a necessidade de se fixar quais eram os objetivos do trabalhismo, para evitar explorações e deturpações quando a campanha eleitoral atingisse maior intensidade: “Se a campanha eleitoral for colocada apenas em termos de prestígio social, um eventual insucesso poderia ser um desastre. Se, porém, o senhor for o líder de uma orientação social, de uma ideia [...] a perda de uma eleição em nada poderia abalar o seu prestígio”<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.01.00/5. Carta sem assinatura contendo recomendações de Alberto Pasqualini para Getúlio Vargas. Jan. 1950.

<sup>10</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.05.00/3. Notas políticas de Getúlio Vargas para Salgado Filho. Maio 1950.

<sup>11</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.07.08. Carta de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas. 08 jul. 1950.

A resposta de Getúlio Vargas aparece em carta remetida à sua filha Alzira Vargas em 14 de julho de 1950, na qual mencionou haver incumbido Manuel Vargas de transmitir pessoalmente sua resposta a Alberto Pasqualini: “Eu não vou fazer campanha doutrinária de trabalhismo e sim um programa objetivo de administração. Campanha para vencer, com aliados que não são do partido e com o povo em geral”. A resposta, no entanto, oferecia uma perspectiva a Pasqualini no caso de vencer o pleito presidencial: “Se vencer, Pasqualini será incumbido de rever o programa do PTB e de reorganizá-lo sob as bases programáticas”<sup>12</sup>.

Ivete Vargas, que havia incentivado a aproximação de Vargas com Pasqualini, em uma de suas missivas, disse o seguinte: “O Pasqualini tem uma vontade imensa de ser seu representante pessoal na convenção, caso o senhor não venha” e continua, “Ele me disse que iria a Itu para o senhor dar os rumos do discurso e ele faria o discurso, acrescentando o sal e a pimenta necessários”<sup>13</sup>. Getúlio Vargas não compareceu à convenção nacional do PTB, no entanto, seu discurso foi transmitido diretamente de São Borja em caixas de som instaladas no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Pasqualini também discursou aos convencionais:

Estamos agora na segunda etapa do trabalhismo. A legislação social do governo do presidente Getúlio Vargas outorgou as garantias jurídicas ao trabalhador, a sua carta de alforria. [...] Vamos agora iniciar a segunda fase que é dar maior amplitude à legislação social, estendendo seus benefícios, sobretudo os de previdência social, a todos os trabalhadores. [...] Getúlio Vargas é novamente chamado para realizar essa

<sup>12</sup> CPDOC-FGV AVAP vpu e 1946.01.02. Carta de Getúlio Vargas à Alzira Vargas do Amaral Peixoto. 14 jul. 1950.

<sup>13</sup> CPDOC-FGV. GV c 1950.07.00/3. Carta de Ivete Vargas a Getúlio Vargas. Jun. 1950.

segunda etapa [...]. Sua candidatura não tem, portanto um sentido negativo e demagógico, não é dirigida contra ninguém, não tem os olhos voltados para o passado, porque nos interessa apenas o futuro<sup>14</sup>.

Em 10 de agosto de 1950, a executiva estadual do PTB do Rio Grande do Sul, sob a presidência de João Goulart, definiu o nome de Alberto Pasqualini como candidato ao Senado, indicado por Getúlio Vargas. Como candidato ao Senado, “Pasqualini teve mais uma vez sua imagem pública associada à de Getúlio Vargas, avançando ainda mais na defesa de Vargas, ao contrário da postura assumida na campanha anterior” (ANGELI, 2020, p. 574). Já eleito senador, nos seus discursos em plenário, Pasqualini não deixaria de se manifestar em torno da “doutrina” ou do “programa” trabalhista, utilizando-se desse expediente como meio de inserção nos debates travados entre os senadores no período em que esteve em atuação. Como se vê em relação ao exame da troca de correspondências referente ao cenário das eleições de 1950, Getúlio Vargas não deteve o “monopólio” das estratégias políticas (ANGELI, 2020, p. 572) no andamento do pleito, como a “doutrina” foi, de algum modo, oferecida como “estratégica” para o enfrentamento das eleições, além de se configurar como um modo de inserção bastante significativo a Alberto Pasqualini nas discussões que antecederam a definição dos candidatos, incluindo a sua escolha para o concorrer ao senado.

As aproximações entre Vargas e Pasqualini, ao contrário da versão monolítica do “teórico” e “doutrinador”, ou da visão na qual o primeiro teria desempenhado a “função” de estrategista “pragmático” e o segundo a de “ideólogo”, podem ser caracterizadas por uma

<sup>14</sup> AFIRMA o Sr. Alberto Pasqualini que a candidatura Vargas não é dirigida contra ninguém e nem constitui um desafio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jun. 1950, p. 32.

série de recuos e aproximações ligadas ao jogo político de cada contexto. A primeira aproximação, entre os anos de 1936 e 1937, na crise política estadual que se delineou às vésperas da decretação do Estado Novo, Pasqualini envolveu-se diretamente na estratégia de grupos políticos dissidentes próximos a Vargas que derrubaram o governo de Flores da Cunha e abriram caminho para a decretação do Estado Novo. Durante o regime, entre 1939 e 1944, Pasqualini ocupou cargos importantes, indicados por Vargas, no âmbito do Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul de 1939 a 1943 e, depois, entre 1943 e 1944 como Secretário do Interior e Justiça. No PTB, manteve, através de suas manifestações públicas, discursos em plenário ou em campanhas eleitorais, cartas a lideranças políticas e entrevistas sua identificação como portador da “doutrina” e “teoria” do trabalhismo. Essa alusão, no entanto, não esteve associada a uma “função” ocupada por ele no PTB, mas a modos de inserção que se adaptaram com algum êxito em diferentes cenários e realinhamentos do jogo político, incluindo momentos decisivos, como durante os períodos eleitorais.

## CONCLUSÃO

Por um caminho alternativo às interpretações pioneiras sobre a história do PTB que privilegiaram a dicotomia existente entre as suas diferentes “alas” ou “correntes” de formação (DELGADO, 1989; BODEA, 1992) e aproximando-se das pesquisas que, desde os anos 1990, estabeleceram algumas críticas às análises que destacavam a “clivagem” de “pragmáticos” e “programáticos” como um diferencial do partido (D’ARAÚJO, 1996), o capítulo buscou problematizar a trajetória política de Alberto Pasqualini, considerada um elemento central nas perspectivas das interpretações “clássicas”.

O esforço de síntese no qual se constituiu o presente texto, considerou aspectos relacionados à memória política e à produção historiográfica recente e não tão recente. De forma subjacente, então, tornou-se possível discutir as interpretações sobre o PTB de maneira geral e as análises sobre o percurso e a atuação de Pasqualini de modo específico. Vale salientar, ainda, que, para o caso das interpretações “clássicas”, além da absorção do discurso político em relação aos líderes trabalhistas envolvidos (BOMBARDELLI, 2016; ANGELI, 2020) foram também os referenciais teórico-metodológicos, por meio dos quais essas pesquisas se embasaram, que a compreensão da atuação de Pasqualini acabou sendo vista apenas a partir do “papel” de intelectual. Assim, a absorção do discurso político da época em relação à atuação de Alberto Pasqualini teve também relação com as formas pelas quais os pesquisadores compreenderam a história do PTB como um partido político, aludindo, especificamente, aos contornos teórico-metodológicos que a ciência política produzida naquele contexto, fim dos anos 1970 e meados de 1980, lhes oferecia, como por exemplo, em relação ao conceito teórico de “intelectual” (ALMEIDA, 2020).

Para finalizar, pode-se perguntar: o que pode um estudo de trajetória de vida? Se por meio desse tipo de investigação é possível entender as diversas posições ocupadas por agentes determinados, é também através dela que se torna permitido compreender, por outras perspectivas, as transformações e os contextos diversos nos quais esses agentes atuaram (BOURDIEU, 2006). De modo complementar, estudos sobre trajetórias de vida envolvem, além de uma técnica de pesquisa, perspectivas relacionadas à construção de conhecimento histórico-social, do “tempo de vida social dos indivíduos” (MARINHO, 2017, p. 25). Um olhar para a trajetória de Alberto Pasqualini anterior ao seu ingresso no PTB e, portanto,



antes de seu reconhecimento público como “doutrinador” e “teórico do trabalhismo”, trouxe alguns subsídios para se compreender as possíveis “origens” desse reconhecimento, além de outro prisma de abordagem para as suas relações com Getúlio Vargas, colocando em suspenso parte das interpretações pioneiras que o compreendem a partir do conceito teórico de “intelectual” e como contraponto ao “político pragmático” representado por Vargas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política partidária (1928-1937). *Revista História: debates e tendências*, n. 19, v. 4, 2019, p. 636-658. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10490> Acesso em: 05 dez. 2021.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Alberto Pasqualini e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre: algumas considerações de pesquisa. *Historia*, v. 1, n. 8, p. 145–168. Disponível em: <https://www.periodicos.furg.br/hist/article/view/6459> Acesso em: 02 dez. 2021.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Apontamentos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini: da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATTISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. Vol. 1. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 290-313. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/880> Acesso em: 02 dez. 2021.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Para ler dois estudos “clássicos” sobre o PTB: a propósito de um exercício de reflexão. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza; GRIJÓ, Luiz Alberto; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Vol. 2. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 201-228. Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/cap%C3%ADtulos-de-hist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-prob>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ANGELI, Douglas Souza. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: revisitando interpretações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 71, p. 559-578, Set./dez. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/81410> Acesso em: 01 dez. 2021.

ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BALBINOT, Jonas. *De Borges a Vargas*. Mudanças de rumos na política gaúcha (1922 a 1928). Passo Fundo: Méritos, 2017.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 167-182.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias*: Borges de Medeiros e seu tempo. Vol. 1. Porto Alegre: Globo, 1969.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. (Dissertação). Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 525-557, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/cDWgvhLXQcbVqh7bDnfY6vy/?lang=pt> Acesso em: 01 dez. 2021.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Com a espada de Dâmoles*: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha. Curitiba: Prismas, 2017.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de vida: um conceito em construção. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 13, n. 17, p. 25-49, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15710/12445> Acesso em: 01 dez. 2021.

NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil*: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. *PolHis*, Ano 4, n. 7, p. 84-99, 2011. Disponível em: [http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7\\_offerle.pdf](http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7_offerle.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Globo, 1948.

RODRIGUES TILL, *História da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-2000)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2000.

SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini*: trajetória política e pensamento trabalhista. (Tese). Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini - Obra social & política*. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1994, 4 Volumes.

TRINDADE, Hêlgio. *Revolução de 30*: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1977.

VIANA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano*. O tempo do nacional-estatismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-103.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

# III

## O “Velho Charrua” e os novos tempos: Loureiro da Silva, o trabalhismo e a República democrática (1945-1964)

ANDERSON VARGAS TORRES

Em seu artigo intitulado *A ilusão biográfica* (2006), o sociólogo francês Pierre Bourdieu define a categoria de trajetória como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006, p.189). Nesse sentido, diferente de uma “história de vida” linear e teleológica, a análise de um indivíduo – ou grupo – tem como enfoque suas posições ocupadas ao longo de um determinado tempo e em um determinado espaço social, sendo que essas posições dependem e variam de acordo com as transformações ocorridas dentro do espaço e do jogo de capitais presentes naquele contexto específico.

A trajetória política de José Loureiro da Silva (1902-1964) pode ser pensada dessa forma. Iniciou sua carreira política nos anos 1920 do século XX, ainda na 1ª República; ascendeu durante os

anos 1930, posicionando-se ao lado dos vencedores de 1930, alcançando cargos importantes seja por via eleitoral – deputado estadual constituinte entre 1935 e 1937 – seja por nomeação – prefeito de Porto Alegre entre 1937 e 1943. Manteve-se atuante após a democratização de 1945, ajudando a fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, depois, já rompido com os trabalhistas, retornou a prefeitura da capital rio-grandense. Dessa vez eleito, em 1959 pela sigla do Partido Democrata Cristão (PDC) e com apoio da ala dissidente do PTB liderada por Fernando Ferrari.

Nesse trajeto, a carreira de Loureiro passou por reposicionamentos, necessários de acordo com os novos contextos que surgiam diante de si. À medida que construía uma carreira, adquiria o que Offerlé (2011) chamou de *background social*. Ou seja, os recursos necessários para ocupar espaços políticos e que permitiram sua entrada e sua permanência no jogo político. Todavia, esse histórico o auxiliou a partir de 1945, quando o sistema político-partidário passou por uma ruptura, com o encerramento do Estado Novo, do qual o próprio Loureiro fez parte? Como readequar esse *background* em um novo contexto? Como utilizar os capitais políticos adquiridos em outro período histórico?

Tratava-se de um novo momento: Loureiro acostumou-se com a política a partir de indicações e negociações – à exceção da sua eleição para deputado estadual constituinte de 1934, todos os cargos que havia ocupado vieram através de nomeações. Além do maior peso das urnas, havia outras novidades: a inserção de novos atores políticos – os trabalhadores urbanos – e uma nova geração de políticos disposta a atuar dentro dessas novas regras e valores, proporcionadas pelo regime democrático inaugurado em dezembro de 1945.

Dessa forma, ainda que o *Charrua*<sup>1</sup> acumulasse experiência e

<sup>1</sup> “Charrua” era o apelido de Loureiro da Silva. Conforme De Grandi (2002), o jornalista Assis Chateaubriand teria atribuído tal nome pelo seu perfil físico.

capital político, seria preciso readequá-lo de acordo com os novos tempos. A proposta desse capítulo é ver como esse líder político atuou nessa nova ordem política.

Para tal empreitada, o texto se dividirá em quatro partes: a primeira, traçará a trajetória política de Loureiro da Silva desde sua primeira entrada na política, em 1923 até o término do Estado Novo, em 1945, quando já havia acumulado cargos de prefeito de Gravataí e Porto Alegre, além de deputado constituinte entre 1935 e 1937. Em seguida, será tratada a inserção de Loureiro no regime democrático de 1945, através do pedido de Getúlio Vargas, para que organizasse o PTB no Rio Grande do Sul, até o suicídio do chefe trabalhista. Em seguida, vai ser discutido o reposicionamento de Loureiro dentro do PTB através das relações com as lideranças que se sobressaíram na agremiação após a morte de Vargas: João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari. Por fim, vai ser abordada a sua saída do PTB e a sua primeira – e única – candidatura durante o período, para prefeitura de Porto Alegre, em que vencera seu antigo partido e se aproximou das forças antipetebistas gaúchas, até sua morte, em junho de 1964.

#### DE ESTUDANTE DE DIREITO À PREFEITO DE PORTO ALEGRE: O *BACKGROUND* DE LOUREIRO DA 1º REPÚBLICA AO ESTADO NOVO (1923-1945)

Loureiro da Silva formou-se na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1923. Mas ocupou o seu primeiro cargo em 1922, quando foi indicado pelo presidente do Estado Borges de Medeiros para atuar como promotor público em Camaquã/RS. De acordo com Celito de Grandi (2002), Loureiro era colega de turma de Herófilo Azambuja, filho do desembargador Armando Azambuja, que o apre-

sentou a Medeiros. Nota-se, portanto, a entrada de Loureiro no jogo político através das relações estabelecidas na faculdade, além da própria formação, em Direito, decisiva para a inserção política naquele período, como lembra Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2019):

O diploma de bacharel em direito, ao lado de outros como os de medicina ou engenharia, concedia, além do prestígio inerente em uma época em que o acesso ao ensino era bastante restrito, a possibilidade de que o egresso viesse a ocupar uma série de cargos públicos que pressupunham formação jurídica ou poderiam garantir seu ingresso no jogo político com mais chances de sucesso. (ALMEIDA, 2019, p. 640).

Essa aproximação se dá em um contexto adverso para o então presidente rio-grandense e de mudanças na configuração do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), até então hegemônico: a guerra civil de 1923, entre o PRR e os federalistas, aliados a republicanos dissidentes, teve como resultado a limitação do mandato de Medeiros até 1928 e abriu espaço para uma nova geração de políticos, oriundos, em sua maioria, da Faculdade de Direito<sup>2</sup>. Dessa forma, Loureiro aderiu ao PRR nesse momento de transição de lideranças e se manteve fiel tanto a Medeiros quanto, mais tarde, a Vargas.

Ainda que seu cargo fosse de promotor, sua atuação era política: em Camaquã, fundou um jornal em apoio a Borges de Medeiros. Depois, nos anos de 1924 e 1925, atuou como Subchefe de Polícia e Intendente<sup>3</sup> de Alegrete, na fronteira gaúcha, para garantir a realização do pleito local que elegeu outra liderança ascendente do PRR a in-

<sup>2</sup> Um deles, Getúlio Vargas, seria o sucessor de Borges de Medeiros no governo do Rio Grande do Sul. Sobre essa geração, ver Grijó (1998).

<sup>3</sup> Cargo equivalente ao de prefeito municipal.



tendência alegretense: Oswaldo Aranha (DE GRANDI, 2002). Em 1925, foi nomeado Chefe de polícia na sua cidade natal, Porto Alegre. É nesse momento que passou a conviver mais intimamente com as lideranças republicanas, ampliando sua rede de relações políticas:

Durante essa longa permanência na capital do Estado, de 1925 a 1930, ambientou-se em definitivo com os meandros da política, no convívio diuturno com os líderes do Partido Republicano Rio-Grandense. No dia em que Borges de Medeiros encerrou seu longo ciclo à frente do governo e o entregou ao sucessor, Getúlio Vargas, Loureiro da Silva estava lá, ao lado de Oswaldo Aranha. (DE GRANDI, 2002, p.57).

Após a Revolução de 1930, Loureiro foi nomeado intendente nos municípios de Garibaldi (entre maio e setembro de 1930), Taquara (1930-1931) e Gravataí (1931-1933). Sua gestão no município de Gravataí serviu como importante recurso político, uma vez que ali começou a se construir a imagem de Loureiro como “bom administrador”. O que possivelmente contou pontos para sua futura indicação à prefeitura da capital, Porto Alegre.

Enquanto administrava Gravataí, Loureiro tomou um novo rumo político ao aderir ao Partido Republicano Liberal (PRL), fundado em 1932 pelo interventor Flores da Cunha e outras lideranças dissidentes da Frente Única (FU), como resultado da divisão das forças políticas sul-rio-grandenses após a Guerra Civil de 1932<sup>4</sup>, em que a FU - que reunia o PRR e o Partido Libertador (PL) - lutou ao lado das forças paulistas de oposição ao governo Vargas. Com a derrota dos rebeldes, o grupo da FU que não concordara com a adesão aos rebeldes fundou o PRL, para manter a fidelidade

<sup>4</sup> Sobre o conflito de 1932, ver Cortés (2007) e Lapuente (2016).

ao presidente da República Getúlio Vargas e ao interventor Flores da Cunha: conforme Lapuente, “a criação do PRL trouxe de volta a velha polarização política rio-grandense” (LAPUENTE, 2016, p.55). Em meio a esse confronto, Loureiro candidatou-se a deputado estadual constituinte em 1934<sup>5</sup>. Tratou-se de uma eleição violenta, em que ambos os lados – FU e PRL – fizeram uso de métodos de intimidações e perseguições.

Ao fim, Loureiro elegeu-se e manteve-se ao lado de Vargas quando esse e Flores da Cunha passaram a se confrontar devido a excessiva centralização política do governo federal frente ao governo gaúcho. Flores aproximou-se da oposição representada pela FU e estabeleceu um governo de união entre as duas forças, conhecido como *modus vivendi*. Como forma de minar esse acordo, Vargas incentivou dissidências dentro do PRL na Assembleia Legislativa, retirando o apoio da maioria do partido ao interventor. Entre esses líderes dissidentes, estava Loureiro da Silva (CORTÉS, 2007).

Em 1937, Flores renunciou e assumiu, em seu lugar, o Gal. Daltro Filho, que procurou compor o seu governo com o grupo fiel a Vargas. Loureiro foi recompensado: por nomeação de Daltro, foi designado prefeito de Porto Alegre em 21 de outubro de 1937. Ou seja, antes mesmo da instauração do Estado Novo, o que ocorreria em 10 de novembro daquele mesmo ano<sup>6</sup>. Tendo uma gestão considerada modernizadora na capital gaúcha, deixou a prefeitura em setembro de 1943 e adquiriu capitais políticos de notoriedade e po-

<sup>5</sup> Curiosamente, Loureiro participou de apenas duas eleições em sua carreira política: 1934, em que se elegeu deputado estadual constituinte e a eleição municipal de 1959, em que se elegeu prefeito de Porto Alegre. O fato é mais interessante ainda ao notar-se que nenhuma delas foi pelo PTB. 1934, evidentemente, o partido ainda não existia e em 1959, já havia rompido com a agremiação trabalhista.

<sup>6</sup> Segundo De Grandi (2002), Loureiro esteve acompanhado na sua posse do irmão de Getúlio Vargas e seu colega na Assembleia Legislativa, Benjamin Vargas.

pularidade<sup>7</sup>. Em 1944 foi chamado por Vargas para assumir como Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, cargo que ocupou até a queda do mesmo, via golpe militar, em 29 de outubro de 1945.

Loureiro vinculou-se a Vargas definitivamente. Tal relação, com seus altos e baixos, se manteve a partir da democratização de 1945, com esse entregando uma missão para aquele: ajudar a organizar o PTB no Rio Grande do Sul.

#### A PEDIDO DE VARGAS: A ORGANIZAÇÃO DO PTB E A ENTRADA NO REGIME DEMOCRÁTICO (1945-1954)

No início de 1946, quando foi ao encontro do ex-presidente Getúlio Vargas, na fazenda deste, em São Borja/RS, para receber a missão de organizar e fortalecer o PTB no Rio Grande do Sul, Loureiro da Silva já detinha considerável capital político. Aos 44 anos de idade, após passar por diferentes cargos públicos (ver Quadro 1) e por diferentes conjunturas políticas, o *Charrua* via naquela tarefa uma nova possibilidade de afirmação e ascensão política. Loureiro tinha um recurso importante: sua relação de proximidade com o próprio Vargas. Dessa forma, não foi difícil realinhar-se naquela nova conjuntura: além de um capital de notoriedade advindo da sua atuação política anterior ao ano de 1945, Loureiro entrava investido de capital delegado pelo chefe petebista. Em um primeiro momento, Loureiro filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) – , que, as-

<sup>7</sup> De acordo com Gertz (2005, p.33), Loureiro ficou marcado como um “modernizador” da capital gaúcha em sua primeira gestão, entre 1937 e 1943, o que ia ao encontro do espírito estado-novista. Tal gestão lhe rendeu popularidade, maíós até do que a do interventor do Rio Grande do Sul à época, Cordeiro de Farias. Tal construção dessa imagem modernizadora de Loureiro foi produzida pelo próprio e pelos seus aliados, o que ajudou a perpetuar tal imagem.

sim como o PTB, também havia emergido das entranhas do regime do Estado Novo<sup>8</sup>. Mas, como já referido, a pedido do próprio ex-presidente, assumiu a tarefa de estruturar a agremiação trabalhista em solo gaúcho. Dessa forma, recebeu aquilo que Bourdieu (2002) classificou como capital delegado. Ou seja, transferiu o direito de falar em nome do PTB e, dessa forma, organizá-lo no Rio Grande do Sul.

Miguel Bodea (1992) sistematizou da seguinte forma os grupos que deram origem ao PTB gaúcho<sup>9</sup>: os *sindicalistas*, originários do movimento queremista gaúcho e da ala trabalhista do PSD; os *doutrinários-pasqualinistas*, ligados a Alberto Pasqualini e ao grupo da União Social Brasileira (USB), que foi incorporada ao PTB em 1946 e os *pragmáticos-getulistas*, políticos experientes, alguns já filiados ao PSD, ligados a Vargas antes de 1945 e levados por esse ao PTB justamente para fortalecer o partido com nomes de atuação política reconhecida. É nesse último grupo que o autor identifica a presença de Loureiro. De fato, é o *background* de Loureiro e de outros líderes que interessava a Vargas, visando usar as suas redes de relações para que organizassem e recrutassem membros para o PTB no interior do Estado, uma vez que o PTB nascera como um partido basicamente urbano.

A presença do *Charrua* dividiu opiniões no partido. Se, por um lado, entusiasmava a presença de uma liderança histórica, por outro,

<sup>8</sup> Para Gomes (2007) e outros estudiosos do sistema partidário do período 1945-1964 a vinculação a Getúlio Vargas foi o grande divisor do sistema, com o PTB e o PSD sendo originários do getulismo, ainda que com bases diferentes – o primeiro, voltado ao trabalhador urbano e tributário da ideologia trabalhista construída durante o Estado Novo; o segundo, vinculado aos interventores estaduais e à base rural getulista – e a União Democrática Nacional (UDN) originando-se das oposições ao regime autoritário de 1937.

<sup>9</sup> Importante aqui considerar o alerta de Cruz (2010) sobre essa classificação das correntes petebistas no Rio Grande do Sul: “Tal classificação, a nosso ver, é parcial e válida apenas para os anos iniciais do partido no estado. Isso porque ela indica tão somente as origens de atuação (social, política e profissional) dos grupos que formaram o PTB gaúcho. Quer dizer, ela não traduz as diferenças ideológicas e as proposições programáticas de cada corrente”. (CRUZ, 2010, p.54).

incomodava alguns sindicalistas, que temiam perder a liderança interna para Loureiro. De qualquer forma, com sua experiência e redes de relações, Loureiro construiu uma base importante para o PTB no interior sul-rio-grandense ao longo dos anos 1940, atraindo grupos antes aliados ao PSD para as hostes trabalhistas:

O Charrua tinha amigos em todo o Estado, a maioria deles sem vínculo com a área trabalhista. Em sua companhia viajavam líderes regionais e membros da ala jovem. Com seu poder de persuasão e um discurso forte, mais a carta de Getúlio, convocava lideranças de todas as áreas, inclusive homens filiados ao PSD, que ele sabia getulistas, e deixava plantada a ideia do novo Partido, causando muitas vezes dissensões (DE GRANDI, 2002, p.143).

É o que próprio Loureiro relata a Vargas, em meados de 1946, um pouco antes da eleição estadual de janeiro de 1947, em que o PTB concorria com Alberto Pasqualini contra Walter Jobim, do PSD e Décio Martins Costa, da aliança PL/UDN:

(...) Há oito meses, quando, por sua delegação, iniciei a jornada de reestruturação do partido havia tudo a fazer; o P.T.B. não tinha significação nem orientação, seus directorios municipais eram em pequeno número, sua direção acanhada com uma concepção muito estreita da mentalidade trabalhista, fechando sistematicamente suas portas ao ingresso de outros elementos que não fossem somente operários. Foi um trabalho gigantesco o que realizei com o auxílio de meia dúzia de companheiros denodados nos quais pode o senhor incluir o Vecchio, homem decidido e de rara lealdade. Hoje, o partido (...), está estruturado, tem directórios em todos os municípios, sub-directórios distritais, núcleos e representantes

em fábricas e empresas rurais. Sua pujança é maior, sem favor, do que a U.D.N.

Há sobretudo no Partido uma consciência partidária e uma orientação firme (...) Penso assim que minha missão está terminada e por isso deponho em vossas mãos os meus encargos certo de que cumpri o prometido ao Chefe quando ai estive em janeiro.<sup>10</sup>

Nota-se na carta que Loureiro faz uma crítica à “mentalidade trabalhista” existente na agremiação até a sua entrada: para ele, era uma visão estreita do trabalhismo, que visava recrutar apenas operários. Essa era uma novidade na carreira política de Loureiro, trazida à tona pela democratização de 1945. Até então, ele havia construído a sua trajetória a partir dos recursos políticos e sociais utilizados junto as elites políticas. À exceção do pleito de 1934, todos os cargos políticos que ocupara foram nomeações a partir das relações que havia formado. Não havia a necessidade de mobilizar eleitores.

No entanto, a partir de 1945, havia um novo elemento social decidido a participar da vida política: o trabalhador urbano<sup>11</sup>. E que era a base política do PTB. Era preciso se adaptar a esses novos atores políticos. Não só como eleitores a serem mobilizados, mas também como possíveis candidatos ou membros da direção partidária. Era preciso (re) aprender a jogar o jogo político com esses novos agentes, nessa “ordem democrática”, para além das regras com as quais que já estava adaptado (CANEDO, 2002), oriundas de períodos anteriores a democratização. Nota-se o estranhamento de Loureiro a essa nova realidade quando, ao assinar a sua ficha de filiação ao PTB, ouviu de um sindicalista membro que o PTB “não é partido de doutorco. É partido dos trabalhadores (...). Doutor, aqui tem que beijar a mão do negro velho” (DE GRANDI, 2002, p. 142).

<sup>10</sup> GV 46.09.00/1 Carta de Loureiro da Silva a Vargas. Citada em Costa (1983, p. 88).

<sup>11</sup> Sobre a introdução dos trabalhadores urbanos no cenário político pós-1945, ver Angeli (2016).

O PTB, fortalecido no interior do Estado, elegeu a maioria na Assembleia Legislativa, na eleição de janeiro de 1947, com 23 deputados, enquanto o PSD havia conquistado 16 cadeiras. Elegeu também um senador, Salgado Filho. Mas a cadeira de governador não foi conquistada: Walter Jobim venceu Pasqualini por uma diferença de 20 mil votos<sup>12</sup>.

No pleito nacional de 1950<sup>13</sup>, Getúlio Vargas retornava à presidência da República, dessa vez, “nos braços do povo”. E levou Loureiro para o Rio de Janeiro recolocando-o no cargo de diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, posto que havia ocupado até o fatídico 24 de agosto de 1954. A presença na direção de um banco, que tinha, à época, controle sobre boa parte dos recursos econômicos, certamente gerava prestígio e recursos políticos mobilizáveis e, por consequência disso, era procurado por correligionários em busca de empréstimos. Foi o caso do então secretário de Obras Públicas do governo Dornelles, seu correligionário e futuro adversário político, Leonel Brizola, que em telegrama afirmava a Loureiro que a sua “primeira lembrança foi me dirigir ao ilustre conterrâneo vg para pedir ajuda e colaboração vg com a certeza de que juntos haveremos de superar muitas dificuldades e quebrar muitas resistências em favor do progresso do Rio Grande”<sup>14</sup>. O gabinete de Loureiro, dessa forma, era visto como uma “embaixada informal” do Rio Grande do Sul na capital federal, a qual recorriam empresá-

<sup>12</sup> Sobre as eleições de 1947, ver Cruz (2010) e Asturian (2019).

<sup>13</sup> Nessa eleição, na esfera estadual, Loureiro teria sido preterido, novamente, por Vargas da indicação para ser candidato do partido ao governo estadual. Ernesto Dornelles era indicado para substituir o senador e candidato petebista Salgado Filho, morto em um desastre aéreo. Em 1943, Loureiro teria renunciado à prefeitura de Porto Alegre, entre outros motivos, porque Vargas não o indicou para substituir Cordeiro de Farias como interventor estadual, entregando o cargo ao mesmo Dornelles (DE GRANDI, 2002).

<sup>14</sup> BRIZOLA, Leonel. [Correspondência]. Destinatário: José Loureiro da Silva. Porto Alegre, 4 mar. 1953. Telegrama. Arquivo Loureiro da Silva – Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre (MCMPPA).

rios e políticos (DE GRANDI, 2002). De qualquer forma, Loureiro mantinha certo prestígio político, tendo como marca a sua relação de fidelidade junto à Getúlio Vargas e também uma boa relação com diversos setores da sociedade e da economia gaúcha, fruto da sua atuação no Banco do Brasil<sup>15</sup>.

No pleito de 1954, em que seria escolhido o sucessor de Ernesto Dornelles no governo estadual, seu nome voltava a ser cogitado para o cargo. Embora já surgissem, naquele momento, lideranças emergentes no partido, que disputariam espaços com os sindicalistas e os representantes históricos como Loureiro. Entre esses políticos em ascensão dentro da legenda trabalhista estavam Leonel Brizola, João Goulart e Fernando Ferrari (BODEA, 1992; BOMBARDELLI, 2017).

Os noticiários da imprensa acompanhavam com atenção os passos petebistas, uma vez que a oposição, liderada pela aliança Frente Democrática - que reunia PSD, UDN e PL - já estava com o nome decidido desde abril daquele ano: o então prefeito de Porto Alegre, Ildo Meneghetti. Comentava-se a possibilidade do nome de Loureiro, mas também de João Goulart, José Diogo Brochado da Rocha e Alberto Pasqualini.

Sob forte influência de lideranças dessa nova geração, como Brizola e Goulart, a escolha recaiu em Alberto Pasqualini. Embora descartado novamente, Loureiro manteve seu apoio ao candidato escolhido, diferentemente de Brochado da Rocha, que rompeu com o PTB e candidatou-se pela sigla do Partido Social Progressista

<sup>15</sup> O periódico *Diário de Notícias* noticia a organização de um “churrasco-monstro” pelas “classes conservadoras” do Rio Grande do Sul em homenagem a Loureiro da Silva. Lideranças empresariais e rurais estariam presentes nesse jantar, marcado para 19 de junho de 1954. O motivo seria os “relevantes serviços prestados ao progresso da nossa terra”. Ressalta ainda que o festejo “não terá cor política ou religiosa e nem distinção de classes sociais”. “Dia 19, o churrasco-monstro em homenagem a José Loureiro da Silva”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 junho 1954, p.2.



(PSP). Na imprensa, Loureiro classificou a escolha de Pasqualini como “solução ótima”<sup>16</sup> pois unificaria o partido.

#### LOUREIRO SEM VARGAS E CONTRA A NOVA GERAÇÃO TRABALHISTA (1955-1959)

É possível dizer que Loureiro da Silva não se adaptou ou não soube se reposicionar na nova ordem política inaugurada em 1945? Loureiro foi decisivo para o crescimento do PTB no território gaúcho. Soube posicionar-se no partido, em seus primeiros anos, diante dos membros sindicalistas e/ou operários. Esteve ao lado de Getúlio Vargas, de quem ganhou a confiança para um importante cargo em nível federal, embora não ao ponto de ser um candidato a cargos majoritários – ainda que tenha recusado o convite do próprio Getúlio para concorrer ao Senado em 1954. No seu único teste nas urnas durante o período democrático, a eleição de 1959, quando já havia se afastado do PTB, consagrou-se vencedor, elegendo-se prefeito de Porto Alegre. Assim, é possível dizer que houve uma adequação ao jogo político. Embora não com a mesma eficácia de outras lideranças, especialmente da nova geração trabalhista, mais eficientes no uso dos recursos políticos daquela nova ordem política. Esses novos líderes, oriundos desse novo momento, inclusive, motivaram o rompimento de Loureiro com o PTB.

Porque essa ruptura ocorreu? A hipótese aqui proposta é de que Loureiro da Silva conseguiu, até certo ponto, realinhar-se, quando contou, especialmente, com a presença de Vargas. Após a morte desse e com os reposicionamentos dentro do partido, Loureiro acabou perdendo espaço e desperdiçando seus capitais. Partiu para o embate

<sup>16</sup> “Dia 19, o churrasco-monstro em homenagem a José Loureiro da Silva”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9 junho 1954, p.2.

com as novas lideranças também ligadas a Vargas – João Goulart e Leonel Brizola - e mais adaptadas, como já mencionado, ao *habitus* político do período democrático. Goulart e Brizola começavam a exercer forte domínio na agremiação não apenas na secção estadual, mas também no Diretório Nacional, e temiam o crescimento de outra jovem liderança, a quem Loureiro se aliou a partir de 1956: o então deputado federal Fernando Ferrari.

Como lembra Bombardelli (2016), a morte de Vargas, em agosto de 1954, somadas a cisão de Brochado da Rocha e a derrota e retirada de Pasqualini da cena política marcou uma reconfiguração das disputas internas no PTB estadual e nacional. Fernando Ferrari - jovem político trabalhista, deputado estadual constituinte eleito em 1947, deputado federal desde 1950, líder do PTB na Câmara Federal em 1955 - passou a disputar a liderança do partido com João Goulart, visto como herdeiro direto de Getúlio Vargas e presidente nacional do PTB desde 1952. Nesse momento, portanto, abria-se uma série de conflitos internos dentro do PTB, assim como disputas pela ideia de trabalhismo - um importante recurso mobilizável - entre essas novas lideranças (BOMBARDELLI, 2016, GOMES, 2007).

Nesse sentido, a atuação política de Ferrari visava confrontar a liderança de Goulart nacionalmente e da principal liderança estadual ligada a ele, Leonel Brizola. Aparentemente, em um primeiro momento, Loureiro da Silva manteve-se distante desses embates: participou ativamente da campanha à prefeitura de Porto Alegre de Brizola naquele ano. A partir de 1956, no entanto, iniciou-se um movimento de aproximação política entre Loureiro e Ferrari. Inicialmente, o nome de Loureiro da Silva havia sido cogitado para suceder a Ernesto Dornelles no Ministério da Agricultura do Governo Juscelino Kubitschek, que havia renunciado ao cargo. Ferrari pretendia, juntamente com a bancada na Câmara Federal do PTB, influenciar

na escolha do nome, e tinha Loureiro como preferido. No entanto, pesou a força de Goulart, então vice-presidente da República, que sugeriu Mário Meneghetti, petebista, mas irmão de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul e opositor do governo, ainda que fosse do mesmo partido de Juscelino Kubitschek. Segundo Bombardelli (2016): “A escolha de Mário Meneghetti teria dois objetivos: evitar que a escolha de um petebista gaúcho obscurecesse o brilho de um dos grupos do PTB no estado e ainda melhorar a relação com PSD do Rio Grande do Sul” (BOMBARDELLI, p. 144, 2016). Loureiro não tinha apenas a indicação de Ferrari: seu nome para o cargo recebeu diversos apoios nos meios sociais rio-grandenses, inclusive de vários vereadores de Porto Alegre, que receberam como resposta um agradecimento de Loureiro<sup>17</sup>.

Ainda no final de 1956, Loureiro lançava-se a disputa pelo cargo de governador do Estado dentro do PTB. Nela, teria como rival Leonel Brizola, então prefeito de Porto Alegre, eleito em 1955 – e com apoio do *Charrua*. Brizola já vinha construindo a sua candidatura ao menos desde sua atuação enquanto Secretário de Obras Públicas e a intensificou em sua passagem pela prefeitura de Porto Alegre. Como lembra Alves (2020, p.46-51), Brizola divulgou amplamente, durante sua administração, suas ações na prefeitura e, mais do que isso, buscou interferir, junto ao governo federal, em medidas voltadas para o Rio Grande do Sul, atuando como mediador entre o presidente da República e setores sociais e políticos do estado, aproveitando-se da difícil relação entre o presidente Juscelino Kubitschek e o governador Ildo Meneghetti. Ainda, utilizava o rá-

<sup>17</sup> Na carta, Loureiro se diz emocionado com o gesto dos vereadores de aprovarem sua indicação ao Ministério da Agricultura. 16 vereadores haviam assinado a carta e de diferentes partidos como PTB, PDC, PL e PSD. DA SILVA, José Loureiro. Destinatário: Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 28 set. 1957. Arquivo Loureiro da Silva – Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre (MCMPPA).

dio e a imprensa escrita como forma de mobilização e de construção da sua popularidade.

O jornal *Diário de Notícias*, no dia 15 de novembro daquele ano já noticiava que diversos diretórios municipais petebistas trabalhavam para lançar aqueles candidatos<sup>18</sup>. Assim como havia divisão entre as organizações locais, havia também entre as lideranças trabalhistas. Ao lado de Loureiro estavam nomes como próprio Fernando Ferrari, Rui Ramos, Egydio Michalesen, Unírio Machado, Daniel Dipp, Sigfried Heuser, entre outros. Brizola tinha ao seu lado Wilson Vargas, César Prieto e a principal liderança trabalhista de então: João Goulart.

É nesse instante, de acordo com Bombardelli (2016), que Ferrari utilizou-se do seu principal recurso político de enfrentamento à liderança de Goulart e que levou a sua cisão posterior: o discurso programático, opondo-se ao que via como pragmatismo do então vice-presidente. Mais do que isso, Ferrari apontava que havia um direcionamento equivocado do trabalhismo nas mãos de Jango e que ele, Ferrari, representava o que entendia por *trabalhismo autêntico*. Conforme explicitou em uma carta em que explicava porque havia renunciado a liderança do partido na Câmara:

Em sua construção retórica, criticava os métodos das lideranças do partido, que deveriam ser reorientados, concentrando-se mais nas definições ideológicas do que nas vitórias eleitorais. Nesse sentido, criticou ainda a exploração emocional da memória de Vargas. Para o parlamentar, a Vargas cabia o papel de criador do ideário trabalhista. Sua memória deveria servir para inspirar reformulações e novos caminhos. Em relação a esse último aspecto, observamos que,

<sup>18</sup> “Lançamento das candidaturas Loureiro e Brizola para a sucessão de Meneghetti”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 novembro 1956, p.2

de fato, Ferrari não disputaria a herança afetiva de Vargas – (...), tal herança pertencia, indubitavelmente, a Jango – mas também não se furtaria de criticar essa utilização (BOMBARDELLI, 2016, p.147).

Foi com esse direcionamento que Loureiro trabalhou sua campanha como o que nós chamaríamos hoje de pré-candidato. Assim como Ferrari no âmbito da disputa interna trabalhista em nível nacional, Loureiro apelou ao *trabalhismo autêntico* e à defesa do legado de Getúlio Vargas em contraposição ao então prefeito da capital sul-rio-grandense<sup>19</sup>. Embora não fosse uma candidatura natural<sup>20</sup>, Brizola tinha a seu favor a máquina municipal, comandada por ele próprio, e o apoio de Goulart e da maioria dos diretórios locais. Além do acúmulo de capitais políticos provenientes de sua atuação como prefeito de Porto Alegre. Fatores decisivos na sua escolha como candidato do PTB em 24 de outubro de 1957, na convenção partidária, tendo 177 votos contra 38 de Loureiro da Silva<sup>21</sup>. No seu discurso na abertura da Convenção, Loureiro da Silva explicitava seu posicionamento dentro do partido: sua fala ia ao encontro do discurso do seu

<sup>19</sup> Alves (2020, p.56) cita uma entrevista de Loureiro ao periódico porto-alegrense *Diário de Notícias* em que acusava o grupo de Brizola e Goulart de estarem, “consciente ou inconscientemente” deturpando as ideias de Vargas e que estava disposto a ocupar lugar “nos destinos do Partido”. Em suma, confrontando aquelas lideranças. O contexto dessa entrevista era a não-indicação de Loureiro para o ministério da Agricultura, mas já se antevia nela o confronto entre as duas facções petebistas na disputa para a candidatura ao governo estadual de 1958.

<sup>20</sup> Cánepa (2005, p.223), ao tratar da escolha dos candidatos para o pleito de 1958, ignora a disputa entre Brizola e Loureiro da Silva e trata a candidatura brizolista como “natural”. Discorda-se aqui dessa expressão: ainda que Brizola fosse o favorito do PTB e tivesse significativo apoio, não significava que não houvesse dissensões internas e que sua candidatura seria aceita naturalmente na agremiação trabalhista. Tanto é assim que houve disputa de votos entre os convencionais, como mostram os trabalhos de Bombardelli (2016; 2017) e Alves (2020).

<sup>21</sup> Alves (2020) analisa de forma pormenorizada o embate entre Loureiro e Brizola pela candidatura petebista ao governo estadual de 1958. Enfatizando os recursos e capitais colocados em disputa entre as duas lideranças.

principal apoiador, citando diversas vezes Getúlio Vargas e posicionando-se como um representante legítimo daquele líder, que levava adiante o ideal trabalhista para o coletivo, e não por personalismo ou demagogia, em evidente crítica a cúpula partidária nacional e estadual, representadas por Goulart e por Brizola, respectivamente:

Com esta campanha, queremos, sobretudo, preservar a obra política de Getúlio Vargas, contra os que, consciente ou inconscientemente, estão desvirtuando o seu espólio de idéias. Oferecemos reação alta e digna contra a injustiça dos intempestivos processos personalistas, contra a demagogia e o mercantilismo de ideias do grande morto<sup>22</sup>.

Nesse mesmo discurso – lido na íntegra por Fernando Ferrari na Câmara dos Deputados – em que apresenta o seu programa de governo aos convencionais trabalhistas, cobrou posicionamento do PTB sobre determinados temas sociais como a questão agrária e a previdência social, entre outros. Insinuou que a direção partidária estava próxima dos comunistas, ao afastar as ideias de Vargas e do trabalhismo daquela ideologia temida por muitos no período: “No que respeita à questão social, convém, de igual modo, pôr em relevo que não foi o pensamento de Vargas cultivar ódios de classe: este é o objetivo comunista, nunca do PTB”<sup>23</sup>. E enfatizava a distinção entre quem lutava por princípios e aqueles que só faziam o jogo eleitoral e lutavam por interesses pessoais. Portanto, colocando-se como um *autêntico* trabalhista. Derrotado, Loureiro afastou-se temporariamente da política partidária. Parecia ter se encerrado sua vida política, sem se encaixar bem àquela nova ordem. De fato, no PTB ela

<sup>22</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 29 out. 1957, p. 56.

<sup>23</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 29 out. 1957, p. 57.

havia encerrado, mas não na arena política como um todo. Em 1959, tomaria um novo caminho que surpreenderia a todos.

## O RETORNO E A DESPEDIDA DO CHARRUA: LOUREIRO SEM O PTB (1959-1964)

Loureiro teve de enfrentar o ostracismo após a derrota para Brizola em 1957. Embora ainda ligado ao PTB, dificilmente haveria possibilidade de candidatar-se a algum cargo no/pelo partido, estando afastado do grupo hegemônico petebista. Daí a surpresa da sua candidatura à prefeitura de Porto Alegre, anunciada em agosto de 1959<sup>24</sup> pela sigla do Partido Democrata Cristão (PDC). De Grandi (2002) afirma que as negociações vinham desde o mês de julho daquele ano e que ideia surgira a partir de líderes do partido cristão em Porto Alegre. No entanto, os jornais já repercutiam no mês de junho a possibilidade do lançamento de Loureiro pelo PDC<sup>25</sup>. Com o anúncio, a fratura com o PTB estava consumada, o que levou a sua expulsão da agremiação. No entanto, disse que se mantinha trabalhista e criticou aqueles que executaram sua saída do partido. Ao lembrar sua trajetória nas hostes trabalhistas, posicionava-se como o “verdadeiro trabalhista”, aquele que “defendia ideias” vinculadas ao maior líder do partido, a quem serviu, Getúlio Vargas:

Continuarei defendendo as idéias trabalhistas que não são propriedade de ninguém. É um patrimônio comum daqueles que lutaram pelos ideais da revolução de 1930. Muitos dos que me expulsaram foram

<sup>24</sup> “Loureiro aceitou sua candidatura”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11 agosto 1959, p.10.

<sup>25</sup> “A candidatura Loureiro da Silva e a opinião do povo de Porto Alegre: entrevista do deputado José Zachia”. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 17 junho 1959. Zachia era deputado estadual pelo PDC e afirmava na entrevista que a candidatura de Loureiro vinha dos movimentos populares e apertidários.

trazidos pela minha mão para dentro do Partido, naquela corrida de um ano que percorri todos os quadrantes do Rio Grande do Sul para estruturar o PTB por ordem de Getúlio Vargas. Fui seu amigo dedicado e fiel até os últimos momentos da sua vida, como podem testemunhar membros da sua própria família (...). Continuo, pois, reverenciando sua memória, mas não a explorando – em benefício próprio. O que repudio no meu Partido é o grupismo, o compartimento fechado, as convenções pré-fabricadas e esmagamento dos companheiros, a sufocação da livre expressão, as infâmias pagas, as calúnias encomendadas e as mentiras organizadas em sistemas<sup>26</sup>

Loureiro apelava ao recurso das suas relações com Vargas, lembrava que ele foi designado pelo líder trabalhista para a organização do partido no estado gaúcho e que muitos daqueles que agora o dominavam haviam sido levados ao PTB por ele, Loureiro. E os acusa de estarem preocupados com seus próprios interesses do que com as ideias e os princípios trabalhistas. Fazia novamente uso da retórica programática contra aqueles que estavam comandando o PTB. Mas o trabalhismo, para o *Charrua*, não pertencia a eles.

Se Loureiro rompeu com o PTB, a sua candidatura também causou fissuras na aliança anti-PTB: o Partido Libertador (PL), então aliado de PSD e UDN na Frente Democrática, optou pelo apoio ao PDC e indicou o candidato a vice-prefeito da chapa de Loureiro, o deputado estadual Manoel Braga Gastal. Dessa forma, a eleição porto-alegrense de 1959 ganhava um caráter diferente das anteriores<sup>27</sup> com as candidaturas do PTB, liderada por Wilson Vargas - can-

<sup>26</sup> “Loureiro da Silva: – Não importa a minha expulsão, pois ficarei com o povo”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13 agosto 1959.

<sup>27</sup> Tanto o pleito de 1951 como o de 1955 foram polarizados pela disputa FD x PTB: em 1951, Ildo Meneghetti (FD) vencera Leonel Brizola (PTB), e na eleição seguinte, foi a vez de Brizola vencer Euclides Trichês (FD). (CÁNEPA, 2005; CORTÉS, 2007).



didato aliado do governador de então e adversário de Loureiro, Leonel Brizola - e de Ary Delgado, pela FD, desfalcada dos libertadores. Além do próprio Loureiro da Silva, pela aliança PDC-PL. Loureiro ainda ganharia na reta final da campanha o apoio de Fernando Ferrari. Nessa aliança nascia o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que apoiaria a candidatura de Ferrari a vice-presidência da República em 1960 e se tornaria partido político em 1961 (BOMBARDELLI, 2016).

O resultado do pleito foi surpreendente: Loureiro venceu com 95.527 votos contra 78.408 de Vargas e apenas 6.964 de Delgado.<sup>28</sup> As interpretações existentes sobre o resultado desse pleito apontam para o fato de que a candidatura do *Charrua* “quebrou” as forças trabalhistas e antitrabalhistas: Cánepa (2005) entende que houve migração de votos trabalhistas para Loureiro, afinal, ele fez uso na sua campanha da sua ligação com o PTB e reforçou que representava o *auténtico* trabalhismo buscando diferenciar-se daqueles que apenas “usavam politicamente” o PTB. Em suma, era o “verdadeiro trabalhista” (CORTÉS, 2007, p. 258), contando ainda com o apoio de Ferrari e outros dissidentes do PTB. Já Cortés (2007) aponta que a aliança com o PL e a fragilidade da candidatura de Delgado também ajudaram o velho *Charrua*, pois desmontava a Frente Democrática: ao fim, Delgado foi “cristianizado”<sup>29</sup> pela FD, que fez campanha aberta por Loureiro.

A vitória no pleito municipal afastou mais ainda Loureiro e o PTB: em seu discurso de posse na Câmara Municipal de Vereadores,

<sup>28</sup> Braga Gastal também foi eleito, completando a vitória da aliança PDC/PL. Ata TRE/RS, 1959. Disponível em: [http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1959-porto-alegre/rybena\\_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-porto-alegre/at\\_download/file](http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1959-porto-alegre/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1959-porto-alegre/at_download/file)

<sup>29</sup> Termo que indica que o candidato foi abandonado pelo seu próprio partido/coligação. Tem origem na eleição nacional de 1950, quando o candidato do PSD, Cristiano Machado, foi abandonado por um grande número de correligionários possedistas, que preferiram apoiar Getúlio Vargas.

como lembram Brum e Coin (2020), acusou os petebistas de pretenderem desestruturar a sua administração, o que causou críticas veementes dos vereadores trabalhistas e de Brizola. Por outro lado, a eleição o aproximou dos partidos anti-PTB e lhe permitiu ampliar seus capitais de notoriedade e popularidade. O então prefeito porto-alegrense buscou usá-los em sua tentativa de candidatar-se ao governo estadual em 1962 pela antiga FD, que, com os acréscimos do PDC e do Partido de Representação Popular (PRP), tornou-se a Aliança Democrática Popular (ADP). Loureiro era o candidato preferido do PDC e do PL – e disputava a preferência da aliança com o pessedista Tarso Dutra, que tinha aprovação no seu partido, da UDN e do PRP – além de contar com a inserção na aliança do MTR de Ferrari para fortalecer suas chances<sup>30</sup>. Oficialmente, Loureiro da Silva era membro do partido ferrarista, ainda que sua indicação viesse do PDC.

Ao fim, Ferrari optou por candidatar-se pelo MTR e a ADP optou por um *tertius*, que era aceito por todos as agremiações da coligação: o ex-governador Ildo Meneghetti, que viria a vencer a eleição. Loureiro da Silva enfrentava mais um rompimento e desligou-se do MTR em uma carta seca dirigida ao antigo aliado, um dia após Ferrari lançar sua candidatura: “Não desejando mais fazer parte do Movimento Trabalhista Renovador, solicito meu desligamento de sócio dessa agremiação. Saudações – José Loureiro da Silva”<sup>31</sup>.

Em janeiro de 1964 Loureiro encerrou seu segundo mandato na prefeitura de Porto Alegre<sup>32</sup>, entregando o cargo ao prefeito elei-

<sup>30</sup> “PDC lançará oficialmente Loureiro da Silva, dia 24”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 fevereiro 1962; “Loureiro aceita”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27 fevereiro 1962, p.3; “Loureiro promete aos Ferraristas que será generoso”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 março 1962, p.3.

<sup>31</sup> Transcrita em: “Loureiro da Silva se desliga do MTR”. *Diário de Notícias*, 14 abril 1962, p.1.

<sup>32</sup> Em reportagem publicada no sítio *Matinal Jornalismo* sobre a gestão de Loureiro da

to em novembro de 1963, o petebista Sereno Chaise. De acordo com De Grandi (2002), pouco ou nada se envolveu nos acontecimentos que levaram ao golpe civil-militar de março/abril daquele ano. Em 1963, ao próprio De Grandi, à época jornalista do *Diário de Notícias*, mantinha a posição de ser um trabalhista histórico e de defender o legado de Vargas<sup>33</sup>. No entanto, aceitou o convite para assumir a Secretaria da Fazenda estadual em junho de 1964, no governo de Ildo Meneghetti. Mas não teve tempo de tomar posse pois um infarto fulminante derrubou o *Charrua* no dia 3 de junho de 1964, logo após ter aceito a indicação. Já em um novo momento – a Ditadura Militar – e com novos aliados – as forças antipetebistas que contribuíram para o início do regime de exceção – encerrava-se a trajetória de José Loureiro da Silva.

---

Silva entre 1960 e 1964, Maurício Brum e Juliana Coin (2020) destacam que a sua gestão foi a primeira a durar todo o mandato na prefeitura a capital sul-rio-grandense desde o retorno das eleições diretas para o cargo em 1951: o eleito naquele ano, Ildo Meneghetti, renunciou para ser candidato ao governo do Rio Grande do Sul em 1954, sendo eleito. Leonel Brizola seguiu caminho parecido: eleito prefeito porto-alegrense em 1955, abdicou do cargo em 1958 para concorrer ao Palácio Piratini, e também se sagrou vencedor. Os autores ainda trazem breves informações sobre medidas tomadas por Loureiro nessa gestão, tais como uma reorganização do funcionalismo municipal, medidas no transporte público, com o aceleração da substituição dos bondes pelos ônibus, ampliação de áreas de lazer e investimentos em obras viárias. Ainda com relação as realizações da gestão, De Grandi (2002) destaca a inauguração, via financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), solucionando os problemas de abastecimento de água de Porto Alegre.

<sup>33</sup> “Loureiro, homem sem algemas e sem peias”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24 fevereiro 1963, p.2, Caderno 2.

OCUPAÇÃO	PERÍODO
Promotor Público de Camaquã/RS	1922-1923
Promotor Público de São Luiz/RS (atual município de São Luiz Gonzaga)	1923-1924
Promotor Público de São Gabriel/RS	1924
Subchefe de Polícia da 13ª região (sede no município de Alegrete/RS)	1924-1925
Intendente de Alegrete/RS	1925 (janeiro à março)
Subintendente e Chefe de Polícia do 3º Distrito de Porto Alegre/RS	1925-1930
Subchefe de Polícia da 5ª Região (sede no município de São Gabriel/RS)	1930 (janeiro à maio)
Intendente de Garibaldi/RS	1930 (maio à setembro)
Intendente de Taquara/RS	1930-1931
Intendente de Gravataí/RS	1931-1933
Deputado Estadual eleito Constituinte e Pós-constituente/ PRL-RS	1935-1937
Prefeito nomeado de Porto Alegre/RS	1937-1943
Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil	1944-1945; 1951-1954
Prefeito eleito de Porto Alegre/RS	1961-1964

Quadro 1. Cargos ocupados por Loureiro da Silva (1922-1964). Fonte: Adaptado de De Grandi (2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando Bourdieu (2006), pode-se notar que a trajetória de José Loureiro da Silva passou por diferentes contextos e reposicionamentos. Precisou adaptar-se a um novo modelo de disputas políticas

estabelecidas em 1945 e as transformações dela decorrentes. Se não obteve sucesso na confrontação dentro do seu partido de origem, o PTB, enfrentando novos atores políticos que souberam melhor compreender as regras do jogo político, conseguiu, já em outros espaços políticos, articular-se melhor nesse ambiente e conquistar posições mais favoráveis e recuperar capitais e recursos políticos – um exemplo nesse sentido foi sua eleição à prefeitura de Porto Alegre em 1959 e seu retorno político em 1964, interrompida pela sua morte.

Quando parecia que Loureiro da Silva estava enfraquecido, construiu estratégias e adquiriu força política que podiam resultar em novas posições de poder. De qualquer forma sabia, ao seu modo, jogar o jogo daquele período: fazia uso de alianças políticas e também sociais graças ao seu *background* – com grupos populares, importantes na sua candidatura em 1959 ou as chamadas “classes conservadoras” (cabe lembrar que Loureiro era proprietário rural e tinha boas relações nesse meio). Utilizava um importante capital político – suas relações com Getúlio Vargas. Quando perdeu esse importante aliado, perdeu também espaço para as novas lideranças trabalhistas, mas soube buscar um novo aliado interno – Fernando Ferrari - também jovem e com ele construir um discurso que os colocava em oposição aos novos líderes do partido, postando-se como defensor das ideias trabalhistas.

Embora se apropriasse do discurso do *trabalhismo autêntico*, para sobreviver politicamente, associou-se aos grupos de oposição ao PTB. Um paradoxo, mas que se explica pela luta política e pela necessidade de manter-se no jogo. E Loureiro da Silva soube fazer uso dessas estratégias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, Dez. 2019, p. 636-658.

ALVES, Samuel. *“Ideias novas para problemas velhos”*: a candidatura e a campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2020.

ANGELI, Douglas. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. In: *Estudios Históricos*, Rivera, 2016.

ASTURIAN, Marcos. *O Rio Grande do Sul dividido*: conflitos políticos-eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1945-4954). Tese (Doutorado em História). Unisinos: São Leopoldo/RS, 2019.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB*: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960). Dissertação (Mestrado em História). UFRGS: Porto Alegre/RS, 2016.

BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza (orgs.). *O PTB no Rio Grande do Sul e a Experiência Democrática (1945-1964)*. São Leopoldo/RS: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2017, p. 87-114.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRUM, Maurício; COIN, Juliana. Loureiro da Silva, o reformador visionário. *Matinal Jornalismo*, 2020. Disponível em: <https://matinal.news/loureiro-da-silva-o-reformador-visionario-parte-2/> . Acesso em 24 fev. 2021.

CANEDO, Letícia B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). In: *Pro-Posições*, vol.13, n. 3, Campinas, setembro-dezembro de 2002, p. 169-198.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Maria Amélia Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 à 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: O Charrua*. Porto Alegre: Literalis, 2002.

GERTZ, Rene. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-82. (As esquerdas no Brasil. V2.).

GRIJÓ, Luiz A.. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 1998.

LAPUENTE, Rafael. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2016.

OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. In: *PolHis*. Buenos Aires-ARG, n. 7, 2011.

# IV

## “Tu vais ser político Jango?” Uma trajetória política de João Goulart (1945-1964)

ANDERSON VARGAS TORRES  
CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Em 2011, data que marcou os 50 anos da posse de João Goulart – ou Jango<sup>1</sup> - na presidência da República, foi publicada uma biografia dessa liderança petebista produzida pelo historiador Jorge Ferreira<sup>2</sup>. Nela, o autor relata como havia sido o primeiro encontro entre o biografado – então um jovem filho de Vicente Goulart, estancieiro de São Borja, amigo dos Vargas – e o então presidente Getúlio Vargas. O encontro teria ocorrido em 1934, na propriedade de Vicente. Em um churrasco em homenagem ao Presidente de então, Jango teria feito um discurso enaltecendo Vargas. Surpreso, o Presidente questionou a Vicente quem era aquele “guri”. Ao serem apresentados, Vargas teria dito: “Tu vais ser político, Jango? Pois devias. Tu fa-

<sup>1</sup> Apelido pelo qual Goulart era conhecido desde a sua infância.

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma Biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



las bem”. Encabulado, Jango deu um sorriso e Vicente, respondendo pelo filho, rechaçou a possibilidade aventada pelo presidente: “Não Dr. Getúlio, nada de política. O Jango vai ser fazendeiro. (...)”

Pode-se questionar as armadilhas que a memória impõe aos indivíduos: terá essa história ocorrido dessa forma ou usou-se artifícios para construir uma narrativa de origem da vida política de Goulart, já ligada à Vargas? Foram necessários mais de dez anos para que, de fato, entrasse na política e pelas mãos do próprio Vargas. Nesse meio tempo, preocupou-se em terminar seus estudos em Direito – concluído em 1939 - e em administrar suas estâncias e, a partir de 1941, as estâncias do velho Vicente, seu pai, que veio a falecer dois anos mais tarde. Enquanto isso, Vargas consolidava-se no poder e, entre 1937 e 1945 – período ascendente economicamente de Goulart como proprietário rural – governou o Brasil sob a ditadura do Estado Novo.

A queda de Vargas, em outubro de 1945, a partir de um golpe perpetrado pelos seus antigos aliados militares e o conseqüente início do processo político democrático, com a formação de partidos políticos e a introdução de regras eleitorais coincidiu com a inserção de Goulart no jogo político. Vargas precisava de Jango para adentrar naquela nova conjuntura. E Goulart soube aproveitar esse apoio para tornar-se uma importante liderança getulista. Mas como foi construída essa inserção? Quais recursos e capitais foram utilizados por Goulart para ascender politicamente e alcançar postos como a presidência nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a vice-presidência do Brasil? Como foi sua atuação como vice-presidente da República e, posteriormente, como presidente? São essas questões que esse capítulo procurará discutir.

APRENDENDO COM VARGAS:  
A ENTRADA E A ATUAÇÃO PARLAMENTAR  
NOS BASTIDORES POLÍTICOS DE GOULART (1945-1950)

Não há como dissociar a entrada política de Goulart à sua relação com Getúlio Vargas. Relação essa facilitada pela antiga amizade entre as duas famílias na cidade de São Borja/RS<sup>3</sup>. Tendo ou não feito o discurso para Getúlio, já citado, em 1934, Goulart pouco se envolveu com política até 1945, mesmo durante o período que morou em Porto Alegre e frequentou a Faculdade de Direito, entre 1935 e 1939. Preocupou-se mais com a administração das fazendas de seu pai e, posteriormente, das suas terras, após a morte de Vicente, em 1943. Tal aspecto foge ao que ocorria, geralmente, com um herdeiro de um estancieiro como Jango. Grijó (1998, p.125), ao analisar as trajetórias dos membros da chamada “Geração de 1907”<sup>4</sup>, aponta que a frequência desses sujeitos às faculdades de Direito estava relacionada ao investimento dos recursos herdados pelos pais em um diploma que possibilitaria maior prestígio social e notoriedade aos seus filhos. No entanto, Goulart optou, no seu retorno, por manter-se distante do mundo político – pelo menos, de forma aparente. Embora próximo da família Vargas, não há qualquer indício de atuação dele na política de São Borja. Tanto o capital escolar quanto o herdado familiar seriam investidos após 1945.

<sup>3</sup> Os Vargas e os Goulart tinham um histórico de relação desde o final do Século XIX. Ferreira (2011) indica que, ao menos desde a Revolução Federalista de 1893 os patriarcas - Vicente Goulart e Manuel Vargas - atuaram juntos na defesa da cidade e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Villa (2003) lembra que Vicente Goulart também teve uma firma, cujo um dos sócios era Protásio Vargas, filho de Manoel e irmão de Getúlio Vargas. O próprio Getúlio havia sido padrinho de dois irmãos de João Goulart. Entre as famílias as relações também eram de proximidade: Jango tinha um dos seus melhores amigos Manoel Sarmanho Vargas, o Maneco, filho de Getúlio.

<sup>4</sup> O termo foi cunhado por Joseph Love (1975) para referir-se aos políticos rio-grandenses que iniciaram suas carreiras políticas no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em meados daquele ano, em meio ao governo de Borges de Medeiros. Dentre os membros dessa geração estava Getúlio Vargas. Sobre esse grupo de políticos, ver Love (1975) e Grijó (1998).

Foi naquele ano que Getúlio Vargas, alijado do poder pelos militares, retornou à São Borja e passou a receber visitas frequentes de Jango. O vínculo entre o ex-presidente e o jovem estancieiro cresceu, com Jango o auxiliando na administração da sua fazenda. Mas o experiente político viu algo mais naquele rapaz de apenas 26 anos<sup>5</sup>. Havia alguém que poderia ser útil para a organização do PTB e, por consequência, para um sonhado retorno nos braços do povo para a presidência da República. Por outro lado, Goulart decidiu abraçar aquela oportunidade que Vargas lhe oferecia. Recusou o convite de Protásio Vargas para ingressar nas fileiras do Partido Social Democrático (PSD) – outra sigla que nascia com a benção de Vargas – e aceitou a entrada no PTB, assumindo o papel de organizador do Diretório de São Borja/RS e região.

Com o incentivo - e o crédito - de Vargas, Goulart candidatou-se a deputado estadual pelo Rio Grande do Sul no pleito de 1947, a primeira eleição estadual após o Estado Novo e que elegeria deputados para a Assembleia Constituinte Estadual. Pode-se afirmar que, na sua primeira candidatura, Jango fez uso dos dois tipos de capitais políticos citados por Bourdieu (1989, p.190-194): capital pessoal – tendo-se em conta a sua notoriedade e popularidade na região da sua cidade natal, São Borja – mas também o capital delegado, se não por um partido institucionalizado, uma vez que o PTB ainda se estruturava, tendo o próprio Goulart como um dos organizadores, mas do próprio Getúlio Vargas – o criador, nesse caso, era maior que a criatura. Tanto um como outro tiveram peso na votação e consequente eleição.

<sup>5</sup> Goulart nasceu em 1º de março de 1919, ainda que usasse um registro adulterado pelo seu pai para que pudesse ingressar na Faculdade de Direito na idade permitida, em 1935. O registro adulterado assinalava o ano de 1918 como o de nascimento de Jango (FERREIRA, 2011; BRAGA, 2004).

Com ou sem intenção política, Goulart tinha boas relações com os trabalhadores rurais – os “peões” - das fazendas da sua família e frequentava ambientes populares de São Borja, como bailes de carnavais<sup>6</sup>, o que causava estranhamento na velha elite estancieira local. Formou, assim, uma rede de contatos locais, ou mesmo de clientela, ao fazer uso dos seus bens e capitais econômicos para auxiliar pessoas mais pobres:

(...) (Jango) era um rapaz popular entre os setores mais pobres da população. Destoava, assim, da conservadora elite local. Era uma maneira diferente da geração que o procedera. Homens como seu próprio pai, que mantinha, pela postura cerimoniosa, distância das pessoas humildes. Jango era completamente diferente: simpático, caloroso nas relações. Muita gente pobre, acometida de doenças graves, ou com parentes nessa situação, o procurava pelo avião. Sem discutir, ele mesmo levava o doente para Porto Alegre (FERREIRA, 2011, p. 39).

Possivelmente, tais recursos mobilizatórios tiveram peso a seu favor naquela eleição, ampliando seu capital de popularidade e notoriedade: dos 4.150 votos que recebeu, 1.653 vieram de São Borja, onde mais obteve votos e que fora o mais votado. Ou seja, 40% dos votos que recebeu vieram dos são-borjenses. Todavia, o mesmo não ocorreu nos grandes centros urbanos. Cabe cogitar que havia nomes trabalhistas mais vinculados a esses meios naquele momento e Goulart teve pouca penetração neles. Além disso, 1947 foi o ano da última eleição com a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que contava com forte penetração nos meios mais urbanizados e entre os operários. Em Porto Alegre, Goulart obteve apenas 18 votos.

<sup>6</sup> De acordo com Braga (2004) Jango costumava participar, durante a adolescência, de blocos de carnaval do município, junto à população mais pobre local.

CIDADE/JUNTA ELEITORAL	VOTOS
São Borja/ Junta 53	1653
Santiago/ Junta 50	642
Itaqui/ Junta 27	507
São Luiz Gonzaga/ Junta 59	503
Porto Alegre/ Juntas 1, 2, 3, 4 e 5	18
Total	4150

Quadro 1. Quatro cidades em que Goulart fora o mais votado em 1947, mais a votação em Porto Alegre. Fonte: NUPERGS/UFRGS.

No entanto, a atuação parlamentar de Goulart não foi destacada. Pouco atuante, realizou apenas um discurso, relacionado a créditos para a agricultura. Durante o período de 1947 a 1950, Jango esteve mais ao lado de seu padrinho político, ajudando-o na articulação da sua futura candidatura a presidência em 1950 e na estruturação e organização do PTB. Para Almeida (2007), as ausências de Jango na assembleia sul-rio-grandense não se tratavam de inaptidão para a política, mas sim, de alguém mais preocupado com a estruturação interna partidária do que com as disputas políticas daquele momento – ainda que tivesse um mandato a cumprir.

De fato, Goulart foi um importante articulador da organização do PTB no interior, mas também articulador da campanha de Getúlio Vargas à presidência em 1950: era a Jango que o candidato entregava as missões de negociação com possíveis aliados no centro do país. O perfil mais negociador era explorado por Vargas. Por outro lado, Goulart estabelecia seu nome como uma liderança emergente, atuando ao lado do seu mestre e aproximando-se cada vez mais das ideias trabalhistas inspiradas na ação de Vargas. Tal confiança o levou a presidência do PTB rio-grandense em 1950 e a partir dali,

para um controle maior da máquina partidária e campanha eleitoral daquele ano<sup>7</sup>.

Na mesma campanha, Jango ressaltava que estava ao lado do povo, porque foi esse povo que, assim como ele, não abandonou Getúlio Vargas, após a sua deposição:

Fiquei ao lado de um homem que deposto do governo nada mais tinha para dar ou oferecer. Lutei ao lado dele (...). Fiquei ao lado do povo, ao lado dos humildes, dos necessitados, dos homens da rua (...) porque foram somente eles que (...) serem leais e gratos ao Sr. Getúlio Vargas quando este brasileiro deixou de ser governo.<sup>8</sup>

Vargas era a figura que Goulart seguia e apoiava, e dele recebia sua lealdade, como ficou claro a partir da década de 1950. Jango era o homem de confiança do ex-presidente e aquele sabia aproveitar as oportunidades que surgiam dessa relação de fidelidade.

## O PROFETA “UNGIDO”: A INSERÇÃO NACIONAL DE GOULART (1950-1952)

As relações com Vargas e o seu importante papel na articulação da candidatura do ex-presidente em 1950 o levam a presidência do diretório gaúcho petebista. Nesse mesmo ano, Jango dividiu-se

<sup>7</sup> Um documento presente no Arquivo João Goulart, do CPDOC/FGV apresenta pedidos de Goulart referente a campanha ao governo estadual e federal de 1950. Nela, Jango pede mobilização de militantes em Porto Alegre para fazer a campanha no interior e para organizar a distribuição de propagandas eleitorais. In: Documentos relativos à participação de João Goulart na campanha de Getúlio Vargas à Presidência da República, durante o período de sua gestão como presidente do Diretório Regional do PTB, no Rio Grande do Sul (CPDOC/FGV/arquivo João Goulart/JG ptb-rs 1950-04-00).

<sup>8</sup> Id. p. 1-2.

entre a campanha presidencial vitoriosa de Getúlio Vargas e a organização do PTB nas eleições estaduais. Pleito no qual o partido saiu-se como grande vencedor ao eleger governador Ernesto Dornelles e ao Senado Federal, Alberto Pasqualini, bem como formando maioria na bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa estadual. O próprio Goulart elegeu-se deputado federal, com 39.832 votos, sendo o segundo candidato mais votado a esse cargo.

O resultado já mostrava a ascensão de Jango junto ao eleitorado trabalhista e urbano. A imagem de homem de confiança de Vargas e sua ativa participação ao lado do ex-presidente, além do uso do discurso trabalhista, voltado ao trabalhador urbano, provavelmente ampliaram o capital político e de popularidade de Goulart, tornando-o um candidato com um eleitorado mais amplo, não mais restrito à São Borja e aos municípios próximos. Tal ampliação do eleitorado também podia estar relacionada a capacidade de Goulart em atender demandas de correligionários: Angeli (2020, p.158), ao citar cartas recebidas por Alberto Pasqualini com sugestões e instruções de partidários para a campanha para o pleito estadual de 1954, na qual o petebista era candidato a governador do Rio Grande do Sul – e Jango, candidato ao Senado - , apresenta uma missiva em que o remetente indicava Goulart como um modelo a ser seguido: afirmava que Jango “atende tudo. Faz do problema alheio um problema dele. E isso entusiasma. A massa quer entusiasmo”<sup>9</sup>.

Se na eleição como deputado estadual em 1947 obtivera apenas 18 votos na capital Porto Alegre, esse número saltou para 8.328 em 1950, sendo a localidade onde obteve a maior parte dos seus votos, superando São Borja, “campeã” de 1947, conforme o quadro abaixo:

<sup>9</sup> BRONDANI, Noé. Destinatário: Alberto Pasqualini. s/l, 19/07/1954. Pasta 9.2 Acervo Alberto Pasqualini-Prefeitura Municipal de Ivorá/RS. (Apud ANGELI, 2020, p.158).

CIDADE/JUNTA ELEITORAL	VOTOS
Porto Alegre/ Juntas 1, 2, 3, 4, 5	8328
São Borja/ Junta 56	3999
Cachoeira do Sul/ Junta 13	3922
Uruguaiana/ Junta 6	2832
Santo Ângelo/ Junta 53	1736
Total	39832

Quadro 2. Cinco cidades em que Goulart fora o mais votado em 1950. Fonte: NUPERGS/UFRGS.

Também chama atenção as boas votações em cidades de outras regiões do Estado como Santo Ângelo e Cachoeira do Sul. O que representa que, de fato, o eleitorado de Goulart havia se ampliado para outras áreas. Em 1947, das cinco juntas em que obteve mais votos, apenas Santiago não ficava na região da Campanha.

De qualquer forma, Goulart pouco esteve presente na Câmara dos Deputados: logo fora chamado pelo governador eleito gaúcho, Ernesto Dornelles, para assumir a Secretaria de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Sobre a passagem pelo executivo estadual, há poucos indícios. Segundo Marieta Ferreira (2010), Goulart esteve, entre 1951 e 1952, período em que atuou na Secretaria – mais preocupado com o PTB, ainda que tenha tomado medidas visando melhorias no sistema prisional gaúcho. Para Jorge Ferreira (2011), o período no governo Dornelles serviu para investir em demandas dos municípios sul-rio-grandenses como a construção de fóruns judiciais, auxiliado pelo governo federal, liderado pelo seu amigo Getúlio Vargas. Uma hipótese plausível sobre o período como secretário estadual – e que foi concomitante com a presidência regional do PTB - é que o mesmo pode ter sido importante para Goulart ampliar suas redes de contatos pelo interior do Estado, tornando-o mais conhecido e construindo novas adesões ao trabalhismo, ques-



tão que pode ter sido decisiva para as vitórias petebistas nas eleições municipais de 1951 e para ampliação eleitoral do partido no Rio Grande do Sul a partir de 1950.

Nacionalmente, o governo Vargas experimentava um período de crise desde a posse, com a ferrenha oposição da União Democrática Nacional (UDN), que reunia seus opositores desde o Estado Novo. Somava-se a isso a crise interna no PTB<sup>10</sup>, com críticas de lideranças trabalhistas ao governo e sua tentativa de conciliar com as forças de centro e de oposição a Vargas, como a própria UDN. Uma disputa entre Danton Coelho, então presidente do PTB, e Dinarte Dornelles, primo do presidente levou Getúlio a intervir e colocar no cargo o seu discípulo: João Goulart.

D'Araújo (1996) definiu a ascensão de Goulart à presidência do Diretório Nacional do PTB, em 1952, a de o profeta “ungido” pelo carisma de Vargas. Era a primeira vez que a expressão máxima do trabalhismo e do PTB dava respaldo integral a alguém naquele cargo. Em um momento de conflitos internos exacerbados dentro da agremiação e de dificuldades do governo, Vargas confiou a Jango o cargo com a missão de pacificar o PTB e aproximá-lo de suas bases sindicais. Delegava a Jango a articulação partidária. Não era pouco e Goulart soube aproveitar a oportunidade para ascender dentro do partido nacionalmente, como lembra Almeida (2007):

Jango assumiu o partido com a importante missão de reunificá-lo e de aumentar o diálogo com os setores sindicais e trabalhistas. Teve seu apoio referendado de forma unânime, e sua projeção dentro e fora do

<sup>10</sup> As crises internas partidárias levaram Goulart à presidência nacional do partido com a benção de Getúlio Vargas. Tais conflitos se deram pela disputa entre Danton Coelho - primeiro ministro do Trabalho do segundo governo Vargas - e Dinarte Dornelles, pelo controle partidário e por protagonismo político em um momento em que o PTB era peça-chave na gestão de Getúlio Vargas na presidência. As disputas levaram Vargas a interferir e decidir por uma solução conciliatória: João Goulart (D'ARAÚJO, 1996).

partido passou, inevitavelmente, a crescer gradualmente. Naquele momento, não era mais somente o amigo pessoal de Getúlio(...). Jango passaria a garantir sua inserção nacional e domínio interno sobre o PTB (ALMEIDA, 2007, p.38).

Na posse de Goulart, durante a Convenção Nacional do PTB daqueles anos, foi lida uma mensagem de Vargas aos convencionais. No entanto, as palavras do líder trabalhista tinham outro alvo: o novo presidente, deixando claro qual seria a sua missão:

(...) É preciso que o Partido Trabalhista seja sempre uma força de ordem a serviço de uma causa justa. É preciso que seja, cada dia mais, o partido dos trabalhadores – instrumento das suas aspirações e baluarte da defesa dos seus direitos (...).

Para esse fim, *deve existir maior aproximação entre os órgãos dirigentes do partido e as massas trabalhadoras que lhes trazem a inspiração e o apoio*. Seria de toda a conveniência, Senhores convencionais, que, em todos órgãos dirigentes partidários, nos diretórios locais, estaduais e nacional, *houvesse a participação direta das classes trabalhadoras, através dos seus líderes mais representativos*.

(...), tenho a convicção de que essa parte do programa do Governo, que consiste em chamar os líderes proletários para a direção das instituições que lhes interessam mais de perto (...) pode ser adequadamente completada pela reorganização do Partido Trabalhista, *no sentido de permitir mais íntima e constante colaboração das classes trabalhadoras nas suas funções de Direção*. Desse modo, a ação governamental se congregaria com a ação político-partidária convergindo ambas para o mesmo objetivo comum de realizar o nosso programa de renovação social (...) <sup>11</sup>.

<sup>11</sup> *Diário de Notícias (RJ)*, 22 de maio de 1952, p. 3. (grifos nossos)

Pacificar o partido, mas também garantir a formação de uma base sindical, aproximando o PTB e o governo Vargas daqueles que eram notados pelos petebistas como o alvo do trabalhismo: os trabalhadores urbanos. Tal a missão entregue à Goulart na presidência do partido. O que ele vai buscar realizar, ainda que de forma centralizadora e pouco democrática dentro das instâncias partidárias, mas sempre com o aval de Vargas. De qualquer forma, Goulart dava mais um passo na sua ascensão nacional enquanto líder trabalhista e herdeiro de Getúlio Vargas.

#### JANGO NO JOGO POLÍTICO: PASSAGEM PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E AS ARTICULAÇÕES PARA AS ELEIÇÕES DE 1955 (1953-1955)

D'Araújo (1996) lembra que a chegada de Jango à presidência nacional do PTB foi subestimada internamente: deputado inexpressivo, era visto como solução provisória, mas ignoravam que ele era “o escolhido” pelo chefe do partido. Ao fim, comandou o partido até 1964; a presidência do PTB era o início da ascensão nacional de Goulart, que daquele ponto em diante, alcançaria postos como o ministério do Trabalho e a presidência da República. Diferentemente do que afirma Villa (2003), nada do que ocorreu com Jango foi ao acaso ou golpe de sorte, mas sim, habilidade política e capacidade de se inserir no jogo político, utilizando os recursos que detinha como a proximidade com o seu mestre Getúlio Vargas e a capacidade de estabelecer contatos tanto com a elite política, como com a base do PTB, os trabalhadores urbanos.

O passo seguinte de Goulart foi a passagem pelo Ministério do Trabalho durante o governo Vargas. A passagem foi curta – de junho de 1953 a fevereiro de 1954 – mas serviu para Goulart ampliar

suas lealdades junto aos sindicatos e trabalhadores e adquirir ainda mais capitais políticos junto a esses setores sociais. Em meio a crise política e social, com o surgimento de greves que o ministro antecessor, Segadas Viana, encontrava dificuldades para controlar, Vargas fez uma reforma ministerial que, erroneamente, segundo D'Araújo (1992), ficou conhecida como o momento de radicalização do governo Vargas. Para a autora, foi uma mudança visando recuperar o consenso com os setores conservadores, críticos da administração<sup>12</sup>. Dentre as mudanças estava a substituição do petebista Segadas Viana pelo também petebista João Goulart.

Se a reforma ministerial em si não significou um marco no segundo governo Vargas, a gestão de Goulart na pasta foi decisiva. As relações do Ministério com os trabalhadores e sindicatos tomaram outro rumo nas mãos de Goulart. Mais do que isso, o próprio trabalhismo ganhou uma cara mais definida devido a sua gestão na pasta. Como lembra Ferreira (2005), Goulart buscou negociar com os trabalhadores, assim os inserindo nas decisões políticas do Ministério. Informal, Goulart certamente trazia o estilo que o caracterizou em São Borja: de ouvir o povo, os trabalhadores, conviver de igual para igual com a população. Essa característica estava presente na sua administração. Goulart era o ministro que conversava, como menciona Ferreira (2005) – e que deu um novo perfil ao trabalhismo, mais ideológico, menos personalista e “estampou no PTB a marca do partido reformista e incentivou os trabalhadores a participar da política” (FERREIRA, 2005, p.104).

A gestão de Goulart trouxera o ônus da política: da mesma forma que Vargas era atacado pelos opositores, Goulart também passou

<sup>12</sup> Dentre os nomes da reforma ministerial, além de Goulart, estavam Oswaldo Aranha e José Américo de Almeida, ambos da UDN, e Tancredo Neves e Antônio Balbino, ligados ao PSD. (D'ARAÚJO, 1992).

a ser alvo. Capitaneada por lideranças udenistas como Carlos Lacerda, Afonso Arinos e outros, a oposição passou a associar Goulart ao comunismo e ao peronismo argentino e identificaram nele uma continuidade de Getúlio Vargas. O veterano deputado Raul Pilla, do Partido Libertador (PL), reconhecidamente antigetulista, conjecturou, em carta a Décio Martins Costa, presidente do PL no Rio Grande do Sul, em fins de 1953, a possibilidade de Vargas se perpetuar no poder, e caso não conseguisse, entregasse a presidência ao seu herdeiro, Goulart:

Tive informações seguras acerca do Plano Getuliano: 1º, conseguir, por todos os meios, grande maioria no futuro Congresso; 2º, reformar a Constituição, ou para se reeleger, ou para prorrogar o mandato; 3º, *sendo isto impossível, levar Jango à presidência*. O que se sabia por evidentes inferências, está agora confirmado.<sup>13</sup>

Entre as várias medidas tomadas, uma delas foi o estopim para a ira dos opositores contra Goulart: a proposta de aumento de 100% do salário mínimo<sup>14</sup>. Ciente da repercussão que a proposta traria, Jango entregou carta de demissão a Vargas e deixou o governo em fevereiro de 1954.

A passagem no Ministério do Trabalho permitiu a Goulart adquirir mais popularidade: seu nome passou a ser cogitado como um

<sup>13</sup> PILLA, Raul. Destinatário: Décio Martins Costa. Rio de Janeiro, 13/12/1953. Acervo Raul Pilla. NUPERGS/UFRGS. (grifos nossos).

<sup>14</sup> Goulart entregou o projeto à Vargas em 22 de fevereiro de 1954, a partir de estudo feito pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SPTE), órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O valor de 100% de aumento seria devido ao fato de não haver atualização desde dezembro de 1951 e como forma de garantir um salário condizente ao trabalhador em meio ao alto custo de vida. Sobre o projeto e a passagem de Goulart no Ministério do Trabalho, ver: Bianco (2015), Ferreira (2005) e Sukman (2011).

dos possíveis candidatos ao governo do Rio Grande do Sul – ganhando mesmo comitês em seu apoio<sup>15</sup>. Todavia, Goulart participou, de fato, da articulação da escolha do candidato Alberto Pasqualini, pouco preocupou-se em ser o representante do PTB no pleito estadual, ainda que tenha se candidatado ao Senado e sido derrotado<sup>16</sup>.

Os episódios de agosto de 1954, especialmente a morte de Getúlio Vargas, impactou Goulart. Suas palavras no velório do seu mentor evidenciavam sua disposição de dar continuidade ao trabalho de Getúlio Vargas:

(...) Esta carta será a bandeira, o lema e o catecismo de todos os trabalhadores do Brasil, que, tenho certeza, represento neste instante em que choram, como chora todo o povo brasileiro, a tua morte. Há de ser, também, o hino do povo que recebe com lágrimas o sangue que deste por ele. (...) A nossa bandeira será a bandeira dos princípios que defendeste durante toda a tua vida, nosso grande amigo e chefe Getúlio Vargas. (...) Eram estas as unhas aduncas que roubavam e sugavam o suor dos trabalhadores e do povo brasileiro, que desejavam a sua destruição. Precisavam aniquilar o nosso grande chefe e amigo porque ele representava a liberdade do povo e da Pátria. Mas eles se enganam. Não destruíram Getúlio Vargas nem seus ideais, que sempre estiveram vivos e, agora mais do que nunca, brilham na alma e no coração dos brasileiros<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Em julho de 1953, alguns dias após a posse de Goulart no Ministério do Trabalho, o *Correio do Povo* noticiou a posse da nova diretoria do “Movimento Popular Pró-João Goulart”. Segundo o jornal, o intuito do movimento era promover a candidatura de Jango ao governo gaúcho em 1954. *Correio do Povo (RS)*, 02 de julho de 1953, p. 4.

<sup>16</sup> No pleito de 1954 ao Senado Federal, em que se renovaria 2/3 daquela Casa legislativa, Goulart ficou em 3º lugar, atrás dos candidatos Armando Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN), candidatos da Frente Democrática (FD) e eleitos para as duas vagas senatoriais. A FD também elegeu o governador, Ildo Meneghetti (PSD).

<sup>17</sup> Íntegra do discurso em Braga (2004, p. 185-189).

A carta-testamento de Vargas, a qual havia recebido pouco antes do suicídio e que só tomara conhecimento do seu conteúdo após o ato do seu velho amigo e líder, seria o norte dos trabalhistas e Jango aceitou, ao fim, tomar a dianteira do PTB para dar continuidade, com novos métodos, ao trabalhismo. Mais próximo dos trabalhadores e mais atento às demandas sociais e reformistas. Nesse interim, aproximou-se dos setores mais moderados do PSD, liderados pelo então governador mineiro Juscelino Kubitschek (JK) e assumiu a vaga de candidato a vice-presidente em uma aliança entre os dos partidos de origem getulista. Não sem antes enfrentar a oposição ude-nista, aliada aos setores militares anti-trabalhistas<sup>18</sup>.

JANGO VICE-PRESIDENTE:  
DE FIADOR DO GOVERNO DE JK  
À CAMPANHA DA LEGALIDADE (1956-1961)

Durante o período conhecido como “tempo da experiência democrática (1945-1964)”, votava-se separadamente para presidente e vice-presidente da República. Desse modo, na eleição de 1955, João Goulart obteve 3.591.419 votos, meio milhão a mais de votos do que Juscelino Kubitschek, o que é um importante elemento para demonstrar a popularidade que Jango conquistara na arena política nacional.

Essa popularidade estava assentada principalmente em sua relação com os trabalhadores. Sua capacidade de diálogo e negociação com os sindicatos lhe conferia esse capital. Se é ponto pacífico na historiografia que grande parte do sucesso do período de Kubitschek

<sup>18</sup> Desde a confirmação da chapa PSD-PTB, setores militares e políticos ligados à UDN buscaram minar a candidatura de JK e Goulart. Mesmo após a eleição de ambos, tentaram impedir suas posses com um golpe militar, sustado pelo ministro do Exército, Mal. Henrique Lott. Sobre esse episódio, ver Ferreira (2005).

na presidência da República se deveu ao papel desempenhado por Goulart como vice-presidente, é preciso destacar que esse período também foi de muitos ganhos para o petebista:

Com JK, Jango exerce o papel de vice-presidente com grandes lucros para si mesmo, para o PTB e para o presidente. Pode se dizer que foi o principal contato e o grande negociador do governo com o conjunto das lideranças sindicais da época. Houve, dessa forma, uma espécie de divisão de trabalho entre JK e Jango, sendo este último, em grande medida, quem intermediou todos os conflitos que emergiram do mundo sindical e quem absorveu os desgastes inevitáveis advindo dessa tarefa. Ao fazer isso, até certo ponto aliviava e preservava JK de um tipo de exposição muito ingrata, permitindo que ele pudesse se situar “acima” acima de conflitos de classe. E ele exercia esse papel muito bem. Tinha experiência, gosto e talento, *o que fez com que seu período de vice-presidente tenha sido dos melhores e mais bem-sucedidos de sua carreira política* (GOMES, 2007, p. 76).

Jorge Ferreira também menciona a lealdade de Goulart para com Kubitscheck ao longo do período em que estiveram juntos no governo. Segundo o autor, em várias ocasiões, quando sindicalistas faziam críticas mais potentes ao presidente, Goulart advertia: “Olha, eu não estou aqui para ouvir deslealdades em relação a JK, porque é o presidente do Brasil e eu sou o vice dele. Trata do teu assunto, deixa o presidente” (FERREIRA, 2011, p. 178).

Logo no início do governo, em abril de 1956, o vice-presidente João Goulart realizou visita diplomática aos Estados Unidos da América (EUA), como retribuição à visita realizada pelo vice-presidente estadunidense Richard Nixon ao Brasil. Eram tempos de



Guerra Fria e o governo de Dwight Eisenhower estava muito interessado na questão do comunismo. Enquanto o secretário de Estado, Foster Dulles, afirmava que o tema era uma preocupação dos EUA que transcendia suas fronteiras e deveria ser observado por todo o continente, Jango respondia que “se havia comunistas no Brasil tratava-se de um assunto interno do país, que tinha que ver com o subdesenvolvimento” (FERREIRA, 2011, p. 180-181). Desse modo, o vice-presidente do Brasil, ao mesmo tempo que defendia a soberania do país, tentava demonstrar ao responsável pela política externa dos EUA a importância que o investimento econômico para a superação do subdesenvolvimento poderia ter na luta contra o comunismo.

Ao mesmo tempo em que exercia a vice-presidência do país e, como prerrogativa do cargo, a presidência do Senado Federal, Goulart mantinha-se na presidência do PTB. Em 1957, o partido realizou sua 10ª Convenção. Em seu discurso, João Goulart enunciava a importância do nacionalismo para a ideologia do PTB:

Atingimos um nível de progresso material e de maturidade política incompatível com tutelas ocidentais e privilégios injustos. Nada pode prevalecer sobre nossa soberania e segurança. Não somos isolacionistas, não rejeitamos a cooperação da técnica e dos capitais estrangeiros, mas repelimos a alienação de nossas riquezas. Temos de resguardar a todo o custo nossas indústrias básicas e impedir que acordos desfavoráveis comprometam a nossa soberania (FERREIRA, 2011, p. 186).

O nacionalismo era uma cultura política muito forte no “tempo da experiência democrática”. E estava em constante evolução. Ao passo que durante o início da década de 1950 estava muito associado ao varguismo, durante os anos da presidência de JK estava em

sua expressão nacional-desenvolvimentista – e essa fase estava muito presente na dinâmica que Goulart imprimia ao PTB como seu presidente, como pode ser visto em seu diálogo com Foster Dulles e em seu discurso na 10ª Convenção do partido.

Mas o PTB tinha diferenças com o PSD, assim como Goulart com Kubitscheck. Em março de 1958, João Goulart anunciava pela primeira vez o programa das Reformas de Base. Na análise de Luiz Alberto Moniz Bandeira,

(...) o PTB atingiria determinado grau de amadurecimento ideológico, *do qual o programa de reformas de base, propugnado por Goulart, constituía o primeiro reflexo*. Esse programa, que tinha como cerne o problema agrário, não representava mero recurso demagógico, populista, eleitoral. Correspondia a um nível de consciência da problemática brasileira (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 145 – grifos nossos).

Com as Reformas de Base, o PTB, rapidamente, ia construindo uma posição hegemônica entre suas correntes políticas. Associando-se a outras instituições como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) – além de alguns membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – o PTB avançava para a esquerda no espectro político do período. E esse avanço, bastante rápido, trazia uma nova expressão para o nacionalismo no Brasil: o nacional-reformismo.

O partido presidido pelo vice-presidente da República avançava em ritmos diferentes: ao passo que, programaticamente, avançava com rapidez para as posições nacional-reformistas, eleitoralmente avançava mais devagar. Nas eleições de 1958, o PTB elegera 66 deputados federais (10 a mais do que em 1954), 5 senadores e 5 governadores de estados (entre os quais Leonel Brizola no Rio Grande do Sul).

Nas eleições de 1960, João Goulart, novamente, concorreu a vice-presidente. Dessa vez, o PSD, aliado do PTB, indicou o nome de Henrique Teixeira Lott como candidato a presidente. Jânio Quadros foi eleito presidente da República com 5.636.626 votos, interrompendo a sucessão de presidentes eleitos pela aliança entre PTB e PSD. Em segundo lugar, Lott conquistou 3.846.825 votos. No entanto, Goulart fora, mais uma vez, eleito vice-presidente: dessa vez fez 4.547.010 votos – 700 mil votos a mais que Henrique Teixeira Lott e quase um milhão de votos a mais do que fizera em 1956.

Jânio Quadros governou por um curto período – de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961. Logo no início de seu mandato, ordenou que os chefes das Casas Civil e Militar implementassem diversas comissões de sindicância: em duas delas, a do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), o vice-presidente João Goulart foi citado. Não obtendo respostas das comissões de sindicância, encaminhou uma carta ao presidente recebendo a seguinte resposta: “Restitua-se a carta ao ilustre signatário, por não se encontrar vazada em termos próprios, além de não representar a verdade” (FERREIRA, 2011, p. 222). Assim, a ruptura entre presidente e vice-presidente estava definida.

Em fins de julho, o ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, realizou convite a Goulart para que chefiasse uma missão comercial do Brasil à China Comunista. O vice-presidente aceitou e, quando estava na China, recebeu a seguinte notícia em um quarto de hotel: “Desperta bem despertado: o Jânio renunciou e agora tu és o Presidente” (FERREIRA, 2011, p. 229).

Entre a renúncia de Quadros em 25 de agosto e a chegada de Goulart ao Brasil em 1 de setembro, o país esteve à iminência de uma guerra civil. Os ministros militares não aceitavam a investidura do

vice-presidente como presidente da República. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, comandou o movimento da Campanha da Legalidade, exigindo o cumprimento da Constituição.<sup>19</sup>

#### JANGO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: A HORA DAS REFORMAS QUE O PTB PREGAVA

Goulart chega ao Brasil por Porto Alegre – cidade onde Leonel Brizola comandara a Campanha da Legalidade. Após uma divergência com o governador do Rio Grande do Sul sobre a emenda parlamentarista aprovada pelo Congresso Nacional, Goulart chegou a Brasília no dia 5 de setembro “cercado por forte dispositivo militar, mas em clima de verdadeira festa no aeroporto” (FERREIRA, 2011, p. 257). Havia a expectativa que tomasse posse imediatamente como presidente da República, mas João Goulart tinha planos para a investidura: desejava ser empossado a 7 de setembro de 1961.

No 139º aniversário da Independência do Brasil, João Goulart, vice-presidente da República e presidente do PTB, assumia como presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no regime parlamentarista, com 43 anos de idade. Em seu discurso, frisou que, mesmo no parlamentarismo, sua posse “consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional”, evidenciando, de forma muito clara, que era o legítimo presidente da República aos olhos da Constituição de 1946 e “pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e, que agora, em impressionante

<sup>19</sup> Sobre a Campanha da Legalidade são importantes os trabalhos de FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988; FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). *O PTB do Rio Grande do Sul e a Experiência Democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos, Editora UNISINOS, 2017.

manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada”.

Goulart, em seu discurso, reafirmava seu compromisso com a democracia e trazia à tona uma característica que lhe era muito cara em sua trajetória política: “tudo fiz para não marcar com sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília”. A ameaça de guerra civil era algo que sua personalidade não aceitava, como explicitava: “sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos”. João Goulart destacava em seu discurso suas características políticas construídas ao longo de sua trajetória no PTB: “promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança das instituições, da garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional” bem como “sob a inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o país para a luta interna em que nos devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica, contra o pauperismo e o subdesenvolvimento”<sup>20</sup>. Goulart, em seu discurso, destacava aquilo que considerava o mais importante dentro de sua concepção trabalhista de fazer política: a luta pela paz, o respeito pela soberania e a superação do subdesenvolvimento – tudo sempre no sistema democrático dentro da formação social capitalista.

O primeiro gabinete parlamentarista da história republicana do Brasil ficou conhecido como Gabinete da Conciliação Nacional.

<sup>20</sup> Os trechos do discurso de posse de João Goulart como presidente da República foram retiradas de MARCELINO, Wanielle Brito (org.). *Discursos Selecionados do Presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009.

Tendo como primeiro-ministro Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais, o ministério era composto por 3 membros do PSD, 2 do PTB e 2 da UDN e 1 do Partido Democrata Cristão (PDC) e 1 do Partido Social Popular (PSP). Esse foi o mais longo dos ministérios no parlamentarismo, durando de 8 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962. Algumas ações importantes do governo Goulart, marcadamente nacional-reformistas, são desse período, como o cancelamento das concessões para a mineradora estadunidense Hanna Mining Co. (solicitada pelo ministro das Minas, o udenista Gabriel Passos e que tinha como presidente da Hanna, no Brasil, Lucas Lopes, ex-ministro da Fazenda de JK); o restabelecimento de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); a defesa do governo cubano ante a sua expulsão da OEA na Conferência de Punta del Este e a viagem de Goulart aos EUA em abril de 1962. No entanto, a divisão de poderes entre o Gabinete e o presidente da República nunca foi bem delimitada, o que permitiu a Goulart realizar manobras para o retorno de seus poderes presidencialistas:

O hibridismo do sistema abria espaço tanto para práticas predominantemente parlamentaristas, quanto para procedimentos fortemente presidencialistas. Desta maneira, a definição das prerrogativas do presidente da República seria uma questão mais subordinada às práticas e à experiência, do que aos aspectos teóricos do novo sistema. [...] Os poderes do presidente tinham uma dupla consequência: permitiam que Goulart se utilizasse de suas prerrogativas para combater o parlamentarismo, e faziam com que os ministros se considerassem co-partícipes, e não os principais expoentes, do Poder Executivo (ALMEIDA, 1998, p. 107).

Uma dessas manobras foi inviabilizar a investidura do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, como primeiro-ministro na sucessão de Tancredo Neves. Goulart via em San Tiago Dantas um obstáculo para pôr fim ao parlamentarismo, dada sua alta capacidade política e intelectual. Outra manobra foi realizada contra Auro de Moura Andrade, que, ao ser indicado por Goulart, deixou com o presidente uma carta de renúncia assinada e sequer chegou a tomar posse.

A solução encontrada por Goulart foi a nomeação de Brochado da Rocha como primeiro-ministro. Seu gabinete durou em torno de dois meses e em 18 de setembro foi montado o último gabinete do parlamentarismo, tendo como primeiro-ministro Hermes Lima. A tônica desse gabinete foi a transição para o retorno ao presidencialismo, que ocorreria a partir da realização de um plebiscito marcado para o dia 6 de janeiro de 1963.<sup>21</sup>

Em 7 de outubro de 1962, realizaram-se eleições para a totalidade da Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e para governadores de estado e Assembléias Legislativas. Apesar “do volumoso investimento realizado pelo IPES e pelo IBAD, com dólares da CIA, cruzeiros do Fundo do Trigo repassados pela Embaixada dos EUA e generosos donativos de corporações estrangeiras para favorecer os candidatos direitistas da UDN, PSD e outras agremiações” (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 185), o resultado das eleições foi favorável para o governo Goulart e o PTB. O partido passou de 66 para 104 deputados federais<sup>22</sup>. De acordo com Ângela de Castro Gomes “em inícios dos anos 1960, ele já era a segunda maior força em termos de eleições vice-presidenciais, de bancada no Senado (26,6%)

<sup>21</sup> Entre 14 e 15 de setembro de 1962, o Congresso Nacional aprovou texto do senador Benedito Valadares marcando a data para o plebiscito após as eleições de outubro de 1962.

<sup>22</sup> “Embora a UDN e o PSD, juntos, alcançassem 54% das cadeiras” (FERREIRA, 2011, p. 315).

e na Câmara dos Deputados (28,3%), onde, devido ao crescimento vertiginoso no Norte e no Nordeste (em 1962), praticamente empatara com o PSD” (GOMES, 2007, p. 77).

Com esmagadora votação (9,5 milhões de um total de 11,5 milhões de votos), o presidencialismo era escolhido como regime de governo. Goulart, agora, tinha recuperado seus poderes presidenciais e no dia 24 de janeiro, empossava seu primeiro ministério presidencialista. Sua estratégia era

Implementar uma política de diálogo e de entendimento com os partidos políticos, em particular com as duas agremiações que, até então, haviam sustentado a República: o PSD e o PTB. Unindo o centro e a esquerda, reforçando a tradicional aliança entre pessedistas e petebistas, Goulart, com maioria no Congresso Nacional, acreditava executar as reformas de base a partir de acordos, pactos e compromissos entre as partes (FERREIRA, 2011, p. 323).

Com o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, ministro Extraordinário do Planejamento, o governo buscava atacar o problema da inflação ao mesmo tempo em que conferia condições para o crescimento da atividade econômica. O plano era uma inovação na história econômica brasileira – contudo, a deterioração da economia, bem como as condições políticas do momento, não permitiu seu êxito. João Goulart acabou modificando sua estratégia: “voltou-se para seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular” (FERREIRA, 2011, p. 341).

Contudo, Goulart sentiu falta de alguém que cumprisse o papel desempenhado por ele no governo de Kubitschek. Ao mesmo tempo, por ser presidente do PTB, tinha que administrar as questões partidárias. Não havia nem no governo federal nem no partido



alguém que tivesse autoridade para buscar soluções em seu nome. Todas as demandas acabavam recaindo sobre ele – e, consequentemente, o desgaste político também recaía sobre Goulart.

Em setembro e outubro ocorreram dois eventos que fragilizaram o governo: a revolta dos sargentos e o pedido de estado de sítio. Com a revolta dos sargentos, a oficialidade das Forças Armadas e a imprensa passaram a se afastar, gradativamente, do governo (FERREIRA, 2011, 360-364). E com o pedido do estado de sítio como consequência de uma declaração de Carlos Lacerda ao jornal *Los Angeles Times* republicada pelo *Tribuna da Imprensa* em 1º de outubro, Goulart acabou gerando a desconfiança das direitas, do centro e das esquerdas: “Desarmado contra os governadores mais poderosos do país, sem o apoio das esquerdas, atacado pela direita e perdendo o controle sobre os militares, o presidente saiu daquele episódio completamente enfraquecido” (FERREIRA, 2011, p. 371). O presidente João Goulart estava isolado politicamente. Se em março a opção pelas reformas de base parecia ser a melhor solução, agora, em razão de sua trajetória política, parecia ser a única solução.

Em 23 de janeiro de 1964, Goulart assinou a regulamentação da Lei sobre a Remessa de Lucros e começou a organizar uma série de comícios a favor das Reformas de Base, que começariam em 13 de março no Rio de Janeiro. Nesse comício, perante 200 mil pessoas, Goulart “anunciou a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação das refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, ou seja, das terras às margens dos eixos rodoviários e dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas” (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 313). Era a efetivação das Reformas de Base, que desde 1958, faziam parte da orientação que tinha imprimido ao PTB em sua gradativa

mudança para a esquerda do espectro político. O nacional-reformismo das esquerdas, visando um capitalismo menos concentrador das riquezas, tomava força – e ante uma sociedade profundamente conservadora, naqueles tempos de Guerra Fria, trazia ares de revolução.

#### GOLPE DE 1 ABRIL:

#### FIM DA TRAJETÓRIA POLÍTICA - “MORTE EM VIDA”

O presidente João Goulart sofreu o golpe civil-militar em 1º de abril de 1964. Ao longo do mês de março, conforme Goulart avançava no caminho do nacional-reformismo através das Reformas de Base, àqueles que lhe faziam oposição (militares, empresários, políticos, governo dos EUA) também avançavam nos preparativos para o golpe. Embora muitas vezes possa se passar a impressão de que o governo de Goulart estivesse sob forte oposição da sociedade civil, há dados que demonstram que tanto o governo quanto o presidente contavam com apoio popular:

Apesar do clima de radicalização e de instabilidade política, Jango chegava ao final de março de 1964 com índices que apontavam ampla aprovação popular. Pesquisa realizada pelo Ibope em três cidades do estado de São Paulo – a capital, Araraquara e Avaí – demonstrava números positivos sobre o governo. Para 15% dos entrevistados, o desempenho do governo era ótimo, 30% o consideravam bom, 24% o avaliavam como regular e apenas 16% o acusavam de péssimo. Realizada entre 20 e 30 de março, a pesquisa, muito significativamente, foi encomendada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Outra pesquisa, realizada entre os dias 9 e 26 de março, mostrava que 48,9% dos entrevistados admitiam votar em Jango se ele pudesse concorrer à reeleição,

enquanto 41,8% rejeitavam a alternativa. O Ibope também garantia que 59% da população era favorável às medidas anunciadas no Comício da Central do Brasil. *Goulart e suas propostas reformistas, portanto, tinham grande aceitação popular* (FERREIRA, 2011, p. 442 – grifos nossos).

Já que Goulart e seu governo contavam com *grande aceitação popular*, fica a questão: por que o presidente João Goulart não resistiu ao golpe de 1º de abril de 1964?

Ao acompanharmos a trajetória política de João Goulart no PTB ao longo do “tempo da experiência democrática” pudemos identificar alguns elementos que se fizeram presentes, bem como sua evolução, na forma de Goulart fazer política: a sensibilidade social, a forma autoritária de condução do partido, a influência da cultura política nacionalista, o desejo de reformar o capitalismo, a luta pela superação do subdesenvolvimento econômico do país, a crença inabalável na democracia como regime político, a importância conferida à soberania nacional, a lealdade política (como demonstrada no período em que foi vice-presidente de JK) e a busca incansável pela paz, tanto naquele concerto internacional da Guerra Fria e suas ameaças nucleares, quanto na paz social, obtida através da intervenção do Estado na atividade capitalista.

Mas entre essa busca pela paz nas relações internacionais e pela paz advinda da suavização da exploração econômica capitalista, havia algo que o atemorizava: a possibilidade da guerra civil. Antes de março de 1964, esse fantasma da guerra civil o atormentou durante a Campanha da Legalidade.

Muitos são os fragmentos que comprovam como a possibilidade de ser o causador de uma guerra civil atormentavam João

Goulart nos momentos de grande tensão que se seguiram a renúncia de Jânio Quadros:

Segundo Tancredo, a conversa foi difícil por causa da resistência de Jango em ver seus poderes diminuídos com a emenda do parlamentarismo. O político mineiro argumentou que ele poderia chegar à presidência da República no regime parlamentar ou, com todos os seus poderes, mas com as botas manchadas de sangue. “Isso nunca”, retrucou. “Se eu tiver de derramar sangue brasileiro, renuncio à presidência agora mesmo. Jango resistiu ao parlamentarismo com veemência, lembrando que sua família sempre foi presidencialista e que na história do Rio Grande do Sul confrontos políticos sangrentos ocorreram devido à disputa entre os dois sistemas. Tancredo insistiu na ameaça de guerra civil e, após ler a emenda parlamentarista, demonstrou que suas atribuições não seriam tão diminuídas como ele pensava. Foi o quadro de uma guerra com muitas mortes que dobrou a resistência de Jango (FERREIRA, 2011, p. 251).<sup>23</sup>

O mesmo aconteceu nas vésperas do golpe. A guerra civil era uma realidade que se avizinhava, e dessa vez com um agravante:

[na noite de 31 de março] San Tiago Dantas, em seguida, entrou no gabinete. Telefonara a Afonso Arinos de Melo Franco, seu velho amigo, para informar-e sobre a situação e alvittrar, por sua iniciati-

<sup>23</sup> Jorge Ferreira também traz os seguintes excertos nesse sentido: “Embora queira a paz geral, sei que uma parte dos brasileiros deseja ver-me na prisão. A guerra civil seria uma coisa terrível e não creio que meu país queira chegar a isso. Jamais concordaria em subir à presidência se soubesse que, no dia seguinte, a luta estaria nas ruas” (FERREIRA, 2011, p. 248). “Olha, Brizola, se nós podemos ter um entendimento e chegar ao governo com alguns poderes diminuídos, o importante é que cheguemos lá e evitemos o derramamento de sangue. Depois é depois. Nós evitamos o conflito, porque, em uma guerra civil, conflitos dessa dimensão, a gente sabe como entra, mas depois não sabe nunca como sai” (FERREIRA, 2011, p. 255).

va, uma solução política para a crise, talvez um entendimento entre o governador Magalhães Pinto e Goulart. Consultado, Magalhães Pinto respondeu que, se Goulart renunciasse, ele também o faria e que essa seria a única base sobre a qual aceitaria o diálogo. Arinos dissera então a Dantas que o governo de Washington apoiava a sublevação e que não só reconheceria a beligerância de Minas Gerais como interviria militarmente no Brasil, em caso de guerra civil. [...] Esses detalhes de sua conversa com Afonso Arinos de Melo Franco ele transmitiu a Goulart e o aconselhou a refletir, lembrando-o de que os Estados Unidos ocupariam o nordeste, especialmente Pernambuco, onde já se encontravam cerca de cinco mil oficiais, suboficiais e sargentos norte-americanos (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 338).

Dantas ainda comunicou ao presidente que navios militares norte-americanos se dirigiam para a costa do Espírito Santo. Certamente essas informações pesaram sobre a decisão de Goulart de não resistir. A perspectiva de invasão norte-americana, de guerra civil, de secessão do país e de mortes – aliás, muitas mortes – o horrorizava (FERREIRA, 2011, p. 472).

Jango, dessa forma, assim como em seu discurso de posse em 7 de setembro de 1961, optava por não levar o país à guerra civil. Olhando para sua própria trajetória, o presidente João Goulart, em Porto Alegre, talvez se lembrasse daquela conversa com Getúlio Vargas, em que o então presidente da República lhe perguntava: “Tu vais ser político, Jango?” e decidiu que sim; a guerra não o motivava.

OCUPAÇÃO	PERÍODO
Presidente do Diretório Municipal do PTB de São Borja/RS	1946
Deputado Estadual (PTB-RS)	1947-1950
Presidente do Diretório Regional do PTB-RS	1950-1952
Deputado Federal (PTB-RS)	1951, 1952-1953
Secretário do Interior e Justiça do RS	1951-1952
Presidente do Diretório Nacional do PTB	1952-1964
Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio	1953-1954
Vice-Presidente da República (PTB)	1956-1961
Presidente da República (PTB)	1961-1964

Quadro 3. Ocupações executivas, legislativas e partidárias de João Goulart (1945-1964). Fonte: Quadro elaborado a partir das informações presentes em Ferreira (2011), Villa (2004), Almeida (2007) e Braga (2004).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. *Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1998.
- ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: UPF, 2007.
- ANGELI, Douglas. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na Experiência Democrática (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- BIANCO, Paula. *João Goulart, o ministro trabalhista, e sua relação com o movimento sindical (1953-1954)*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS: Porto Alegre/RS, 2015.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- BRAGA, Kenny (coord.). *João Goulart: perfil, discursos, depoimentos (1919-1976)*. Porto Alegre: ALRS, 2004.
- BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (orgs.). *O PTB do Rio Grande do Sul e a Experiência Democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos, Editora UNISINOS, 2017.
- CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CORTES, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas: 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.
- FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta. Verbete João Goulart. In: DE PAULA, Christiane; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARCELINO, Wanielle Brito (org.). *Discursos Selecionados do Presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SUKMAN, André. *A trincheira dos trabalhadores: João Goulart, PTB e o Ministério do Trabalho (1952-1954)*. Dissertação (Mestrado em História). UFF: Niterói/RJ, 2011.

VILLA, Marco A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo Livros, 2003.



# V

## Da “ala-moça” do PTB do Rio Grande do Sul à liderança nacional das esquerdas: a trajetória política de Leonel de Moura Brizola durante a experiência democrática brasileira (1945-1964)

SAMUEL DA SILVA ALVES

Leonel de Moura Brizola nasceu em 1922, no povoado de Cruzinha, que corresponde atualmente ao município de Carazinho, no Rio Grande do Sul. De origem humilde, filho de agricultores, enfrentou desde muito cedo uma série de dificuldades no que diz respeito à educação, tendo iniciado seu processo de alfabetização em casa, passando por escolas de diversos municípios, até concluir o ensino primário no ano 1933, em sua cidade natal. Em 1936, Brizola mudou-se para Porto Alegre. Na capital gaúcha, após alguns meses, matriculou-se no Instituto Agrícola de Viamão/RS, onde se diplomou técnico rural em 1939. Após isso, trabalhou como graxeiro em uma refinaria de óleo em Gravataí/RS e como funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre. A fim de dar continuidade em seus estudos, Brizola matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos, concluiu o curso supletivo e em 1945 in-

gressou na Faculdade de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, onde se graduaria no ano de 1949 (MONIZ BANDEIRA, 1977; BRUST, NASCIMENTO, 2016).

Com o fim do Estado Novo e a reorganização dos partidos políticos, Brizola adentrou às fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda em 1945. Juntamente com um grupo de sindicalistas de Porto Alegre, fundou o primeiro núcleo do partido no Rio Grande do Sul. Nesta mesma época, participou também da criação da ala estudantil do PTB. Em 1947, ainda como acadêmico de engenharia, Brizola foi lançado candidato a deputado estadual pela mesma ala estudantil (MONIZ BANDEIRA, 1979; BRUST, NASCIMENTO, 2016). Segundo Bodea (1992, p. 45), na ocasião do lançamento público de sua candidatura, em cerimônia que contou com a presença de Alberto Pasqualini, candidato ao Governo do Rio Grande do Sul, o discurso de Brizola foi transmitido por uma emissora de rádio local, em um estilo próprio, que o faria, nos anos que se sucederiam, ascender em termos de penetração popular e eleitoral, e, por consequência, no interior do próprio PTB. Tal fato evidencia, já desde o início de sua vida pública, o domínio daquilo que Bourdieu (2002) classifica como *habitus* político, ou mais especificamente um *habitus* político do *tribuno*. O domínio desse *habitus* político do *tribuno*, adaptado a este meio de comunicação de massas, como veremos no decorrer desse texto, se tornou um dos principais trunfos de sua meteórica carreira entre os anos de 1945 e 1964.

Neste pleito, Brizola elegeu-se deputado estadual, sendo apenas o 11º parlamentar mais votado do PTB, com 3.839 votos, atrás de nomes já destacados da política sul-rio-grandense, como José Diogo Brochado da Rocha, e de jovens políticos, a exemplo de Fernando Ferrari e João Goulart, que, como ele, iniciavam ali suas trajetórias e com os quais dividiria e disputaria protagonismo no interior

do partido nos anos que se sucederiam<sup>1</sup>. No que se refere à atuação de Brizola durante seu primeiro mandato como deputado estadual, Fernandes (2013, p. 113) afirma que a mesma foi marcada por um tom altamente oposicionista. Segundo o autor, diante do contexto de insatisfação popular gerado pela grave crise econômica que atingia o Estado, assim como da repressão aos movimentos sociais, suas manifestações estiveram, na maioria das vezes, permeadas por críticas ao Executivo estadual, representado na época por Walter Jobim, do Partido Social Democrático (PSD). Todavia, para além das críticas, Fernandes (2013, p. 70) aponta também para a defesa, por parte de Brizola, de uma série de projetos voltados à juventude e aos estudantes.

O período que compreende os pleitos de 1947 e 1950 foi marcado por uma diminuição de influência da ala sindicalista do PTB e por uma substituição, em nível de direção partidária, por políticos egressos do PSD e da União Social Brasileira (USB) e ainda jovens ativistas da ala moça, como Brizola. Esta substituição na direção partidária acarretou no afastamento de figuras como José Vecchio – militante do movimento sindical gaúcho, um dos fundadores do PTB no Rio Grande do Sul e ex-vice-presidente do Diretório Regional – que se empenhou na formação de um “Centro Cívico Trabalhista” e, posteriormente, de uma dissidência intitulada Partido Trabalhista Brasileiro Independente (PTBI) (BODEA, 1992, p. 60-61).

Nesse contexto de mudanças na cúpula partidária do PTB gaúcha, Brizola passou, em meados de 1950, a compor a nova executiva estadual do partido, juntamente com João Goulart e Egydio Michaelsen, com os quais articulou no Rio Grande do Sul a campanha eleitoral de Getúlio Vargas à Presidência da República (BODEA,

<sup>1</sup> Atas dos resultados eleitorais de 1947 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

1992, p. 66). Além disso, o ano de 1950 foi marcado por outro importante evento na trajetória de Brizola: o casamento com Neusa Goulart, irmã de Jango, que teve Vargas como padrinho (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 54). No pleito deste mesmo ano, Brizola foi reeleito deputado estadual, sendo o candidato mais votado do PTB e também do Estado, obtendo 16.691 votos, mais que o dobro dos votos do segundo colocado de seu partido<sup>2</sup>.

Durante seu segundo mandato como deputado estadual, Brizola adotou um posicionamento mais moderado. Se no decorrer da primeira legislatura o deputado trabalhista sustentou um discurso de oposição ao governo de Walter Jobim, neste segundo momento na Assembleia Legislativa, já como líder da bancada do PTB, Brizola buscou defender os interesses dos governos de Ernesto Dornelles, em nível estadual, e de Getúlio Vargas, em nível nacional (FERNANDES, 2013, p. 111). Contudo, a atuação de Brizola no Legislativo gaúcho durante seu segundo mandato foi abreviada em decorrência da disputa pela Prefeitura de Porto Alegre e, posteriormente, pela sua nomeação à Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Deputado estadual mais votado na capital e no interior, líder da bancada trabalhista e apoiado por Goulart, que já despontava não apenas como liderança estadual, mas também nacional, Brizola passou rapidamente a preparar sua candidatura à Prefeitura de Porto Alegre, organizando na capital gaúcha inúmeros diretórios zonais e núcleos de bairro trabalhistas. Além disso, articulou juntamente com Jango alianças com partidos menores, como o Partido da Representação Popular (PRP) e o Partido Social Progressista (PSP), no intuito de expandir as bases eleitorais trabalhistas, já visando possivelmente o pleito de 1954 (BODEA, 1992, p. 96-100).

<sup>2</sup> Fonte: Atas dos resultados eleitorais de 1950 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Entretanto, apesar do apoio de Goulart e do domínio da máquina partidária municipal, sua candidatura não foi, segundo Bodea (1992, p. 100), unânime entre os trabalhistas, sofrendo forte oposição de vários líderes sindicais, como o dissidente José Vecchio, que veio a apoiar Ildo Meneghetti, candidato da recém-formada Frente Democrática – coligação entre o PSD, o Partido Libertador (PL) e a União Democrática Nacional (UDN). Conforme explica esse autor, uma das causas da resistência da ala sindicalista comandada por Vecchio à candidatura de Brizola foi a aliança com o PRP. Contudo, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), José Vecchio dá outra versão dos fatos e afirma que a oposição à candidatura de Brizola foi reflexo da disputa entre a ala sindicalista e algumas lideranças da ala-moça, como Brizola e Wilson Vargas, pelo domínio da máquina partidária municipal<sup>3</sup>.

Independentemente das motivações, o grupo liderado por Vecchio, derrotado nessa disputa interna, organizou uma dissidência, o já citado PTBI, que atuou de maneira contrária a Brizola no pleito para a Prefeitura de Porto Alegre em 1951. Na ocasião, conforme explica Vecchio, a dissidência apoiou a candidaturas a vice-prefeito de Manoel Vargas, do PTB, e a prefeito de Ildo Meneghetti, da Frente Democrática, que concorreu contra Brizola<sup>4</sup>. Ao final do pleito, Ildo Meneghetti superou Brizola, angariando um total de 48,4% dos votos válidos, contra 47,2% do candidato trabalhista<sup>5</sup>. No já citado depoimento ao CPDOC, Vecchio diz entender que o apoio a Meneghetti e a contra-campanha realizada pela dissidência foram decisivos.

<sup>3</sup> VECCHIO, José. José Vecchio (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1986.

<sup>4</sup> VECCHIO, José. José Vecchio (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1986.

<sup>5</sup> *Diário de Notícias*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

vos para a derrota de Brizola, uma vez que Ildo Meneghetti recebeu o mesmo número de votos de Manoel Vargas, do PTB<sup>6</sup>. Indo ao encontro da afirmação de Vecchio, o próprio Meneghetti, de acordo com Bodea (1992, p. 100), admitiu ter se beneficiado do apoio de parte dos trabalhistas da capital gaúcha.

No ano seguinte, Brizola assumiu a Secretaria de Obras Públicas do governo de Ernesto Dornelles, função que exerceu até 1954. Neste período, atuou com proeminência na política gaúcha, elaborando o pioneiro Plano de Obras do governo trabalhista, que inaugurou no Estado a ideia de integração do planejamento de curto, médio e longo prazo com estudos de viabilidade, técnicos e socioeconômicos. Tal plano resultou, em todo o Rio Grande do Sul, na construção de inúmeras pontes (incluindo o projeto e o início da construção da Ponte do Guaíba), estradas, portos lacustres e fluviais, escolas e prédios públicos, além do Aeroporto Salgado Filho, da estação ferroviária de Diretor Pestana e do quartel do Corpo de Bombeiros, do reaparelhamento rodoviário do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) e da implantação dos trens diesel-hidráulicos (BODEA, 1992; KLÖCKNER, 2007).

Ainda em 1954, menos de dois meses após a crise política que culminou suicídio de Vargas, Brizola foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 56). Nesta ocasião, foi novamente o candidato mais votado do partido, superando com ampla margem de votos o segundo colocado do PTB e também do Estado, Fernando Ferrari. Além disso, considerando o aumento do eleitorado inscrito entre 1950 e 1954 – que passou de 987.236 para 1.224.761 –, obteve, na comparação com José Diogo Brochado

<sup>6</sup> VECCHIO, José. José Vecchio (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1986.

da Rocha – candidato federal mais votado do PTB e também no Estado no pleito anterior –, praticamente o dobro dos votos válidos e mais que o dobro de votos totais<sup>7</sup>.

Na Câmara Federal, Brizola notabilizou-se, segundo Moniz Bandeira (1979, p. 56), por seus embates com Carlos Lacerda, da UDN, que na época advogava em favor do adiamento das eleições para presidente e vice-presidente da República, a serem realizadas em outubro de 1955. Entretanto, sua passagem pela capital federal foi breve. Ainda em 1955, Brizola retornou ao Rio Grande do Sul para novamente disputar a eleição à Prefeitura de Porto Alegre.

Para além de apenas elencar os cargos eletivos ocupados por Brizola neste primeiro momento, interessa-nos aqui refletir acerca de sua inserção na experiência democrática, e no próprio campo político, e também de sua trajetória ascendente do interior desse mesmo campo, tanto na seção gaúcha do PTB quanto no cenário político sul rio-grandense. O ponto de partida para essa reflexão é o conceito de *capital* e a conversão de capitais externos ao campo político em capital político.

Com base no que foi exposto até aqui, é possível afirmar que o seu ingresso no campo político ocorreu, especialmente, a partir de um capital cultural e social adquirido junto a Faculdade de Engenharia, convertido em capital político de notoriedade e popularidade: primeiramente, conforme explica Fernandes (2013, p. 112-113), sua formação propiciou-lhe ingressar no funcionalismo público, onde teve contato com importantes figuras da política gaúcha, tais como Antônio Brochado da Rocha e Loureiro da Silva; após isso, sua atuação enquanto líder estudantil e representante da juventude porto-alegrense permitiu-lhe candidatar-se e eleger-se à Assembleia

<sup>7</sup> Atas dos resultados eleitorais de 1950 e 1954 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

Legislativa do Estado. Já sob a forma de um capital cultural institucionalizado, também convertido em capital político de notoriedade e popularidade, o título de engenheiro obtido em 1949 acompanhou Brizola durante toda a trajetória, sendo amplamente utilizado, por exemplo, em propagandas eleitorais.

Bem como sua entrada, sua ascensão no campo político também pode ser explicada através do acúmulo e da conversão de capitais. Inicialmente parte de um segundo escalão do PTB gaúcho, Brizola iniciou sua escalada no PTB já nas eleições de 1950: aproveitando-se do vácuo político deixado por nomes como José Diogo Brochado da Rocha, Fernando Ferrari e João Goulart (lideranças estaduais e candidatos eleitos a deputado federal naquele pleito), Brizola obteve expressiva votação, tornando-se, como já citado, o candidato mais votado do PTB e do Estado e posteriormente líder do partido na Assembleia Legislativa. Uma votação que, de acordo com Bodea (1992, p. 90), lhe alçou ao patamar das grandes lideranças populares e à direção máxima da seção gaúcha do PTB, apenas abaixo de Vargas e Pasqualini e em condições de ombrear com outros líderes estaduais, como Loureiro da Silva e Brochado da Rocha. No ano seguinte, esta credencial permitiu ainda a Brizola tornar-se o candidato do PTB na disputa pela Prefeitura da capital gaúcha, da qual, como dito anteriormente, saiu derrotado.

Mas afinal, como ocorreu essa expansão de capital político? Um dos fatores que nos auxiliam na compreensão dessa ascensão é o já referido casamento com Neusa Goulart. Como nos mostra Fernandes (2013, p. 113), a partir da união com a irmã de Jango, que teve como padrinho o próprio Vargas, Brizola criou uma rede de contatos que lhe possibilitou não apenas ser parte de uma elite social e política estadual, mas também ascender no interior do PTB. Em outras palavras, a proximidade com duas das principais lideranças



trabalhistas permitiu a Leonel Brizola ampliar seu capital social, o qual converteu em capital político delegado, o que por sua vez lhe possibilitou ter acesso aos meios de controle da máquina partidária – sendo parte da executiva estadual do PTB – e também às relações políticas de Jango e Getúlio – fidelidades e alianças políticas. Parte da executiva estadual e um dos arquitetos da campanha de Vargas no Estado, Brizola pôde viajar a diversos municípios e circular no interior de inúmeros diretórios, o que, conseqüentemente, pode ter influenciado a sua votação para deputado estadual em 1950, tanto em Porto Alegre quanto no interior. Votado em 47 municípios nas eleições de 1947, Brizola foi lembrado por eleitores de 63 cidades no pleito de 1950. Tendo obtido mais de 200 votos em apenas 4 municípios no pleito de 1947, Brizola angariou a mesma quantidade em mais de 14 cidades nas eleições de 1950. Em Porto Alegre, sua principal base eleitoral, pulou de 1.727 votos nas eleições de 1947 para 5.098 votos no pleito de 1950<sup>8</sup>.

Cabe aqui uma pequena observação no que diz respeito ao capital político delegado. Conforme já referido por Bourdieu (2002, p. 191-192), esse capital consiste no resultado da transferência, limitada e provisória, de um capital detido e controlado por uma instituição, neste caso o partido, cuja aquisição obedece à lógica da investidura, no qual a instituição/partido consagra o candidato oficial a uma eleição ou marca a transmissão de um capital político. Segundo nos mostram diversos estudos acerca do tema, especialmente entre os anos de 1945 e 1954, o PTB e o trabalhismo confundiam-se muitas vezes com Vargas e com o getulismo. Desta feita, Vargas aqui atua como uma instituição, o próprio PTB, que sobre Jango e Brizola, ainda em vida, conferiu o direito de falar em nome do partido.

<sup>8</sup> Banco de dados eleitorais – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense – NUPERGS.

Os reflexos da conversão deste capital social em capital político delegado podem ser percebidos também durante e após as eleições de 1954, quando Leonel Brizola foi eleito deputado federal mais votado do Estado. Em um processo que se iniciava em 1954 e se encerraria quando da sua escolha como candidato do PTB ao Governo do Rio Grande do Sul e da sua vitória no pleito de 1958, Brizola, outrora uma liderança em ascensão, se firmava a partir de então como o principal nome do PTB gaúcho. Conforme explica Bodea (1992, p. 130), com a morte de Getúlio, em agosto daquele mesmo ano, e também o desaparecimento político do já adoentado Pasqualini, a direção máxima do partido foi assumida pelos “herdeiros de Vargas”: a partir de um capital político delegado investido sobre ambos por Getúlio, Jango consolidou-se enquanto maior nome do partido em nível nacional, enquanto Brizola afirmou-se a partir de então como líder máximo do PTB em nível regional, passando a falar não apenas em nome do trabalhismo, mas também de seu padrinho, Vargas, e de seu cunhado, João Goulart.

Contudo, a expressiva votação obtida por Brizola em 1954 não foi produto apenas de um capital político delegado, decorrente da proximidade com os dois líderes trabalhistas. Associado a isso, o exercício do cargo de secretário de Obras Públicas do governo de Ernesto Dornelles possibilitou a Brizola a ampliação de seu capital político de notoriedade e popularidade, seja sob a forma de competências específicas necessárias a um administrador, que lhe conferiram legitimidade para tratar sobre o tema no espaço público, seja sob a forma de visibilidade, dada a possibilidade de percorrer uma série de municípios e contar com uma série de recursos, tais como verbas, cargos, entre outros (recursos estes que lhe permitiram a ampliação de suas bases políticas). Tais elementos, para além da vultosa soma de votos obtida em 1954, o permitiram posteriormente ascender aos cargos de prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul.

Conforme dito anteriormente, após menos de um ano na Câmara Federal Brizola candidatou-se pela segunda vez à Prefeitura de Porto Alegre. Valendo-se da visibilidade e experiência acumuladas enquanto secretário de Obras Públicas, Brizola desenvolveu uma campanha focada nos principais problemas de infraestrutura enfrentados pela capital gaúcha durante a administração de Ildo Meneghetti (MONIZ BANDEIRA, 1979; BRUST, NASCIMENTO, 2016). Em sua campanha, teve como uma das principais ferramentas de sua propaganda política o jornal *O Clarim*, fundado pelo próprio Brizola e distribuído durante o ano de 1955, no qual o candidato trabalhista expunha os problemas enfrentados pela capital e apresentava a sua candidatura e experiência em gestão como solução para os mesmos (MARÇAL, 2004; BRAGA, et. al, 2004). Diferentemente de 1951, ao final deste pleito Brizola sagrou-se vencedor, com 55,1% dos votos válidos. Nesta ocasião, superou com ampla vantagem os candidatos Euclides Triches, da Frente Democrática, que obteve 31,5% dos votos, Cândido Norberto, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que angariou 8,3% dos votos e Edmundo Marques, do Partido Democrata Cristão (PDC), que obteve apenas 0,7% dos votos válidos<sup>9</sup>.

Indo ao encontro de suas promessas de campanha, sua administração ficou marcada pela implementação do Plano de Obras, aprovado e sancionado em novembro de 1955. Tal plano ocasionou na realização de uma série de investimentos em áreas como saúde, águas e saneamento, pavimentação, praças e jardins, transporte público e especialmente educação, com a criação de dezenas de escolas – muitos destes projetos oriundos ainda de sua gestão enquanto secretário de Obras Públicas (MONIZ BANDEIRA, 1979; BODEA, 1992; BRAGA, et. al, 2004; BRUST, NASCIMENTO, 2016).

<sup>9</sup> *Diário de Notícias*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Uma vez na Prefeitura de Porto Alegre, Brizola começou, ainda nos primeiros meses de sua gestão, a construir-se enquanto postulante a candidato do PTB ao Governo do Estado nas eleições que viriam a ocorrer em 1958. Uma das principais ferramentas utilizadas por Brizola para tal foi o rádio. Sob a forma de palestras, realizadas às sextas-feiras à noite na sede do Diretório Metropolitano do PTB e transmitidas pela Rádio Farroupilha, o programa comandado por Brizola tratou dos mais variados temas. Ao longo dos anos de 1956 e 1957, buscou dar destaque, entre outras coisas, às realizações de sua gestão nas áreas de transporte público, educação, segurança, energia elétrica, entre outros; realizar a prestação de contas de sua administração; e também debater acerca dos problemas enfrentados pelo Estado durante a gestão da Frente Democrática. Tais palestras eram anunciadas quase que diariamente nos principais jornais da capital, como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Nesses mesmos jornais eram publicados também inúmeros *A Pedidos* que, com slogans como “Realização” e “Dinamismo”, faziam alusão aos feitos de Brizola como administrador (ALVES, 2020, p. 47-48).

Contudo, a atuação de Brizola enquanto prefeito de Porto Alegre não se limitou apenas ao âmbito municipal. Além de criticar a gestão da Frente Democrática em seu programa de rádio semanal, Brizola passou a interferir junto ao governo federal sobre assuntos de âmbito estadual, participando ao longo dos anos de 1956 e 1957, por exemplo, das negociações acerca da fixação do salário mínimo no Estado, da importação de máquinas rodoviárias e também do preço do trigo gaúcho, colocando-se assim, novamente, como opção a sucessão de Ildo Meneghetti no governo do Rio Grande do Sul (ALVES, 2020, p. 46-47).

Já consolidado no interior do campo político, tendo obtido votações recordes nos pleitos de 1950 e 1954, Brizola continuou a as-

cender no interior do mesmo, tendo como trunfos um capital político de notoriedade/popularidade – adquirido especialmente a partir da Secretaria de Obras Públicas – e um capital político delegado – a investidura de Vargas e, posteriormente, de Jango, que o permitiu falar em nome do trabalhismo no Rio Grande do Sul e projetar-se no interior do PTB, dominando a máquina partidária estadual. Este acúmulo de capitais, como visto acima, possibilitou a Brizola galgar o posto de prefeito de Porto Alegre.

Conforme Bourdieu (2002, p. 189), a conservação dessa espécie de capital, o político, requer daqueles que o detêm um trabalho constante, não apenas visando ao acúmulo de crédito, mas também evitando qualquer espécie de descrédito. É o que podemos constatar a partir dessa breve análise da trajetória de Brizola na Prefeitura de Porto Alegre. Durante seu período enquanto gestor da capital gaúcha, Brizola buscou ampliar seu capital político de notoriedade e popularidade, a fim de fazer-se ainda mais conhecido e reconhecido por suas realizações enquanto administrador, amplamente divulgadas por meio da imprensa (especialmente do rádio, principal arma na construção de sua candidatura a governador), através da qual o líder trabalhista era mostrado como detentor de competências específicas necessárias a um postulante ao Executivo estadual. Com base nesse capital político de notoriedade e popularidade e naquilo que Bourdieu (2002, p. 171-180) classifica como o jogo de oposições e distinções ou *desvio distintivo*, Brizola colocou-se ainda muito cedo como oposição e opção ao governo da Frente Democrática, contrastando os inúmeros e graves problemas econômicos (frutos, em grande medida, do Plano de Metas implementado pelo governo de Juscelino Kubistchek e da crise entre os Diretórios Regional e Nacional do PSD, gerada a partir de 1955) enfrentados pelo Estado com as suas realizações na Secretaria de Obras e na Prefeitura de Porto Ale-

gre, além de, como já referido, atuar em inúmeros momentos como um interlocutor dos gaúchos junto ao governo federal.

Contudo, Brizola não era dentro do PTB o único postulante a candidato do partido na disputa pelo governo estadual. José Loureiro da Silva, liderança histórica do trabalhismo no Rio Grande do Sul, responsável pela estruturação do partido no Estado no final da década de 1940 (incumbência dada a ele pelo próprio Getúlio Vargas) e preterido nas eleições de 1947, 1950 e 1954 por figuras como Alberto Pasqualini e Ernesto Dornelles, deseja chegar à disputa pelo Executivo gaúcho. A fim de opor-se à facção comandada por Jango, em nível nacional, e Brizola, em nível estadual, Loureiro vinculou-se a um movimento de oposição capitaneado por Fernando Ferrari em nível nacional. Se Jango e Brizola detinham o domínio da máquina partidária, Loureiro e Ferrari buscaram mobilizar recursos que giravam em torno daquilo que denominavam como um “trabalhismo ideológico” (BOMBARDELLI, 2016; ALVES, 2020).

Ao longo do ano de 1957, ambos desenvolveram uma ampla campanha, tanto através da imprensa quanto em viagens pelo Estado (especialmente no caso de Loureiro da Silva), visitando diretórios municipais, inaugurando comitês e participando de inúmeras reuniões com correligionários. Enquanto Brizola, como vimos acima, construiu-se enquanto candidato tendo como base especialmente sua experiência na Secretaria de Obras Públicas do Estado e na Prefeitura de Porto Alegre, Loureiro buscou valer-se de um capital político de notoriedade e popularidade, acumulado quando de sua gestão em Porto Alegre durante o Estado Novo, e também de um capital político delegado, obtido quando de sua escolha, por parte do próprio Vargas, para a já citada estruturação do PTB no Rio Grande do Sul. Ao fim dessa disputa, especialmente em decorrência de um controle sobre os diretórios municipais (fruto de sua inserção na executiva estadual

do partido, de sua gestão à frente da Secretaria de Obras Públicas do Estado, da eleição de João Caruso Scuderi a primeiro vice-presidente do Diretório Regional e também do longo afastamento de Loureiro da Silva da política partidário estadual), Brizola foi escolhido, em Convenção Regional realizada em outubro de 1957, candidato trabalhista ao governo estadual para o pleito de 1958 (ALVES, 2020, p. 58-72). Era a vitória definitiva dos “herdeiros de Vargas” sobre a velha guarda do trabalhismo gaúcho e a coroação de Brizola enquanto líder máximo do PTB no Rio Grande do Sul.

Além dessa disputa interna com Loureiro da Silva, cabe destacar também outro embate envolvendo dissidentes trabalhistas, que já em 1954 demonstravam-se contrários ao domínio de Jango e Brizola sobre a máquina partidária, como Guilherme Mariante e o movimento por ele capitaneado, o Movimento Divergente do Partido Trabalhista Brasileiro (MDPTB). Em um processo que se estendeu de março de 1958 a janeiro de 1959, Guilherme e Alzira Mariante buscaram em todas as esferas jurídicas possíveis – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Supremo Tribunal Federal (STF) –, impedir a candidatura e posteriormente a posse do governador eleito, sem sucesso (ALVES, 2020, p. 73-83).

Tanto a disputa com Loureiro da Silva quanto o embate jurídico com Guilherme Mariante se inserem em um contexto do PTB pós-1954, sem Vargas, naquilo que Angela de Castro Gomes (2016, p. 307) classifica como um “segundo tempo” do trabalhismo e no qual diversas lideranças, consolidadas e em ascensão, entraram em disputa pelo domínio da máquina partidária, pelo direito sobre as redefinições do trabalhismo e pelo legado varguista. Tais embates, assim como o travado por Vecchio e Brizola quando da disputa pela Prefeitura de Porto Alegre em 1951, podem ser analisados à luz do

que nos diz Bourdieu (2002, p. 178-180) acerca do campo político e dos partidos. Conforme este autor, a mesma estrutura que organiza o campo no seu conjunto, com partidos como agentes por excelência da luta simbólica travada no interior do mesmo, pode reproduzir-se no seio do partido, em cada um dos seus grupos. É o caso das diversas facções que pós-1954 originaram-se no interior do PTB, tais como as comandadas por João Goulart e Fernando Ferrari em nível nacional, das quais Brizola e Loureiro eram representantes em nível estadual, ou ainda de movimentos divergentes como o PTBI e o MDPTB, comandados por Vecchio e Mariante respectivamente. Cada qual a sua maneira, tais movimentos de oposição tinham como intuito modificar correlações de forças e diminuir o poder do grupo comandado por Jango e Brizola, seja sobre o próprio PTB, no caso de Loureiro e Ferrari, seja sobre o trabalhismo no Estado, nos casos de Vecchio e Mariante.

Em meados de março de 1958, Leonel Brizola e Guido Mondin, candidato ao Senado pelo PRP, partido com o qual o PTB coligou-se na ocasião, formando a aliança PTB-PRP-PSP, deram início ao seu roteiro de viagens pelo Estado. De março a outubro daquele ano, semelhantemente ao seu oponente da Frente Democrática, Brizola e Mondin percorreram, acompanhados de inúmeras outras lideranças da coligação, entre elas João Goulart e Plínio Salgado, todos os 118 municípios do Estado, realizando mais de 1500 comícios (por vezes mais de uma dezena no mesmo dia), que, em suma, serviam para dar visibilidade às candidaturas, aproximá-las do eleitorado e gerar material para divulgação em rádio ou jornais. Além de comícios, participaram também de diversos cortejos, churrascos oferecidos por apoiadores e inaugurações de comitês, locais que exerciam papéis de proeminência nas campanhas eleitorais do período, servindo como ponto de referência para a realização de encontros,



confraternizações e outros eventos, que visavam dar visibilidade aos candidatos e mobilizar seus correligionários, e também atuando na distribuição de propaganda eleitoral, aproximando assim o eleitorado que vivia distante dos grandes centros urbanos das respectivas candidaturas (ALVES, 2020, p. 146-157).

Simultaneamente à esta campanha de rua, Brizola deu início, já em outubro de 1957, a uma intensa campanha eleitoral por meio da imprensa. Em seu tradicional programa transmitido pela Rádio Farroupilha, paralelamente aos assuntos relativos à administração municipal e outras questões políticas de âmbito estadual e nacional, procurou dar visibilidade às suas atividades de campanha; conclamar a população a contribuir com seu programa de governo e, posteriormente, divulgar suas propostas; defender-se do que caracterizou como “boatos e intrigas”, relacionados principalmente ao apoio oferecido por Luís Carlos Prestes e pelo Partido Comunista (PC) à sua candidatura; e delinear o perfil de um futuro governo, especialmente nos âmbitos econômico e social. Como ao longo dos anos de 1956 e 1957, durante o período eleitoral tais palestras foram anunciadas quase que diariamente nos principais jornais da capital. Além do programa de rádio semanal, este meio de comunicação de massas exerceu outra importante função ao longo da campanha de Brizola, transmitindo seus comícios, quase que diariamente e em mais de um horário, pela Rádio Farroupilha e pelas diversas emissoras por ela comandada, especialmente na reta final da campanha eleitoral. Cabe aqui um destaque para a forma sistemática como o rádio foi usado por Brizola para a transmissão desses eventos, o que o diferenciou não apenas de seu oponente, mas de outros candidatos em pleitos anteriores (ALVES, 2020, p. 171-173).

Esta intensa campanha através imprensa estendeu-se também aos periódicos, principalmente o *Diário de Notícias* e o *Correio do*

*Povo*, sob a forma de *A Pedidos*. Na mesma linha da campanha que vinha sendo desenvolvida por Brizola desde 1956, este tipo de propaganda paga, sob o lema do *Planejamento* (assim como a maioria dos panfletos de campanha de Brizola), explorou as realizações do Plano de Obras implementado por Brizola na capital gaúcha, mobilizando assim um capital político de notoriedade e popularidade adquirido por Brizola ao longo dos anos e colocando-o como detentor de competências específicas a um administrador moderno. Além disso, estes *A Pedidos* foram utilizados também para outros fins, como convocar a população a contribuir com o programa de governo de Brizola e posteriormente divulgá-lo de forma diluída ao longo das semanas que antecederam ao pleito, dar visibilidade às atividades de campanha pelo interior, repudiar o apoio do PC e defender/legitimar a aliança com o PRP, explorando o capital político do partido e de Plínio Salgado, de combate ao comunismo, e por fim, no já referido jogo de oposições e distinções ou *desvio distintivo*, acerca do qual nos fala Bourdieu, buscou atacar e defender-se das acusações da Frente Democrática, sempre no intuito de diferenciar-se de seu opositor direto, Peracchi Barcelos, e da gestão de Ildo Meneghetti (ALVES, 2020, p. 173-195).

Ao final da disputa eleitoral, Brizola foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul com 670.003 votos (55,2%) contra 500.944 (41,2%) votos de Walter Peracchi Barcelos<sup>10</sup>. Esta configurou-se como a maior votação obtida até então por um candidato ao Executivo estadual e também a maior diferença percentual do vencedor sobre o segundo colocado desde o início do período democrático. Numa comparação com os candidatos trabalhistas que o antecederam, a votação conquistada por Brizola, além de superior em

<sup>10</sup> Atas dos resultados eleitorais de 1958 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS.

números, foi também amplamente superior ao aumento do eleitorado inscrito e do número de votantes entre o pleito de 1954 e 1958, enquanto a votação dos demais candidatos nas ocasiões anteriores acompanhou o aumento dos mesmos. Ao tomarmos como exemplo Alberto Pasqualini, candidato trabalhista derrotado em 1954, a superioridade eleitoral de Brizola fica ainda mais evidente. Na comparação com seu antecessor, Brizola venceu em mais cidades, superou Pasqualini mesmo nos municípios onde o mesmo havia conquistado os seus melhores resultados em 1954 e ainda superou o candidato da Frente Democrática em grande parte das cidades da região de colonização, onde Pasqualini obteve alguns de seus piores desempenhos eleitorais (ALVES, 2020 p. 202-205).

Mas afinal, como explicar esse sucesso eleitoral de Brizola em 1958? Os fatores que explicam a sua vitória sobre Peracchi Barcelos e a sua superioridade sobre os candidatos dos pleitos anteriores, especialmente os trabalhistas, são múltiplos – e inviáveis de serem analisados com uma maior profundidade nesse texto – e abarcam desde o sucesso da coligação PTB-PRP-PSP e de um acordo extraoficial com o PC até o posicionamento de neutralidade da Igreja, através da Liga Eleitoral Católica (LEC), quanto à disputa pelo Executivo gaúcho e as declarações favoráveis a Brizola por parte de alguns dos líderes católicos do Estado, resultantes também de um acordo extraoficial entre Brizola e Dom Vicente Scherer, o principal líder do clero gaúcho na época (ALVES, 2020, p. 205-209)<sup>11</sup>.

Todavia, apesar de relevantes, tais fatores não dão conta, sozinhos, de explicar a votação obtida por Brizola em 1958. Isso nos abre caminho para uma nova hipótese, aventada na dissertação de mes-

<sup>11</sup> Sobre os fatores da vitória de Brizola em 1958, ver a dissertação *Ideias novas para problemas velhos: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958* (ALVES, 2020).

trado – já citada em inúmeros momentos ao longo desse texto – intitulada *Ideias novas para problemas velhos: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao Governo do Rio Grande do Sul em 1958* (ALVES, 2020), que tem em seu cerne a capacidade de mobilização eleitoral do candidato trabalhista. Em suma, a partir de uma análise de sua trajetória política até 1958, das estratégias de mobilização por ele empregadas na campanha eleitoral desse ano e dos resultados por ele obtidos, é possível inferir que o sucesso de Brizola no interior do campo político – seja em processos eleitorais, como os de 1950, 1954, 1958 e 1962 (acerca do qual falaremos a seguir), nos quais obteve recordes de votos, ou em episódios nos quais mobilizou um contingente significativo da população em prol de um objetivo específico, como a Campanha da Legalidade e a formação dos chamados *Comandos Nacionalistas* ou *Grupos de Onze Companheiros* (sobre os quais também trataremos na sequência desse texto) –, esteja ligado ao domínio de um – já citado – *habitus* político, ao qual segundo Bourdieu o sucesso no campo está condicionado.

Diferentemente de políticos de gerações anteriores e com formações políticas distintas, como o já citado Alberto Pasqualini, Leonel Brizola teve a sua *iniciação* e constituiu-se enquanto liderança política no seio da experiência democrática brasileira, o que por sua vez lhe proporcionou uma maior inculcação acerca da lógica política do período. Dotado de um *habitus* do *debater*, decorrente das relações estabelecidas com políticos de gerações anteriores, Brizola distinguiu-se desses e também de políticos da sua própria geração pelo domínio de um *habitus* do *tribuno*, dos códigos e linguagens necessárias à construção de uma popularidade e também das ferramentas por meio das quais essa popularidade era construída. Isso fica evidenciado na análise contida na dissertação anteriormente citada. Conjuntamente com práticas próprias do período, como comícios,

cortejos, distribuição de panfletos e santinhos, Brizola procurou, antes e durante a sua campanha eleitoral, inovar (com o uso do rádio de forma sistemática desde 1956 como forma de construção e promoção de sua candidatura e também para a transmissão de seus comícios, com *A Pedidos* que apresentavam diferentes combinações de imagens e letras e que diferenciavam-se da diagramação tradicional dos periódicos, com o convite à população para colaborar com a elaboração de seu programa de governo e com a posterior divulgação de forma diluída desse programa ao longo da campanha eleitoral, entre outras coisas) e assim estabelecer novas formas de propaganda e uma nova linguagem capazes de atingir um eleitorado que cada vez mais necessitava ser conquistado. Para além dos conceitos de *populismo* e *carisma*, amplamente utilizados ao longo das últimas décadas em trabalhos sobre Brizola, o conceito de *habitus* oferece uma outra chave-explicativa para a capacidade de interpelação das massas populares e para os triunfos eleitorais de Brizola, demonstrando que não tratou-se apenas de demagogia, manipulação ou de uma popularidade *a priori*, mas do domínio desses códigos e linguagens e de uma popularidade construída diante das necessidades apresentadas pelo aumento e diversificação do eleitorado que marcaram o período que compreende os anos de 1945 e 1964.

Durante seu governo no Rio Grande do Sul, que durou do início de 1959 ao início de 1963, Brizola adotou, no plano econômico, uma política econômica desenvolvimentista, fundando a Caixa Econômica Estadual, o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e a Ações Finas Piratini. Em uma de suas medidas mais polêmicas e de maior impacto, encampou duas empresas norte-americanas, uma de energia elétrica – a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), filial da Bond and Share – e outra de telecomunicações – a Companhia Telefônica Nacional (CTN), filial

da International Telephone & Telegraph –, tornando-as patrimônio estatal e fundando a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Para fins de escoamento da produção agropecuária das diversas regiões para os portos, construiu também inúmeras estradas. Já no plano social, apoiou movimentos camponeses, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) e investiu de forma significativa em Educação – prioridade de seu governo –, construindo 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas, 131 ginásios e escolas normais, abrindo 688.209 matrículas e contratando 42.153 professores (BEMFICA, 2007; SILVA, 2015; FERREIRA, 2016).

Todavia, o episódio mais marcante, a ponto de ser considerado por muitos autores não apenas um divisor de águas do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, mas também de sua própria trajetória política, foi a chamada Campanha da Legalidade. Após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, os três ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem à China. Com o apoio da população sul rio-grandense, Brizola desafiou os militares e deu início a um movimento que objetivava garantir a posse de Jango. A principal ferramenta para essa resistência foi o rádio, meio de comunicação de massas que, como já citado, dominava como poucos políticos nesse período. Para romper com a censura imposta pelos militares, Brizola organizou a Cadeia Radiofônica da Legalidade, com 150 emissoras interligadas no Brasil e no exterior. Com isso, mobilizou a população em prol da resistência democrática, dividiu os próprios militares e assim garantiu a posse de Goulart como Presidente da República em 07 de setembro daquele mesmo ano (FERREIRA, 2016, p. 25).

Para Ferreira (2016, p. 25), a Campanha da Legalidade, somada a uma gestão marcada por políticas desenvolvimentistas, investimen-

tos em educação e estatização de empresas multinacionais, conferiu a Brizola um imenso prestígio entre os partidos e organizações do campo progressista. Na mesma direção, Diego Orgel Dal Bosco de Almeida (2007, p. 70) também percebe a Campanha da Legalidade como o momento de projeção nacional de Brizola. Contudo, este autor atenta para as motivações de Brizola nessa ocasião. Segundo Almeida, não se tratou apenas de apoio indiscriminado à Constituição e à lei: estava em jogo ali a posse na Presidência da República de um petebista, líder máximo do partido, herdeiro direto de Getúlio Vargas e, assim como Brizola, um entusiasta de reformas estruturais profundas. Independentemente das razões que o levaram a capitanear esse movimento, a Legalidade revestiu Brizola de um capital político de notoriedade e popularidade, de defensor da democracia e da Constituição, que o permitiu romper com o círculo regional, o alçou ao panteão das grandes lideranças, não apenas mais do PTB ou de seu Estado, mas da política brasileira e, de certa forma, o possibilitou também concorrer no seio próprio partido com João Goulart.

De acordo com a Constituição Federal de 1946, governadores apenas poderiam concorrer a cargos parlamentares, sem descompatibilizar-se das funções do Executivo estadual, se a candidatura ocorresse por outro Estado que não aquele no qual exercia o atual cargo. Cabe lembrar que nesse período a Constituição também não previa a possibilidade de reeleição para o cargo de governador<sup>12</sup>. Chegadas as eleições de 1962, no intuito de não abandonar o Governo do Rio Grande do Sul, Brizola decidiu por não concorrer a nenhum cargo pelo Estado gaúcho. Ao invés disso, optou por candidatar-se a deputado federal por outro estado brasileiro. Apesar de algumas negociações com o PTB do Paraná, o então governador do Rio Grande

<sup>12</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 02/07/2020.

do Sul acabou aceitando o convite feito pelo PTB do Rio de Janeiro (RIGHI, 2015, p. 30-34).

Em sua dissertação de mestrado, Graziane Ortiz Righi (2015, p. 30-36) elenca algumas das motivações, também já apontadas por autores como Américo Freire (1998) e Marly Motta (1999), que fizeram o PTB do Rio de Janeiro convidar Brizola a concorrer a deputado federal pelo PTB fluminense e também que levaram o governador do Rio Grande do Sul a aceitar este convite. Segundo a autora, há algum tempo os trabalhistas do Rio de Janeiro já buscavam alternativas de enfrentamento a Carlos Lacerda, da UDN. Em final de mandato no Rio Grande do Sul e de um perfil combativo, Brizola se enquadrava naquilo que buscava o partido. Além disso, Righi destaca também a morte de Roberto Silveira, uma das principais lideranças trabalhistas fluminenses e potencial puxador de votos do PTB no Estado, fator que possivelmente influenciou na procura do partido por Leonel Brizola. No que tange a Brizola, a autora destaca duas motivações principais: por um lado, o desejo de medir forças com Carlos Lacerda, considerado o maior opositor das forças progressistas e nacionalistas e com o qual já havia se envolvido em inúmeros embates quando da sua primeira passagem pela Câmara Federal, em 1955; por outro lado, o fato de a Guanabara ser ainda uma caixa de ressonância da política brasileira (apesar da mudança da capital federal), o que daria a Brizola, após a Campanha da Legalidade, ainda mais visibilidade em nível nacional e o permitiria aumentar seu capital político e ampliar as suas bases eleitorais, visando, provavelmente, a disputa pela Presidência da República.

Em sua campanha, Brizola contou com o apoio de 25 candidatos a deputado estadual, oriundos, para além do PTB, também de partidos como o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Devido aos compromissos como governador do Rio Grande do Sul e ainda à



participação na campanha do também trabalhista Egydio Michael- sen ao governo do Estado gaúcho, Brizola precisou se ausentar do Rio de Janeiro em inúmeras ocasiões ao longo de sua campanha, tornando a citação de seu nome em comícios por parte de outros candidatos e cabos eleitorais uma alternativa constante. Com uma base forte, fruto da aliança com o PSB, sua campanha apresentou pautas de caráter nacional e demandas nacionalistas, como as Reformas de Base, além da defesa da antecipação do plebiscito para escolha da forma de governo, com apoio pela volta do presidencialismo. No campo das estratégias de mobilização eleitoral, as principais táticas de comunicação adotadas por Brizola, a exemplo do ocorrido quando de sua campanha a governador do Rio Grande do Sul, foram os comícios e principalmente o rádio (RIGHI, 2017, p. 333-334).

Chegado o momento do pleito, Leonel Brizola obteve um total de 269.384 votos, o equivalente a 1/3 do eleitorado fluminense naquela ocasião, a maior votação obtida por um candidato ao cargo de deputado federal até aquele momento<sup>13</sup>. Associado ao suporte dado pela Guanabara à campanha de Brizola, José Talarico, secretário da comissão executiva do partido na ocasião, credita a ampla votação obtida por Brizola ao discurso brizolista, que soube agregar temas que estavam em pauta e que dialogavam com as demandas dos eleitores (FREIRE, 1998, p. 114). Como vimos anteriormente, boa parte desse “diálogo” de Brizola com os eleitores ocorreu por meio de comícios e do rádio. Assim como nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul, fica evidenciado no pleito de 1962 o domínio por parte de Brizola de um *habitus* político do *tribuno* que o diferenciava de outros políticos de sua época, traduzido tanto no domínio dos códigos e linguagens necessárias à construção de uma popularidade

<sup>13</sup> Atas dos resultados eleitorais de 1962 – Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE-RJ.

perante o eleitorado, ou seja, de um discurso que ia ao encontro aos anseios populares e ao mesmo tempo era inteligível a esse eleitorado, quanto no domínio das ferramentas pelas quais essa popularidade era construída, nesse caso especialmente o rádio.

No Congresso Nacional, Brizola manteve a postura combativa que caracterizou a sua atuação política ao longo da experiência democrática brasileira. Entre os diversos temas abordados e defendidos por Brizola em seus pronunciamentos na Câmara, o mais recorrente era a Reforma Agrária, sem pagamento de indenização. Em resumo, e tendo como preceitos básicos o nacionalismo e a redistribuição dos lucros do capital de forma menos concentrada, Brizola “defendia uma reestruturação no campo que realmente alterasse o *status quo* das classes dominantes, mas que também fortalecesse o capitalismo a exemplo dos grandes países desenvolvidos”. Todavia, mesmo com o aumento da bancada trabalhista, o Congresso Nacional ainda se caracterizava como conservador, especialmente por conta da aproximação entre a UDN e o PSD, o que inviabilizava tal reforma nos moldes como pregava Brizola. Isso fez com que Brizola abandonasse institucionalmente o Câmara e adotasse outra estratégia: a de mobilização popular e de pressão sobre o Legislativo e o Executivo através das ruas (RIGHI, 2017, p. 334-352).

Cabe aqui uma observação acerca da atuação política de Leonel Brizola e João Goulart em prol das Reformas de Base, que de certa forma dividiu também o próprio PTB e estremeceu a relação entre os antigos aliados. Conforme explica Almeida (2007, p. 102-110) ambos tinham em seus horizontes o mesmo objetivo, optando contudo por caminhos opostos: enquanto Jango, apoiado pela ala moderada do PTB, aderiu a uma “política de conciliação”, de negociação com o Congresso e de realização das reformas pela via constitucional, Brizola, com o apoio de uma ala mais à esquerda do parti-

do, optou pela radicalização e aderiu a uma “política de contestação”, buscando no apelo direto apoio e legitimação para a realização de tais reformas, mesmo que à margem da lei, criticando, em inúmeras ocasiões, o perfil considerado moderado e apaziguador do vice-presidente da República (ALMEIDA, 2007, p. 102-110).

Como já referido, as ações de Brizola ainda quando governador do Rio Grande do Sul, especialmente no que se refere à estatização de empresas nortes americanas e ao episódio da Campanha da Legalidade, lhe conferiram um capital político de notoriedade e popularidade para além daquele já detido por ele, que o alçou ao posto de líder e porta-voz das esquerdas no Brasil no início da década de 1960. Fora do Congresso Nacional, Brizola fundou a Frente de Mobilização Popular (FMP), que unia diversas organizações e partidos de esquerda: União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Crédito (Contec), subalternos das Forças Armadas, facções das Ligas Camponesas, grupos de esquerda revolucionária e segmentos do PC, setores mais à esquerda do PTB e do PSB, o grupo político de Miguel Arraes, entre outros. Esta organização, como dito anteriormente, pressionava João Goulart a realizar as Reformas de Base contando apenas com o seu apoio político e se afastando dos partidos do Congresso (FERREIRA, 2016, p. 37-38).

Ainda visando pressionar o Congresso e o Executivo através da mobilização popular nas ruas, Brizola propôs, em fins de novembro de 1963, a formação dos *Comandos Nacionalistas* ou *Grupos de Onze Companheiros*. No manifesto de lançamento do Grupo dos Onze, constam alguns de seus objetivos: a defesa das conquistas democráticas do povo; a resistência contra golpes; a luta pelas Reformas de

Base; a determinação em libertar a pátria da espoliação estrangeira; e “a instauração de uma democracia autêntica e nacionalista”. Segundo explica Jorge Ferreira, o objetivo de Brizola com a formação desses grupos era “agregar os trabalhadores em uma organização simples, em todo o país, consolidando a unidade dos nacionalistas civis e militares e de todos os trabalhistas”. Seriam as forças do “povo”, articuladas e unidas contra aqueles aos quais Brizola denominava como “antipovo” ou “antinação” (FERREIRA, 2016, p. 43-44). Já Brandalise e Harres (2016, p. 54) aventam a hipótese de que “a aspiração de Brizola fosse mesmo reproduzir em ampla escala uma nova Campanha da Legalidade, um movimento de reação ao golpismo, em que o eventual, não declarado e, sobretudo, voluntário porte de armas estivesse incluído ou, ao menos, não excluído”.

Para além dos diversos comícios e passeatas realizados entre o final de 1963 e o início de 1964, o principal meio pelo qual Brizola buscou conclamar a população à luta pelas reformas foi a imprensa. No caso dos periódicos, destaca-se o jornal *O Panfleto*, semanário fundado para fins de divulgação das ideias e ações da FMP, de cunho editorial brizolista, que durou de meados de fevereiro até o fim de março de 1964 (SZATKOSKI, 2008). Contudo, o mais importante canal de comunicação de Brizola com as massas populares nesse momento foi, novamente, o rádio. A partir de maio de 1963, Brizola manteve um programa de rádio diário, intitulado *A voz da liberação do povo brasileiro*, no qual eram divulgadas as propostas da FMP, mas no qual nem sempre o deputado federal pela Guanabara se fazia presente. Entretanto, sua participação, de forma efetiva, ocorria em um programa veiculado às sextas feiras à noite, das 22h e 30 minutos até a meia noite (adentrando muitas vezes a madrugada), na rádio Mayrink Veiga. Especialmente nas páginas do Última Hora, diversos eram os propagandas e notas que anunciavam e repercu-

tiam seus pronunciamentos. Além do programa semanal, Brizola recorria também as ondas sonoras em situações adversas, sempre que precisava comunicar-se com seu eleitorado ou ainda responder a um adversário político (RIGHI, 2015, p. 132-133).

Ao tratar dos fatores de adesão da população aos Grupos de Onze, Brandalise e Harres (2016, p. 60) destacam “a proverbial e reconhecida habilidade retórica e de interlocução do líder do chamamento, Brizola”. Conforme as autoras, Brizola “fazia uso de uma oratória polêmica, voluntariosa, agressiva, emocional, por vezes afetiva, em geral não conciliatória, mas amplamente compreensível às massas, objetivando, naquele momento, gerar movimentos sociais de protesto e resistência política”. Aqui, como destacado em inúmeros momentos ao longo desse texto, Brizola volta a demonstrar o domínio de um *habitus político* que o permitiu se destacar de políticos da sua e de gerações anteriores durante a experiência democrática. Outrora empregado no contexto eleitoral, visando a conquista de votos, o domínio de códigos e linguagens inteligíveis e capazes de interpelar as camadas populares e também de um meio de comunicação de massas capaz de atingir essa parcela significativa da população se fez também presente fora do contexto das eleições, em um momento de tensionamento do político (a exemplo também da Campanha da Legalidade) a partir da tentativa de pressão às instituições por meio dos movimentos populares de rua.

Em um período marcado pelo surgimento de um sistema eleitoral competitivo, pela ampliação e diversificação sem precedentes do eleitorado, especialmente nos grandes centros urbanos, e pela consequente necessidade de convencimento/conquista desses sujeitos que eram naquele contexto protagonistas dos processos eleitorais, Brizola soube como poucos adaptar-se à essa lógica, dominando os recursos e os mecanismos voltados à construção de uma imagem

de popularidade. Desde muito cedo um expoente da seção gaúcha do PTB, acumulando triunfos eleitorais e recordes de votação em praticamente todos os pleitos que participou, o ainda jovem trabalhista iniciou o ano 1964 sendo uma das principais lideranças de seu partido e do campo das esquerdas no Brasil, com um capital político ainda em franca expansão. Contudo, o golpe civil-militar, que ao final de março daquele mesmo ceifou a democracia brasileira e depôs João Goulart da Presidência da República, também, de forma abrupta, interromperia a trajetória política ascendente de Brizola no campo político. Exilado, voltaria ao Brasil apenas em 1979 e desempenharia um papel de destaque no processo de abertura democrática. No Rio de Janeiro, ocuparia ainda, e por duas vezes, o cargo de governador (1983-1987 e 1991-1994), e disputaria três eleições à Presidência da República – sendo uma como vice de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) – e uma ao Senado, saindo derrotado de ambas. Vitimado por um infarto, Leonel Brizola faleceu em 2004.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. [Dissertação de mestrado]. Passo Fundo: UPF, 2007.

ALVES, Samuel da Silva. “*Ideias novas para problemas velhos*”: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2020.

BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul*. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da*

formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960). [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo;

FERREIRA, Jorge (Org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-85.

BRAGA, Kenny, et al. (Org.). *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

BRUST, Hari Alexandre; NASCIMENTO, Nilton. *Leonel Brizola – uma biografia política: o fio da história (1922-1964)*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2016.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953*. [Dissertação de mestrado]. Seropédica/RJ: UFRRJ, 2013.

FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

FREIRE, Américo. *Conversando sobre política: José Talarico*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-310.

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: AGE, 2007.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição do autor, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIGHI, Graziane Ortiz. *Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964)*. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

RIGHI, Graziane Ortiz. Leonel de Moura Brizola no Congresso Nacional (1963-1964). In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 325-356.

SILVA, Marco Antonio Medeiros da. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

SZATKOSKI, Elenice. *O jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.



# VI

## *A minha presença nesta Casa:* a trajetória política de Suely de Oliveira (1945-1964)

DOUGLAS SOUZA ANGELI  
MAURA BOMBARDELLI

*A minha presença nesta Casa - a primeira mulher que nela toma assento em toda a história política do Rio Grande como parte do Legislativo - devo, sem dúvida, a aprovação do eleitorado gaúcho a um dos mais democráticos princípios da Constituição - a igualdade de direitos políticos atribuída a ambos sexos. É desnecessário justificar as razões desse dispositivo a que se opõem, atualmente, apenas os indivíduos manifestamente reacionários, cuja existência é preferível ignorar. Vem pois, nobres e ilustres representantes do povo, a mulher rio-grandense, por meu intermédio, trazer-lhes a sua cooperação, o seu civismo, o seu entusiasmo e a sua dedicação à solução dos problemas sociais, econômicos e políticos do Rio Grande. (Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, segunda sessão, em 08 de fevereiro de 1951).*

Em 8 de fevereiro de 1951, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ouvia a voz de uma deputada estadual em plenário. As palavras de Suely de Oliveira, primeira mulher eleita deputada no estado,

estiveram presentes na Casa legislativa por seis mandatos consecutivos, de 1951 até 1974. Desafiando preconceitos já em suas primeiras falas, a exemplo do que vimos acima, mas também refletindo pensamento e atitudes “esperadas” para uma mulher do seu tempo, como veremos nas próximas páginas, Suely de Oliveira escreveu um capítulo importante da história política do estado.

Nesse texto abordaremos aspectos da trajetória de Suely de Oliveira durante a experiência democrática de 1945 a 1964, observando o acúmulo e conversão de capitais da deputada para entrada e manutenção no campo político. Estamos diante de uma trajetória marcada não só pelo pioneirismo, substantivo empregado em textos sobre Oliveira, que foi a única parlamentar mulher eleita durante 16 anos, como também pela longa permanência na atividade legislativa.

A atuação de Suely de Oliveira já foi objeto de trabalhos sob diferentes vieses. Em 2007, a Assembleia Legislativa do Rio Grande publicou a edição de *Perfis Parlamentares* que conta com depoimentos sobre a deputada, uma seleção de discursos por ela proferidos e um perfil biográfico. Em artigo denominado “Uma mulher ‘recatada’: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974)”, Céli Pinto (2014) analisou as condições do exercício dos mandatos de Oliveira a partir de sua condição de mulher, o efeito que isso causou na relação com os demais deputados e da forma como ela própria se via como mulher. A mesma autora faz uma análise de trajetória de grupo de doze mulheres que ocuparam o cargo de deputada no Brasil na década de 1950, dentre as quais se encontra Suely de Oliveira (PINTO, 2017). Com foco na atuação de mulheres parlamentares na Assembleia Legislativa do RS com um recorte temporal bastante amplo (1951 a 2011), Andréia Orsato (2013) analisa presença feminina a participação das deputadas, entre elas Suely de Oliveira, nas co-

missões permanentes, as temáticas das proposições legislativas, bem como os conteúdos dos discursos por elas proferidos.

Dois trabalhos enfocam a atuação de Suely de Oliveira em defesa do magistério estadual. Maria Bernardete Moreira Kroef (2002), analisa trajetórias de professoras que participaram da política no Rio Grande do Sul, destacando essa estreita relação - professora/política - nos primeiros mandatos de mulheres no estado. Já Taís Pereira Flôres (2018), em sua dissertação de mestrado, se debruça sobre o primeiro Estatuto do Magistério Estadual do Rio Grande do Sul, Lei nº 2.338/1954, de autoria de Suely de Oliveira, destacando-o como importante mecanismo para a profissionalização da docência no estado. Além do projeto, Flôres destaca também as características associadas ao magistério a ao feminino como legitimadoras da atuação da parlamentar.

Observa-se, pois, um número significativo de estudos e fontes - Caso do Perfil Biográfico produzido pela Assembleia Legislativa do RS - de que pudemos lançar mão para esse texto, e que também podem ser utilizados em futuras pesquisas de maior fôlego que levem em conta a trajetória de Suely de Oliveira. Adiciona-se a isso os anais com os pronunciamentos, os projetos de lei e outros documentos de sua atividade parlamentar disponíveis no Memorial do Legislativo e jornais e revistas do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e de outros arquivos. No presente trabalho utilizamos alguns dos poucos anúncios em jornais publicados na campanha eleitoral de 1950 e de resultados eleitorais do banco de dados do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## A PROFESSORA SUELY: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO PROFISSIONAL E ENTRADA NA POLÍTICA

Suely de Oliveira nasceu em 1915 em Osório, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Fez seus estudos do Magistério no Instituto de Educação General Flores da Cunha, na Capital do estado, onde se formou em 1936, aos 21 anos. Sua atuação profissional entre 1936 e 1946 incluiu uma passagem inicial pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, onde conheceu seu marido, Wolfran Abreu de Oliveira Filho, também funcionário da instituição e que, mais tarde, viria a ser promotor de justiça. Posteriormente, Suely ingressou no magistério, atuando em Minas do Butiá, Rosário do Sul e, finalmente, Pelotas, na região sul do Estado, onde também foi diretora de escola. Esse período coincide em sua maior parte com a ditadura do Estado Novo, momento de restrição das possibilidades de participação política eleitoral.<sup>1</sup>

Sua adesão ao Queremismo, movimento em defesa da transição para a democracia com a permanência Getúlio Vargas no poder, surgido em 1945, nos estertores de Estado Novo, é apontado como evento fundador de sua inserção na política. Dois anos depois, em 1947, Suely de Oliveira, que participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no estado, tornava-se a primeira mulher vereadora de Pelotas, cargo que ocupou até 1950, quando foi eleita a deputada estadual (TERLERA, 2007, p. 23-24).

<sup>1</sup> São muito restritas as informações disponíveis sobre a atuação profissional de Suely de Oliveira antes de sua eleição como vereadora, havendo, inclusive uma discrepância de informações no Perfil Biográfico organizado pela Assembleia Legislativa (2007) e já registrado por Flores (2018, p. 88): *Na página 23, afirma-se que Suely concluiu seus estudos em 1936 e no ano seguinte transferiu-se para Pelotas, atuando em sala de aula e como diretora escolar. Na página 29 é mencionado que Suely teria trabalhado nas cidades de Minas do Butiá e Rosário do Sul antes de fixar residência em Pelotas, inclusive iniciando suas vivências na política partidária antes de sua transferência; tais informações não apresentam datas.*

Apesar das escassas informações disponíveis sobre esse período da vida de Suely de Oliveira, alguns aspectos já apontados pela literatura merecem ser destacados. O primeiro diz respeito ao magistério como porta de entrada para a inserção das mulheres no debate público, caminho percorrido por Oliveira e muitas outras mulheres. De acordo com Kroeff (2002), os anos 1930 são caracterizados como um momento de expansão da atividade docente, com a criação de muitas escolas e investimento na formação de professores, sendo o Magistério do Instituto de Educação General Flores da Cunha, local de formação de Suely de Oliveira, uma importante instituição irradiadora dessa expansão no estado. Suely apresentava-se, então, como promotora e defensora dessa categoria profissional, mantendo essa temática como algo preponderante de sua atuação política (FLÔRES, 2018).

Assim, pode-se afirmar que sua formação e atuação profissional como professora lhe garantiram um acúmulo de capital cultural que compôs seu capital pessoal de notoriedade e popularidade, caracterizado por Pierre Bourdieu (2010, p. 191-192) como aspectos conhecidos e reconhecidos em determinada pessoa e também por um “conjunto de características que lhe garantem a aquisição de uma ‘boa reputação’”. Tal capital contribuiu para a construção de sua credibilidade na política.

O segundo aspecto diz respeito às origens sociais da deputada. Ao analisar a trajetória de um grupo de deputadas que atuaram na década de 1950 no Brasil, Céli Pinto (2017, p. 487-488) destaca o perfil diverso dessas mulheres. Elas foram diferentes em suas trajetórias, em suas razões para ingressarem na política e em suas atuações parlamentares. Sua conclusão vai de encontro à ideia comumente difundida de que elas chegaram à política pelas mãos de suas famílias e para representar seus interesses. Havia mulheres casadas,

desquitadas, com filhos, sem filhos, algumas com comportamento social mais próximo do esperado para a época e outras mais progressistas ou polêmicas.

No caso de Suely de Oliveira, observa-se que não possuía vínculos parentais com políticos, característica bastante recorrente para a entrada na política naquele momento (KROEFF, 2012, p. 712), e tampouco era oriunda de família abastada. Por suas escolhas profissionais - em especial a formação no magistério - é provável que a professora Suely fosse oriunda das camadas médias da sociedade. Cumpre notar ainda que há um envolvimento político inicial de seu marido, que também participa da formação do PTB e é candidato a deputado federal em 1945. Com um total de 442 votos, Wolfran de Oliveira não se elegeu e, após esse episódio, não voltou a se candidatar.

Por fim, retomando a análise comparativa de Pinto (2017, p. 479), a autora observa que, para o caso de Suely de Oliveira, uma possível identificação sua com as pautas feministas da época não foram uma característica marcante de sua atuação política. Em texto dedicado à deputada, a autora destaca a relevância da presença da primeira mulher no parlamento. A deputada “recatada”, com características “feminina” comumente associadas a elas nos depoimentos, via de regra, defendia as mulheres no parlamento por serem professoras primárias e não porque as professoras primárias eram mulheres, colocando a questão profissional acima das questões de gênero (PINTO, 2014, p. 580).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Orsato (2013, p. 168), ao analisar as temáticas dos primeiros femininos no parlamento gaúcho, no período compreendido entre 1951 e 1966 (98% deles proferidos por Suely de Oliveira, uma vez que as duas outras deputadas, Maria Iris Porthoff (PDC) e Zaira Folly (MTR) foram suplentes a assumiram por curtos períodos), demonstra que 87% dos discursos são relacionados à temática da educação. Desse mesmo conjunto de discursos, 6% estavam relacionados ou faziam menção ao debate sobre gênero (90% deles proferidos por Suely de Oliveira).

## “UMA” PARLAMENTAR EM ASCENSÃO: CAMPANHA ELEITORAL EM 1950

A campanha eleitoral de 1950 no Rio Grande do Sul teve particularidades para o trabalhismo. Embalado pela candidatura de Getúlio Vargas à presidência, o PTB lançou Ernesto Dornelles a governador, em aliança com a dissidência getulista do PSD, o PSD Autonomista, e Alberto Pasqualini como candidato a senador. Diferentemente do pleito anterior, no qual Pasqualini concorreu ao governo e foi derrotado, o partido estava mais estruturado e se consolidando como a maior sigla no estado, contando com as maiores bancadas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados.<sup>3</sup> Em Pelotas, o *Jornal da Tarde* de 8 de setembro de 1950 noticiou a inauguração do “Comitê Presidente Getúlio Vargas pró candidatura Suely Gomes de Oliveira”.<sup>4</sup> Aos 35 anos, o clichê de Suely de Oliveira a exibia sorridente, com um penteado sóbrio, brincos e um lenço listrado no pescoço. A mesma imagem seria reproduzida alguns dias após em anúncio publicado no jornal *Correio do Povo*, na capital.

### NOTÍCIA SOBRE INAUGURAÇÃO DE COMITÊ DE SUELY DE OLIVEIRA EM PELOTAS (1950)

A inauguração do comitê não foi a simples abertura de um ponto para a campanha eleitoral, pois o ato contou com uma série

<sup>3</sup> Apesar da derrota de Alberto Pasqualini a governador, o PTB elegeu seu candidato a senador, Salgado Filho, e as maiores bancadas de deputados estaduais e federais nas eleições de janeiro de 1947. Cf. BODEA (1992), CÁNEPA (2005), ASTURIAN (2019).

<sup>4</sup> O comitê havia sido inaugurado no bairro Fragata, em Pelotas. A cidade estava registrando crescimento populacional, passando de 104 mil habitantes em 1940 para 129 mil em 1950. Nessa época, o bairro já concentrava parte importante dessa população e estabelecia ligação entre Pelotas e Rio Grande, sendo ponto ferroviário importante. Cf. LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: UFPel, 2017.

de simbolismos. Conforme Serge Berstein (2003), o rito é a forma mais sumária de manifestação de uma linguagem comum simplificada pela qual a doutrina política se faz presente enquanto referência implícita. Nele é possível perceber um conjunto de referências pelas quais um grupo político se reconhece enquanto grupo: “lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras decodificadas” (BERSTEIN, 2003, p. 89). A matéria evidencia as solenidades do rito de inauguração: tomaram posse os diretores do comitê, a candidata foi chamada para descobrir o retrato de Salgado Filho, senador e candidato a governador petebista cujo falecimento havia ocorrido recentemente, a banda do Corpo de Bombeiros tocando o hino nacional, um discurso de correligionário recordando as qualidades do homenageado, “inesquecível homem público”. Na sequência, um comício a favor de Suely de Oliveira: discursos, palmas, o pronunciamento da própria candidata sucedido da entrega de ramalhetes de flores por “senhoras e senhorinhas presentes”.<sup>5</sup>

A maior referência simbólica estava no nome atribuído ao comitê: “Presidente Getúlio Vargas”. Nesse caso, o capital delegado,

<sup>5</sup> COMITÊ... *Jornal da Tarde*, Pelotas, 08/09/1950, capa [Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa].



Figura 1. *Jornal da Tarde*, Pelotas, 08/09/1950, capa [Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa].



“produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela”, de que fala Pierre Bourdieu (2010, p. 191), está em parte presente. Nesse caso, o partido tem sua gênese ligada ao líder carismático fundador, Getúlio Vargas (D’ARAÚJO, 1996), e nele o capital simbólico da instituição está atrelado ao culto personalista de Vargas. Além disso, um dos oradores do comício classifica Suely de Oliveira como “uma das mais lídimas expressões do Partido Trabalhista Brasileira”, onde a palavra lídima indicava autenticidade e legitimidade na sigla pela qual concorria.

É no anúncio do *Correio do Povo*, publicado em 12 de setembro de 1950, que outros elementos são associados à figura de Suely, inclusive com maior ênfase ao seu cargo eletivo (no *Jornal da Tarde*, “vereadora”, no *Correio*, “representante [do PTB] na Câmara de Vereadores de Pelotas”. O texto enfatizava os projetos de lei apresentados pela vereadora: um previa a construção de casas populares para trabalhadores em geral e funcionários públicos municipais; outro, aprovado e transformado em lei, equiparava os professores rurais aos de carreira. Era mencionado também o projeto de lei que estabelecia gratuidade no Colégio Pelotense, que, segundo o texto do anúncio, “mereceu moções de apoio de todas as entidades acadêmicas de Pelotas e da Ala Moça do Partido Libertador. Outros projetos foram citados:

Criação do serviço municipal de abastecimento público através de um armazém padrão; Criação de Feiras Livres (transformado em Lei); Criação do serviço de Pronto Socorro; Criação do serviço de mecanização das lavouras do município com a finalidade de amparar o pequeno agricultor; Extinção do desnivelamento das calçadas, visando maior segurança para os pedestres (transformado em Lei); Auxílio às famílias necessitadas de prole numerosa; Concessão de

auxílio e subvenção às entidades de assistência social e cultural; [...] Rescisão do contrato e encampação da Light And Power Syndicate; Instituído o seguro de vida obrigatório para os funcionários municipais, como medida de previdência.<sup>6</sup>

Os projetos de lei mencionados no anúncio buscavam associar a atuação legislativa de Suely de Oliveira, na Câmara Municipal de Pelotas, a dois conjuntos temáticos: a defesa dos servidores públicos, incluindo o magistério; defesa de projetos ligados a direitos sociais como educação, saúde e assistência – incluindo amparo a pequenos agricultores e assistência aos mais pobres, no que se mostrava alinhada ao programa social de Alberto Pasqualini incorporado à plataforma petebista em 1947.<sup>7</sup> Outra parte do anúncio busca destacar a capacidade legislativa de Suely de Oliveira, sendo autora de projeto substitutivo do regimento interno da Câmara Municipal, aprovado por unanimidade e pelo qual foi registrado um voto de louvor à vereadora proposto pelo líder do PSD. Além disso, destacava-se sua atuação nas comissões de Parecer e Justiça e de Finanças e Constituição, sendo também autora do anteprojeto de Lei Orgânica do Município, para a qual “pediu a efetiva colaboração do povo para a elaboração”.<sup>8</sup>

O anúncio, portanto, buscava demonstrar que Suely era detentora das competências necessárias ao exercício da representação parlamentar. Ao final da nota, destacando em caixa alta seu nome,

<sup>6</sup> PARTIDO... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/09/1950, p. 8 [Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa].

<sup>7</sup> Cf Angeli (2020) ao analisar os programas apresentados por Alberto Pasqualini em 1945 e em 1947.

<sup>8</sup> PARTIDO... *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/09/1950, p. 8 [Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa].

SUELY GOMES DE OLIVEIRA [grifo da fonte], ficava mais claro este intuito: “o trabalho por ela realizado na Câmara Municipal de Pelotas é a garantia da sua ação na Assembleia Legislativa como deputado estadual”. A palavra “deputado” apareceria dessa forma, no masculino, ato falho de um meio político profundamente masculino no qual Suely de Oliveira se alçava de vereadora à candidata a deputada estadual. O texto, em sua frase final, parecia considerar isso ao buscar, mais uma vez, legitimidade na ação do chefe nacional do partido: Suely havia sido “indicada à Convenção Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro pelo próprio senador Getúlio Vargas”<sup>9</sup>.

#### ELEIÇÃO E REELEIÇÕES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Suely de Oliveira foi a primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Sua trajetória política, todavia, não se resume a este marco inicial: eleita em 1950, foi reeleita em 1954, 1958 e 1962 sempre concorrendo pelo PTB e reeleita em 1966 e 1970 já pela sigla do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período do bipartidarismo que excede o recorte temporal e o escopo do presente trabalho. Dessa forma, é importante um exame não apenas dos recursos mobilizados em seu ingresso na carreira política e na eleição em 1950, mas dos meios que permitiram sua manutenção no cargo de deputada estadual pelos anos posteriores. O quadro abaixo apresenta a votação obtida por Suely nas eleições estaduais entre 1950 e 1962 e sua posição entre os eleitos da bancada petebista:

<sup>9</sup> Idem.

ANO	VOTAÇÃO	POSIÇÃO ENTRE OS ELEITOS DO PTB/ TOTAL BANCADA
1950	5.582	7 <sup>a</sup> /21
1954	4.800	21 <sup>a</sup> /23
1958	8.198	15 <sup>a</sup> /24
1962	10.516	8 <sup>a</sup> /23

Quadro 1. Votação de Suely de Oliveira e posição entre os eleitos da bancada (1950-1962). Fonte: Atas de resultados eleitorais/TRE-RS.

Os 5.582 votos apurados para Suely de Oliveira em 1950 não apenas a alçaram ao cargo de deputada estadual, feito inédito, mas também garantiram seu lugar entre os mais votados do PTB naquele pleito. Com exceção do primeiro colocado, Leonel Brizola com 16.691 votos, os deputados trabalhistas eleitos computaram entre 4 mil e 8 mil votos e Suely foi a sétima colocada em uma bancada que somou 21 componentes. Nas eleições de 1954, a deputada não mantém sua votação, reduzida a 4.800 votos, o que a coloca na 21<sup>a</sup> posição entre os 23 deputados eleitos pelo PTB. Nos pleitos seguintes, amplia seu eleitorado obtendo 8.198 votos em 1958 e 10.516 votos em 1962 – o que novamente a coloca em posição de destaque na bancada petebista, sendo a oitava entre 23 eleitos. Antes de pensarmos sobre esse decréscimo de 1954 e ampliação em 1958 e 1962, precisamos entender esses números no conjunto de um eleitorado em crescimento. O gráfico a seguir indica o percentual dos votos em Suely de Oliveira sobre o total dos votantes:

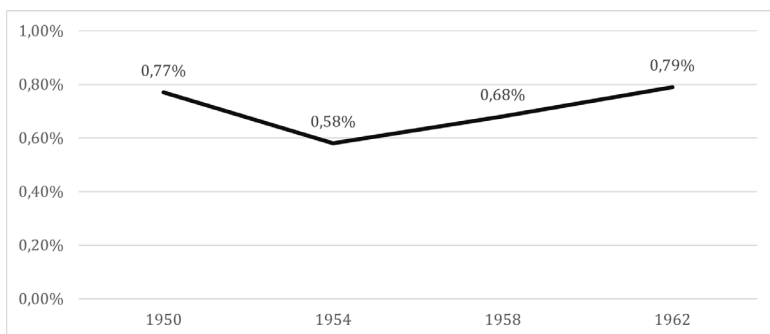


Gráfico 1. Percentual de Suely de Oliveira sobre o total dos votos válidos (1950-1962).  
Fonte: Atas de resultados eleitorais/TRE-RS.

Os percentuais nos indicam que, com exceção do resultado obtido por Suely em 1954, o crescimento de sua votação no período acompanha o crescimento do eleitorado pois mesmo obtendo o dobro de votos em 1962 com relação a 1950, as duas votações representaram um percentual muito próximo: 0,77% e 0,79% dos votos válidos. Além disso, é interessante notar que a deputada sustenta um crescimento eleitoral mesmo quando o PTB, seu partido, fica estagnado. O gráfico abaixo permite comparar o crescimento da votação de Suely e do conjunto dos votos no PTB para a Assembleia Legislativa:

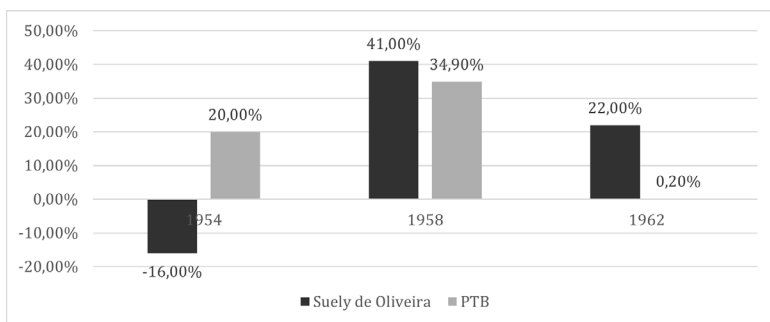


Gráfico 2. Crescimento da votação de Suely de Oliveira x crescimento da votação do PTB para a Assembleia Legislativa (1954, 1958 e 1962). Fonte: Atas de resultados eleitorais/TRE-RS.

Em 1954, a votação de Suely de Oliveira decresce em 16% enquanto o conjunto do partido ampliou em 20% os votos obtidos para deputados estaduais. Recompondo-se eleitoralmente, a deputada amplia sua votação em 41% nas eleições de 1958, enquanto o PTB cresce 34,9%. Estes são momentos distintos na história do PTB do Rio Grande do Sul. Em 1950, uma vitória eleitoral consagrada: Getúlio Vargas eleito presidente da República, Ernesto Dornelles governador, Alberto Pasqualini senador e as maiores bancadas federal e estadual.<sup>10</sup> Embora o PTB tenha mantido as maiores bancadas entre deputados federais e estaduais no pleito de 1954, a queda é notória com as derrotas de Pasqualini para o governo do Estado e de João Goulart e Ruy Ramos às vagas de senador.<sup>11</sup> Em 1958, uma vitória eleitoral bastante significativa de Leonel Brizola para o governo do Estado impulsiona o PTB novamente<sup>12</sup>. Suely de

<sup>10</sup> No Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas (PTB-PSP) obtém 48% dos votos contra 29% do segundo colocado, Christiano Machado (PSD), que diferentemente do ocorrido em outras regiões do país, não foi abandonado pelo diretório do PSD (BODEA, 1992, p. 88). Ernesto Dornelles (PTB-PSP) foi eleito com 46% dos votos contra 39% de Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP). Alberto Pasqualini (PTB-PSP) foi eleito com 48% dos votos contra 34% de Plínio Salgado (PRP-PSD-UDN). Vargas, Dornelles e Pasqualini contavam com o apoio de uma dissidência do PSD, o Partido Social Democrático Autonomista, PSDA. A votação dos candidatos majoritários, assim, foi maior que a vitória da legenda petebista para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Ainda assim, a força do PTB é demonstrada obtendo 41% dos votos para deputados federais contra 31% do segundo colocado PSD; e 35% dos votos para deputados estaduais contra 29% do PSD. São resultados que evidenciam a múltipla vitória do PTB em 1950 (BODEA, 1992, p. 85-87).

<sup>11</sup> Mesmo derrotado nas eleições majoritárias, o PTB garante 44% dos votos para a Câmara dos Deputados e 37% dos votos para a Assembleia Legislativa, mantendo sua condição de maior partido do Rio Grande do Sul (BODEA, 1992, p. 127). É, de toda a forma, uma eleição impactada pela crise política nacional que culmina no suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, em plena campanha eleitoral. Conforme Marcos Jovino Asturiano (2020, p. 308), estabeleceram-se duas narrativas durante a campanha eleitoral: de um lado os trabalhistas e a retórica da justiça a Vargas nas urnas; de outro a oposição que acusava o PTB como culpado pelo suicídio de Vargas.

<sup>12</sup> Os números obtidos por Leonel Brizola superam com larga distância as votações anteriores dos candidatos petebistas e garantiram também a maior diferença entre primeiro e segundo colocados até então registrada nas eleições pós 1947: Brizola foi eleito com 55,2% dos votos contra 41,2% de Walter Perachi Barcelos (PSD), sendo 670.003 votos contra 500.944. Conforme Samuel da Silva Alves (2020, p. 214), o “fenômeno Brizola” pode ser explicado

Oliveira ainda amplia em 22% sua votação em 1962 quando o PTB, cindido e derrotado na eleição majoritária, exibe sua estagnação em número de votos para deputados estaduais<sup>13</sup>.

Para compreender a trajetória eleitoral de Suely de Oliveira e entender como ela mantém seus resultados precisamos examinar de forma mais detida os dados eleitorais. Em 1950, sua primeira eleição, dos 5.582 votos, 2.017 são obtidos na junta apuradora 39, que correspondia a Pelotas – onde Suely exercia o cargo de vereadora. Outros 306 votos correspondem à junta 40, que englobava Pelotas e a vizinha São Lourenço do Sul. Assim, temos 42% dos votos obtidos em seu reduto eleitoral das eleições municipais de 1947. Em outras 5 juntas apuradoras Suely obtém mais de 100 votos, totalizando 7. Esse número se amplia até 1962 conforme o quadro abaixo:

ELEIÇÃO	QUANTIDADE
1950	7
1954	8
1958	14
1962	11

Quadro 2. Número de juntas eleitorais com mais de 100 votos computados para Suely de Oliveira (1950-1962). Fonte: Acervo de dados eleitorais NUPERGS/UFRGS.

Abaixo, o gráfico exibe a votação de Suely de Oliveira nas 7 juntas onde obteve mais de 100 votos:

pela capacidade do candidato petebista de inovar tanto em relação ao equilíbrio de forças que marcava o quadro político estadual (buscando, inclusive, uma aliança com o PRP de Plínio Salgado) quanto às estratégias para atingir um eleitorado em expansão.

<sup>13</sup> Em 1962 o deputado federal Fernando Ferrari concorre a governador pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), dissidência do PTB. O PTB concorre com Egídio Michaelssen. Ambos são derrotados pelo candidato da Ação Democrática Popular (PSD-UDN-PL-PDC-PRP), Ildo Meneghetti. Apesar de derrotado, a candidatura de Ferrari reorientou parte do eleitorado que no pleito anterior havia consagrado o PTB de Leonel Brizola (BOMBARDELLI, 2016, p. 193).

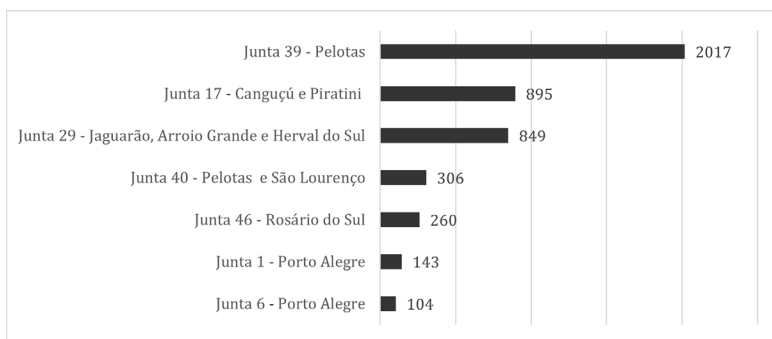


Gráfico 3. Votação em juntas apuradoras onde Suely de Oliveira obteve mais de 100 votos em 1950. Fonte: Acervo de dados eleitorais NUPERGS/UFRGS.

Podemos observar que Suely de Oliveira registra suas principais votações não apenas no município de Pelotas, sua base eleitoral inicial, mas nos municípios próximos, obtendo boas votações na região sul: Canguçu e Piratini; Jaguarão, Arroio Grande e Herval do Sul; São Lourenço. Na capital, Porto Alegre, registra mais de 100 votos em duas juntas apuradoras. As eleições de 1954 modificam esse quadro:

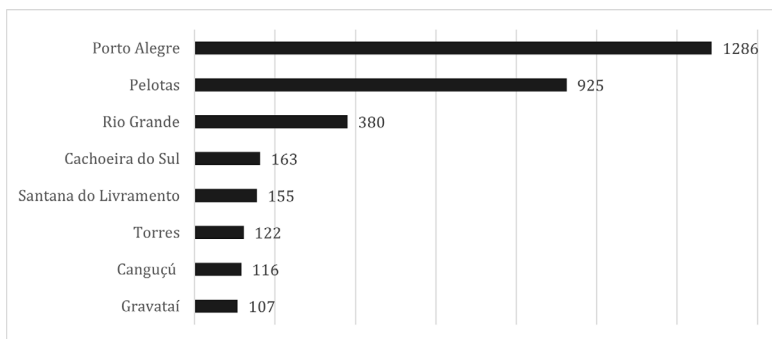


Gráfico 4. Votação em juntas apuradoras onde Suely de Oliveira obteve mais de 100 votos em 1954. Fonte: Acervo de dados eleitorais NUPERGS/UFRGS.

Mais do que um decréscimo de votos na comparação entre



1950 e 1954, é necessário entender os resultados do segundo pleito como uma alteração nas bases eleitorais de Suely de Oliveira. Porto Alegre torna-se seu principal reduto eleitoral, com 1.286 votos, superando Pelotas onde se registram 925 votos. Assim, há expressiva ampliação em Porto Alegre e expressiva redução em Pelotas. Uma explicação pode ser encontrada na concorrência entre o próprio trabalhismo local: em 1950, os mais votados do PTB para deputados estaduais na junta 39 (Pelotas) foram Osmar da Rocha Grafulha (4.299 votos), Ruy Rocha Noronha de Melo (2.019 votos), Suely de Oliveira (2.017 votos) e os seguintes obtiveram menos de 200 votos.<sup>14</sup> Grafulha, natural de Rio Grande, economista e funcionário da Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>, foi o quinto deputado estadual mais votado naquele pleito, com 6.969 votos.<sup>16</sup> Noronha de Melo, sobre o qual são escassas informações, foi eleito com 5.515 votos, sendo o 15º mais votado, duas posições abaixo de Suely.<sup>17</sup> Em 1954, Grafulha se mantém como o mais votado em Pelotas, ampliando ligeiramente sua votação para 4.635 votos. As novidades são o segundo e o terceiro mais votados do PTB, João Carlos Gastal (2.521 votos) e José Anélio Saraiva (1.126 votos), que ficam à frente de Suely de Oliveira (925 votos) e de Ruy Noronha (618 votos). O advogado João Braga Gastal foi fundador do PTB e vereador pela sigla em Pelotas, mas diferentemente do que ocorreu com Suely em 1950, não se elegeu deputado estadual em 1954 (LEMONS, 2020). O mesmo ocorreu com José Anélio Saraiva, intelectual, vereador em Pelotas e que havia sido subprefeito do distrito

<sup>14</sup> Banco de dados eleitorais do NUPERGS/UFRGS.

<sup>15</sup> GRAFULHA, Osmar [verbete]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osmar-da-rocha-grafulha>.

<sup>16</sup> Ata de resultados eleitorais de 1950 [TRE-RS].

<sup>17</sup> Idem.

de Laranjal.<sup>18</sup> Mesmo assim, seus mais de 3.600 votos somados no reduto original da deputada certamente contribuíram para a redução de sua votação.

Os gráficos abaixo apresentam as cidades onde a deputada obteve mais de 100 votos em suas reeleições de 1958 e 1962:

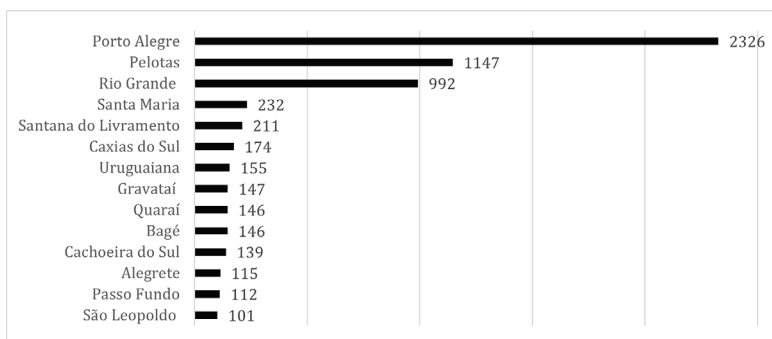


Gráfico 5. Votação em juntas apuradoras onde Suely de Oliveira obteve mais de 100 votos em 1958. Fonte: Acervo de dados eleitorais NUPERGS/UFRGS.

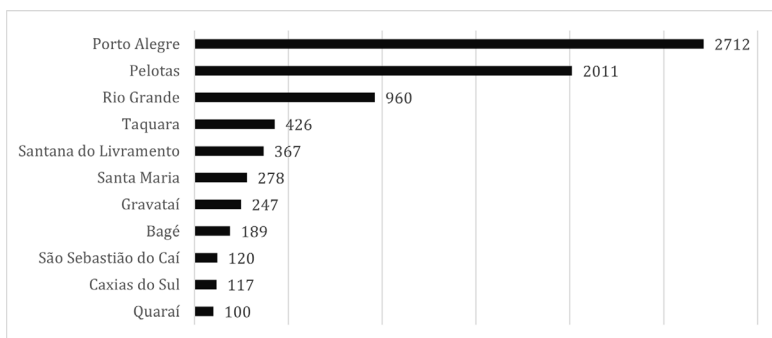


Gráfico 6. Votação em juntas apuradoras onde Suely de Oliveira obteve mais de 100 votos em 1958. Fonte: Acervo de dados eleitorais NUPERGS/UFRGS.

Além da concorrência em seu reduto de origem, a ampliação da votação de Suely de Oliveira em Porto Alegre evidencia uma mudança

<sup>18</sup> FUNDO José Anélio Saraiva. Disponível em: <https://ihgpel.wordpress.com/arquivo-historico>.

em suas bases eleitorais, onde a ampliação dos municípios onde faz boas votações a cada eleição é acompanhada pela ampliação de sua visibilidade como deputada estadual. Os votos obtidos em Porto Alegre representaram 9,1% de sua votação total em 1950; em 1954, a capital representou 26,8% de sua votação; em 1958, 28,4%; em 1962, 25,8%.<sup>19</sup> Reeleita em 1954, Suely de Oliveira ocupou, na legislatura seguinte, o posto de segunda secretária da mesa diretora da Assembleia definida em 31 de janeiro de 1955. Foi a única vez que ocupou este tipo de cargo conforme a sistematização de Soares e Erpen (2013).

O perfil biográfico produzido por Terlera (2007) salienta que, em sua primeira legislatura, Suely integrou e foi eleita vice-presidente da Comissão de Educação, de onde saiu mais tarde, trocando o cargo com um deputado do PSD para se inserir na Comissão de Serviço Público - onde de fato eram relatados os projetos concernentes ao magistério. Nesta comissão Suely teria permanecido na legislatura seguinte, quando, conforme vimos, sua base eleitoral se expandiu. De acordo com Terlera (2007, p. 24): “Foi na sua segunda reeleição que galgou a Presidência da Comissão, em 1959, onde permaneceu até 1961, tendo retornado ao cargo em 1964 e lá permanecido sem interrupção até 1972. Foram 11 anos de presidência e dois como vice-presidente”. É desse período o projeto de lei n.º 178/62, sancionada em 17 de outubro de 1963, que alterou a contagem do tempo, acrescentando 1/6 no tempo para os servidores públicos estaduais que não tivessem faltas não justificadas ou processos disciplinares. É importante salientar que o projeto não atribuía o direito apenas ao magistério, mas ao conjunto do serviço público estadual.

Há, portanto, elementos para afirmar que um dos fatores da manutenção de Suely de Oliveira no cargo de deputada estadual ao longo destas legislaturas foi a ampliação geográfica de sua votação, o

<sup>19</sup> Banco de dados eleitorais do NUPERGS/UFRGS.

que pode ter ocorrido pelo maior conhecimento e reconhecimento de sua figura pública como deputada, inclusive associada às pautas do magistério estadual e dos servidores públicos estaduais – presentes em todos os municípios - mas também por um trabalho de efetivação de bases eleitorais fora da região de Pelotas, sua base eleitoral original.

## CONCLUSÃO

Ao analisar os primeiros anos da atuação política e os dados eleitorais de Suely de Oliveira nos pleitos da Experiência Democrática de 1945 a 1964, não é demasiado assegurar que estamos abordando uma trajetória ascendente no campo político, marcada por consecutivos êxitos eleitorais, ampliação da base de eleitores, e atuação em comissões na Assembleia Legislativa, com destaque para a Comissão de Serviço Público.

Mesmo sem possuir vínculos parentais com políticos que lhe garantissem a inserção na política, sua entrada no campo foi marcada pelo acúmulo de capital delegado, nesse caso ligado a Getúlio Vargas, líder carismático do partido, mas também por capitais de notoriedade e popularidade obtidos em outras áreas, caso de sua atuação como professora, que lhe permitiu o acúmulo de capital cultural, além do aproveitamento das possibilidades de competição de um mercado eleitoral em processo de democratização.

Também é possível afirmar que estamos diante de uma parlamentar que soube adquirir as competências necessárias para ocupação de um lugar de destaque no campo político (BOURDIEU, 2010, p. 169). Em um espaço amplamente dominado pelo masculino, a professora Suely adquiriu as competências do tribuno e do debate, inserindo-se ao contexto da democratização, pautando temas relevantes do seu tempo e vivendo uma carreira política longa no PTB.

Para finalizar, outros dois aspectos merecem ser mencionados, em uma perspectiva relacional a outras trajetórias desta publicação: o primeiro é sua atuação política sempre voltada à esfera estadual e sem pleitear cargos executivos. Já o segundo diz respeito à ausência de referências sobre sua participação explícita em disputas internas do partido. Apesar das novas oportunidades surgidas no período em questão, é provável que uma professora mulher ainda não estivesse autorizada a ocupar determinadas posições de liderança no campo político.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Samuel da Silva. *“Ideias novas para problemas velhos”*: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo*: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *O Rio Grande do Sul dividido*: conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual. Tese [Doutorado em História]. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB*: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960). [Mestrado em História]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política*: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 57-98.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FLÔRES, Taís Pereira. *A (des)valorização do magistério: uma análise sobre a profissionalização e a valorização do magistério a partir do estatuto do magistério público do rio grande do sul de 1954 e da experiência da deputada suely de oliveira*. 2018. 165 f. Dissertação [Mestrado em Educação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

KROEFF, Maria Bernardete Moreira. Trajetórias de Professoras: um caminho percorrido no cenário político. In: *Anais do XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 2012, Rio Grande, 2012. v. 1, p. 709-717.

LEMONS, Daniel. O deputado João Carlos Gastal e a questão da democracia no Brasil. In: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas. *Contribuições recentes sobre História e Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política*, Anpuh-RS. Porto Alegre: Fi, 2020, p. 74-86.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: UFPel, 2017.

ORSATO, Andréia. *Como mulher e deputada: a presença da feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011)*. 2012. 278 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PERFIS parlamentares (v. 11) *Suely de Oliveira*. Perfil Biográfico. Depoimentos e discursos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, ago. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n. 29, p. 565-587, dez. 2014.

# VII

## Um trabalhista na Colônia: a atuação de Siegfried Heuser no PTB<sup>1</sup>

GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

Siegfried Emanuel Heuser iniciou sua trajetória política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no pleito de 1950, quando, prestes a completar seus 31 anos, foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa permaneceu por mais três legislaturas, sendo eleito nos pleitos de 1954, 1958 e 1962. A partir da segunda metade da década de 1950, se tornou presidente do diretório municipal petebista em Santa Cruz do Sul. Em nível estadual, foi o último presidente da executiva do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente da executiva estadual do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

<sup>1</sup> O texto apresentado é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado já concluída, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, entre 2017 e 2019. A pesquisa que contou com o fomento de uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e teve como um de seus produtos principais o livro *A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)* publicado pela Acervus Editora em 2020.

Tendo seus direitos políticos cassados em 1969, retornou para a esfera política em 1979, pelo mesmo MDB e posteriormente filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo qual foi eleito deputado federal em 1982. Heuser faleceu antes de concluir seu mandato, em março de 1986, enquanto participava de um campeonato de pesca em Punta Arenas, no Chile.

Este capítulo pretende lançar alguns apontamentos acerca da trajetória política de Siegfried Heuser no PTB. Entende-se aqui como trajetória a noção de Pierre Bourdieu (2006), que leva em consideração as colocações e deslocamentos do sujeito no espaço social, organizado a partir da estrutura de distribuição de diferentes capitais que estão em jogo e são relevantes para determinado campo. Apesar da organização do texto em uma lógica cronológica, se destaca que a noção de trajetória não entende o percurso do político como algo natural, definido. As ações de Heuser estiveram em constante reflexão, cada decisão gerou novas variantes que tiveram reflexo no *habitus* do político. Assim, “perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem” (MONTAGNER, 2007, p. 257). Neste sentido, se procura lançar apontamentos acerca da incorporação de Heuser dentro do campo político, compreendendo suas ações em diversos níveis, tais como intrapartidário, eleitoral e atuação legislativa, analisando a relação entre o agente e as forças presentes no campo (BOURDIEU, 2006).

Para tal análise, se faz uso de fontes como os jornais *Gazeta de Santa Cruz*, atualmente editado como *Gazeta do Sul*, do município de Santa Cruz do Sul e do *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Dia* de circulação na capital do estado. Além dos periódicos,



ainda se utiliza os anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul durante o período em que o político atuou como deputado estadual. Este material foi organizado dentro de uma abordagem qualitativa a partir do fio condutor deste texto: o ingresso e atuação de Heuser no Partido Trabalhista Brasileiro.

## INGRESSO NO PTB

Natural do município de Santa Cruz do Sul, uma das áreas de colonização germânica no Rio Grande do Sul, Siegfried Heuser nasceu em 22 de outubro de 1919. Em Santa Cruz do Sul estudou no Colégio Sinodal, atual Colégio Mauá, onde em 1934 concluiu o curso de Guarda-Livros<sup>2 3</sup>, e posteriormente seguiu para Porto Alegre a fim de dar continuidade aos estudos. Na capital graduou-se em Ciências Contábeis e Atuarias pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e em Ciências Econômicas e Administração de Empresas, em 1943, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No espaço acadêmico, Heuser foi um dos fundadores da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, e fez parte do Conselho Regional de Economistas Profissionais por um longo tempo. Na análise das fontes também se destaca que o mesmo atuou por um período como professor universitário, como citado por Heuser em sessão na Assembleia Legislativa “falando como professor universitário que fui tendo deixado minha cátedra por não ser vitalício, assumindo o meu mandato nesta casa.” (ANAIS ALRS, 106º sessão,

<sup>2</sup> Informação obtida no jornal *Gazeta do Sul*, na edição de 1º de abril de 1986.

<sup>3</sup> Considerando o decreto-lei nº 8.191, de 20 de novembro de 1945, se percebe que o título de Guarda-Livros foi substituído pelo Técnico em Contabilidade.

16/09/1964, p. 140). Conforme cruzamento de fontes, Heuser foi professor de Economia Política (GUIMARÃES, 2020). Além da área acadêmica, Siegfried Heuser trabalhou na empresa Bromberg S.A, onde exerceu alta função até iniciar a primeira campanha política em que se envolveu, quando concorreu para deputado estadual pela legenda do PTB em 1950.

Pensando em Santa Cruz do Sul, principal base eleitoral de Heuser, o crescimento petebista ocorreu durante a década de 1950. Durante o funcionamento do partido no município, a agremiação rivalizou nas eleições com o PSD, partido com expressiva aceitação no eleitorado santa-cruzense. Aliás, o município tinha uma significativa receptividade a partidos conservadores. Para Andrius Noronha:

Esse comportamento conservador pode ser explicado, principalmente, por dois motivos: em primeiro lugar, pela trajetória histórica de tolerância ou mesmo aceitação de grupos políticos de extrema direita que se organizaram no município; em segundo lugar, pela própria conjuntura nacional/estadual, marcada de um lado, pela imposição do movimento de nacionalização cultural por parte de Vargas, por outro pelo autoritarismo e intervencionismo de Estado, desde a Primeira República, por meio da cooptação de integrantes da elite local pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Esse último fato complicou a capacidade de negociação da elite local, pois a cidade era oriunda da colonização alemã e tinha no seu discurso regional a questão étnica como determinante para o sucesso empresarial. (NORONHA, 2019, p. 269).

No que se refere aos resultados eleitorais que corroboram com essa posição, antes da eleição de 1950, primeiro pleito de Siegfried

Heuser, ocorreram duas eleições (1945 e 1947), com resultado favorável ao Partido Social Democrático (PSD). Em 1945, o candidato mais votado para presidência no município foi Eurico Gaspar Dutra e em 1947 para governador do estado, Walter Jobim, ambos PSD. Cabe destacar ainda que, os prefeitos nomeados em 1945 e 1947, Willy Carlos Froehlich e Bruno Agnes respectivamente, também eram filiados ao partido. Considerando esse contexto favorável seria plausível Siegfried Heuser ingressar no PSD, legenda com grande recepção no município, ou em outros partidos com boa aceitação eleitoral em zonas de colonização germânica, como o Partido da Representação Popular (PRP) ou o Partido Libertador (PL), por exemplo. Essa afirmação de que o eleitorado local tinha boa recepção dos partidos do bloco liberal-conservador é validada com outras pesquisas, como a de João Pedro Schmidt acerca do comportamento eleitoral em Santa Cruz do Sul. Conforme Schmidt:

O conservadorismo político dos santa-cruzenses – outra opinião corrente entre as lideranças entrevistadas, em acordo com o que muitos intelectuais e parte da opinião pública pensa sobre os teuto-descendentes – encontra apoio nos fatos. No período iniciado em 1945 até 2002, na maior parte das vezes a vitória nas eleições para o governo municipal coube a partidos do campo liberal-conservador, que elegeu cerca de 70% dos prefeitos, contra 30% dos partidos populista-progressista. (SCHMIDT, 2002, p. 1-2).

No período chamado de experiência democrática (1945-1964), apenas nas eleições de 1955 o Partido Trabalhista Brasileiro conseguiu eleger um prefeito, Arthur Walter Kaempf. Nos outros pleitos o prefeito eleito era oriundo das coligações centralizadas no Partido Social Democrático.

Mesmo com este retrospecto eleitoral, Siegfried Heuser ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro. Ao pensar as formas de ingresso no PTB, se recorre frequentemente as noções propostas por Lucília de Almeida Neves (1989) e Miguel Bodea (1992) – esse, no caso gaúcho. Para a primeira, o partido possuía três correntes formadoras, estando organizado entre os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas. Para Bodea, o PTB do Rio Grande do Sul estaria estruturado através da confluência de três correntes: sindicalista, doutrinário-pasqualinista e pragmático-getulista. Ainda que úteis para pensar a estrutura organizacional do partido, essas abordagens não comportam a totalidade de meios de ingresso no partido, sendo o caso de Siegfried Heuser um bom exemplo para esta questão. Igor Grill (2017) coloca que Heuser era considerado um seguidor da linha pasqualinista, contudo, não é possível considerar que sua entrada no partido estaria alinhado apenas a corrente doutrinário-pasqualinista. Isso porque a inserção do economista nos quadros trabalhistas pode ser observada por uma ótica maior. Mas, se reconhece ao menos três elementos que aproximam Heuser de Alberto Pasqualini: o título acadêmico, que forneceu prestígio e foi usado como *background* do político; o fato de serem descendentes de imigrantes, no caso de Heuser germânico; além da questão religiosa, no caso de Heuser, luterana.

Em sua primeira fala como deputado estadual, Siegfried Heuser pontuou que havia escolhido o PTB porque considerava sua doutrina a condutora da solução para o problema social, dentro das normas cristãs. Nesta legislatura, conforme René Ernaini Gertz (2013), Heuser teve colegas de Assembleia luteranos<sup>4</sup>. Na mesma fala, apro-

<sup>4</sup> René Ernaini Gertz, ao analisar o texto de Martin N. Dreher, colocou que na eleição de 1950, os luteranos ocuparam cinco cadeiras na Assembleia Legislativa. Este número diminuiu para três no pleito de 1954, mantendo-se em 1958 e 1962. (GERTZ, 2013). Não foi

veitou para dizer que não tinha passado de projeção política, nem seus ascendentes. E finalizou citando um trecho de uma obra do professor Armando Temperani Pereira, que esteve presente no Diretório Alberto Pasqualini, tendo se filiado ao PTB em 1950 (BODEA, 1992). Temperani Pereira foi professor de Siegfried Heuser durante sua formação universitária, além de ter sido amigo de Getúlio Vargas no período pós-Estado Novo<sup>5</sup>. Essa relação de “Temperani com Getúlio Vargas serviu como base para Siegfried Heuser ingressar nos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro, somada a boa recepção que Heuser teve das ideias de Alberto Pasqualini” (GUIMARÃES, 2020, p. 46). Pensando na questão do recrutamento do economista para as fileiras petebistas, se leva em consideração, como discorrem Igor Grill e Eliana Tavares dos Reis que:

As potencialidades políticas de certas competências são forjadas em circunstâncias históricas, culturais, sociais e políticas específicas, nas quais são apropriadas como instrumentos de luta e de afirmação. Com efeito, por conta dos predicados que fornecem, determinados domínios sociais e seguimentos profissionais adquirem primazia no recrutamento político, resultando na convergência entre configurações dos mercados políticos e o prestígio de diplomas e profissões ao longo do tempo. (2016, p. 82).

Assim, a entrada de Heuser nos quadros do PTB pode ser visto como uma estratégia do partido na região de Santa Cruz do Sul. Objetivando uma maior abertura onde a agremiação não obtinha vota-

possível dimensionar o nível de contribuição da comunidade luterana nos pleitos em que Heuser concorreu.

<sup>5</sup> Informação obtida no verbete biográfico de Temperani Pereira no CPDOC. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/armando-temperani-pereira> Acesso em: 07 ago. 2020.

ções expressivas, o PTB lançou um candidato natural do município e com capital profissional para ser convertido em capital político.

A nível de exemplo, nas eleições de 1947 para a Assembleia Legislativa, os três candidatos mais votados em Santa Cruz do Sul foram respectivamente: Guilherme Hildebrand (PSD) com 4.410 votos, Carlos Maurício Werlang (PRP) com 1.777 votos e Arthur Germano Fett (UDN) com 1.655 votos. O quarto candidato mais votado foi o petebista Egydio Michaelsen com 450 votos. Já nas eleições de 1950, o candidato mais votado no município foi Siegfried Heuser com 3.067 votos, seguido de Norberto Schmidt (PL) com 2.416 votos e Ernesto Wunderlich (PSD) com 1.602 votos<sup>6</sup>. Assim, considerando o resultado eleitoral, se pode dizer que o ingresso de Heuser no PTB foi benéfico para o partido, visto que de uma eleição para outra a agremiação conseguiu marcar presença em um espaço até então predominado por partidos de orientação mais conservadora.<sup>7</sup>

Sob a lógica do campo político (BOURDIEU, 2011), se pode dizer que um dos principais elementos de acesso ao campo de Siegfried Heuser foi a formação e atuação profissional na área econômica. Já reconhecido em sua área de atuação e entre seus pares, o economista procurou converter o capital profissional que possuía em capital político. Como coloca Bourdieu:

O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser percebido que é garantido como um direito. É um capital

<sup>6</sup> Dados retirados do Banco de Dados Eleitoral da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

<sup>7</sup> Neste pleito, conforme apontado por João Pedro Schmidt (2002), os deputados Guilherme Hildebrand e Carlos Maurício Werlang não concorreram à reeleição. Na eleição anterior, em 1947, os políticos haviam sido os candidatos mais votados em Santa Cruz do Sul. Ainda que não seja possível dimensionar o nível, esta questão teve impacto nas eleições seguintes, como se observa pela mudança nos candidatos mais votados.

simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é possível adquirir diretamente com a moeda). (BOURDIEU, 2005, p. 148-149).

Nesta perspectiva, a formação universitária de Heuser como economista, foi um capital simbólico importante no *background* do político, sendo utilizado com frequência. Essa questão ficou evidente em seu percurso desde a primeira campanha eleitoral em 1950, e se manteve durante sua atuação na Assembleia Legislativa.

De maneira geral, conforme Bodea (1992), os resultados eleitorais do pleito de 1950 representaram uma vitória significativa para o Partido Trabalhista Brasileiro no estado, com a eleição de Getúlio Vargas para presidente, Ernesto Dornelles como governador, Alberto Pasqualini para o Senado e as maiores bancadas na Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

## UM TRABALHISTA NA COLÔNIA

Em sua primeira campanha eleitoral no ano de 1950, Heuser concentrou suas ações em Santa Cruz do Sul, procurando se colocar como o candidato da localidade para a Assembleia Legislativa. Para isso, o anúncio divulgado no periódico *Gazeta de Santa Cruz*, principal veículo jornalístico do município no período, buscou apresentá-lo com as credenciais expostas a seguir:

No anúncio, se percebe que Heuser procurou trabalhar sob duas perspectivas: por um lado, o político se aproximou do eleitorado santa-cruzense com o trecho “Filho de Santa Cruz, sempre devotado aos interesses de sua terra”, além de afirmar que era o candidato do diretório municipal petebista para a Assembleia. Por outro lado, destacou sua atuação na vida pública, como “comerciante, contabilista, economista e professor universitário”. Aqui se nota uma tentativa de conversão do capital profissional em capital político, viabilizando Siegfried Heuser como candidato desse eleitorado. Para isso, a nota faz um exercício pondo características do candidato que podiam interessa-los. Como pontua Michel Offerlé:

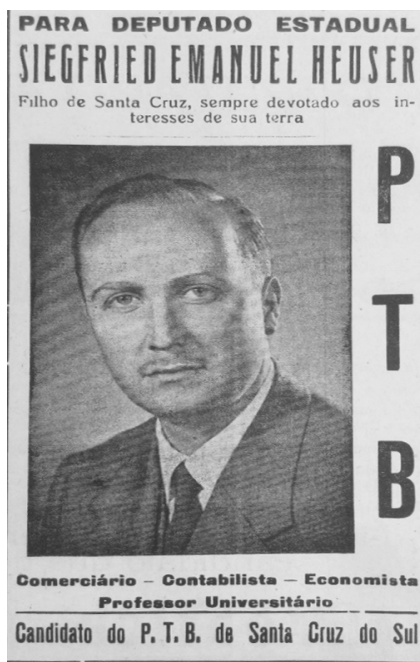


Imagem 1. Anúncio de Siegfried Heuser na campanha eleitoral de 1950. Fonte: *Gazeta de Santa Cruz*, 03/10/1950.

La profesión política es una profesión cuyo acceso descansa sobre la elegibilidad, no en el sentido jurídico del término, sino definida como la percepción por los otros de ciertas cualidades y recursos sociales escasos y por el sentimiento subjetivo de poder y deber representar a los otros y de actuar en su nombre. (OFFERLÉ, 2011, p. 92).



Em certa medida, as pautas relacionadas ao eleitorado santa-cruzense – sobretudo ao pequeno produtor – e a conversão de capital profissional em capital político foram elementos constantes na atuação de Heuser. Em entrevista publicada no *Jornal do Dia*, quando perguntado qual problema teria maior importância e urgência para ser resolvido pelos deputados eleitos para a nova legislatura, Heuser foi direto: “o equilíbrio orçamentário” (JORNAL DO DIA, 28/11/1950, p. 8), novamente fazendo menção ao aspecto econômico, área conhecida deste.

Na primeira legislatura do deputado, um dos pontos levantados em mais uma oportunidade foi a questão do imposto do pequeno produtor. Havia um projeto de lei, por exemplo, que visava isentar o pequeno produtor e o arrendatário de até 25 hectares de pagar o imposto de venda e consignações. Em sessão, Heuser pontuou que o produtor não se importava de pagar os impostos, desde que houvesse a conversão dos impostos pagos pelo pequeno produtor em melhorias no espaço em que viviam. Também existem outros exemplos de atuação direcionada aos santa-cruzenses, como um pedido de elevação da Comarca de Santa Cruz do Sul<sup>8</sup>, patronatos agrícolas, verbas para construção de pontes, para a organização do espaço físico da primeira Festa Nacional do Fumo (FENAF), atualmente Oktoberfest, entre outros elementos de destaque local. O que se percebe é que a defesa aos pequenos produtores feita por Heuser na Assembleia, levava em conta o aspecto da agricultura familiar local, da fomicultura, da necessidade de infraestrutura aos agricultores, entre outros elementos pertinentes ao pequeno produtor.

Outra característica, em certa medida presente no decorrer da atuação do deputado, foi o ato de descaracterizar o debate político e

<sup>8</sup> ALRS, 215ª sessão, em 19 dez. 1951.

abordar a partir da ótica econômica, onde se considerava mais apto para falar. Sendo membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia em diversas legislaturas, chegando a presidir a comissão em alguns momentos, as pautas econômicas tiveram a atenção do político em diversas oportunidades. Neste sentido, foram comuns expressões como “fenômeno econômico”, “somente afirmo uma coisa, quando tenha presente números: é que eles não comportam apreciações subjetivas”, “venham com números”, ou ataques a gestões anteriores como na 10ª sessão de 1952, ao falar do “descalabro que reinava nas finanças federais, principalmente no último semestre do Governo do Gen. Dutra” (ANAIS ALRS, 04/03/1952, p. 36). Tais manifestações, estavam alinhadas com o uso do *background* de Heuser no campo político, reconhecido entre seus pares pelo conhecimento na área econômica, legitimado pelas credenciais apresentadas ainda durante sua campanha eleitoral e que foram bem articuladas na conversão de capital simbólico para capital político.

#### HEUSER NOS ALINHAMENTOS INTRAPARTIDÁRIOS PETEBISTAS

A questão intrapartidária sempre foi uma pauta relevante no PTB do Rio Grande do Sul. A historiografia já produziu pesquisas percorrendo sobre a ascensão de lideranças políticas no quadro das agremiações e a força que elas dispunham. Procurando delinear onde Siegfried Heuser se inseria dentro da agremiação, se pode falar que ainda que o político tivesse proximidade com o grupo liderado por João Goulart e Leonel Brizola – de quem inclusive fora Secretário da Fazenda e da Economia –, possuía maior alinhamento com a ala de Fernando Ferrari e José Loureiro da Silva. Durante seus três primeiros pleitos, Heuser fez “dobradinha” com Ferrari, o primeiro para deputado estadual e o segundo para deputado federal.

Nas disputas intrapartidárias, sobretudo na decisão para o candidato petebista ao cargo de governador nas eleições de 1958, Heuser esteve alinhado ao grupo de Ferrari. Em outubro de 1957, tornou-se presidente do diretório municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, posição em que se manteve pelos anos seguintes, ainda que residindo em Porto Alegre. Entre as expectativas da atuação do deputado como presidente do diretório, estava a posição santa-cruzense em relação ao apoio aos pré-candidatos petebistas ao governo do estado, José Loureiro da Silva e Leonel Brizola. Embora o diretório local não tenha se manifestado antes da convenção que oficializou a candidatura de Brizola, sabe-se que Siegfried Heuser fez diversas visitas em municípios do estado junto com Loureiro da Silva e outros apoiadores. Apesar da vitória incontestável de Leonel Brizola na convenção que definiu o candidato, Heuser manteve proximidade com a ala liderada por Ferrari e Loureiro da Silva, fazendo nova “dobradinha” com Fernando Ferrari no pleito. No que diz respeito aos resultados de 1958:

O balanço dos resultados eleitorais mostra um PTB fortalecido na seção gaúcha, mas também dividido. Isso porque o insucesso nas prévias para governadores e os eventos de enfrentamento com a direção do partido, de modo geral, não prejudicaram o desempenho dos candidatos a deputado do grupo que apoiaram Loureiro. (BOMBARDELLI, 2017, p. 112).

De fato, essa constatação converge com o resultado obtido por Heuser nas eleições. Das quatro oportunidades em que o político disputou uma vaga para a Assembleia Legislativa, foi na eleição de 1958 em que obteve o maior número de votos, 15.462<sup>9</sup>. Analisando os mu-

<sup>9</sup> Dados obtidos no TRE. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/resoluveuid/02459111f0e3426b845f0152344fb8d6>. Acesso em: 14 ago. 2020.

nicípios que mais contribuíram para a votação de Heuser, se pode notar que alguns também tiveram relevância na votação de Fernando Ferrari, como Cachoeira do Sul, São Pedro do Sul e Sobradinho.

No ano seguinte, Heuser fez parte da composição inicial do secretariado no governo de Leonel Brizola. No executivo, atuou inicialmente como Secretário da Fazenda, passando pela Secretaria de Economia, antes de retornar para a cadeira no Legislativo, para qual havia sido eleito em 1958. O convite feito pelo governador eleito Leonel Brizola pode ser analisado como um reconhecimento à Heuser, considerando a construção de sua imagem política e o *background* convertido pelo deputado no decorrer das duas legislaturas que esteve na Assembleia Legislativa, atuando e, por determinado tempo, presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento. Após vencer o pleito de 1958, a coligação liderada pelo Partido Trabalhista Brasileiro apresentou o II Plano de Obras do Estado à Assembleia Legislativa. O deputado escolhido para a apresentação foi Siegfried Heuser, já reconhecido entre seus pares como figura possuidora de conhecimento sobre a temática econômica. Essa imagem também foi destacada em notícia publicada pelo *Jornal do Dia*:

O deputado Siegfried Heuser, do PTB, foi a quem o sr. Leonel Brizola incumbiu de apresentar o Plano de Obras à Assembleia. Aliás, o governador eleito foi muito hábil em atribuir a esse deputado a tarefa da apresentação do Plano. E isto porque o deputado Siegfried Heuser é um dos parlamentares mais acatados do Legislativo riograndense e a maior autoridade em economia e finanças daquela Casa. E tão inteligente foi a escolha do sr. Leonel Brizola que as bancadas da Frente Democrática assistiram silenciosamente a apresentação do Plano. (JORNAL DO DIA, 06/11/1958, p. 12).

Ao assumir a pasta, o uso dos capitais convertidos também esteve presente. Em seu discurso de posse, o deputado pontuou que a Secretaria da Fazenda “é uma Secretaria mais técnica do que política. Avaliamos perfeitamente, a imensa responsabilidade que pesa sobre nossos ombros, a partir deste momento” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/02/1959, p. 16). Novamente o deputado optou por descaracterizar o contexto político que acompanhava o cargo, denotando a importância do conhecimento econômico na pasta. A luz da noção de campo político de Bourdieu (2011), o nome de Heuser para assumir a Secretaria da Fazenda foi bem aceito pelo campo político do período, tanto em nível intrapartidário, como entre outras forças políticas. Considerando a trajetória do deputado até o acontecimento, sua formação acadêmica, atuação legislativa - sobretudo na Comissão de Finanças e Orçamento - além da participação em associações como as já citadas Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, e o Conselho Regional de Economistas Profissionais o legitimaram ao cargo.

Ao tomar posse, o primeiro desafio de Siegfried Heuser foi captar recursos para desafogar a situação econômica do estado e viabilizar a gestão de Leonel Brizola. Para isso, Heuser apresentou como medida a emissão de Letras do Tesouro: “as Letras se configuravam como títulos com resgate de curto a médio prazo, consistindo em uma valorização destes títulos de dívida pública, que fizeram parte de uma mudança na política financeira do estado na gestão petebista” (GUIMARÃES, 2020, p. 115). Em sua passagem pelas secretarias, além do mencionado plano de emissão das letras do tesouro do estado, a criação da Caixa Econômica Estadual e do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) também foram ações de grande repercussão.

No ano de 1961, Heuser, que era então o Secretário da Economia, decidiu retornar para sua cadeira na Assembleia Legislativa. Quando perguntado, conforme publicado no *Diário de Notícias*, se a sua saída da pasta tinha alguma relação com o Movimento Trabalhista Renovador, Heuser informou que “politicamente tenho compromisso com o governo que auxiliei a eleger e ao qual defenderei em outra tribuna, que é a Assembleia Legislativa. Tenho servido e continuarei a servir.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1º/06/1961, p. 1).

Assim, quando ocorreu a renúncia do então presidente Jânio Quadros e o episódio da Legalidade, Siegfried Heuser já havia retornando para o legislativo. A Assembleia, ao receber a notícia da renúncia de Jânio Quadros, entrou em sessão permanente, recebendo variados segmentos políticos e sociais. Também aprovou a viagem de uma comitiva de 16 deputados para Brasília, com objetivo de informar ao Congresso Nacional a situação no Rio Grande do Sul, bem como colher os posicionamentos do legislativo federal (BRANDALISE, 2017). Heuser foi um dos deputados que embarcou para Brasília, em uma viagem com diversas contrariedades.<sup>10</sup>

Nas eleições seguintes, em 1962, primeiro pleito em que Siegfried Heuser não fez “dobradinha” com Fernando Ferrari, o deputado que havia sido reeleito presidente da executiva municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, atuou como coordenador de campanha petebista na região. Candidato a deputado estadual, Heuser fez diversas visitas pelo interior apresentando os candidatos do PTB. Se destaca que nas localidades de colonização germânica, a presença do político contribuía na comunicação dos candidatos, apresentando e associando os petebistas ao seu capital político, reconhecido nestes espaços.

<sup>10</sup> A grande proximidade que Heuser possuía com Fernando Ferrari não indica, no entanto, uma resistência ao nome de João Goulart. O deputado tinha boa relação com Jango, chamando o político por seu apelido de infância. (GUIMARÃES, 2020).

Em nível intrapartidário, Heuser foi eleito 3º vice-presidente da executiva estadual do PTB do Rio Grande do Sul, em 1962. Contudo, por uma questão de conjuntura o deputado foi alçado à presidência da executiva em 1963<sup>11</sup>, sendo reeleito em 1965, já em um diferente contexto, onde a seção sul-rio-grandense se reorganizava a partir das lideranças que ainda estavam ativas politicamente. Nesses momentos finais do partido, quando o PTB já tinha sofrido baixas consideráveis em sua cúpula devido as cassações do golpe de 1964, as disputas intrapartidárias mantiveram-se com outros agentes envolvidos. Segundo Igor Grill (2005), dois grupos com origem petebista divergiam acerca da postura do partido quanto ao regime militar, tendo essas questões se mantido no MDB. O primeiro possuía nomes como Álvaro Petracco da Cunha, Lidovino Fanton e Wilmar Taborda. O segundo grupo, que se fortaleceu no período de MDB, era liderado por Siegfried Heuser, Brusa Neto, Pedro Simon, entre outros.

Quando se analisa a atuação de Heuser a partir do momento que assumiu a posição de liderança, sobretudo após o golpe de 1964, no período em que atuou também como líder da bancada petebista na Assembleia, se nota uma mudança nas pautas levantadas pelo político. Nas primeiras três legislaturas, os temas estavam ligados às questões pertinentes ao seu eleitorado ou questões econômicas, como análises e pareceres da Comissão de Finanças e Orçamento.

A partir deste momento o político passou a abordar temas caros ao partido, como críticas ao golpe e seus desdobramentos, tais como cassações, falta de liberdade, decretos governamentais

<sup>11</sup> João Caruso que era o presidente da executiva petebista no Rio Grande do Sul, foi para Brasília dirigir a Superintendência da Reforma Agrária. O 2º vice-presidente da executiva deveria assumir a liderança, contudo quem ocupava essa posição era Rui Ramos que havia falecido em setembro de 1962, em um acidente aéreo durante a campanha para o pleito do mesmo ano. Assim, Heuser como 3º vice-presidente ocupou o principal posto da executiva estadual do partido.

que imobilizavam a oposição do ponto de vista político, entre outros. Um bom exemplo dessa questão foi o pronunciamento feito em junho de 1964:

Quem se debruça sobre esse panorama, presencia essas violências, analisa a ação dos herdeiros da revolução, sob o aspecto da política-partidária, só pode chegar a uma conclusão, sr. Presidente: por mais que se queira desmenti-la até aqui, a ação post-revolucionária, se dirigiu única e exclusivamente contra o PTB. Veja, sr. Presidente, a relação de Prefeitos do estado que, por mero ofício de uma autoridade militar, foram destituídos do mandato popular. (ANAIAS ALRS, 08/06/1964, p. 57).

No último ano de existência do Partido Trabalhista Brasileiro, antes do Ato Institucional nº 2, ocorreram disputas intrapartidárias e reestruturações na agremiação. Heuser esteve envolvido em uma dessas disputas: a que definiu o candidato petebista para a prefeitura de Porto Alegre. Na Convenção, o partido definiu que concorreria no pleito em chapa única, afastando a possibilidade de compor uma coligação com o MTR. Além desta questão, também foi definido o candidato petebista para a prefeitura de Porto Alegre. Nessa votação concorriam Mariano Beck e Siegfried Heuser. Já na votação para vice-prefeito disputavam José Vecchio e Revoredo Ribeiro. Os resultados foram favoráveis a Mariano Beck e José Vecchio. Beck recebeu 73 votos, enquanto Heuser alcançou 43 votos. Já José Vecchio obteve 76 votos, e Revoredo Ribeiro 39 votos<sup>12</sup>. Estes resultados podem ser abordados sob variadas óticas:

<sup>12</sup> Informação obtida na edição de 15 de abril de 1965 do *Correio do Povo*, no espaço “Panorama Político”, sob o título “PTB reunido ontem indicou Mariano e Vecchio”.



Os convencionais poderiam entender que Mariano Beck teria maior recepção sobre o eleitorado porto-alegrense do que Heuser. Também poderiam entender que, como presidente da executiva estadual, o foco de Siegfried Heuser deveria ser a reorganização do partido. Além disso, também é necessário levar em conta o jogo político interno da agremiação e a proximidade dos convencionais com as lideranças. (GUIMARÃES, 2020, p. 157).

Todos esses apontamentos denotam que, após as cassações que seguiram ao golpe de 1964, ocorreram movimentações entre os petebistas para uma reorganização de forças dentro dos quadros da agremiação. Essas disputas no interior do campo político, demonstram novas lideranças, mas que possuíam proximidade com as anteriores. No caso da Convenção de 1965 para a definição do candidato à prefeitura da capital, Siegfried Heuser esteve durante a década anterior próximo a figuras como Fernando Ferrari e Loureiro da Silva, enquanto Mariano Beck tinha maior proximidade com Leonel Brizola.

O resultado da convenção evidenciou que não havia unanimidade acerca das lideranças partidárias petebistas nesta nova conjuntura. Para se legitimar como liderança partidária, Siegfried Heuser procurou aglutinar posições que proporcionavam prestígio político entre seus pares e entre os eleitores. Nesse contexto, o político foi eleito presidente da executiva estadual petebista em 1965, mantendo o cargo que ocupava anteriormente. Entre suas ações estava a reorganização partidária da agremiação como pode ser observado na reportagem “Heuser anuncia reformulação total do Partido Trabalhista” do *Correio do Povo*:

O partido, informou o deputado Siegfried Heuser, está estruturado dentro de cinco funções principais que são: a) doutrina e debates; b) articulação com a estrutura partidária; c) exame crítico e preparatório da atuação do partido; e d) estudos básicos.

Haverá uma maior ramificação do partido, dentro da sociedade, para que esta influa de modo mais decisivo na conduta do PTB, que será dirigido pelo sistema colegiado, objetivando uma aproximação cada vez maior entre a cúpula e as bases. (16/07/1965, p. 7).

Além da liderança na executiva estadual do partido, Heuser esteve na liderança da bancada trabalhista na Assembleia Legislativa. O acúmulo de funções dentro do partido pode ser interpretado como uma estratégia do político para se legitimar como liderança dentro do campo<sup>13</sup>.

Apesar das propostas de reformulação do partido, o Ato Institucional n° 2 (AI-2), entre outras ações, extinguiu os partidos políticos, sendo estes reorganizados, a partir do Ato Complementar n°4, nas agremiações Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dado o quadro político do Rio Grande do Sul, a organização emedebista teve como centro o PTB e partidos de identificação trabalhista, como o MTR. A agremiação também abrigou em menor número dissidentes de outros partidos políticos. Dentro deste contexto de reorganização bipartidária, Heuser foi o primeiro presidente da executiva estadual do MDB sul-rio-grandense.

<sup>13</sup> Essa leitura teve recepção no jornal *Correio do Povo*, quando ao informar na edição de 30 de setembro de 1965, a manutenção de Heuser na liderança da bancada trabalhista, coloca que para observadores políticos a permanência era uma “astuciosa manobra”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Siegfried Heuser dentro do Partido Trabalhista Brasileiro foi intensa, tanto nas questões intrapartidárias quanto na atuação política como deputado estadual. Considerando suas ações desde a campanha eleitoral de 1950, passando por sua atuação na Assembleia Legislativa, se percebe que houve uma preocupação na construção da imagem de Heuser como um político que tratava de questões econômicas. Para isso, sua formação e atuação profissional do período anterior ao político foram utilizadas como *background*, convertendo o capital profissional em capital político. Essa questão foi perceptível em diversos momentos da atuação legislativa, em que Heuser procurou descaracterizar o debate político e analisar as questões a partir da análise econômica. Também se destaca que em diversas oportunidades, as pautas explanadas pelo político na Assembleia estavam ligadas a interesses ou reivindicações dos santa-cruzenses e em alguns casos, do pequeno produtor, o que mostra um alinhamento do político com as questões envolvendo sua principal base eleitoral.

Quando se pensa em alinhamentos intrapartidários, se coloca que Siegfried Heuser esteve mais próximo do grupo petebista que tinha como expoentes Fernando Ferrari e José Loureiro da Silva. Com o primeiro Heuser fez “dobradinha” nas eleições de 1950, 1954 e 1958. Já no caso do segundo, Heuser fez parte do grupo que apoiou aquela candidatura para governador do estado nas eleições de 1958, candidatura essa que foi derrotada em convenção vencida por Leonel Brizola. Este alinhamento não significa, no entanto, que Heuser não mantivesse boas relações com a ala liderada por Leonel Brizola e João Goulart. No governo Brizola, o deputado assumiu inicialmente a Secretaria da Fazenda e posteriormente a Secretaria da Economia, estando a frente de questões importantes desta gestão, como a emis-

são das letras do tesouro do estado, o que possibilitou um desafogo na questão financeira, além dos processos que levaram a criação da Caixa Econômica Estadual e do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Assim, se nota que Heuser possuía boa circulação dentro do campo petebista, ainda que com maior alinhamento com determinado grupo.

Permanecendo no partido após as saídas de Fernando Ferrari e Loureiro da Silva, Heuser assumiu o posto de 3º vice-presidente da executiva estadual do PTB, onde ficou por um curto período, até ser elevado a presidência da executiva estadual do partido, onde foi reeleito em 1965, já na conjuntura ditatorial. Nos anos finais do PTB atuou como líder da bancada na Assembleia e como presidente da executiva, concentrando por um período as funções e aumentando seu capital político na agremiação, fator que contribuiu posteriormente para a composição da primeira executiva no MDB do Rio Grande do Sul, a qual também presidiu.

## FONTES

Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Correio do Povo

Diário de Notícias

Gazeta de Santa Cruz

Jornal do Dia

## REFERÊNCIAS

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul*: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agen-

da do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 87-114. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos - EHILA).

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M. & AMADO, Janaina.(org). *Usos e abusos da História Oral*. Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 311 p.

BRANDALISE, Carla. *A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola*. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 175-229. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos - EHILA).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GERTZ, René Ernaini. Luteranos gaúchos e a política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 2013.

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. *Dados*, v. 48, n. 3, p. 525-556, 2005.

GRILL, Igor Gastal. “Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul. *Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 3, n. 1, p. 471-484, 2017.

GRILL, Igor Gastal; DOS REIS, Eliana Tavares. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil*. Editora FGV, 2016.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. *A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)*. Acervus. Passo Fundo. 2020.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, n. 17, p. 240-264, 2007.

NORONHA, Andrius Estevam. A formação política de uma comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil: o caso de Santa Cruz do Sul (da

Primeira República ao Regime Militar, 1889-1965). *Política & Sociedade*, v. 18, n. 42, p. 266-296, 2019.

OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. *PolHis*. Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política, v. 7, 2011.

SCHMIDT, João Pedro. *As eleições em Santa Cruz do Sul: passo a passo*. Santa Cruz do Sul, 2002. Base de Dados Eleitoral Unisc. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/Umolhar.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

SCHMIDT, João Pedro. *Um olhar panorâmico e as perspectivas do comportamento eleitoral em Santa Cruz Do Sul*. Base de Dados Eleitoral Unisc. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/Umolhar.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

# VIII

## A trajetória política de João Caruso Scuderi na experiência democrática brasileira (1945-1964)

ERNESTO CASSOL

MARCOS JOVINO ASTURIAN

João Caruso Scuderi nasceu no dia 22 de maio de 1908 na Itália, filho de Salvador Caruso Mac Donald e de Anita Caruso Scuderi. Na tenra idade emigrou com sua família para o sul do Brasil, pois seu pai era formado em medicina e havia partido da Europa para exercer a profissão em virtude da falta de médicos no interior brasileiro. Em 1928, ingressou na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e no início dos anos trinta passou a exercer a advocacia em Erechim.

O fim do Estado Novo representou um período de efervescência política no país: a democratização. Todavia, ressalta-se que essa experiência não pode ser considerada um corte abrupto na história política brasileira, pois as estruturas estadonovistas permaneceram no período entre 1945 e 1964.

Com o advento da democratização, os arranjos corporativistas, surgidos na década de 1930, não foram desativados. Ao contrário, o respectivo processo esteve permeado pela “gramática personalista do clientelismo”. O novo regime surgiu das “entranhas” do Estado Novo: as elites que administraram a transição eram compostas pelas mesmas pessoas que apoiaram o regime anterior ou que dele se beneficiaram (NUNES, 1997, p. 67-68).

Não obstante, é possível reconhecer a construção de uma experiência democrática brasileira por meio da consolidação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político. Jorge Ferreira (2012, p. 316-318) denominou tal período de “República Democrática”. Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado. Para Ângela de Castro Gomes (2009, p. 36), a experiência liberal-democrática de 1945-1964 propiciou um “[...] aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”.

No Brasil, o PTB, fundado em 15 de maio de 1945, reuniu, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, basicamente operários urbanos e sindicatos. O partido foi criado para reunir forças sindicais vinculadas a Getúlio Vargas e destinado à classe trabalhadora (GOMES, 2005, p. 282). Criado para ser popular e nacionalista, defendia um formato intervencionista estatal. O PTB sul-rio-grandense foi fundado em 14 de setembro de 1945, e seus membros fundadores já haviam participado de algum movimento político ainda no primeiro semestre daquele ano: o *queremismo*,<sup>1</sup> bem como da ala trabalhista do PSD. A

<sup>1</sup> “O *queremismo* surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o *queremismo* evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembleia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da



composição da comissão executiva do PTB foi formada, em grande parte, por membros queremistas pessedistas, dos quais se destacavam José Vecchio, Sílvio Sanson e Zilmar Vasconcelos.

O partido, devido ao “carisma” de sua maior liderança, conseguiria ultrapassar os comunistas, bem como seria o fiel da balança das eleições (GOMES, 2007, p. 207). Além disso, a participação trabalhista nos movimentos sociais e nas lutas sindicais – canalizando demandas operárias e populares – tornou o partido um elemento institucional de interlocução entre o Estado e os trabalhadores. Portanto, o seu sucesso eleitoral não pode ser considerado casual ou arbitrário (FERREIRA, 2005, p. 376).

De acordo com Lucilia de Almeida Delgado (1989), a organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no pós-45 teria registrado a existência de duas importantes tendências ideológicas, políticas e de facções: A primeira delas a “*getulista pragmática*” e a segunda denominada “*doutrinária trabalhista*”. Posteriormente, Delgado (2001) acrescentou uma terceira tendência, isto é, a “*pragmático reformista*”. Miguel Bodea (1992), por sua vez, definiu a gênese petebista no Rio Grande do Sul por meio da confluência de três vertentes distintas: a “*corrente sindicalista*”, a “*corrente doutrinário-pasqualinista*” – onde estaria supostamente inserido João Caruso Scuderi – e a “*corrente pragmático-getulista*”<sup>2</sup>.

Em 1945, João Caruso Scuderi – no município de Erechim – esteve envolvido na organização da União Social Brasileira (USB),

---

peessoa de Vargas, havia outras formas de luta [...] O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores o PTB [...] Resgatando crenças, ideias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o queremismo mobilizou-se como classe social, com consciência de sua identidade coletiva” (FERREIRA, 2003, p. 43-44).

<sup>2</sup> Maura Bombardelli (2016, p. 77-82), em sua dissertação de mestrado sobre a trajetória de Fernando Ferrari, apresenta as dificuldades e limitações na utilização dos esquemas de classificação propostos por Bodea (1992) e Delgado (1989; 2001).

assim como escrevendo panfletos em apoio ao nome de Alberto Pasqualini para o pleito majoritário estadual. A USB não era simplesmente um círculo de simpatizantes das ideias de Alberto Pasqualini. Embora utilizasse a expressão “movimento” a USB foi compreendida, naquele contexto, como um partido. Além disso, buscava viabilizar a candidatura Pasqualini ao governo estadual sul-rio-grandense (ANGELI, 2020, p. 67-72).

Segundo João Batista Carvalho da Cruz (2010, p. 68) o objetivo seria a formação de um partido regional, porém a legislação eleitoral passou a permitir somente o registro de partidos políticos nacionais. A relação entre o PTB e a USB convergiu para a fusão organizativa entre ambas as correntes no ano de 1946, sob a sigla PTB. Para Bodea (1992, p. 28), “[...] a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única seção que absorvia um movimento de esquerda – claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária [...]”.

Convém situar Caruso no contexto de Erechim e região Alto Uruguai. A inicial Colônia Erechim, a partir de 1908, foi fundada sob inspiração positivista, gerida pela Secretaria de Obras Públicas, por meio da Comissão de Terras, implementando o projeto estadual, não só até a criação do município Erechim – em 30 de abril de 1918 –, mas também, posteriormente, até a década de 1940. É a fase de ocupação da terra via imigração e colonização dirigida num território, na maior parte, devoluto que coexistia com algumas colonizações privadas. O Estado positivista dirige e assume a administração do projeto e sua infraestrutura. A colonização implanta a pequena propriedade agropecuária de culturas variadas provenientes basicamente de mão de obra familiar voltada, prioritariamente, ao próprio atendimento familiar.

O fim deste modelo virá a partir do Decreto estadual nº. 8.053/39 que transfere ao município de José Bonifácio [Erechim] os lotes urbanos devolutos reservados para a sede do município. Não obstante, este Decreto condicione esta transferência à preservação do projeto inicial, na prática este começa a ser deformado pelo [...] verticalismo e ganância. Até 1939 a dimensão dos lotes está próxima à legal, o que significa clara opção pela expansão horizontal, pomar, horta, jardim e lazer, permitindo absorção de mão de obra familiar, velhos, crianças, fins de semana em tarefas-lazer, possibilitando quase auto-suficiência em frutas, legumes e verduras. Após a Redemocratização são eleitos os plutocratas ou prepostos, os lotes se apenham, o plano se deforma (CASSOL, 2003, p. 98).

Este modelo entra em decadência a partir dos anos quarenta. A pequena propriedade agropecuária sofrerá uma crescente dificuldade em se reproduzir, pois o Estado não mais disporá de terras para, finalmente, disponibilizar à numerosa descendência destes colonos. A pequena propriedade cumprirá função de subsistência e subsidiária, dependente, com limitada capacidade de geração de excedente econômico e de tecnificação. Ao mesmo tempo, esse pequeno excedente é investido na atividade mercantil, e, conseqüentemente, reaplicado na atividade industrial, até porque o acesso aos mercados e centros industriais apresentavam dificuldades, tais como a Segunda Guerra Mundial; a precariedade de vias de transporte; entre outras.

Erechim atrairá o excedente e sediará o centro comercial e industrial regional. Conseqüentemente absorverá a mão de obra excedente da pequena propriedade regional que também migrará para o oeste catarinense, sudoeste do Paraná e alhures. O Alto Uruguai que se urbaniza e se industrializa. Logo, necessita de infraestrutura, ad-

ministração municipal, investimento educacional, em síntese, maior atuação do poder público.

Em 1950, na eleição para o legislativo estadual, os petebistas superaram os pessedistas por uma pequena margem no cômputo geral, menos que mil votos. O PTB obteve 30,88% e o PSD 30,73% de votos, ou seja, 171.605 contra 170.786 votos, respectivamente (NOLL; TRINDADE, 1995, p. 44). No entanto, os trabalhistas foram beneficiados pelo mecanismo das sobras.<sup>3</sup> Destarte, de um total de 55 cadeiras na Assembleia Legislativa, 23 ficaram com o PTB, 7 a mais que o PSD, que constituiria a segunda maior bancada. João Caruso Scuderi (PTB) foi eleito deputado estadual com a nona maior votação na disputa (TRE/RS, 1950).

JUNTA ELEITORAL/MUNICÍPIOS	VOTOS
Junta 24/Erechim; Marcelino Ramos	5.961
Total	6.339

Tabela 1. Votação na Junta Eleitoral 24 e o total de votos na eleição de 1950. Fonte: NUPERGS/UFRGS; TRE/RS.

O resultado eleitoral demonstra a expressiva vitória do candidato que havia concorrido pela primeira vez à Assembleia Legislativa. Também, torna-se evidente a força política de Caruso em Erechim e Região Alto Uruguai, ou seja, onde obteve 94,03% de sua votação. Nessa perspectiva, é possível afirmar que, naquele contexto, Caruso estava eleitoralmente circunscrito a respectiva região.

3 Segundo Cruz (2010, p. 149) “[...] a legislação de 1945 estabelecia o seguinte quanto à representação proporcional: o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos e dos votos em branco, dividida pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada por meio da divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia através do mecanismo das sobras: as vagas ficariam com o partido de maior votação no respectivo pleito”.

Nas Comissões da Assembleia Legislativa ocupou com maior frequência a de Constituição e Justiça. Na condição de advogado, o parlamentar petebista ostentava esmerada formação constitucionalista, assim como na legislação trabalhista. No ano de 1951, foi eleito vice-prefeito no município de Erechim. Entre abril de 1953 a abril de 1954, assumiu a presidência do legislativo estadual. Também, ocupou interinamente – em algumas ocasiões – o cargo de governador do Estado (CASSOL, 2006, p. 2).

A partir de uma abordagem baseada no pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu é possível averiguar a conversão de capitais externos ao campo político em capital político. Nesse sentido, o ingresso de Caruso no jogo político ocorreu por meio das relações estabelecidas ainda na Faculdade de Direito: a ampliação do seu capital social via proximidade, sobretudo, com a figura de Alberto Pasqualini, cuja trajetória política ascendente lhe influenciaria posteriormente. Além disso, a sua própria formação acadêmica, ou seja, convertendo um capital cultural institucionalizado em capital político de notoriedade e popularidade.

A sua atuação na região Alto Uruguai por meio de seu conhecimento jurídico na área do direito trabalhista foi uma fonte inegável de reputação. Cabe ressaltar que Erechim nos anos cinquenta despontou como expressivo centro industrial e considerável presença proletária e dos conflitos a ela inerentes (CASSOL, 2006, p. 2). Para Diego Almeida (2019), o diploma de bacharel em direito trazia prestígio e possibilitava ao egresso ocupar uma variedade de cargos públicos que pressupunham formação jurídica ou poderiam garantir seu ingresso no jogo político com significativas chances de sucesso.

Nesse ponto, torna-se necessário algumas ponderações concernentes ao referencial teórico-metodológico bourdieusiano. Bourdieu define trajetória como “[...] série de posições sucessivamente

ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações [...]” (BOURDIEU, 2006, p.189).

Em contraste, com uma perspectiva de vida linear e teleológica, os eventos biográficos não se interligam em um todo coerente. A narrativa biográfica é feita a *posteriori* pelo indivíduo ou pelo pesquisador, ou seja, buscando garantir um sentido de ordenação dos acontecimentos de forma harmônica. Daí ocorre o que Bourdieu denominou de “ilusão biográfica”.

Do ponto de vista de Bourdieu (2006, p. 189-190),

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja a constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado.

Nessa perspectiva, utilizamos o conceito de trajetória referente a figura de João Caruso Scuderi e, ao mesmo tempo, redobramos os cuidados para não incorreremos no risco da “ilusão biográfica”. Portanto, evidentemente a relação entre Caruso e Pasqualini tem outras variáveis que levaram o primeiro a participar do jogo político, assim como a sua formação em direito não foi planejada para fins de ingresso no campo político.

A Assembleia Legislativa é um espaço restrito aos profissionais.

No jogo essencialmente político, observa-se na atuação parlamentar o processo de construção de um *habitus* do político, o qual requer uma preparação especial. Em outras palavras, torna-se elementar adquirir habilidades específicas para o exercício de atividades relacionais entre profissionais do mesmo campo.

Segundo Bourdieu (1998, p. 169),

Em matéria de política [...] o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político [...] em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais [...].

O ano de 1954 é emblemático quanto ao capital político de João Caruso Scuderi. De um lado, a sua reeleição ao legislativo sul-rio-grandense.<sup>4</sup> De outro, o seu protagonismo em torno da disputa intrapartidária para a sucessão ao governo de Ernesto Dornelles. O Palácio do Catete encontrava-se no centro destas contendidas. De

<sup>4</sup> O parlamentar trabalhista assumiu o cargo somente em outubro de 1955, pois ficou durante meses buscando junto à Justiça Eleitoral legitimar seu mandato que fora contestado judicialmente, sob alegação de ser estrangeiro. Não foram encontradas referências da votação de João Caruso Scuderi – na eleição de 1954 – no NUPERGS e TRE/RS.

acordo com Mercedes Cánepa (2005, p. 176), João Caruso Scuderi, então presidente regional do PTB, havia convencido o presidente Getúlio Vargas e João Goulart acerca da candidatura de Alberto Pasqualini. Bodea (1992, p. 108) também destaca a missão de João Caruso – acompanhado dos professores Ajadil Lemos e Leocádio Antunes, todos originários da USB – na capital federal a favor de uma segunda candidatura do então senador Pasqualini.

Na convenção estadual do PTB, o nome de Pasqualini é aclamado – apesar da divergência de convencionais que não desejavam a escolha por aclamação, pois possivelmente votariam em outro pré-candidato – a despeito dos interesses de José Diogo Brochado da Rocha, deputado federal mais votado e de Loureiro da Silva, o principal responsável pela organização do partido no Estado, em 1945.

Nesse contexto, dois aspectos de cunho intrapartidário são elementares para a compreensão da dinâmica partidária: o primeiro é que, no limiar dos anos 1950, jovens políticos – destacando-se João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari e Ruy Ramos – ascendiam no partido e, conseqüentemente, disputavam espaço com lideranças sindicalistas – em decadência – e experientes trabalhistas, como José Diogo da Rocha e Loureiro da Silva; já o segundo – em âmbito nacional – refere-se ao centralismo decisório do PTB, ou seja, a agremiação suprimia as dissidências e restringia o questionamento às lideranças. No enfrentamento de possíveis ameaças, Vargas fazia uso da “parentela” para consolidar sua figura de líder incontestável. Dessa forma, Lutero Vargas, Ivete Vargas e João Goulart – que não fazia parte da família, mas era próximo de Vargas – ocuparam cargos de chefia no partido (D’ARAÚJO, 1996).

Os primeiros anos do governo Vargas, notabilizaram-se por clivagens e desorganização da direção nacional do PTB, resultando na escolha de João Goulart como presidente do partido (1952) e



Ministro do Trabalho (1953). A partir de então, Jango tornar-se-ia – por longo período – o comandante do partido, assim como se projetaria como sucessor de Vargas. Entrementes, José Diogo Brochado da Rocha renunciou à liderança petebista na Câmara, evidenciando as discordâncias entre as lideranças trabalhistas na seção sul-rio-grandense (BOMBARDELLI, 2017, p. 91).

Nos anos de 1957 e 1958, evidencia-se novamente o papel proeminente de João Caruso Scuderi para a escolha do candidato trabalhista ao governo sul-rio-grandense. Conforme Samuel da Silva Alves (2020, p. 58-72), entre outras variáveis acerca da vitória de Leonel de Moura Brizola sobre Loureiro da Silva, na Convenção Regional do PTB, sublinha-se a ação de Caruso. Na condição de 1º vice-presidente do diretório regional, da “ala Brizola”, organizou avultado número de diretórios, sob forte influência da respectiva ala. Portanto, sua atuação foi fundamental para que a máquina partidária estadual estivesse sob o controle do então prefeito de Porto Alegre e, conseqüentemente, ter levado a um direcionamento dos votos desses diretórios à candidatura de Brizola.

Em 1958, nas eleições para o cargo majoritário estadual, João Caruso Scuderi atuou junto aos diretórios municipais para o estabelecimento da aliança PTB/PRP/PSP, que resultou na vitória de Leonel Brizola. A atuação de Caruso no Diretório Regional lhe proporcionou ampliar sua rede de contatos e influência. Outrossim, gerou críticas – associando Caruso, por exemplo, ao projeto “personalista” e “autoritário” de Brizola e Jango – e desafetos políticos em virtude das disputas no seio trabalhista.<sup>5</sup>

O campo político é um espaço de lutas, no qual está em jogo uma concorrência entre os agentes que ocupam diversas posições.

<sup>5</sup> Sandra Mara Benvegnú (2006), em sua dissertação de mestrado sobre o PTB de Passo Fundo, analisa os conflitos e dissidências no partido.

Nesse campo de enfrentamentos de uns contra outros, existem dominantes e dominados. Conforme Bourdieu (1998, p. 168), as lutas internas se sobrepõem aos conflitos externos e os que dominam o partido – detentores do monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos – acabam impondo seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. Logo, é indubitável a posição de João Caruso Scuderi como agente dominante do campo político e possuidor de grande capital político acumulado.

João Caruso Scuderi foi reeleito deputado estadual pela terceira vez consecutiva. A sua atuação parlamentar e as atividades desenvolvidas no Diretório Regional trabalhista lhe conferiram capital político suficiente para obter a quinta maior votação entre os postulantes ao legislativo sul-rio-grandense.

JUNTA ELEITORAL/MUNICÍPIOS	VOTOS
Erechim	7.216
Porto Alegre	1.742
Marcelino Ramos	1.275
Aratiba	1.045
Gaurama	631
Total	13.560

Tabela 2. Cinco municípios que Caruso obteve maior votação e o total de votos na eleição de 1958. Fonte: NUPERGS/UFRGS; TRE/RS.

Analisando os dados eleitorais de 1958 pode-se afirmar que Caruso havia se consolidado como a principal liderança política em Erechim – onde foi o deputado com maior votação – e região. Os municípios da região Alto Uruguai – que constam na Tabela 2 – representam 74,97% dos votos obtidos por ele naquela eleição. Todavia, identifica-se um candidato com um eleitorado mais amplo, não mais restrito a esfera regional. Vejamos: na capital do Estado – Por-

to Alegre – obteve apenas 34 votos no seu primeiro pleito (1950). Já em 1958, contou com o voto de 1.742 porto-alegrenses, ou seja, atrás somente de seu principal reduto eleitoral.

No governo Brizola ocupou várias secretarias: do Interior e Justiça entre 1959 e 1960, de Obras Públicas entre 1960 e 1961 e da Agricultura, Indústria e Comércio em 1962. Já eleito para o seu quarto mandato consecutivo o parlamentar trabalhista foi nomeado pelo presidente João Goulart para presidir a Superintendência da Política Agrária (SUPRA),<sup>6</sup> de outubro de 1962 a julho de 1963.

JUNTA ELEITORAL/MUNICÍPIOS	VOTOS
Erechim	5.810
Porto Alegre	1.817
Tupanciretã	1.056
Gaurama	906
Aratiba	875
Total	20.873

Tabela 3. Cinco municípios que Caruso obteve maior votação e o total de votos na eleição de 1962. Fonte: NUPERGS/UFRGS; TRE/RS

Antes de abordarmos a questão da SUPRA é elementar uma

<sup>6</sup> “Órgão criado em 11 de outubro de 1962 pela Lei Delegada nº 11 e regulamentado pelo Decreto nº 1.878-A, de 21 de dezembro de 1962. Eram suas finalidades colaborar na formulação da política agrária do país; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais. A criação da Supra vinculou-se estritamente ao avanço da organização política dos trabalhadores rurais, expresso na proliferação de ligas e sindicatos e nas lutas pela posse da terra, reivindicando não só uma reforma agrária, como também direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo. Do ponto de vista administrativo, a Supra funcionava como um colegiado, composto de um presidente e quatro diretores, nomeados pelo presidente da República. CPDOC-DHBB. *Verbete Superintendência da Política Agrária (SUPRA)*. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra> >. Acesso em: 08/09/2020.

breve análise sobre o resultado da eleição de 1962. Caruso fez a terceira maior votação no Estado entre os candidatos ao legislativo estadual. De um lado, confirmou seu poder político no Alto Uruguai e manteve-se como o mais votado no município de Erechim. De outro, ampliou o seu eleitorado para outras regiões: permaneceu com uma votação estável na capital e obteve expressiva votação em Tupanciretã, município da região central do Rio Grande do Sul. Destarte, os dados comprovam o acúmulo de capital político, bem como a trajetória ascendente do parlamentar trabalhista. Na condição de parlamentar com consecutivos êxitos eleitorais, liderança partidária e experiência na gestão pública estadual que Caruso fora indicado pelo presidente João Goulart ao cargo federal.

Para Andressa do Carmo (2019, p. 160-230) a exoneração de João Caruso da SUPRA não foi feita a pedido, conforme noticiado pela imprensa. Mas, pela interferência do governador fluminense Badger Teixeira da Silveira junto ao presidente Jango. Badger – que era também petebista – acusou Caruso de instigar as invasões de terras no estado do Rio de Janeiro.

O deputado estadual petebista detinha um ideário influenciado pelo pensamento pasqualinista, bem como pela Doutrina Social da Igreja Católica, e queria corrigir o sistema, assim como moralizá-lo e modernizá-lo. Apregoava mudanças sem alterações estruturais profundas. Em outras palavras, acreditava nas reformas de base pela via constitucional. Caruso foi fomentador e precursor do incentivo desenvolvimentista no Estado e, sobretudo, na região Alto Uruguai por meio da canalização de recursos financeiros, estímulo industrial e principalmente ênfase no setor rodoviário para escoamento da produção. Portanto, tornou-se um mediador importante da região junto aos poderes públicos para a realização de obras, obtenção de recursos e intermediação de pleitos. (CASSOL, 2006, p. 2-6).

À luz do pensamento bourdieusiano pode-se compreender João Caruso Scuderi como detentor de significativo acúmulo de capital político. Observa-se uma trajetória ascendente no interior do campo político: tanto no PTB – seção Rio Grande do Sul – quanto no cenário político estadual. Na experiência democrática, onde havia a necessidade da mobilização eleitoral, Caruso foi eleito consecutivamente quatro vezes deputado estadual. Ademais, ocupou cargos importantes no legislativo e executivo, assim como no interior do partido.

OCUPAÇÃO	PERÍODO
Deputado Estadual (PTB/RS)	1951-1955
Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul	1953-1954
Deputado Estadual (PTB/RS)	1955-1959
Deputado Estadual (PTB/RS)	1959-1963
Secretário do Interior e Justiça	1959-1960
Secretário de Obras Públicas	1960-1961
Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio	1962
Presidente da SUPRA	1962-1963
Deputado Estadual (PTB/RS)	1963-1964

Tabela 4. Cargos ocupados por João Caruso Scuderi no legislativo e executivo (1951-1964). Fonte: Tabela elaborada a partir das informações presentes em Cassol (2006) e Catto (2017).

O parlamentar trabalhista teve a sua trajetória política interrompida abruptamente pelo golpe civil-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart. O Ato Institucional nº. 1, de 9 de abril daquele ano cassou-lhe o mandato, assim como suspendeu os seus direitos políticos por dez anos. Segundo Guilherme Catto (2017, p. 97-219), foi o único deputado cassado que estava na faixa dos cinquenta anos -na época tinha cinquenta e seis anos. Caruso, fazia parte da “elite política sul-rio-grandense”, ou seja, as

cassações atacavam deputados com trajetórias políticas já consolidadas ou aqueles que estavam iniciando-as.

João Caruso Scuderi foi preso por duas vezes na Penitenciária Estadual, bem como foi detido no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Na capital – Porto Alegre – voltou a advogar. O seu falecimento ocorreu no contexto da distensão da ditadura, a 24 de novembro de 1978.

No decorrer destas breves páginas procuramos tangenciar questões importantes e, conseqüentemente, explicitar lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas, entre as quais, destacam-se: investigar a relação entre Pasqualini e Caruso e a influência do primeiro sobre o segundo; entender o papel desempenhado por Caruso em Erechim e região. Em outras palavras, como ocorreu essa projeção que o legitimou a ser um representante daquela comunidade? Verificar se ele praticou procedimentos inibitórios ao surgimento de lideranças políticas locais; aprofundar sobre a sua destacada atuação parlamentar e partidária; Por que alinou-se a Leonel Brizola nas disputas internas do PTB/RS? Quais foram suas ações enquanto atuou nas secretarias estaduais, assim como na SUPRA?

Enfim, não pretendemos fazer, aqui, uma análise pormenorizada da trajetória de João Caruso Scuderi. Longe disso, haja vista que se trata de um trabalho com apontamentos de pesquisa. Um ponto de partida. Nesse sentido, objetivamos apresentar alguns aspectos da vida pública de Caruso – sem perder o rigor analítico – na perspectiva conceitual de trajetória desenvolvida por Pierre Bourdieu.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, Dez. 2019, p. 636-658.
- ALVES, Samuel da Silva. “*Ideias novas para problemas velhos*”: a candidatura e campanha eleitoral de Leonel Brizola ao governo do Rio Grande do Sul em 1958. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2020.
- ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. [Tese]. Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. [Dissertação de mestrado]. Passo Fundo: UPF, 2006.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “trabalhismo renovador” (1945-1960)*. [Dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza (orgs.). *O PTB no Rio Grande do Sul e a Experiência Democrática (1945-1964)*. São Leopoldo/RS: Oikos Editora/Editora Unisinos, 2017, p. 87-114.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CARMO, Andressa Cristina de Miranda do. *Trabalhismo fluminense: o governo e o impeachment de Badger da Silveira (1963-1964)*. [Dissertação de mestrado]. Niterói: UFF, 2019.

CASSOL, Ernesto. *Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado*. Erechim: Editora São Cristóvão, 2003.

CASSOL, Ernesto. *Relatório Científico de Pesquisa: João Caruso Scuderi*. Erechim: URI, 2006.

CATTO, Guilherme. “*E o que é mais importante está salvo no Brasil!*”: perfil e atuação dos deputados da Assembleia Legislativa do RS no golpe civil-militar de 1964. [Dissertação de mestrado]. Santa Maria: UFSM, 2017.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 127-154.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965)*:



getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, 2007, v. 2.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

NUNES, Edson. *A gramática do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

NUPERGS/UFRGS, *Banco de dados eleitorais*. Disponível em: <http://ufrgs.br/nupergs/banco> Acesso em: 9 de janeiro de 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL / RS, *Resultados Gerais das eleições de 1950, 1958 e 1962*. Disponível em: <http://tre-rs.jus.br> Acesso em: 9 de janeiro de 2021.

# IX

## Com serenidade: a trajetória do trabalhista Sereno Chaise

PAULO EDUARDO FASOLO KLEIN

A trajetória política de Sereno Chaise se confunde com a do próprio partido trabalhista no Rio Grande do Sul. Durante o período conhecido por experiência democrática, entre 1945 e 1964, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surge e se estabelece como um dos principais partidos brasileiros da época. No início desse período, um jovem soledadense chegou à capital gaúcha e, admirador de Getúlio Vargas, logo ingressou nos quadros trabalhistas em plena formação para estabelecer uma sólida carreira política. Membro ativo da agremiação, Chaise ajudou a alicerçar no estado a legenda cuja doutrina trabalhista passou por transformações e disputas na sua curta vida. O texto a seguir procurará traçar alguns momentos da trajetória de Sereno Chaise, agente em diversos e agudos episódios do Trabalho no Rio Grande do Sul e cuja atuação ressaltaremos dentro

do campo político que se apresentava naquele período, de intensas transformações políticas e sociais.

Sereno Chaise nasceu em 31 de março de 1928 em Soledade, localizada no planalto médio gaúcho. Descendente de imigrantes franceses pelo lado paterno e portugueses pelo lado materno, foi o sexto entre os sete filhos de Agenor e Maria Ferreira Chaise, pequenos produtores rurais que possuíam uma propriedade localizada a dez quilômetros de Soledade. O início dos seus estudos e sua alfabetização ocorreram no grupo escolar da cidade, onde teve aulas por dois anos com a própria irmã Eloah, professora municipal<sup>1</sup>. A família decidira que Sereno continuaria sua formação escolar, mas na época Soledade era um pequeno município e não contava com ruas calçadas, quanto mais com possibilidades para seus jovens prolongarem seus estudos. Sendo assim, aos doze anos o jovem se muda para Passo Fundo e entre 1941 e 1944 morou em uma pensão com o irmão Moreno, sargento do Exército, enquanto cursava o ginásio no tradicional colégio marista Nossa Senhora da Conceição. Concluída tal etapa e novamente sem alternativas de avançar em seus estudos no local em que se encontrava, Chaise deixou o norte do estado em março de 1945 e foi para Porto Alegre com a intenção inicial de ingressar na Escola Preparatória de Cadetes, tendo em mãos documentação completa fornecida por oficiais superiores do Exército, em consideração ao irmão Moreno<sup>2</sup>.

O vínculo familiar com o Exército possibilitaria uma alteração em sua condição social ao ingressar na carreira militar, mas estar em Porto Alegre naquele momento foi fundamental no rumo que tomaria a trajetória de Sereno. O jovem não chegou sem vínculos na capital e logo contrerterreos entraram em contato. Entre eles estava o

<sup>1</sup> CUNHA, 1994, p. 15.

<sup>2</sup> CHAISE, 2014, p. 270 e KLÖCKNER, 2007, p. 13.

desembargador Erasto Roxo de Araújo Corrêa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral no estado (TRE/RS), casado com uma soledadense e amigo do pai de Sereno. O magistrado questionou Chaise se seguir a vida militar era seu desejo. O jovem afirmou que não, mas não teria condições de entrar em um curso superior. A ditadura do Estado Novo recém findara e a Justiça Eleitoral ainda estava sendo reorganizada por todo o país. Nesse contexto, o desembargador Corrêa ofereceu um emprego no TRE/RS, prontamente aceito. Chaise abandonou a ideia de seguir a vida na caserna e ingressou no tradicional colégio marista Rosário, onde concluiria o Científico. Seguiria os estudos em outra instituição da mesma congregação religiosa, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que na época ocupava o mesmo espaço físico do Rosário, pela qual se formaria em Direito, em dezembro de 1952, já como vereador de Porto Alegre.

Era 1946 e Sereno Chaise agora se encontrava em Porto Alegre, estudando e trabalhando enquanto morava numa pensão na Avenida Independência. Com recursos limitados, uma das poucas opções de lazer era passear nos fins de semana na Praça da Alfândega, centro da capital. Ali, após ler no jornal *Folha da Tarde* um convite a estudantes que desejassem ingressar na Ala Moça do PTB, dirige-se à sede da legenda localizada na própria Praça da Alfândega. Tal qual seu pai Agenor, Sereno estimava a figura de Getúlio Vargas e escutar as transmissões iniciadas por “Trabalhadores do Brasil...” no rádio era parte de sua memória, assim como o retrato do presidente fixado na parede de sua casa em Soledade. Chaise rumou ao encontro e ingressou na juventude trabalhista, compondo as fileiras do PTB, que ainda estavam se formando. Ao participar da Ala Moça, também conhecida por Ala Acadêmica ou Estudantil, Sereno Chaise conheceu outros estreantes na política como Wilson Vargas e Leonel de Mou-

ra Brizola, além de entrar em contato com as principais lideranças do PTB e iniciar suas articulações já nos primeiros anos filiado à agremiação. Encontraria em diferentes ocasiões sua principal figura, Getúlio Vargas, conhecendo-o pessoalmente em 1946 na fazenda de Leopoldo Kroeff, onde atualmente está localizado o Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio<sup>3</sup>, região metropolitana de Porto Alegre. Participando de uma comitiva do PTB que encontrou o ex-presidente na sede da fazenda, Chaise percebeu o silêncio de Vargas quando questionado sobre o apoio a Alberto Pasqualini para concorrer ao governo do estado. Mais tarde perceberia que naquele momento, o ex-presidente já havia se comprometido com a candidatura de Walter Jobim do Partido Social Democrático (PSD) e ainda procurava uma coligação entre os dois partidos regionalmente, já que ambos faziam parte de sua base de apoio para retornar à presidência.

O comportamento ambíguo de Vargas, que com exercícios retóricos elogiava tanto o candidato do PSD quanto do PTB, partido varguistas até aquele momento, permaneceria até o comício trabalhista no centro de Porto Alegre em 29 de novembro de 1946. Presente na ocasião, Sereno Chaise testemunharia Vargas criticar indiretamente o PSD ao compará-lo à União Democrática Nacional (UDN), mesmo sem nomeá-los<sup>4</sup>. Ao atacar o velho liberalismo capitalista e propondo uma democracia dos trabalhadores, Vargas deixava claro seu apoio à Pasqualini na eleição para governador e era ovacionado pela multidão aglomerada em frente à prefeitura e ao longo da Avenida Borges de Medeiros. A cúpula do PSD gaúcho mostrou-se profundamente ofendida com as palavras proferidas no discurso e acabaria expulsando Vargas de seus quadros. Tal episódio marcaria uma ruptura definitiva entre as agremiações no estado, le-

<sup>3</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 16.

<sup>4</sup> BODEA, 1992, p. 41.

vando a maior parte do PSD do Rio Grande do Sul a compor as forças anti-varguistas, ao contrário do resto do país, onde geralmente PTB e PSD compunham o mesmo bloco eleitoral durante o período 1945-1964. Apesar do apoio de Vargas, Alberto Pasqualini perderia as eleições para governador de 1947 e passaria a atuar mais fortemente dentro do PTB. Chaise conviveria com o político dentro do partido e o ajudaria em diversas ocasiões devido aos seus problemas crônicos de saúde, nutrindo profundo respeito por sua preocupação social e capacidade intelectual.<sup>5</sup>

Mas dentre todos os trabalhistas, o nome ao qual Sereno Chaise mais esteve associado foi ao de Leonel Brizola. Ambos integrantes da Ala Moça, Brizola convidou Chaise para morarem juntos enquanto ocorria a campanha de 1946-1947. Dividiriam um quarto no Hotel Bragança, centro da capital, até Brizola casar em 1º de março de 1950 com Neuza Goulart, irmã do futuro presidente João Goulart. Chaise participaria como secretário da campanha de Brizola para deputado estadual e, sendo homem atuante do partido, percorreu as residências da Avenida Independência distribuindo os envelopes com cédulas para angariar votos<sup>6</sup>. Brizola é eleito na primeira legislatura após o Estado Novo, atuando também como deputado constituinte e reeleito em 1950, enquanto Chaise continua a trabalhar pelo diretório estadual petebista.

As eleições municipais de novembro de 1951 seriam o primeiro momento em que haveria a escolha direta para prefeito pela população<sup>7</sup> e Brizola era o representante do PTB para concorrer à

<sup>5</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 19-25.

<sup>6</sup> Naquela época, a cédula de votação era distribuída aos possíveis eleitores pelos partidos e candidatos, sendo o fornecimento de cédula oficial pela Justiça Eleitoral estabelecido somente em 1955. Ver ANGELI, 2015, p. 31.

<sup>7</sup> Mesmo após o fim da ditadura do Estado Novo, a Constituição de 1946 manteve dispositivo que permitia a nomeação do prefeito da capital pelo governador do estado. O vencedor

vaga em Porto Alegre. Naquele momento, Sereno Chaise já havia acumulado capital político suficiente para ser indicado pela Ala Moça e concorrer por uma das 21 cadeiras de vereador. Para o Paço Municipal seria eleito Ildo Meneghetti do PSD, mas Chaise conquista seu primeiro mandato eletivo, uma das oito de cadeiras que o PTB conseguira naquela legislatura, tornando-se assim a maior bancada entre os vereadores da capital. O meio estudantil foi a base eleitoral do jovem político, que também recebe um apoio importante vindo da Secretaria Estadual de Agricultura. Chefiada por Maneco Vargas, a pasta durante o governo trabalhista de Ernesto Dornelles - respectivamente filho e primo do presidente Getúlio Vargas, eleito novamente em 1950 - tinha como chefe de gabinete Helio Becan. O agrônomo comenta que pediria à colônia de pescadores Z5, localizada nas ilhas do Guaíba e que recebiam linha para suas redes da secretaria de agricultura, que votassem em Chaise. A pesca era uma atividade econômica importante no lago. As condições ambientais da época ainda permitiam o abastecimento do Mercado Público da capital com peixe fresco, fazendo com que a localidade contasse com expressivo número de eleitores pescadores. Os votos ali eram estimados em 1.200, sendo 800 direcionados a Chaise<sup>8</sup>.

A ascensão da carreira política de Chaise acelerou com sua posse na Câmara Municipal em 1º de janeiro de 1952 e o jovem entrou em contato com a gestão municipal enquanto aprimorava suas habilidades políticas. No primeiro ano de mandato foi vice-líder da bancada trabalhista<sup>9</sup> e em 1953 já liderava o PTB na Câmara, discutindo entre outros assuntos, questões sobre o transporte público da

em 1951, Ildo Meneghetti, já ocupara a prefeitura de junho de 1948 a janeiro de 1951 por indicação do governador Walter Jobim, ambos do PSD. Ver CUNHA, 1994, p. 21.

<sup>8</sup> CHAISE, 2014, p. 271.

<sup>9</sup> *Jornal do Dia*, 22 de maio de 1952, p. 3.

cidade<sup>10</sup>. Participaria ainda da Comissão de Finanças e Orçamento, representando a oposição ao governo Meneghetti na elaboração de propostas orçamentárias e, a partir de outubro de 1955, em seu último ano de mandato, ocuparia a presidência da casa aos 27 anos<sup>11</sup>.

O desempenho na Câmara Municipal em seu mandato de vereador e sua constante atuação no diretório da legenda aumenta a visibilidade de Chaise dentro do PTB, sendo indicado como candidato a deputado estadual nas eleições de 1954. Lembrando-se de suas origens, Chaise desejava ser designado pelo diretório de sua cidade, Soledade, o que de fato aconteceria. Na chapa do diretório da cidade, foram indicados Chaise para a Assembleia Legislativa e César Prieto, assessor de Vargas no Palácio do Catete, para a Câmara Federal. A intenção inicial era indicar Prieto por Passo Fundo, mas após perder a disputa no diretório local, César Santos<sup>12</sup>, procurando atender o desejo do presidente, acabaria articulando a candidatura daquele por Soledade. Sem estar ciente de toda essa movimentação, Sereno Chaise estava em Porto Alegre e chegou momentos antes do diretório de Soledade se reunir. O secretário-geral do PTB no município era tio do político e lhe comunicou que a chapa já estava decidida como Chaise-Prieto antes mesmo da convenção começar.

Inicialmente satisfeito, a indicação de Soledade acabou trazendo desconforto para Chaise. Ele foi acusado de traição por membros do partido ao não ter voltado de sua cidade natal com o

<sup>10</sup> *Jornal do Dia*, 9 de abril de 1953, p. 3.

<sup>11</sup> *Jornal do Dia*, 15 de outubro de 1955, p. 8.

<sup>12</sup> Médico e soledadense, era deputado federal pelo município. Ao confessar sua intenção de se afastar dos mandatos políticos (não da política) ao amigo Getúlio Vargas, este lhe pede que ajude na indicação de César Prieto para a Câmara de Deputados. Ao retornar do Rio de Janeiro, Santos inicialmente tenta a aprovação de Prieto por Passo Fundo, mas o diretório acaba indicando Daniel Dipp em uma votação com resultado apertado (33 a 30). Tal disputa seria uma entre tantas que enfraqueceria o PTB no município. Para saber mais sobre a legenda em Passo Fundo, ver BENVENEGNÚ, 2006.



nome de Brizola na chapa. Incomodado com a situação na qual não teve influência, o político decidiu não fazer campanha, mandando uma carta comunicando a situação ao diretório estadual. Viajou a Soledade decidido a não buscar votos, mas o deputado estadual Wilson Vargas, trabalhista que havia sido colega de Chaise na Ala Moça encontrou o político na casa de seu pai a pedido de Brizola e o traz a Porto Alegre para resolver a situação. O desconforto é desfeito, mas Chaise se mantém resoluto em não fazer campanha. O resultado das urnas mostra o tamanho do capital político de Brizola e Chaise naquele momento. O primeiro é eleito com 103 mil votos para deputado federal, a maior votação até então no país para o cargo enquanto Chaise, mesmo sem campanha, receberia 3.838 votos<sup>13</sup>, ficando na décima suplência de deputado estadual do PTB. Mesmo assim, ocuparia o mandato durante a legislatura 1955-1959 em algumas ocasiões<sup>14</sup>, tendo os primeiros contatos com a Assembleia e seus trâmites.

Passada a campanha de 1954, Sereno Chaise terminaria seu mandato de vereador de Porto Alegre e, a pedido de Brizola, não tentaria a reeleição em 1955, sendo convidado novamente a participar da campanha para a prefeitura da capital e, numa eventual vitória, integrar o governo. Antes da eleição, no entanto, houve um possível obstáculo à prefeitura de Brizola. Loureiro da Silva, que já ocupara a cadeira de prefeito durante o Estado Novo, tinha apoiadores que desejavam sua candidatura, mas o veterano político a descartou e

<sup>13</sup> Os principais municípios votantes foram Soledade, Porto Alegre, Encantado e Cacequi, com 2.331, 599, 268 e 263 votos respectivamente. Como forma de comparação, a menor votação a conseguir cadeira na Assembleia pelo PTB foi Waldemar Rodrigues da Silva com 4.778 votos. Fonte: TRE/RS e NUPERGS.

<sup>14</sup> 3ª *Legislatura: 1955-1959* em Quadro de Legislaturas – Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx>. Acesso em 14/09/2021.

manifestou seu apoio a Brizola<sup>15</sup>. A chapa do PTB foi eleita, tendo Chaise participado novamente como secretário da campanha. Tomaria posse como secretário de governo no dia 2 de janeiro de 1956 no gabinete da prefeitura e, juntamente com os secretários de Viação e Obras e o de Águas e Saneamento, foi incumbido de organizar um plano de emergência para serviços urgentes da cidade que abrangiam pavimentação, limpeza pública e saneamento, já durante a primeira reunião do secretariado municipal<sup>16</sup>. Engenheiro formado, Brizola havia sido titular da pasta da Secretaria de Obras Públicas do governador Ernesto Dornelles, proporcionando uma significativa ampliação da infraestrutura do Rio Grande do Sul, tendo como fator determinante para isso a forte integração do governo do estado com órgãos federais. Manteria o perfil à frente da prefeitura com obras nas áreas de saneamento, habitação, educação e transporte. Entre as iniciativas da prefeitura estava também a formação de um cinturão verde ao redor da cidade<sup>17</sup>. Seu coordenador seria o titular da Secretaria da Produção e do Abastecimento (SMPA), criada nos primeiros meses do governo. Em fevereiro de 1958<sup>18</sup>, Sereno Chaise deixaria a Secretaria do Governo para assumir a SMPA, a tempo de entregar a sede do cinturão verde no bairro Petrópolis, edificação com 2.000 metros quadrados destinada à administração do serviço e depósito de insumos e equipamentos<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> *A Hora*, 31 de agosto de 1955, p. 1.

<sup>16</sup> *A Hora*, 3 de janeiro de 1956, p. 12. Um projeto de Plano de Obras, Serviços e Equipamentos seria entregue à Câmara de Vereadores em março, sendo aprovado e sancionado por Brizola somente em novembro, já com várias obras em andamento. Ver BRIZOLA, 2004, p. 41.

<sup>17</sup> *A Hora*, 11 de março de 1956, p. 1. O cinturão verde seria uma série de iniciativas da prefeitura, em colaboração com o Ministério da Agricultura de Ernesto Dornelles para estimular a produção de verduras e hortaliças nas propriedades da zona rural da cidade. Com isso, a prefeitura procurava sanar a oscilação de preços dos alimentos para a população ao mesmo tempo em que estimulava a economia do município.

<sup>18</sup> *A Hora*, 5 de fevereiro de 1958, p. 3.

<sup>19</sup> *A Hora*, 29 de maio de 1958, p. 3.

O PTB foi o partido que mais cresceu no período 1945-64<sup>20</sup> e o sucesso de alguns trabalhistas gaúchos em angariar votos os habilitavam a uma constante disputa por mandatos no poder público. Sereno Chaise estava entre eles. Antes do fim do período trabalhista na prefeitura, previsto para 1º de janeiro de 1960, Chaise saiu em campanha para deputado estadual no pleito de 1958 (assumindo como suplente da legislatura corrente em diversas oportunidades, como já citado). Durante as viagens pelo interior do estado, ajudou na aproximação entre o PTB e o Partido de Representação Popular (PRP), esse, ligado aos ex-integralistas que tinham uma forte presença nas zonas coloniais alemãs e italianas e que seriam fundamentais para Brizola ter a maioria na Assembleia nos primeiros anos de seu mandato como governador<sup>21</sup>. Dentro da próprio PTB, atuaria a fim de resolver disputas locais e fortalecer o partido no interior do estado, além de garantir sua indicação à Assembleia por diversos diretórios, preocupando-se em costurar acordos para a partilha dos votos trabalhistas e evitar disputas internas que pudessem levar a desgastes como o da eleição de 1954<sup>22</sup>. Chaise seria eleito com 16.614 votos, o segundo deputado mais votado daquele pleito para o legislativo estadual<sup>23</sup>. Agora como titular do mandato, seria escolhido logo no início daquela legislatura como um dos vice-líderes da bancada de 23 deputados trabalhistas<sup>24</sup>.

Entretanto, se o PTB era uma legenda que crescia a cada pleito, algumas disputas internas provocaram fissuras no partido. Fernando

<sup>20</sup> DELGADO, 2003, p. 142.

<sup>21</sup> O PRP romperia com o governo Brizola em outubro de 1961 após uma série de desencontros entre os dirigentes do partido sobre a aliança com o PTB. Ver CARDOSO, 2014, p 110-129

<sup>22</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 46-54.

<sup>23</sup> Fonte: TRE/RS.

<sup>24</sup> *Diário de Notícias*, 30 de janeiro de 1959, p. 16.

Ferrari, jovem liderança trabalhista que havia sido eleito deputado federal com a maior votação para o cargo em 1958 com quase 150 mil votos, vinha aumentando o número de votos a cada eleição que disputava desde 1947<sup>25</sup> e, no seu entender, chegara o momento de disputar um cargo executivo. A iniciativa para isso viria de estudantes trabalhistas de Santa Maria, que em maio de 1959 lançam um manifesto em que pediam que Ferrari fosse indicado como candidato à vice-presidência na disputa de 1960. Setores do PTB ligados ao grupo de João Goulart e Brizola interveem. O diretório de Porto Alegre, na tentativa de evitar com que Ferrari seguisse com tal pretensão, ofereceu a candidatura para a prefeitura em 1959, de modo a que a candidatura a vice-presidência fosse ocupada por João Goulart. Ferrari não só negou o convite como, em detrimento ao candidato do PTB Wilson Vargas, manifestou o apoio a Loureiro da Silva, trabalhista, mas que aceitara concorrer à prefeitura pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Ferrari insistiria na candidatura à vice-presidência e lançou a Campanha das Mãos Limpas, com a qual percorreu diversas cidades pelo país para falar sobre Trabalho, questões sociais e denunciar o boicote que vinha sofrendo da cúpula do partido, ou seja, do grupo de Goulart<sup>26</sup>.

Ligado a este setor do PTB, Sereno Chaise seria o relator da comissão especial que discutiu a questão de Ferrari no diretório metropolitano. Após reunião fechada, foi decidido encaminhar à direção estadual um pedido para processo de expulsão de Fernando Ferrari dos quadros trabalhistas por infidelidade e traição partidária. Tal atitude foi justificada por Ferrari ter apoiado “o candidato dos mais impenitentes adversários do trabalho e das ideias e da vida pública de Presidente Getúlio Vargas.” na sucessão municipal. Ain-

<sup>25</sup> BOMBARDELLI, 2016, p. 164.

<sup>26</sup> BOMBARDELLI, 2016, p. 174.

da na mesma sessão, a comissão presidida por Chaise aprova uma moção com quatro pontos: manifestavam apoio a Wilson Vargas e Efraim Pinheiro Cabral (a chapa trabalhista para a prefeitura); saúdam João Goulart e João Caruso, presidentes nacional e regional do partido, por suas atuações no sentido de dar unidade e disciplina ao PTB; expressavam confiança nos eleitores trabalhistas que em pleitos anteriores votaram naqueles que naquele instante abandonavam e traíam o partido; congratulava o governador Leonel Brizola pela luta a frente do executivo estadual para melhorar o bem-estar dos rio-grandenses e pelo crescimento do estado<sup>27</sup>. O processo de expulsão de Ferrari seria concluído somente em 1961, quando o político já havia disputado a vice-presidência pelo PDC<sup>28</sup> e fundado o Movimento Trabalhista Renovador (MTR)<sup>29</sup>.

Em seu mandato como deputado estadual, Sereno Chaise atuaria em sintonia com o governo Brizola, defendendo os atos do executivo estadual no plenário da Assembleia e respondendo aos ataques da oposição<sup>30</sup>. Ocupava a liderança da bancada do PTB<sup>31</sup> quando mais uma crise política se instala no Brasil: em 25 de agosto de 1961 Jânio Quadros renuncia à presidência da República inesperadamente. O caminho constitucional seria a imediata posse de João Goulart, vetada pelos ministros militares por rejeitarem o posicionamento ideológico do vice-presidente. A apreensão tomou conta do país. Com o

<sup>27</sup> *Diário de Notícias*, 31 de outubro de 1959, p. 1 e 7.

<sup>28</sup> Em seu diário político, Sereno Chaise pondera sobre a presença de Fernando Ferrari na disputa pela vice-presidência em 1960. Ferrari entrou na disputa buscando derrotar Jango, mas o número de votos que obtém, predominantemente no Rio Grande do Sul, foi maior que a diferença de Goulart para o segundo colocado, Milton Campos, da chapa de Jânio Quadros. A interpretação de Chaise é de que os votos de Ferrari seriam de Campos caso o dissidente trabalhista não concorresse e assim Goulart seria derrotado na disputa. Ver KLÖCKNER, 2007, p. 75.

<sup>29</sup> BOMBARDELLI, 2016, p. 180.

<sup>30</sup> Ver BEMFICA, 2007.

<sup>31</sup> *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1961, p. 2.

impasse político, a guerra civil torna-se um risco real quando os militares e seus apoiadores insistiam no golpe, ao mesmo tempo em que setores da sociedade brasileira perseveravam na transição constitucional. No Rio Grande do Sul, instalou-se o Movimento ou Campanha da Legalidade, no qual o governador Brizola convocou a população a resistir à manobra golpista. Na Assembleia, ao tomar conhecimento da renúncia do presidente Jânio Quadros, imediatamente Chaise propôs em requerimento que a casa legislativa decretasse sessão permanente a fim de acompanhar os acontecimentos derivados do tempestuoso ato presidencial<sup>32</sup>. Nos dias seguintes, Chaise atuou durante a Legalidade com atividades tanto no parlamento gaúcho quanto no Palácio Piratini. Recebeu delegações de representantes de outros estados que vinham ao Rio Grande do Sul acompanhar o desenrolar dos fatos e compôs a comissão que visitou o general Machado Lopes, comandante do IIIº Exército, um dos principais oficiais militares que afiançaria o sucesso da resistência iniciada no sul do país. Chaise também participou de comitiva de deputados estaduais e federais que vai à Brasília informar o Congresso Nacional a respeito dos acontecimentos em marcha no Rio Grande do Sul e tomar conhecimento das posições dos demais representantes legislativos federais<sup>33</sup>. As negociações no Congresso Nacional para resolver o impasse acabariam com a adoção de uma solução casuística: em 2 de setembro de 1961, o Brasil tornou-se parlamentarista e Goulart assumiu como presidente, ainda que com os poderes usurpados como afirmaria Chaise em discurso na Assembleia<sup>34</sup>.

Nas eleições de outubro de 1962, Sereno Chaise é reeleito deputado estadual com 13.447 votos, sendo o quinto representante do PTB mais votado de uma bancada de 23 cadeiras conquistadas

<sup>32</sup> *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. 90ª Sessão de 25/08/1961, p. 504.

<sup>33</sup> BRANDALISE, 2011, p. 93 e 96-97.

<sup>34</sup> *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. 91ª Sessão de 11/09/1961, p. 7.

pela legenda no pleito daquele ano. A tabela 1 faz uma comparação das duas eleições em que Chaise efetivamente disputou votos para deputado estadual, a partir do qual algumas interpretações podem ser feitas. Em quatro anos, houve um crescimento dos votos para deputados estaduais de pouco mais de 8%, mas os votos trabalhistas permaneceram estáveis em números absolutos, com menos de 1% de crescimento, o que percentualmente representa uma queda de 39,6% para 36,4%, levando à perda de um assento do PTB no legislativo gaúcho. Chaise por sua vez, perdeu quase um quarto de seus votos, o que poderia indicar uma perda de capital detido pelo político. Por outro lado, a estabilidade dos votos trabalhistas indica que esse capital mudou de detentor, particularmente para os três primeiros colocados entre os deputados do PTB eleitos em 1962, já que estes ultrapassam os 20 mil votos<sup>35</sup>. Tal mudança poderia indicar acordos de partilhas de votos nos diversos diretórios trabalhistas pelo estado, estratégia com a qual Chaise tinha familiaridade.

	1958	1962	VARIAÇÃO
Total votos para Assembleia	1.214.094	1.324.177	8,31%
Total votos para PTB	480.866	481.690	0,17%
Total votos para Sereno Chaise	16.614	13.447	-23,55%

Tabela 1. Variação de votos 1958 - 1962. Fonte: TRE/RS.

Envolvido com atividades internas do partido, o político não teria atuação frequente na legislatura iniciada em 1963<sup>36</sup>. Além disso,

<sup>35</sup> Os três primeiros deputados eleitos pelo PTB em 1962 foram: José Lamaison Porto – 27.102 votos; João Caruso Scuderi – 20.873 votos; Wilson Vargas da Silveira – 20.788 votos. Ficaria ainda à frente de Sereno Chaise naquele ano Justino Costa Quintana, com 14.039 votos. Na eleição anterior, em 1958, Daniel Barnewitz Ribeiro é o primeiro e único deputado a ultrapassar a marca dos 20 mil votos, recebendo 20.045 cédulas indicando seu nome como representante para a Assembleia Legislativa. Fonte: TRE/RS.

<sup>36</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 54.

a perda do governo do estado para Ildo Meneghetti do PSD preocupou os trabalhistas, particularmente Brizola. Uma chance para mudar o cenário político no Rio Grande do Sul eram as eleições para a prefeitura de Porto Alegre de 1963. No primeiro semestre do ano, o nome de Chaise surgia como alternativa para concorrer ao cargo, ocupado naquele momento pelo dissidente trabalhista Loureiro da Silva. Disputando a indicação também estava o deputado estadual Wilson Vargas, candidato derrotado em 1959 e de quem Chaise havia sido secretário executivo de campanha<sup>37</sup>. Na convenção realizada no Diretório Metropolitano entre os dois nomes, Chaise acabou ganhando a indicação para disputar a prefeitura em novembro daquele ano. Em campanha, o político visitou os trabalhadores de indústrias da capital no início da manhã, seguindo depois para a sede do PTB para outros compromissos, como encontros com representantes de diretórios trabalhistas espalhados pelos bairros de Porto Alegre, muitos dos quais ajudou a organizar. Em outubro de 1963, aos 35 anos, Chaise ganhou sua primeira (e única) eleição majoritária com mais de 100 mil votos, correspondendo a pouco mais de 50% do eleitorado da capital, contra 53 mil de Cândido Norberto do MTR e 46 mil de Sinval Guazzelli do PDC<sup>38</sup>.

A influência do Trabalhismo de Alberto Pasqualini<sup>39</sup> é perceptível no discurso de posse. Saudando os porto-alegrenses, Chaise criticou os desníveis da estrutura social desumana e anticristã na qual a população está sujeita, bem como indicou que para superar tais problemas é preciso criar estruturas econômicas adequadas, aptas a canalizar e absorver as energias sociais, transformando-as em bem-

<sup>37</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 77.

<sup>38</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 79.

<sup>39</sup> Traduzido principalmente na obra de Pasqualini *Bases e Sugestões para uma política social* de 1948, frequentemente indicada como sua peça mais doutrinária em relação ao Trabalhismo, doutrina considerada pelo autor como sinônimo de um capitalismo solidário. Ver PASQUALINI, 1994.



-estar e progresso. Tal esforço, no entanto, não poderia ser dissipado por um insensível comércio internacional espoliativo, concentrando nas mãos de minorias algo do qual a maioria ficaria desprovida. Finalizando o discurso, invocou o amparo de Deus para que lhe desse forças e consolidasse o novo governo como um instrumento de trabalho e realizações, inspirando-se nos caminhos da solidariedade humana para que este seja um veículo para a Justiça Social<sup>40</sup>. Um componente adicional ao teor da fala de Chaise era o nacionalismo, aspecto político ao qual o seu grupo no PTB, junto com Goulart e Brizola, vinha aderindo com mais ênfase nos meses anteriores. Duas passagens são explícitas quanto a essa questão. O seu governo faria esforços para “[...] concretizar uma administração ideologicamente progressista, autenticamente nacionalista e que dê por isso mesmo um novo impulso ao Município”<sup>41</sup>, além de considerar que “O Palácio Municipal é desde agora um bastião político da nacionalidade, e Porto Alegre retorna a ser a caixa de ressonância dos anseios do povo por que nós agora sinceramente a conclamamos a prosseguir atuando na vida nacional, [...]”<sup>42</sup>.

A prefeitura oferecia boas perspectivas para a trajetória de Sereno Chaise. O paço municipal da capital era um passo importante para a carreira política do jovem soledadense, assim como foi para Leonel Brizola e Ildo Meneghetti, ambos prefeitos que alcançaram o Palácio Piratini<sup>43</sup>. Companheiro de partido e amigo do presidente Goulart, o prefeito poderia conseguir recursos consideráveis junto

<sup>40</sup> CUNHA, 1994, p. 38-46.

<sup>41</sup> CUNHA, 1994, p. 41.

<sup>42</sup> CUNHA, 1994, p. 43.

<sup>43</sup> Esse parecia ser o plano da cúpula do PTB, como revela a conversa entre Goulart e Chaise em fevereiro de 1964. O presidente mostra a intenção do partido em indicar o nome do prefeito para concorrer ao governo do estado em 1966. Mostrando fidelidade a Brizola, Chaise declina da indicação em favor do ex-governador, mas Goulart explica que o objetivo de Brizola é concorrer ao governo do Rio de Janeiro. Ver KLÖCKNER, 2007, p. 83-84.

ao governo federal para superar as dificuldades financeiras da capital e alavancar seu desenvolvimento.

Aprovado na Câmara de Vereadores antes mesmo da posse de Chaise, o Plano PAMPA 45, Plano de Ação para o Município de Porto Alegre, tinha como objetivo investir 45 milhões de cruzeiros ao longo de quatro anos em obras de saneamento, transporte, saúde e educação<sup>44</sup>, suprimindo carências nessas áreas por toda a capital, além de possuir planos para a ampliação do cinturão verde, do qual tinha sido coordenador quando titular da SMPA. O primeiro empréstimo saiu depois de dois meses de mandato, iniciado em 1 de janeiro de 1964, mostrando uma boa sintonia com Brasília, mas acaba não sendo usado. Em uma infeliz coincidência, a temperatura política no país levou os militares a saírem dos quartéis no dia do 36º aniversário do prefeito e o golpe acabou sendo efetivado no dia seguinte, dia 1º de abril de 1964. O presidente Goulart vai a Porto Alegre, em uma última tentativa de organizar a resistência, mas após informes do comandante do IIIº Exército sobre a desvantagem de forças, decidiu evitar uma guerra civil e dali a alguns dias partiu para o exílio no Uruguai.

Com a decisão do presidente, Chaise pede à população que aguardem os desdobramentos da situação em casa, com serenidade<sup>45</sup>. O prefeito foi preso nas primeiras horas após o golpe e solto dois dias depois. Em decreto de 7 de maio, a ditadura suspendeu seus direitos políticos por 10 anos. No dia seguinte, rumo à prefeitura aguardando o comunicado oficial para que deixasse o cargo de chefe do Executivo municipal. Nenhum militar apareceria. Ao final do dia, após quatro meses no cargo, dá as últimas instruções aos servidores e, fazendo jus

<sup>44</sup> CHAISE, 2014, p. 278.

<sup>45</sup> KLÖCKNER; ABREU; MONTEIRO, 2014, p. 125.

ao seu prenome, deixa a prefeitura pela porta da frente, interrompendo sua trajetória política em 8 de maio de 1964<sup>46</sup>.

Nos anos seguintes teria dificuldades impostas por sua condição de inimigo do regime. Iniciou a carreira de advogado, mas sem clientes, temerosos em contratá-lo por medo de represarias, Chaise abriu um restaurante com o qual se mantém por alguns anos. Seria arbitrariamente preso em diversas ocasiões, mas nunca deixou o país, ainda que Goulart e Brizola tenham oferecido suporte. Venderia o ponto comercial e voltaria a Soledade, onde conseguiu advogar por alguns anos<sup>47</sup>. Com a anistia de 1979, foi convidado para ser diretor-geral da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, cargo que ocupou até 1984<sup>48</sup>. Retomou sua vida política ao participar da fundação e ocupar a presidência estadual do Partido Democrático Trabalhista (PDT), legenda que resgataria o trabalhismo no país. Após a redemocratização, concorreria ao governo do estado nas eleições de 1994, ficando em quarto lugar<sup>49</sup>. Ocuparia a vice-presidência do Banrisul por convite do governador Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores (PT) de 1999 a 2002. Nesse interim, no segundo turno das eleições de 2000 para prefeito da capital, decidiu apoiar o candidato do PT Tarso Genro, ao invés de Alceu Collares do PDT. Tal escolha provocou o rompimento de Chaise com Brizola e com o PDT, levando o político a migrar para o PT, juntamente com outros trabalhistas. Em 2003 passou a ocupar a diretoria-financeira da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), empresa que presidiria entre 2006 e 2015. Em 1º de junho de 2017, Sereno Chaise morreu em Porto Alegre aos 89 anos.

<sup>46</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 87.

<sup>47</sup> KLÖCKNER, 2007, p. 94-96.

<sup>48</sup> CHAISE, 2014, p. 285.

<sup>49</sup> Fonte: TRE/RS.

A trajetória política de Sereno Chaise durante a experiência democrática reflete a do próprio PTB no Rio Grande do Sul. Começou inexperiente e com ajuda de políticos veteranos, teve um crescimento consistente, enfrentou as questões da disputa partidária e se reposicionou frente às forças internas do campo político para consolidar seu espaço e constituir seu *habitus*. Compondo a terceira geração de trabalhistas<sup>50</sup>, a trajetória ascendente do político foi fruto do constante acúmulo de capital político construído ao longo de sua atuação no PTB. Seus primeiros passos seriam adquirindo capital social ao participar da juventude trabalhista e interagindo com lideranças como Pasqualini e o próprio Vargas. Cresceria junto com Brizola e paulatinamente converteria esse capital social em político, alcançando uma posição de destaque no partido ao viabilizar a atuação do PTB no Rio Grande do Sul. Para isso, envolveu-se com as diversas estratégias do campo político: organizou diretórios, liderou bancadas legislativas, coordenou campanhas eleitorais, costurou alianças. Mostrou-se versátil para atuar tanto no Poder Legislativo como no Executivo e tanto na esfera municipal, quanto na estadual. Sua trajetória até 1964 é interrompida abruptamente pelo golpe e ainda consegue retornar ao jogo político após a redemocratização. Não alcançou o mesmo sucesso nas urnas, mas o *background* remanescente lhe permitiu um reposicionamento relevante na nova configuração política. Tudo isso com muita serenidade.

<sup>50</sup> A primeira geração seria composta por aqueles que já atuavam na política antes mesmo do próprio Trabalhismo, como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Loureiro da Silva. A segunda geração se forma com aqueles que começam na política junto com o início do período da experiência democrática, como Leonel Brizola, João Goulart e Fernando Ferrari. A terceira geração de trabalhistas tem como representantes, além do próprio Sereno Chaise, Pedro Simon e Alceu Collares, políticos mais jovens que as gerações anteriores e que entrariam na disputa por cargos eletivos ao longo dos anos de 1945-1964.

## FONTES

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Diário de Notícias (RS)

Jornal do Dia

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>

Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

A Hora

## REFERÊNCIAS

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS, São Leopoldo: 2015.

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação (Mestrado em História) – PU-CRS, Porto Alegre, 2007.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)*. Dissertação (Mestrado em História) – UPE, Passo Fundo: 2006.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre: 2016.

BRANDALISE, Carla. Representantes do povo: o desafio da Legalidade no Legislativo Rio-Grandense. In: NOLL, Maria Izabel et al. *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011. p. 75-115.

BRIZOLA, Leonel de Moura. *Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*.

Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2004. (Série Perfis Parlamentares Gaúchos).

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul*: participação do Partido de Representação Popular (PRP) na construção de alianças políticas nas eleições estaduais de 1958 e 1962. Porto Alegre: Editora Animal, 2014.

CHAISE, Sereno. A trajetória política de Sereno Chaise: da democracia de 1945 aos dias atuais. [Entrevista concedida a] Claudira Cardoso; Gustavo Coelho Farias; Laura Ferrari Montemezzo. *História Oral*. v. 17, n. 1, p. 267-302, jan/jun. 2014.

CUNHA, Álvaro Petraco da (org.). *Sereno Chaise: uma história a serviço do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154 (*O tempo da experiência democrática*; v. 3).

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne; MONTEIRO, Charles (org.). *Segunda Legalidade*: Registros históricos e jornalísticos. Porto Alegre, Evangraf/Edipucrs, 2014.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e Sugestões para uma política social*. Ivorá/Santa Maria: Prefeitura Municipal de Ivorá/UFSM, 1994.

## Sobre os autores e autoras

### DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA (ORGANIZADOR)

Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), vinculado à linha de pesquisa Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas. Integra dois grupos de pesquisa com registro no CNPq: Currículo, Memórias e Narrativas em Educação e Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas. Graduação em História e Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Possui pós-doutorado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Interesses de pesquisa: História da Educação; Dimensões da cultura política e da clandestinidade em diferentes realidades e contextos educativos; História Política do Brasil. E-mail de contato: diegodalbosco@unochapeco.edu.br e diego\_dalbosco@hotmail.com.

### ANDERSON VARGAS TORRES (ORGANIZADOR)

Professor da Educação Básica (Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Sul – SEDUC/RS). Graduação em História e Mestrado em

História pela UFRGS. Atualmente é doutorando em História pela UFRGS. Interesses de pesquisa. História do Brasil República; Partidos Políticos; Eleições.

E-mail de contato: a.vtorres@hotmail.com.

MAURA BOMBARDELLI (ORGANIZADORA)

Técnica em Assuntos Educacionais no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação e Mestrado em História pela UFRGS. Interesses de pesquisa: Partidos políticos; Trajetórias políticas; Gestão de acervos históricos; Gestão do ensino de graduação.

E-mail de contato: maurabombardelli@hotmail.com

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Professor Titular do Departamento de História e Docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais. Docente convidado do Doutorado em História da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Cuyo (UNCuyo), Mendoza, Argentina. Graduação em História e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Interesses de pesquisa: História, mídia e poder; História social da política no Brasil e no Rio Grande do Sul ; Elites políticas, escolares e intelectuais; Estudo de trajetórias sociais; Teoria e metodologia da História.

E-mail de contato: luiz.grijo@ufrgs.br.

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Unidade Divinópolis). Graduação em História pela Universidade La Salle (Unilasalle), Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio



dos Sinos (Unisinos), Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Interesses de pesquisa: História Política; História do Brasil República; Eleições; Partidos Políticos.  
E-mail de contato: douglas.angeli@uemg.br.

#### CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSul). Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História, Mestrado e Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Interesses de pesquisa: História do Brasil Republicano; Guerra Fria; Revolução Cubana.  
E-mail de contato: csmd@terra.com.br.

#### GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

Professor de História na Educação Básica (Prefeitura Municipal de Butiá-Rio Grande do Sul). Licenciatura em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Interesses de pesquisa: Trajetórias políticas; História do Brasil Republicano; História Política; Partidos políticos.  
E-mail de contato: gustavoprofessorhistoria@gmail.com

#### SAMUEL DA SILVA ALVES

Professor da Educação Básica (Prefeitura Municipal de Esteio – Rio Grande do Sul). Graduação em História pela Universidade La Salle (Unilasalle) e Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atualmente é doutorando em História na PUC-RS. Interesses de pesquisa: História Política; História do Brasil República.  
E-mail de contato: allvesamuell@gmail.com.

ERNESTO CASSOL

Professor aposentado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus Erechim) e da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Graduação e Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

MARCOS JOVINO ASTURIAN

Professor do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS. Graduação em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Campus Erechim), Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Doutorado em História Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Interesses de pesquisa: História Política; História do Brasil República; Anticomunismo; Eleições; Partidos Políticos.  
E-mail de contato: marcos.asturian@iffarroupilha.edu.br.

PAULO EDUARDO FASOLO KLEIN

Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Interesses de pesquisa: História Política; História da experiência democrática (1945-1964).  
E-mail de contato: pauloefklein@yahoo.com.br.

O período 1945-1964, principalmente a partir do processo de democratização que teve início em 1945 com o fim do regime do Estado Novo (1937-1945), abriu novas possibilidades de atuação política, permitindo tanto a inserção de novos personagens e protagonistas, quanto exigiu readaptações de políticos com atuação progressista. É esse período que estabelecemos como enfoque da coletânea, lançando luz sobre integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com ênfase no Rio Grande do Sul.

